UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ENTRE FERRO E FOGO: OS NOTICIÁRIOS DA IMPRENSA SUL RIO-GRANDENSE SOBRE O GOVERNO AGOSTINHO NETO EM ANGOLA (1975 – 1979)

MAURO LUIZ BARBOSA MARQUES

PORTO ALEGRE
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Mauro Luiz Barbosa Marques

ENTRE FERRO E FOGO: OS NOTICIÁRIOS DA IMPRENSA SUL RIO-GRANDENSE SOBRE O GOVERNO AGOSTINHO NETO EM ANGOLA (1975 – 1979)

Dissertação apresentada ao PPG em História da UFRGS como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em História, na linha de pesquisa Relações de Poder Político-institucionais.

Orientadora: Profª. Dra. Carla Brandalise.

Porto Alegre
2011

MAURO LUIZ BARBOSA MARQUES

Entre ferro e fogo: os noticiários da imprensa sul rio-grandense sobre o governo Agostinho Neto em Angola (1975 – 1979)

Dissertação apresentada ao PPG em História da UFRGS como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em História, na linha de pesquisa Relações de Poder Político-institucionais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó – (PPG História – UFRGS)

Profª Dra. Janete Silveira Abrão – (PPG História – PUC RS)

Profª Dra. Ana Lúcia Lana Nemi – (Dept° História – UNIFESP)

Orientadora: Profª Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre
2011

Dedico este trabalho, em especial, à minha amada filha Ana Lara e a todas as pessoas que lutam contra as injustiças sociais e, para isso, pesquisam e estudam visando entender a realidade para transformá-la. Que este trabalho possa contribuir na jornada de cada um.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a tod@s que de alguma forma contribuíram com a construção e conclusão deste trabalho.

À minha orientadora, professora Carla, pelas importantes sugestões, dicas e orientações objetivas desde os tempos iniciais em que comecei a montar este projeto visando à seleção no Mestrado. Gradualmente, o projeto foi tomando corpo desta forma até transformar-se nesta pesquisa aqui apresentada.

Agradeço a existência e a possibilidade de ter estudado em escolas públicas, o que faz parte de minha vida desde a pré-escola, excetuando a minha Especialização que realizei em entidade privada. Em especial, a Graduação e o Mestrado em Universidades Federais me permitiram o estudo sem o pagamento de mensalidades, o que seria proibitivo para mim. Todos aqueles que sustentam o sistema público de ensino, desta forma, contribuem com minha formação e merecem ser destacados. Espero de forma positiva retribuir a isso.

Também gostaria de destacar meu agradecimento às pessoas que gentilmente cederam suas palavras na forma de entrevista para esta pesquisa e também aos trabalhadores dos arquivos que pesquisei, em especial do Museu Hipólito da Costa, em Porto Alegre. Também despertou minha atenção o gentil atendimento nos arquivos de Zero Hora, na sede deste jornal, e a facilidade de acesso às fontes que necessitei dali.

A tod@s, meu carinho e agradecimento.

RESUMO

Este trabalho analisa o conteúdo dos jornais Zero Hora e Correio do Povo entre os anos 1975 e 1979, quando estes jornais abordaram os acontecimentos em Angola e o governo de Agostinho Neto, líder do MPLA e chefe de Estado do primeiro governo independente angolano pós independência.

Procura-se identificar a metodologia, os critérios, formas de abordagem e criticamente analisar o que os jornais divulgavam aqui no rio Grande do Sul em tempos de extrema polarização na política internacional e de regime conservador militar imperando aqui no Brasil.

Para isso se pretende analisar prioritariamente as relações entre a censura e o conteúdo dos periódicos, o papel das Agências Internacionais e suas notícias, os artigos próprios ou republicados por estes jornais, bem como suas colunas, enviados especiais e outras formas de divulgação.

Acontecimentos como a presença cubana em Angola, as relações angolanas com os EUA, as fronteiras angolanas e seus conflitos, a guerra civil interna contra FNLA e UNITA travada pelo MPLA de Neto, as crises políticas do MPLA, as avaliações e os balanços de Zero Hora e Correio do Povo sobre o contexto angolano, bem como as situações jurídicas internas e os reconhecimentos internacionais que Angola costurou são os principais alvos do noticiário deste período e objeto de crítica deste trabalho.

Palavras–chave: Imprensa e História. História da África. História de Angola. Censura e Ditadura Militar no Brasil. África Contemporânea. Agostinho Neto. MPLA. Relações Internacionais. História Política e do Tempo Presente.

ABSTRACT

This research aims to analyze the content in the newspapers Zero Hora and Correio do Povo between the years 1975 and 1979, when these newspapers approached the events in Angola during Agostinho Netos's government, MPLA's leader and state's head of the first independent government in Angola after independence.

It seeks to identify the methodology, criteria, forms of approach and analyzes critically the content in the newspapers in Rio Grande do Sul in times of extreme polarization in the international politics, when there was a military conservative regime dominating Brazil.

The aimis to analyze primarily the relation between censorship and the content of the journals, the role of the International Agencies and their news, own articles or republished by these newspapers and their columns, specially sent journalists and other means of communication.

Events like the cuban presence in Angola, the relation between Angola and the USA, the angolan borders and their conflicts, the internal civil war against FNLA and UNITA headed by MPLA and Neto's president, the political crises of the MPLA, the reviews and the political balance in Zero Hora and Correio do Povo about the angolan context, the internal juridical situation and the international recognition achieved for Angola are the main targets in the news of this period and the critical object of this research.

Keys-words: Press and History. Africa's History. Angola's History. Censorship and military dictatorship in Brazil. Contemporary's África. Agostinho Neto. MPLA. Internationals Relations. Politic's History and of the Present Time.

SUMÁRIO

Resumo 6

Abstract 7

INTRODUÇÃO 9

PRIMEIRO CAPÍTULO: Os antecedentes da independência e as diferentes abordagens de ZH e CP sobre os primeiros passos após a libertação de Angola 38

1.1 Os caminhos até a independência 38

1.2 As batalhas do início de 1976: MPLA consolida-se no poder 61

SEGUNDO CAPÍTULO: Os desafios do novo Estado Nacional angolano nas páginas de ZH e CP 68

2.1 A tensão do reconhecimento internacional 68

2.2 O caso do fuzilamento dos mercenários e a atenção dramática a este episódio 78

2.3 A rebelião de 1977 e a crise interna do MPLA 83

2.4 A presença cubana em Angola: eterno destaque jornalístico 89

2.4.1 A abordagem em ZH 89
2.4.2 A abordagem do CP 99

2.5 Entre ferro e fogo: Zaire e África do Sul como fronteiras inamistosas 109

2.5.1 A abordagem do CP..... 109
2.5.2 A abordagem em ZH..... 122

TERCEIRO CAPÍTULO: Balanços, análises e a morte de Agostinho Neto nas notícias de ZH e CP 132

3.1 As avaliações da situação angolana em reportagens especiais 132

3.1.1 A abordagem do CP 132
3.1.2 A abordagem em ZH..... 143

3.2 A morte de Agostinho Neto em ZH e CP 150

CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS 173

ANEXOS 185

INTRODUÇÃO

"(...) os Estados Unidos estavam montados no cavalo que não venceria a corrida".
Palavras finais do artigo de M. Kauffman, sobre a derrota dos interesses estadunidenses em Angola. CP de 25/2/76, página 2.

A partir dos anos 1960 o conjunto do continente africano e Angola, em especial, passaram a reagir e reverter a divisão em áreas de influência planejada pelos colonizadores europeus desde a Conferência de Berlim [1] de 1885. Assim, o continente africano foi palco de independências traumáticas, em maior ou menor grau, de seus países contra colonizadores europeus que não tinham mais o vigor do tempo dos Grandes Impérios anterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Angola e demais possessões portuguesas [2], acabaram tendo suas independências concluídas apenas entre os anos 1974 e 1975. Representaram a última onda expressiva de independências sendo, ao mesmo tempo, portadores de uma radicalidade política nas colônias relacionada com sua Metrópole [3].

No caso específico de Angola, principal possessão lusitana até 1975, houve um cenário marcado por violentas disputas internas e externas, [4] parte do contexto internacional daquele período, responsáveis por determinados caminhos na construção deste novo Estado Nacional.

Este cenário motiva os interesses desta pesquisa, que pretende analisar o conteúdo da imprensa escrita gaúcha [5] e suas formas de abordagem dos processos políticos

---

[1] Conferência realizada pelas chamadas potências européias que acabou dividindo o mapa africano entre portugueses, espanhóis, belgas, ingleses, franceses, italianos e alemães criando diversas fronteiras que visavam a ocupação militar, política e econômica destes espaços (BRUNSCHWIG: 2004, p. 37 a 41).

[2] A efetivação das independências das colônias portuguesas iniciou em 1974: Guiné Bissau em 10 de setembro de 1974 (em que pese a declaração unilateral de independência um ano antes), Moçambique em 25 de junho de 1975 e Angola, a maior de todas as colônias portuguesas em 11 de novembro de 1975 (KI-ZERBO: 2002, p. 281 a 285).

[3] Sacudida pela famosa "Revolução dos Cravos" em 25 de abril de 1974, que abalou o sistema político português apelidado de 'Salazarismo' e contribuiu para o fim do colonialismo lusitano (VER MAXWELL, 2006).

[4] Nesta pesquisa, as guerrilhas internas realizadas por grupos opositores ao MPLA são consideradas como disputas internas em Angola e a agressão externa perpetrada por vários países considera-se como disputas externas nas quais Angola se envolveu (nota do autor).

[5] A partir de jornais de grande circulação estadual como 'Correio do Povo' e 'Zero Hora', os quais somados tinham uma circulação superior a cem mil exemplares no período analisado por esta pesquisa, conforme tiragem informada na capa destes veículos (nota do autor).

dinamizadores na África os quais buscaram consolidar o Estado Nacional angolano após o fim da dominação direta de Portugal. Este processo fez parte do cenário internacional da segunda metade dos anos 1970, especialmente entre os anos 1975 e 1979 quando Agostinho Neto comandou o primeiro governo independente contemporâneo de Angola.

Esta pesquisa busca desenvolver uma análise crítica do conteúdo e da abordagem jornalística dos jornais rio-grandenses de maior circulação nos anos 1970, - 'Correio do Povo' e 'Zero Hora' [6] - a partir do período imediatamente anterior à conquista da independência de Angola até a morte do presidente Neto, em setembro de 1979.

Para isso, serão analisadas as notícias, reportagens especiais, artigos, manchetes e colunas destes jornais buscando possíveis opções dos mesmos ao divulgar este processo histórico – de destaque naquele momento - e mesmo a metodologia de construção dos noticiários sobre Angola nestes periódicos.

A partir de 1975, a consolidação do novo Estado Nação angolano e a implantação de um modelo sócio-econômico proposto por Neto e o MPLA em um contexto de guerra civil interna e agressão externa foram temáticas de grande destaque nos veículos de imprensa. Estes acontecimentos incorporavam uma série de elementos da política e das relações internacionais em um período marcado por conflitos e guerras que colocavam frente a frente dois modelos distintos de sociedade e, portanto acabavam sendo de interesse para uma parte da sociedade naquele momento.

Neste sentido, esta pesquisa pretende valorizar estes registros da imprensa daquele período e interpretar o conteúdo próprio de cada periódico analisado, de seus analistas e as formas de uso das reportagens compradas de Agências Internacionais [7]. Serão destacadas nestes materiais opiniões e posicionamentos com maior ou menor grau de clareza neste contexto intimamente relacionado com os embates da Guerra Fria e as disputas entre potências, cenário este que dinamizou os conflitos ideológicos e militares durante as lutas de independência em toda África.

Além da crítica ao conteúdo das reportagens de cada um destes veículos, será feita uma comparação constante entre as diferentes abordagens de CP e ZH, buscando entender e interpretar tais diferenças. Ao mesmo tempo, pontualmente serão buscados aportes

[6] Visando identificar o jornal Zero Hora, será usada a abreviatura ZH durante este trabalho e para o Correio do Povo, por sua vez, a abreviatura CP (nota do autor).

[7] Para as matérias compradas de Agências Internacionais será utilizada a abreviatura MC e para as matérias de cada periódico ou opiniões e editoriais próprios formulados regionalmente, será utilizada a abreviatura MP (nota do autor).

auxiliares da Revista 'Cadernos do Terceiro Mundo' [8], publicação que cobriu este período da história angolana com um perfil distinto dos periódicos ZH e CP. Segundo a jornalista Beatriz Bissio [9], esta publicação foi

> Fundada com o objetivo de um jornalismo engajado com as lutas no Terceiro Mundo, sem crer em uma suposta neutralidade, pois as avaliações e julgamentos são permeados por valores e extratos culturais. Era dada voz a todo movimento, grupo de pessoas sem espaço na grande mídia, inclusive entre as agências. Se possível, quem colaborasse com a Revista deveria ser das próprias nações abordadas, o que não foi possível em Angola nos primeiros tempos, onde inclusive fizemos curso de formação de jornalistas.

Desta maneira, este trabalho leva em consideração este momento histórico brasileiro em que observou-se a citada seleção de notícias vinculadas na imprensa, bem como o contexto internacional de Guerra Fria [10]. Almeja-se igualmente contribuir na abordagem não só da independência de uma importante ex colônia lusitana na África, como também analisar seus primeiros passos consolidadores de um novo Estado Nacional. Isso se coloca no espírito do novo patamar de valorização das temáticas afro-brasileiras encontrada especialmente a partir da Lei 10.639. [11]

---

[8] A revista Cadernos do Terceiro Mundo foi criada na Argentina, em 1974, por um grupo formado por jornalistas que combatiam os regimes ditatoriais em seus países. Entre os fundadores estavam Neiva Moreira, brasileiro exilado em Buenos Aires, o argentino Pablo Piacentini e a uruguaia (naturalizada brasileira) Beatriz Bissio. A proposta editorial era abordar as questões mais sensíveis aos povos que lutavam contra a colonização – na América Latina, na África ou na Ásia –, oferecendo o olhar de um jornalismo social. Foi assim que suas páginas retrataram histórias, personagens e cenas que praticamente não apareciam na mídia convencional: as guerras civis em Angola e Moçambique, os conflitos no Oriente Médio, a resistência ao apartheid na África do Sul. Cadernos, utilizava sempre enviados especiais ou jornalistas e especialistas dos próprios países, evitando em geral, apenas reproduzir os materiais enviados por Agências Internacionais de notícias (dados em http://www.wooz.org.br/ entrevistarits9.htm, acesso em 25/5/2010).

[9] Beatriz Juana Isabel Bissio Staricco Neiva Moreira é Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, tem uma longa atuação como jornalista, principalmente no terreno internacional (África, Oriente Médio, América Latina), como correspondente de vários meios de comunicação latino-americanos e como fundadora, diretora e editora da revista **Cadernos do Terceiro Mundo** entre 1974 e 2006. Na sua atuação como jornalista esteve na África, Ásia e Oriente Médio ao longo de três décadas e fez a cobertura de momentos marcantes da história contemporânea como a guerra de libertação e independência de Angola. Cedeu entrevista a esta pesquisa via mail no dia 9/2/2011 (nota do autor).

[10] Tanto EUA como a URSS apoiaram militar e politicamente os movimentos de libertação nacional, especialmente em Angola, mais um dos inúmeros *panos de fundo* na disputa de hegemonia entre ambos. A divisão do mundo em áreas de influência constituindo um sistema de *acordo conflitivo* conhecido como Guerra Fria marcou praticamente todas as disputas políticas no mundo entre os anos 1945 e 1991. Esse período, do ponto de vista do equilíbrio diplomático, mostrou-se razoavelmente estável: houve uma divisão de esferas de influências entre os dois blocos os quais apresentavam entre si, entre outras coisas, importantes diferenças econômicas e sociais a partir da dicotomia socialismo *versus* capitalismo (VER HOBSBAWN, 2004).

[11] Segundo esta lei, aprovada em 9 de janeiro de 2003, tornou-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio o Brasil, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil (conforme < http://www. planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394. htm > acesso em 30/9/2006).

Esta pesquisa também reforça o uso das fontes jornalísticas as quais, segundo DE LUCA (2005), foram secundarizadas ou reduzidas em sua importância como fonte histórica até seu resgate, acontecido no final do século passado. Esta retomada de significativa importância, também combinou-se com novos olhares que os historiadores passaram a ter sobre as fontes historiográficas.

Em suma, se pretende incluir uma série de elementos de interesse histórico e acadêmico. Também destaca-se neste contexto, o papel dos movimentos guerrilheiros angolanos que contestaram o poder colonial a partir dos anos 1960 com ações armadas e, a partir do ocaso colonialista português, sentaram e negociaram à mesa como representantes da nacionalidade ante o colonizador, tornando-se, na sequência, gestores do novo Estado Nacional angolano a partir de novembro de 1975.

Do ponto de vista temporal, esta pesquisa parte do período relativo aos antecedentes da independência angolana, ocorrida após encarniçados processos de luta armada somados a mesa de negociações com os portugueses após a Revolução dos Cravos. Os movimentos nacionalistas conquistaram esta legitimidade – concedida pelo colonizador ao final da colonização, ao menos - para representar aquela nacionalidade nas negociações de transição para a independência formal definitiva. A pesquisa encerra sua abordagem na morte do presidente Neto, fato este que finda o primeiro governo angolano independente do ponto de vista formal.

A organização temática e temporal da pesquisa pretende globalmente analisar a abordagem da imprensa daquele período sobre os caminhos da independência angolana e os primeiros anos posteriores, nos quais Angola se colocou, em potencial, como a mais rica e cobiçada ex colônia portuguesa, devido seus ricos minerais, do petróleo em seu território e de sua produção agrícola.

Por tudo isso, Angola poderia situar-se entre os mais ricos países da África (VISENTINI: 2007, p. 127), o que em parte também justifica o destaque aos acontecimentos angolanos na imprensa, bastante superior se comparado com outros episódios de independência nacional. Cabe destacar que mesmo com este potencial econômico, isso não se concretizou nos primeiros anos do novo Estado Nacional, mergulhado em uma guerra civil interna entre três movimentos guerrilheiros rivais, os

quais lutaram entre si com a mesma violência usada contra os antigos colonizadores [12]. Estes confrontos ocorreram tanto antes como depois da independência do país.

A definitiva ruptura institucional com Portugal, em 11 de novembro de 1975, foi hegemonizada pelo MPLA, organização que controlava Luanda (capital angolana) naquele momento. Até chegar à data de independência política angolana, bem como das outras colônias lusitanas, o colonialismo português precisou ser golpeado externa e internamente, em especial, com a reação popular – e de parte importante das Forças Armadas - ao seu colonialismo peculiar.

Portugal representava, nos anos 1970, o último bastião de um colonialismo conservador de inspiração fascista baseado na superioridade racial em suas formas de qualificação, que dividia seus habitantes entre assimilados, cidadãos e a ampla massa africana (VER ANDERSON, 1966).

As lutas em Angola foram parte deste processo. A conquista do MPLA navegou por este cenário e, ao mesmo tempo, para este grupo guerrilheiro, foi fundamental os laços com o bloco socialista, especialmente com a URSS e Cuba. Estes cederam armas e soldados à luta do MPLA, os quais junto com o apoio popular nos bairros de Luanda que Neto dispunha, possibilitaram a conquista do poder político em Angola após a independência formal ante Portugal.

De fato, os conflitos na metrópole, a crise do colonialismo português e do regime lá instalado, foram fatores, junto à ajuda internacional recebida pelo MPLA, determinantes para o futuro de Angola. Os cubanos, conforme análise de CHALIAND (1982, p. 85), foram preciosos por sua ajuda técnica e presença militar. Os soviéticos, por sua vez, colaboraram do ponto de vista da assistência técnica e da ajuda econômica, considerando-se o vazio deixado pela partida de 300 mil colonos portugueses nas vésperas da independência, temerosos pela nova realidade que se avizinhava.

Internamente, o primeiro governo angolano independente precisou contar com os recursos do petróleo e dos diamantes como fonte importante para investimentos em contratação técnica e montagem de uma máquina administrativa mínima para impedir um

[12] Nestas Frentes, encontrava-se o médico e poeta Agostinho Neto que ajudou a constituir o MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola), vinculado ideologicamente ao bloco socialista com o apoio decisivo da URSS e dos cubanos. Seus rivais eram a FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola) liderada por Holden Roberto, apoiado por Mobuto do antigo Zaire e a UNITA (União para Independência Total de Angola) de Jonas Savimbi, vinculada à África do Sul e ao imperialismo. Nas vésperas da independência, estes dois últimos movimentos agiram unificados e apoiados pelo bloco capitalista, especialmente a partir das verbas estadunidenses (LINHARES: 1983, p. 100 a 102).

colapso dos serviços essenciais no contexto de guerra civil (conforme matéria 'Um jovem país adulto': Cadernos do Terceiro Mundo: nov. 1984, p. 16).

A opção dos dirigentes do MPLA de aderir à comunidade socialista internacional se justificava pela formação ideológica e pela proximidade política de seus dirigentes aos conceitos marxistas de sociedade em um contexto de dificuldades para os EUA após sua derrota na Guerra do Vietnã. Também havia "traços atraentes para o Terceiro Mundo: a URSS estava perfeitamente em condições de fornecer aos seus satélites ou associados recursos de poder que jamais poderiam alcançar por seus próprios meios (...)" (ZORGBIBE: 1996, p. 39). A presença soviética em vários pontos do mundo com seu modelo de sociedade radicalizaram naquele momento os debates e as ações políticas no planeta. Segundo PAULINO (2008, p. 161):

> Na África, boa parte dos países descolonizados orientava-se pelos modelos de planejamento estatal e em fornecimentos soviéticos para fomentar seu desenvolvimento. Pelo mundo afora, mesmo países não diretamente alinhados com a URSS, usavam – ainda que sem dizê-lo – as técnicas de planejamento centralizado e a idéia dos planos qüinqüenais para acelerar sua industrialização, como foi o caso de vários países asiáticos e dos países latino-americanos (...). O prestígio da URSS e sua influência pareciam não parar de crescer, o que aumentava a fobia anticomunista e fornecia argumentos aos setores mais belicistas do Ocidente para justificar novas iniciativas armamentistas destinadas a conter a expansão do "Império do Mal", expressão usada por Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, para classificar a URSS durante seu governo.

Os laços internacionais retiraram Angola do isolamento naquele momento e deram condições materiais para enfrentar os desafios dos anos seguintes. Localizado no campo socialista, MPLA indicou o médico e poeta Agostinho Neto para dirigir o país nesta primeira fase pós colonização. [13] Em 11 de novembro de 1975 foi anunciada a formação da *República Popular de Angola*: Neto assumiu assim a presidência de um governo unipartidário.

As lutas que se seguiram a este anúncio e a consolidação do novo Estado Nacional angolano tiveram grande destaque em seu tempo especialmente por envolver interesses de países como os EUA e URSS. Também despertaram a atenção dos militares brasileiros (VER MELLO, 2000) e a partir disso, as notícias sobre os movimentos políticos e militares

[13] Nascido em 1922, Antonio Agostinho Neto era proeminente no movimento cultural nacionalista e acabou engajado na luta anticolonialista e democrática a partir de organizações juvenis em Portugal, onde cursou Medicina. Várias vezes foi preso pela repressão salazarista. Em 1956 ajudou a fundar o MPLA, organização que travou diversos confrontos armados antilusitanos através de guerrilhas. Preso novamente em 1960 em seu consultório na capital angolana, Neto só voltou a Angola em fevereiro de 1975, na reta final da independência (Dados biográficos presentes em <http://www2.ebonet.net/MPLA/bio_anetohtm# dados > acesso em 11/7/2006).

em Angola ganharam espaço em dezenas de edições em 1975 e nos anos seguintes em jornais, revistas e periódicos.

Este espaço também foi observado nos dois jornais destacados nesta pesquisa. Ambos são veículos tradicionais na imprensa escrita no Rio Grande do Sul e têm distintas origens. O jornal Correio do Povo tem sua fundação em 1895, sendo uma entidade empresarial centenária. O Sr. Caldas Júnior, sergipano, com experiência em outros jornais, levantou capital necessário para empreender o início do Correio entre o comércio da cidade de Porto Alegre.

O nome escolhido se deu em função de uma mudança ocorrida naquele período na imprensa rio-grandense, marcada até então por jornais claramente de tendências partidárias ou vinculações oficiais, conforme nos conta RUDIGER (1993, p. 58) em sua obra "Tendências do Jornalismo". Segundo o autor, o CP se apresentou ao público como "órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna [e que] vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma facção".

Esta compreensão, escrita em outubro de 1895 em Manifesto no próprio jornal, buscou colocá-lo – teoricamente - acima das disputas partidárias daquele período e hegemônico no mercado de jornais. Esse último bastante limitado pelas condições econômicas e culturais do público daquele tempo. Mesmo nascendo pequeno, liberal e oposicionista na época, o CP "tinha indiscutíveis raízes no patriciado rural, mais por vocação do que por origens do fundador" (GALVANI: 1995, p. 536).

Para além de uma suposta imprensa apartidária, CP investiu em tecnologia com noções empresariais e capitalistas de gestão [14] que o colocou na vanguarda de sua época, liderando seu segmento até os anos 1980. Inovou também na seleção de notícias curtas e objetivas no corpo do jornal e a idéia de um jornal informativo e não opinativo era radicalizada nas palavras do próprio fundador do jornal:

> O Correio do Povo será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinando os seus intuitos às inspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente (...). Em política somos pela República, (...) Jornal aberto a todas as manifestações de pensamento, estas colunas estarão sempre francas a quantos queiram, com elevação de vistas, tratar de assuntos de interesse geral, discutindo idéias e opiniões sobre política ou literatura, indústria ou comércio, ciências ou artes (FONSECA: 2008, p. 147).

[14] Em 1910 chegou a rodar dez mil exemplares diários, contando com a primeira impressora rotativa do Estado. (RUDIGER: 1993, p. 59).

A partir deste conceito e de suas inovações, em 1936 o CP lançou a Folha da Tarde, vespertino co-irmão que disputou espaço com outras folhas deste tipo. Antes disso, CP contrariando suas teses de fundação, optou pelo varguismo na conjuntura política daquela década, estabelecendo contradições com Flores da Cunha, governador da época. Este cortou verbas publicitárias a partir do apoio explícito ao projeto desenvolvimentista de Vargas por parte do CP.

Este aspecto é destacado por FONSECA (2008, p. 147) para afirmar que a neutralidade política proposta pelo CP era apenas aparente: o Correio investiu inclusive financeiramente na campanha de Getúlio e João Pessoa no final dos anos 1920.

GALVANI (1995, p. 537) reforça a visão da autora, pois

> Sem abandonar nunca sua vocação histórica, o Correio indiscutivelmente foi fiel às suas origens, embora a tese da sua imparcialidade não resista a um exame mais aprofundado, em momento nenhum. Ele sempre tomou partido, mesmo que fosse em termos de grandes ideais, vistos aí aqueles coincidentes com os projetos da classe social dominante.

Com a ascensão de Vargas ao poder central do país, este apoio acabou lhe valendo a supremacia na imprensa gaúcha especialmente no período do Estado Novo, a partir de 1937, quando os partidos proibidos perderam as suas folhas noticiosas.

Até os anos 1960, houve uma redução do peso dos jornais do interior do Estado, chegando os periódicos da capital a representar 60% da tiragem de exemplares em todo Rio Grande do Sul (RUDIGER: 1993, p. 67). O CP, contando com a decadência de concorrentes como o Diário de Notícias, se tornou um veículo sem concorrência real no Estado. Em 1969, próximo ao período analisado nesta pesquisa, já era a sétima empresa do ramo no país.

Por sua vez, o jornal Zero Hora, foi fundado bem mais tarde do que o CP. As origens deste jornal estão vinculadas a Maurício Sirotsky Sobrinho que, em 1940, controlava alto-falantes no centro da cidade de Passo Fundo. Em 1966, ele se associou ao jornal Zero Hora que já circulava desde 1964 em substituição ao jornal Última Hora, fechado pelo regime militar que se instalou no Brasil naquele ano, especialmente por estar vinculado ao projeto nacionalista de João Goulart (FONSECA: 2008, p. 154).

O controle acionário dos Sirotsky se consolidou em 1969 e este fato foi assim retratado no próprio conteúdo do periódico, como registra SCHIRMER (2002, p. 73 e 74):

> Só na edição de 19 de maio é que vai aparecer no jornal o expediente da nova direção, encimando o editorial “Reafirmação”, no qual é declarado que “Zero Hora ingressa em seu sétimo ano de existência, com alterações em seus quadros dirigentes, mas reafirmando os propósitos que o

> nortearam, definidos no editorial de sua edição n° 1, a 4 de maio de 1964, buscando ser um jornal autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito "às leis". Mas, em realidade, era uma alteração que iria mudar a história do jornal e da imprensa gaúcha.

Notável a semelhança com o CP, pois em sua apresentação pública de 1964 e na reafirmação dos Sirotsky citada acima, ZH esperava ser "um jornal, autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis". Com esta apresentação e conceito, ZH acabou se somando a Rádio e TV Gaúcha, formando o conglomerado RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), segundo lugar em comunicação no Estado naquela altura. A partir daí, este conglomerado ficou sob controle da família Sirotsky, novos acionistas majoritários.

Este grupo desenvolveu métodos de gestão empresarial mais modernos e adequados à nova realidade dos anos 1960 e 1970, enquanto seus concorrentes ainda se atinham a padrões mais antigos. Em 1969, por exemplo, ZH se tornou o primeiro jornal a adotar tecnologia off-set de impressão no Rio Grande do Sul, o que somado às reformas modernizadoras o tornaram um jornal altamente competitivo, superando importantes dificuldades financeiras. Ao mesmo tempo, aproveitando-se do declínio de outros concorrentes (inclusive do CP), tornou-se o jornal de maior tiragem e maior venda avulsa a partir de 1982. Com o fechamento temporário de CP em 1984, ZH se afirmou como principal periódico no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo FELLIPPI (2006, p. 76 e 77), isso pode ser também explicado a partir da postura de ZH e sua direção de adequar-se à reorganização do capitalismo, ocorrida a partir dos anos 1970, a qual levou a um crescimento do processo informativo e uma modificação do caráter e do próprio conceito de jornalismo, ampliando-se a difusão das informações e até mesmo modificando o papel do jornalista.

Essa adequação das empresas de comunicação ao novo capitalismo global, como forma de garantia de sustentação no mercado, e a introdução de novas tecnologias da comunicação e informação culminaram em modificações, as quais

> interferem no processo de produção jornalística, marcando desde a forma de confecção da notícia – mediada pelo aparato tecnológico informacional, por nova divisão de funções no trabalho e novas relações de trabalho -, a linguagem – (...) o próprio conceito de notícia e o entendimento do que seja interesse público – (...) a relação da publicidade e do marketing com o jornalismo – interferindo pontualmente em pautas, na criação de segmentos ou de forma mais ampla na política editorial do veículo; a influência dos poderes econômico e político sob a atividade – indo também desde pequenas decisões editoriais até a adoção de determinadas posturas de mercado ou ideológicas (...).

Importa destacar que ZH e CP apresentavam, no período destacado nesta pesquisa, uma adequação às formas de difusão de notícias que ocorriam naquele momento no mundo do jornalismo. Isso permitiu uma ampla cobertura da imprensa naquele período sobre a complexa ruptura colonial angolana. Correspondentes internacionais, seleção de notícias, capas de edições e inúmeras colunas acabaram nos trazendo, junto a descrições factuais e posicionamentos perante os acontecimentos, (evidentes em maior ou menor grau) as formas de conteúdo jornalístico destes veículos.

Como um exemplo disso, mesmo dias antes da independência, Angola era descrita em ZH com certo saudosismo da colonização portuguesa a qual se esgotava naquele momento:

> Alguns nostálgicos ainda vão cear em seu longo corredor silencioso perto de uma praia de areia fina que era cenário da *dolce vida* noturna durante o cálido verão angolano (...). Como vestígio dos anos dourados, perambulam perto dos restaurantes alguns negrinhos esfarrapados que assaltam os proprietários de carro, para, lavando-os, ganhar alguns escudos (9/11/75, p. 16). MC

Nesta matéria comprada escolhida por ZH, a colonização portuguesa parecia ter trazido uma *dolce vida* e anos dourados para os angolanos. Esta abordagem nos traz elementos sobre o conteúdo destes veículos e as escolhas perante as matérias compradas de Agências Internacionais [15]. Em geral, observou-se o uso das reportagens da Agência UPI

[15] Agência de notícias são empresas jornalísticas especializadas em difundir informações e notícias diretamente das fontes para os veículos de comunicação. As agências não fornecem diretamente ao público, mas sim para jornais, revistas, entre outros meios de comunicação. A primeira agência registrada foi a Havas em 1835. Esta agência teria um desenvolvimento estimulado pelo Estado nas vésperas da Segunda Guerra, período conturbado para os franceses, quando o governo financiou até 47% de seus investimentos. Quando Alemanha invadiu a França em 1940, a agência foi tomada pelas autoridades e renomeada a Agence Française d'Information (Agência Francesa de Informação), ainda que a companhia de publicidade mantivesse o nome de Havas. Em 20 de agosto de 1944, enquanto os Aliados retomavam Paris, um grupo de jornalistas na Resistência Francesa tomou os escritórios da AFI e publicaram o primeiro relatório da cidade libertada baixo o nome de **Agence France-Presse (AFP).** Durante a Guerra Civil Americana nos Estados Unidos, os maiores jornais de Nova Iorque se juntaram para formar a **Associated Press (AP),** e enviar correspondentes para o campo de batalha. Esta manteve um monopólio nos EUA por mais de meio século, até que em 1907 foi fundada a agência United Press, fundida com a International News Service em 1958 para criar a **United Press International (UPI),** também existente até hoje. A origem das agências de notícias remonta a uma série de razões técnicas e históricas determinantes, como a expansão do capitalismo, o auge dos estados-nação na Europa, o consumo crescente da imprensa e a inclusão de novas tecnologias de comunicação. Não por acaso, as primeiras agências apareceram em países com interesses coloniais e no momento em que a sociedade do século XIX tinha uma maior necessidade de conhecer coisas e demandava cada dia mais informações. Os meios de comunicação sendo incapazes de cobrir tantos fatos em lugares tão distantes por motivos econômicos e sem haver algum jornal ou revista que dispusesse dos recursos humanos e técnicos para estar presente em todos os focos mundiais que produziam informação, se fez necessário a criação de entidades que compilassem as notícias que ocorriam em sua área mais próxima. No princípio, as agências eram empresas familiares com poucos funcionários e uma atividade limitada. Produziam informações traduzindo notícias dos jornais estrangeiros. Logo se definiram em dois grupos distintos: as que trabalhavam em nível nacional e as mais interessadas no mercado estrangeiro. Com o auge do capitalismo, chegou às agências a produção em massa, de alta rentabilidade, com uma estrutura empresarial direcionada a

em ZH e CP, enquanto as matérias da AP aparecem no CP e da AFP nas páginas de ZH. Em ambos, pontualmente observou-se a republicação de artigos e de conteúdo originado em jornais europeus, estadunidenses e da Tass soviética.

Não podendo diretamente considerar o conteúdo das Agências Internacionais como conteúdo próprio de cada jornal, se torna necessário observar as opções de cada veículo, algo visível especialmente quando ZH e CP apresentam conteúdos distintos em seus veículos, mesmo que, por vezes, tenham as mesmas fontes internacionais. Este e outros aspectos exigem a interpretação do historiador quando o veículo opta por determinado tema ou posição em detrimento de outro.

O manuseio das notícias originadas em Agências Internacionais é confirmado por Jurandir Soares: "recebíamos um volume grande e diversificado de informações, isto permitia elaborarmos na redação textos que englobavam as informações de todas as Agências. Portanto, com uma informação também diversificada, que não era unilateral". Era natural a diversidade de conteúdo, às vezes dentro da mesma empresa e seus variados veículos: "Os jornais Folha da Tarde e Correio do Povo possuíam editorias independentes um do outro, embora as fontes de informação fossem as mesmas Agências. Os jornais se diferenciavam no enfoque da matéria". [16]

Confirmando isso, como no exemplo anterior, enquanto ZH divulgou matérias "saudosas" do colonialismo, o CP optou por uma abordagem mais branda, aparentemente menos posicionada e mais descritiva das amarrações políticas que antecediam a independência oficial e o problema dos refugiados, como em 26/9/75 quando CP (Refugiados de Angola e seus problemas – moradia, saúde emprego, p. 3) [MC] abordou a crise entre colonos em Angola e suas reivindicações ante o governo português: "(...) pensam que os militares após 25 de abril traíram Portugal, deram de mão beijada os

---

obter lucros máximos. O desenvolvimento tecnológico contribuiu para que o volume de informação que circula diariamente chegasse a níveis jamais antes alcançados. Isto se deve à presença das agências nos diferentes pontos de interesse informativo. As agências podem ser do tipo comercial, que vende os serviços e obtém lucro ou cooperativas, constituídas de diversos órgãos de informação associados para compartilhar e assim aumentar o volume de notícias circuladas. O recurso às agências de notícias permite aos jornais e outros veículos fornecer prontamente informações sobre países onde eles não têm correspondentes, ou sobre fatos que não têm meios de apurar por si mesmos. É assim que, tipicamente, a cobertura internacional dos jornais locais é formada com despachos de agências de notícias. Ampliado a partir das informações presentes em (http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao/pdfs/giselle.pdf) acesso em 17/05/2011.

[16] Ambos os jornais citados pertenciam a Caldas Júnior. O sr. Jurandir Soares era Analista de Assuntos Internacionais do Jornal Folha da Tarde nos anos 1970 (cedeu entrevista ao autor, via mail, em 9/5/2006). Antes da venda desta Rádio ao Grupo RECORD, apresentava o Programa BOM DIA na Rádio Guaíba. Ainda hoje pertence aos quadros profissionais da emissora (nota do autor).

territórios portugueses na África para os negros africanos. Eles se organizam em grupos, fazem panfletos".

Estas eram as opções de conteúdo de ZH e CP nas vésperas da independência, temática aprofundada na sequência desta pesquisa. Uma série de autores contribui para entender as análises, conteúdos e visões dos veículos de imprensa, objeto deste trabalho. Sobre a suposta neutralidade da imprensa, destaca-se o artigo virtual de GRAZZIOTIN (p. 3), para quem "sempre existe uma tomada de posição, a escolha por uma ou outra palavra, um outro termo, que julga (condena ou salva) o objeto do texto e dá a marca de quem o escreveu".

Neste sentido, merecem destaque na análise do historiador estas posições por vezes nem tão claras e ainda os silêncios, o espaço organizado nas páginas, as ocultações e as preferências dos editores, mesmo ao usar fontes das Agências Internacionais. A organização do discurso é destacado por FOUCAULT (1996, p. 10), analisando a produção, o controle e a distribuição de determinado discurso, os quais, em geral, seguem determinados critérios que objetivam reprimir sua "pesada e terrível materialidade".

Para o autor, o debate entre o verdadeiro e o falso, entre o que pode e o que não pode ser dito e as formas de abordagem para públicos determinados contribui para a construção do conteúdo na imprensa escrita a partir de determinados interesses sociais e editoriais: "Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder".

Perspectiva semelhante tem Pierre Bourdieu, em sua obra 'Sobre a Televisão', onde faz uma abordagem aprofundada do papel do jornalismo – não apenas o televisivo – na sociedade, seus interesses e relações. O avanço civilizatório conformou uma rede de empresas jornalísticas com caráter e vínculos empresariais, o que afetou cotidianamente sua forma de desenvolver a informação e a relação com o público.

Segundo BOURDIEU (1997, p. 55), o "(...) mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos". Essas leis próprias se combinam com os interesses dos donos e dos anunciantes – incluído aí o Estado e orgãos governamentais – e é uma influência censurante constante. O autor ainda nos traz o conceito de 'óculos':

> A metáfora mais comumente empregada pelos professores para explicar essa noção de categoria, isto é, essas estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não

> se vê, é a dos 'óculos'. Essas categorias são produto de nossa educação, da história, etc. Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado (1997, p. 25).

Os jornalistas podem, assim, criar uma determinada realidade, explorá-la a seu gosto, em geral tendo interesse pelo extraordinário, pelo que escapa do cotidiano. Escolher determinadas imagens, legendas, títulos e subtítulos para expor determinada visão de mundo. Por outro lado, este individualismo tem limites, especialmente pela busca da audiência, pela disputa das fatias de audiência e vendas, pelos anúncios e pelo medo permanente da ruptura com seu leque de leitores:

> A independência relativa das opiniões políticas dos leitores em relação às tomadas de posição políticas do jornal deve-se, assim, ao fato de que, diferentemente do partido político, o jornal propõe uma informação que não é exclusivamente política – no sentido restrito que. Habitualmente, se atribui a esta palavra – e, como produto múltiplo que, em proporções bastante variáveis, oferece política (internacional e interna), fatos do dia e esporte, ele pode ser objeto de interesse relativamente independente dos interesses especificamente políticos (BOURDIEU: 2008, p. 413).

Desta maneira, os orgãos de imprensa tentam mostrar-se como 'para todos' e tentam evitar o que pode chocar ou causar repugnância entre sua massa de leitores ou expectadores. Isso inclui as posições políticas mais claras, por vezes substituídas por discursos mais subliminares, confusos ou dispersos em discursos de terceiros previamente selecionados. Como afirmado anteriormente, existe uma relação permanente entre conteúdo da imprensa e os interesses de seus consumidores.

O desenvolvimento do capitalismo também colocou a concorrência entre os orgãos de imprensa como um desafio para cada um destas empresas privadas. Isso leva a uma disputa violenta pelo 'furo' de reportagem por um lado e uma observação permanente entre os concorrentes o que leva a uma certa homogeneidade - não total – entre o conteúdo de vários veículos, em uma espécie de jogo de espelhos, nas palavras de Bourdieu.

Em nosso estudo de caso, o chamado 'óculos' de ZH - no conceito de Bourdieu - optou por divulgar matérias que perceberam *dolce vida* e anos dourados antes da independência angolana e o de CP, naquele momento, optou por uma descrição mais fatual sem detalhar qualificativos. Ambos os jornais, junto a isso, também cederam significativo espaço para a voz e para a opinião de guerrilheiros marxistas do MPLA (bem como da FNLA e da UNITA), aspecto destacado neste trabalho.

FILHO (1984) ressalta esta possibilidade de vozes discordantes, e mesmo opostas, estarem presentes no conteúdo da imprensa e até em um mesmo periódico. Isso se justifica, segundo o autor, pela necessidade de atendimento ao público [17] e, ao mesmo tempo, demonstrar um perfil liberal dos veículos. Assim, várias vozes cabem dentro do jornalismo e isso explica o espaço dado por ZH e CP aos guerrilheiros marxistas do MPLA no meio do processo angolano, onde a disputa entre capitalismo e socialismo estava claramente colocada.

Por isso, mesmo quando ocorre cessão de espaço quase diariamente para a radical independência angolana, não existe inocência ou neutralidade na ação dos editores da grande imprensa, conforme analisam uma série de autores. Para FRAGA (2004, p. 24), "eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social constituída". O autor ainda reforça a idéia de que os jornais de grande circulação em geral são instrumentos voltados a certa propaganda pedagógica de setores dominantes, onde a informação pode tornar-se um elemento de tentativa para doutrinação ou manipulação da realidade (IDEM, p. 28).

Quando guerrilheiros, nacionalistas e revolucionários de inspiração marxista, expõem suas opiniões nas edições dos jornais, se torna necessário analisar as contradições presentes no conteúdo das reportagens e comentários, pois não há documento inocente como nos lembra LE GOFF (2001, p. 54):

> O documento não é inocente (...), ele próprio parcialmente determinado por sua época (...) produzido conscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a 'verdade'. (...) É preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. (...) Ao mesmo tempo é preciso delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram.

Por tudo isso, as fontes primárias de origem jornalística precisam ser analisadas e delimitadas apontando os vazios e os posicionamentos subliminares ou mesmo evidentes em relação ao conteúdo histórico, onde a comparação e a interpretação tornam-se indispensáveis. Vários aspectos influenciam a posição expressa em reportagens e editoriais nos veículos de imprensa. Apesar de certa liberdade editorial no período estudado para as reportagens internacionais, não foi eliminado totalmente o temor cotidiano sobre uma virada na linha dos censores e da Policia Federal a respeito da censura a qual poderia cair

[17] 'A linguagem dos meios de comunicação de massas tem uma relação com o público; ela não é simplesmente imposta' (p. 21).

sobre as redações internacionais a qualquer momento, o que pode ser considerado um limitador em alguns momentos na construção de uma notícia (VER ALVES, 2004).

Além disso, as empresas de jornalismo como instituições privadas dependem permanentemente de anunciantes e grandes patrocinadores, até porque as vendas em bancas jamais foram suficientes para sustentar os investimentos. Na visão de AQUINO (1999, p. 63), isso gerava "pressão para a publicação relacionada diretamente aos interesses dos grupos econômicos que sustentam o periódico [e] também por uma determinada concepção de informação".

A partir da década de 1950, como nos lembra DE LUCA (2005), fruto da modernização e da redução dos aspectos partidários e doutrinários nos periódicos, consagrou-se no Brasil a idéia do jornal informativo, que buscaria a 'verdade dos fatos'. Esta perspectiva é relativizada ao considerar-se como empresas privadas os grandes periódicos, pois estes costumam ter em sua concretização editorial cotidiana, utilizando conceito de GOMES (2006), a presença da voz do dono intercedendo no que deve ou não deve ser publicado.

A imprensa pode operar comprometida com dada conjuntura e a idéia de "informar a sociedade" não está isenta de críticas, conflitos e interesses. Por vezes, pode apagar falas e práticas distintas dos grupos dominantes, ou ainda disputar memórias criando determinadas realidades ao, por exemplo, escolher certas pautas. "Sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo histórias", conclui Gomes.

BECKER (2003, p. 196), também opina que "seria tolice ignorar que eles [os jornais] não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, (...), de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros". Por este motivo, é preciso filtrar o conjunto de informações presentes em cada reportagem, editorial ou comentário nos veículos estudados.

No mesmo caminho, MORETZSOHN (2007, p. 116) renega o conceito de imprensa imparcial: "(...) quem informa não pode ser confundido com a informação, pois (ideologicamente) irá relatá-la de acordo com um determinado ponto de vista: daí a impossibilidade de se falar propriamente numa conduta imparcial".

A partir de uma análise mais regional, sobre a imprensa no Rio Grande do Sul que não foge às características gerais apontadas até aqui, RUDIGER (1993, p. 81) entende o jornalismo a partir do contexto em que o periódico vive:

> (...) o jornalismo consiste basicamente numa prática social, ligada ao movimento histórico da chamada esfera pública; ou seja, do processo de formação e informação da opinião pública. Nessa perspectiva, ele não é, por princípio, meio de manipulação ou esclarecimento social, mas uma forma de poder, que se reveste destes aspectos, dos quais não pode ser em hipótese nenhuma dissociado, em função das condições ditadas pela práxis de cada época.

Quanto à organização das reportagens nas edições, que deixam claras preferências e prioridades, BENITES (2001, p. 212) destaca como a primeira página do jornal, se propõe a orientar a visão do leitor, através da condensação de informações e da seleção ou supressão de dados. Em nosso estudo de caso, o processo de independência angolana ocupou diversas vezes a capa em ZH, veículo que destinava, em geral, as páginas 13 a 16 para o noticiário internacional. CP, por sua vez, utilizava as três primeiras páginas para o noticiário internacional e manchetes nacionais principais no formato de seu jornal nos anos 1970. Angola foi constantemente destacada como principal notícia em dezenas de edições em ambos periódicos.

Sobre isso, RECH & FELTES (2005, p. 286), afirmam que o texto (caso de jornais informativos) age como "antena cultural, captando, transmitindo e traduzindo os sinais e as mudanças, refletindo e orientando de perto alguns sistemas de valores do indivíduo e da sociedade". Por isso, usar fontes jornalísticas na pesquisa histórica, conforme VOESE (2002, p. 195), exige do analista "construir relações pertinentes entre o dito e o modo como o dito foi dito, além de buscar respostas para os motivos por que o dito foi dito do modo como foi".

A ruptura colonial da parte africana portuguesa era um sinal de mudança naquele momento, usando as palavras de Rech e Feltes. Em especial, em um país como Angola, seu potencial econômico e o interesse que despertava aos brasileiros pelas raízes comuns, pode explicar, entre outros aspectos, o significativo espaço – superior a outros episódios semelhantes - cedido na imprensa à expressão de radicais posições dos marxistas guerrilheiros de Angola além de todo contexto do país na época.

Analisando superficialmente, este espaço cedido pode parecer inusitado se observada a realidade vivida pelo Brasil nos anos 1970. Mais especificamente no hiato entre os anos 1974 e 1979, o Brasil era dirigido pelo Governo Ernesto Geisel, no contexto do regime militar imposto após 1964. Teoricamente, o Brasil vivia um período de forte

censura [18] aos meios de comunicação, os quais não deveriam comprometer os interesses de estabilidade do regime governamental.

Inicialmente, grande parte da imprensa prestou apoio ao movimento militar de 1964. GALVANI (1995, p. 410) lembra a posição do CP a respeito: "A empresa definiu-se logo no primeiro momento, e uma vez mais pondo de lado uma suposta e histórica imparcialidade, o *Correio do Povo* (e seus afluentes) apoiou a então batizada 'Revolução Redentora'".

Segundo ABREU (2002, p. 13), a queda de João Goulart contou com o apoio de vários setores e a "imprensa de maior prestígio e circulação foi um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional". Do ponto de vista pragmático, apesar dos conflitos relativos a liberdade editorial que se aprofundou com o passar dos anos, a imprensa não foi desfavorecida neste período. Segundo SMITH (2000, p. 57):

> Como empresas, a grande imprensa não se deu de todo mal no período de 1964-85. Em um artigo intitulado "Nossos jornalistas e seus negócios", publicado em 1976 na revista Visão, foram dados sobre finanças, a importação de equipamento novo e a construção de novas sedes, com a conclusão de que a imprensa, como negócio, estava relativamente bem no Brasil. Verificaram-se índices de lucro de 15% e uma demanda estável por parte de anunciantes, apesar da concorrência da TV e do rádio.

A censura foi forte em relação às temáticas nacionais, mas foi mais branda nas editorias internacionais as quais gozavam de mais liberdade para divulgação dos fatos ocorridos fora do país, como observado por diversos autores. Vale ressaltar que se os jornais analisados fossem duramente censurados na editoria internacional, não poderiam ser fonte para o tipo de pesquisa proposta. Possivelmente as formas da censura e resistência deveriam ser o centro da análise e não um estudo de caso como a independência de Angola.

No contexto brasileiro, o governo Geisel (1974-1979) tomou posse buscando parecer à sociedade como um governo comprometido com a "distensão política" na

[18] Entre dezembro de 1968 e junho de 1978 os meios de comunicação de massa estiveram sob censura. Durante esse período, a censura foi usada para desencorajar o sensacionalismo (na perspectiva oficial) na imprensa, bem como a divulgação, para o grande público, de temas como a epidemia de meningite de 1974 – 1976, as freqüentes críticas feitas ao governo por setores da Igreja, rumores sobre abertura política, tortura de prisioneiros políticos, escândalos financeiros e sucessão presidencial, entre outros. Vale salientar que as proibições eram feitas de acordo com os critérios dos censores e em nome da segurança nacional (MATTOS: 2005, p. 117).

perspectiva de realizar determinada abertura no contexto da repressão militar. [19] Esta distensão, quando relacionada à censura dos meios de comunicação, certamente poderia influenciar no conteúdo dos grandes veículos de informação.

No entanto, em relação à imprensa escrita, conforme AQUINO (1999, p. 59), não houve distensão e sim uma "elevação numérica no número de cortes em matérias", recurso dos censores perante as matérias escritas pelos editores. Segundo a autora, a redução da censura foi um processo bastante lento entre 1975 e 1978, momento em que a "censura passa a ser mais restritiva e seletiva: lentamente vai se retirando dos órgãos de divulgação" (IDEM, p. 215).

Assim, os chamados censores que eram enviados pelo governo militar para avaliar as notícias, manchetes e opiniões dos jornais e fazer o elo entre a repressão e a prática dos cortes propriamente dita, foram gradualmente reduzindo sua aparição e ação nos órgãos noticiosos. A retirada lenta e gradual destes censores relatada por Aquino, faz parte da perspectiva política de Geisel a da facção militar apelidada de *Sorbonne* [20] a respeito da abertura segura e gradual do regime militar, a qual seguiu até a queda definitiva da ditadura brasileira.

Apesar desta perspectiva, a censura seguiu no governo Geisel e mesmo os jornais gaúchos analisados nesta pesquisa estiveram cercados pela censura federal, embora sem a figura do censor, típica nas redações no centro do país. Isso fica confirmado através das palavras dos próprios jornalistas envolvidos na construção das páginas de noticiário internacional naquele momento.

Na sede de ZH em Porto Alegre, acontecia a visita de um "(...) funcionário da Polícia Federal que vinha ao jornal em determinados dias para apresentar a orientação do governo em relação a determinados temas, o que evidentemente configurava uma censura", conforme relato do sr. Olyr Zavaschi. [21]

---

[19] No quadro repressivo destaca-se o AI-5, editado em 13/12/1968. Este foi divisor de águas na história da censura na imprensa escrita, pois a partir deste decreto, a censura viveu momentos de maior ou menor intensidade, conforme a resistência e a denúncia dos movimentos sociais e profissionais sobre ela (VER AQUINO, 1999).

[20] Ernesto Geisel (1907-1996) foi o 29° presidente do Brasil e governou entre 1974 e 1979. Esteve vinculado à chamada ala *'Sorbonne'* do Regime Militar, termo referido a técnicos e para membros da alta cúpula política formada na ESG, – Escola Superior de Guerra – elaboradores das teorias centrais do modelo político instalado em 1964 no Brasil. Foram constantes os embates deste setor contra os militares chamados de 'linhas dura' do Exército brasileiro. Estas contradições seguiram no governo de Geisel (VER ALVES, 2004).

[21] O sr. Olyr Zavaschi nos elucidou importantes aspectos do cotidiano editorial de ZH nos anos 1970 em gentil entrevista (via mail em 21/4/2006). Atualmente é editorialista da página Almanaque Gaúcho em ZH, sendo na década de 1970 editor do noticiário internacional deste jornal (nota do autor).

Esta informação coincide com a situação no Correio do Povo. O sr. Jurandir Soares lembra que a censura "(...) agia permanentemente dentro do jornal. Havia um funcionário da Polícia Federal que visitava a redação diariamente e comunicava os assuntos que não poderiam ser abordados pelo jornal".

O relato de ambos editores confirma que as notícias internacionais sofriam uma repressão bem menos severa [22] por parte da Polícia Federal e da política governamental da época. A partir daí, os jornais estudados aproveitaram esta liberdade editorial para divulgar amplamente o tema da libertação das colônias portuguesas, entre outros temas. Esta liberdade se tornou um fator importante, mas não o único para definir o conteúdo dos periódicos estudados, pois estes jornais refletem uma série de pressões e imposições do contexto no qual se inserem como é analisado nesta pesquisa.

Além disso, o governo brasileiro foi vanguarda na aceitação diplomática de Angola, sendo amplamente favorável à sua descolonização, mais um fator de estímulo aos editores no momento da redação e de motivação para divulgar tais fatos em seus veículos. O sr. Olyr Zavaschi nos lembra,

> (...) certamente não houve restrições a que os jornais publicassem os fatos de acordo com o que as agências de notícias transmitiam. Havia, se bem me lembro, a impressão de que o governo militar era simpático à libertação de Angola, Moçambique e Guiné, impressão que se consolidaria com o reconhecimento de Angola pelo governo brasileiro. O Brasil foi a primeira nação a fazer isso.

Além de Angola, o Brasil rapidamente reconheceu todas as independências das possessões portuguesas, fato lembrado pelo analista Newton Carlos: "Creio que o fato de o Brasil também ter sido colônia de Portugal deu aos angolanos, em relação ao Brasil, o status de irmãos (...) o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo angolano". [23] Curiosamente, o Brasil vivia um regime de perfil conservador internamente e externamente apoiava independências coordenadas por grupos marxistas e guerrilheiros. Jurandir Soares complementa esta questão:

---

[22] Como exemplo curioso desta situação, MATTOS (2005, p. 119) destacou uma declaração do presidente Geisel: "Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho".

[23] Newton Carlos cedeu entrevista via mail em 4/9/2007. Nascido na cidade de Macaé (RJ) em 1927, começou sua carreira jornalística no extinto jornal "Correio da Manhã" nos anos 1950 e passou pelos principais jornais e TVs do Brasil. Foi colunista de política internacional de jornais como Folha de São Paulo, *Zero Hora*, Tribuna de Imprensa e Revista Manchete. Atualmente comenta sobre política internacional para Rádio e TV Bandeirantes (informações biográficas em < http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult.2784u2.shtml acesso em 15/7/2007).

> (...) na Editoria Internacional não houve interferência e, embora o governo militar brasileiro não compactuasse com o que acontecia em Portugal, não tivemos censura quanto às notícias sobre a Revolução dos Cravos e sua extensão. Eu tinha plena autonomia para escrever (...) críticas contundentes que eu fazia, por exemplo, às ditaduras de Pinochet, no Chile, ou de Franco, na Espanha. Parece que a filosofia era que as outras ditaduras podiam ser criticadas, menos a brasileira.

A partir desta certa liberdade editorial e da opção de Geisel e seus aliados frente à conjuntura africana, ZH e CP utilizaram livremente as matérias compradas de Agências Internacionais e as próprias de cada jornal. Assim, investiram na cobertura destes fatos buscando sempre a atualização noticiosa sobre a conjuntura da independência angolana. Estes veículos também acompanharam os momentos mais dramáticos de Angola entre 1975 e 1979.

Como exemplo disso, encontramos o colunista Newton Carlos analisando o envolvimento de várias nações no conflito angolano, a partir de seus interesses: "A luta em Angola, com intervenções da URSS, EUA, China e países europeus, (...), que participa da exploração de petróleo de Cabinda, se encaixa no futuro global de uma região conhecida como pepita austral do continente africano" (ZH: 12/11/75, p. 12). MP

O fato da independência angolana ter sido uma disputa no marco internacional ampliou seu espaço nas páginas noticiosas: esta peculiaridade, num quadro de intensa intervenção das potências, também tornou um dos países mais ricos – em potencial - da África em um dos mais pobres do planeta.

O explosivo contexto angolano pode ser dividido em dois aspectos, não totalmente separados entre si: a guerra civil extremamente violenta entre as três organizações guerrilheiras (contexto encerrado apenas em 2002) [24] internamente e externamente, a ação da África do Sul movida por interesses próprios e de outros aliados, com sua agressão militar constante, além dos conflitos com o Zaire ao norte de Angola.

As agressões de fronteira foram denunciadas em vários dados apresentados em relatório do governo angolano em 1981 à Comissão Internacional de Inquérito aos crimes do *Apartheid* na África Austral, conforme VICHINSKI (1987, p. 180): "(...) as forças racistas sul-africanas realizaram 193 operações de colocação de minas, 21

[24] O conflito entre MPLA e UNITA (FNLA se enfraqueceu nos anos 80) se estendeu até o fim da Guerra Fria e neste período, acordos assinados e não cumpridos foram a tônica entre os grupos guerrilheiros. Em 1989 houve um acordo de paz logo descumprido. Após o fim da URSS, em 1991, foram assinados os acordos de Bicesse, que encerraram a guerra civil convocando eleições para 1992, vencidas pelo MPLA. Novo conflito ocorreu após o resultado eleitoral e novo acordo foi assinado em 1994, em Lusaca. Apenas em 2002, a UNITA , a partir da morte de Jonas Savimbi, renunciou a luta armada e tornou-se partido político em Angola. Apenas com o desmantelamento de um dos grupos rivais, portanto, a Guerra Civil encerrou-se (informações em < http://www. angolapress-angop.ao/1anodepaz-paz-politica04.asp> acesso em 30/9/2006).

provocações na fronteira, 7 bombardeamentos aéreos e efetuaram uma grande operação com a participação de tropas terrestres e aviação".

O quadro de guerra civil interna e intervenção estrangeira marcou o governo Neto. Falsificações e operações teatrais buscaram justificativas para as intervenções estrangeiras, por vezes, com a ajuda de países vizinhos como o Zaire do presidente Mobutu (ALENCASTRE: 1980, p. 51).

Sobre o perfil político do MPLA, RODRIGUES (1990, p. 185) ressalta que a maioria dos países africanos recém libertados sempre buscava o poder a partir de alianças externas. Segundo a autora, rompe com essa opção justamente o MPLA, pois "apesar de sua orientação pragmática em algumas áreas de ação, tem sido um exemplo notável de um ator africano fortemente comprometido com o papel da ideologia na formação das alianças políticas".

Apesar disso, as divisões e antagonismos étnicos, o baixo nível das forças produtivas no primeiro período pós independência e as dificuldades em imaginar um modelo político, econômico e cultural adaptado às realidades locais foram cargas herdadas do período colonial e estiveram presentes no governo Neto (SANTOS: 1997, p. 213).

Ainda, conforme SANTOS, a guerra interna entre os movimentos nacionalistas, terminou por completar a destruição total da infra-estrutura econômica material, da qual dois terços já tinham sido reduzidos a zero, pela explosão de ódio e das depredações perpetradas quando da partida dos colonos lusitanos nas vésperas da independência.

Neste contexto, a Angola independente nasceu para o mundo e assim teve de sobreviver, tentou superar as dificuldades e buscou aplicar um determinado projeto de sociedade definido pelos seus dirigentes como alternativo, popular e transformador.

Os acontecimentos em Angola, por todos estes fatores, jamais deixaram de ser alvo de contradições internas e externas. Este cenário foi amplamente noticiado nos jornais de ampla circulação do país, fator que permite a consolidação desta pesquisa, aliás. A independência angolana foi um fato significativo na conjuntura política internacional daquele período e representou ao mesmo tempo um episódio da Guerra Fria [25] e a luta de

[25] Os novos países africanos transformaram-se em palco de lutas pelo poder, nas quais se lançava mão de tudo: conflitos tribais e étnicos, a força das armas, corrupção e ameaças de morte. Além do mais, os novos países revelaram-se fracos e incapazes de cumprir com suas obrigações básicas, enquanto o resto do mundo envolvia-se na Guerra Fria, levada para a África tanto pelo Ocidente como pelo Oriente. Uma das características marcantes dessa guerra foi ignorar completamente os problemas e os interesses dos países fracos e dependentes. O tratamento dispensado a eles orientava-se exclusivamente pelos interesses imperiais; a eles se negava qualquer importância (KAPUSCINSKI: 2002, p. 146).

um país com raízes próximas às nossas, sendo ao também mais um episódio da luta nacionalista africana.

Historicamente, podemos localizar Angola e o governo Agostinho Neto como mais um episódio do nacionalismo africano, fator significativo nas independências africanas e que pode ser considerado como um movimento político, étnico e de libertação nacional, incentivador e catalisador das lutas anticoloniais. Cabe ressaltar que mesmo os jornais por vezes trataram os guerrilheiros do MPLA, FNLA e UNITA com termos do tipo "nacionalistas angolanos", entre outros termos semelhantes, o que demonstrava a importância decisiva do fator nacional, embora tratado sem o rigor histórico ou científico por parte dos editores, neste caso.

Em termos teóricos, é preciso conceber o conceito de nacionalismo e de movimentos nacionalistas, dado que o processo angolano nos reporta a um exemplo clássico deste fenômeno. Retornando até as origens do nacionalismo, na Europa do século XIX, percebe-se a sua importância e a sua influência nos movimentos de libertação na África e no chamado Terceiro Mundo. Para GELLNER (1981, p. 51), por exemplo, "o nacionalismo é notoriamente uma das mais poderosas forças do mundo moderno (...)". Neste sentido, obras clássicas ao lado de debates historiográficos mais recentes são necessários para qualificar a abordagem sobre o tema.

GUIBERNAU (1997, p. 127), sobre isso, recorda os efeitos da colonização européia na formatação de nações sem Estado e os Estados sem nação, onde "(...) cada colônia era um ajuntamento de novos e velhos estados, ou fragmentos destes, reunidos dentro das mesmas fronteiras". Esta característica se manteve mesmo décadas após as independências, pois os novos Estados Nacionais surgiram, via de regra, nos limites demarcados em seus tempos coloniais. Angola não foi exceção nesta escolha e o novo Estado Nacional, surgido após a independência, manteve as fronteiras geográficas da longa tradição colonizatória lusitana, bem como manteve a língua colonial como dominante, mesmo que esta não fosse majoritária na população. [26]

[26] Apesar da presença da Língua Portuguesa na colônia e da sua manutenção como língua oficial (mas não absoluta) e de instrução na Angola independente, apenas cerca de 26% da população – em especial nos grandes centros urbanos e na juventude abaixo da faixa etária de 19 anos – falavam Português como língua materna principal. A maioria da população, portanto, tinha como língua materna uma das seis línguas nacionais africanas em Angola, ou alguma variação lingüística destas nestes dados relativos ao ano de 1996. Supostamente, nos anos 1970, ainda menos pessoas tinham no Português europeu a língua materna (INVERNO: 2008, p.118 e 119).

Em Angola, nos anos que seguiram ao fim da Segunda Guerra, como tendência em todo continente africano, seus movimentos de libertação se consolidaram. Foi o momento no qual também se tornou percebido a efervescência das raízes culturais na formação nacional a partir da ampliação da alfabetização, da multiplicação do acesso à imprensa e do capitalismo editorial, conceituado como a multiplicação de livros e jornais que difundem determinada língua, identidade e uma comunidade imaginada de leitores, fenômeno também presente na realidade angolana (VER ANDERSON, 1989).

No caso angolano e africano, as clássicas definições de nacionalismo devem ser articuladas com temáticas específicas para a cultura política local, como o *Pan-africanismo*, ao mesmo tempo em que, por outro lado, foi visível a influência do nacionalismo europeu no modelo de Estado Nação concretizado após as independências.

Neste sentido, a fundação dos novos Estados Nacionais africanos foi consequência de uma luta nacionalista como movimento político, étnico e, no caso angolano, como um dos pilares incentivadores dos movimentos de libertação. Ao mesmo tempo, se torna significante recordar os conceitos clássicos sobre o tema e adicionar a construção específica destes movimentos na realidade africana.

Segundo CHATTERJEE (2000, p. 229), ao debater tal tema, os "resultados mais poderosos e mais criativos da imaginação nacionalista da Ásia e da África baseiam-se não em uma identidade, mas em uma diferença em relação às formas modulares da sociedade nacional propagada pelo ocidente moderno". O próprio título do artigo do autor *("Comunidade Imaginada por Quem?)* polemiza com a clássica definição de ANDERSON (1989, p. 14), o qual define nação como "comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana". Para CHATTERJEE, houve criatividade e não identidade por parte dos povos que fundaram novos Estados Nacionais no pós guerra na África e Ásia.

Apesar desta suposta 'imaginação nacionalista' afro-asiática sugerida pelo autor, em geral, os novos Estados Nação surgidos após a Segunda Guerra circunscreveram-se no limite territorial imposto pelos colonizadores o que caracterizou, pelo menos em parte, a influência dos conceitos europeus de território e de soberania.

Fruto desta influência marcante, em 1963, após longo debate sobre o tema, quando da fundação da OUA (Organização da Unidade Africana), aprovou-se a definição de manter as fronteiras das antigas colônias e os direitos inalienáveis de cada povo ter uma

existência soberana e independente (READER, 2002, p. 652). [27] Inegavelmente, de forma apriorística, as antigas fronteiras e sua soberania foram discutidas na Conferência de Berlim e progressivamente impostas pela ação européia na África (VER nota rodapé nº 1).

ANDERSON (1989, p. 10), lembra que tanto países com simpatia pelo bloco capitalista como socialista, onde inclui-se Angola, desenvolveram práticas nacionalistas: "(...) cada uma das revoluções vitoriosas tem-se definido em termos nacionais – a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã, (...) – e, ao fazê-lo, basearam-se firmemente em um espaço territorial (...) do passado pré-revolucionário".

GUIBERNAU (1997, p. 11) considera, por sua vez, o nacionalismo sendo "uma ideologia estreitamente relacionada com a ascensão do Estado Nacional e comprometida com idéias a respeito da soberania popular e da democracia suscitadas pela Revolução Francesa e Americana". Para o autor, nação seria "consciência de formar uma comunidade e partilhar uma cultura comum, a ligação de um território claramente demarcado, o passado comum e a vontade de decidir seu destino político" (p. 59). Esta idéia de comunidade e busca de unidade é reforçada por GELLNER (1981, p. 53):

> O nacionalismo é basicamente um movimento que concebe o natural objeto da lealdade humana como sendo uma unidade muito ampla, definida pela compartilhada linguagem ou cultura. É "anônimo", no sentido que seus membros não tem elos positivos entre si, e que as subdivisões, dentro da nação, não têm importância comparável à das mais amplas unidades (isso é muito diferente de várias formas sociais tribais, onde o clã pode ser tão importante quanto uma tribo, o subclã tão importante quanto um clã e assim por diante).

O papel da elite intelectualizada nesta unidade cultural e neste sentido de comunidade é destacada por SMITH (2000, p. 186), que prefere considerar o nacionalismo no Terceiro Mundo como uma mescla de imitação e reação por parte desta elite: "O nacionalismo floresce nas circunstâncias específicas do imperialismo e do colonialismo europeus, mas sua disseminação é basicamente auto-impulsionada e auto-reprodutora, desde que tenha surgido uma minúscula camada de intelectuais no país receptor".

GUIBERNAU (1997, p. 127) reafirma o conceito no qual o nacionalismo foi "exportado da Europa para a Ásia e África", especialmente pela influência da cultura do Velho Mundo em uma camada de dirigentes educados nos moldes europeus, onde se pode

[27] Embora fuja dos objetivos desta pesquisa merece ser destacada a significância desta decisão. A delimitação das fronteiras políticas nos moldes propostos pelos europeus colonizadores determinaram muito mais aspectos negativos – como conflitos étnicos e guerras – do que vantagens aos diversos povos africanos (nota do autor).

incluir Agostinho Neto e os principais dirigentes do MPLA, bem como da FNLA e UNITA.

Angola, a partir do comando do MPLA, buscou constituir sua nova situação jurídica respeitando os conceitos da OUA e do moderno nacionalismo, mesmo sem estar presente na fundação da entidade africana (COMITINI: 1980, p. 59). Manteve os limites do território colonial e suas características assim definidas por HROCH (2000, p. 98): "grupo lingüístico-cultural comum; (...) idéia de um território histórico, com suas próprias fronteiras tradicionais, que muitas vezes inclui outros grupos étnicos de condição minoritária". Os próprios grupos guerrilheiros rivais em Angola traziam, na sua formação, traços da diversidade étnica angolana e isso se somava às diferenças políticas. Estes grupos eram hegemonizados cada um por determinado grupo étnico. [28]

Segundo CATROGA (2008), os nacionalismos modernos tiveram elementos cívicos e étnicos em vários graus e formas diferentes, não sendo indicado imaginar que o sentimento nacional exija uma plena homogeneidade étnica. Ainda, este autor afirma que

> (...) será a partir da idéia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais. (...) se estas implicam a compartilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória colectiva), é indiscutível que a sua pedra de origem se situa na ancestralidade. Bem vistas as coisas, como "terra dos pais" (e os seus respectivos mitos) a "pátria" é a origem de todas as origens, húmus sacralizado que, se gera, também filia e se impõe, quase holisticamente, como uma herança e como um dever de transmissibilidade, ou melhor, como um destino, ou mesmo como uma vocação (2008, p. 10). [29]

Estes elementos estão presentes na formação nacional africana após a colonização européia, mas na África, as fronteiras atravessaram os acidentes naturais e mesmo as etnias, estas em grande quantidade no continente. Trata-se de um fenômeno comparável, em parte, ao processo vivido mesmo na Europa – com importantes mudanças de fronteira, como por exemplo, na Itália e na Alemanha entre outros – e na própria URSS, formada por

[28] O MPLA tinha forte influência entre a etnia quimbundo. A FNLA era basicamente originada do grupo bakongo e a UNITA contava nas suas fileiras hegemonicamente membros do grupo ovimbundo (HERNANDEZ: 2005, p. 576 a 578).

[29] CATROGA (2008, p. 21), ainda contribui com o seguinte conceito para entender a nação e a pátria: "A nação está na pátria, pelo que exige um território (real ou imaginário) e uma população. Em simultâneo, para se afirmar como um "nós", ela ter-se-á de narrar como um destino sacral, ditado pelas origens. Por isso, todos os mitos estruturantes das identidades nacionais reivindicam uma "linhagem como fase da comunidade política". E sabe-se que a pátria é o alfa fundador de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para contornos escatológicos.

diversos grupos étnicos e tendo uma grande espacialidade geográfica (TORGAL: 2008, p. 234).

Na África, mesmo após a libertação colonial, os processos culturais dos países colonizadores foram os mais respeitados: "(...) líderes eram formados muitas vezes no seio das escolas do Estado europeu dominador. Veja-se o caso dos líderes da Guiné-Bissau e de Angola, (...) Agostinho Neto (...)" (IDEM anterior).

Para TORGAL (2008, p. 236), os territórios coloniais acabaram dando origem aos Estados Nação, formados depressa e em boa parte artificialmente, em função de elites negras a partir de lutas diretas pela independência ou concessões do colonizador: "(...) Estados que muitas vezes resultam menos de factores de etnicidade que une, mas que resultam de uma multiplicidade de culturas ou da autoridade de certos políticos (...) *[com]* poder pessoal ou dinástico". Nestes casos, segundo o autor, não importa o fato destes Estados terem sido batizados de 'Populares' ou 'Socialistas' em sua fundação.

Por tudo isso, se demonstrou profunda a influência do pensamento europeu na independência e formatação dos novos Estados Nacionais africanos, onde se insere Angola. Mesmo assim, merecem destaque as peculiaridades destes processos. O *Pan-africanismo*, por exemplo, representou sentimentos específicos dos movimentos políticos e culturais no continente africano. Foi importante por buscar uma afirmação da personalidade africana e afro-americana a qual desejava florescer através de uma identidade política e cultural reconstruída.

Diversos líderes do pensamento africano espalhados pelo mundo desejavam um resgate da cultura pré-colonial para glorificar grandes civilizações africanas antigas (HERNANDEZ: 2005, p. 151), sem esquecer, ao mesmo tempo, da desejada liberdade política. Conforme Cheik Anta Diop, "(…) la cultura estará pues esencialmente al servicio de la lucha por la independencia nacional" (apud KOHN & SOKOLSKY: 1975, p. 86).

A resistência cultural também foi simbolizada na idéia de combater uma suposta assimilação européia e reafirmar o desejo de ser africano e não um europeu negro. Segundo Senghor: "No debemos ser asimilados, debemos asimilar; esto es, debe haber libertad de elección, debe haber libertad de asimilación" (apud KOHN & SOKOLSKY: 1975, p. 88). Este senegalês, desde 1920, pregava valores de identidade racial negra a partir de uma perspectiva antiimperialista.

O jornal Zero Hora chegou a retratar estes aspectos de resistência cultural em edição de 7/7/74 batizada de "A Revolução da Cultura na África Negra" (p. 16).

Ali, apesar de certa dose de ironia sobre o assunto estampada em seu conteúdo, destacou: “A gravata foi proibida, os nomes colonialistas substituídos (...) senhor ou excelência foi trocado por cidadão, patrício ou irmão (...) mediante a busca de valores tradicionais, à rejeição de todas as ideologias importados e voltar aos valores ancestrais (...)”. MC

As idéias pan-africanistas refletiram a resistência africana no terreno político-ideológico centrado na luta de libertação do homem negro. [30] Tiveram grande peso na Europa e nos EUA com as elaborações com as seguintes perspectivas libertadoras: “1) que todos os negros do mundo - na América do Sul e na África – formam a mesma raça, tem a mesma cultura, e devem orgulhar-se de sua cor da pele; 2) que toda África deve ser independente e unida” (KAPUSCINSKI: 2002, p. 35).

Nas palavras de GUIBERNAU (1997, p. 134), analisando o sofrimento dos africanos, “o pan-africanismo fixou a base para a regeneração moral, estimulando a proteção e difusão de uma cultura originalmente pan-africana, que contribuiu para o desenvolvimento de uma identidade do ‘nós’, fundada na descoberta da dignidade negra”.

Saindo da Europa e da América, o Pan-africanismo cresceu na África após a Segunda Guerra Mundial. Ali, desde sua gênese conviveu com a grande contradição entre a proposta minimalista, que pretendia manter as fronteiras teorizadas na Conferência de Berlim e a maximalista, defensora da formação de uma espécie de Estados Unidos Africanos (HERNANDEZ: 2005, p. 154).

A proposta minimalista saiu vitoriosa, mas não sem debates. N´KRUMAH (1967, p. 298) esteve entre aqueles defensores de “um governo de união geral, neste muito dividido continente africano (...)”. Como prática política, garantiu que seu país poderia “abandonar la soberania de Ghana, total o parcialmente, en pro de uma unión de los Estados y territorios africanos, tan pronto como tal unión sea praticable (KOHN & SOKOLSKY: 1975, p. 118)”.

Como já foi observado, esta proposta não saiu das intenções de N’Krumah e o critério de nacionalidade, presente na partilha européia elaborada em Berlin, refletiu no surgimento de Angola independente apesar da visão socialista de seus dirigentes e do apoio internacionalista recebido por este país. Neste marco, Agostinho Neto partiu para governar uma nova etapa na história de seu povo, espremido por uma guerra civil interna e por uma

[30] “(...) tornou-se o pan-africanismo parte integrante do nacionalismo africano; alimenta a luta pela independência, condição prévia da constituição de federações regionais que agrupam Estados soberanos destinados a formar, um dia, uma federação pan-africana de Estados Unidos” (DECRAENE: 1962, p. 22).

agressão externa mais preocupada com os altos e baixos da Guerra Fria e suas perdas e ganhos para cada bloco envolvido.

A análise do conteúdo da imprensa sul rio-grandense sobre esta primeira fase da vida angolana, refletindo esta série de aspectos anunciados nesta parte introdutória do trabalho, é o objetivo central desta pesquisa. Para isso, no plano da metodologia, e levando em consideração o tratamento que deve ser dado às fontes jornalísticas, conforme já relatado, este trabalho fez a seleção de matérias compradas (MC) de Agências Internacionais e matérias próprias dos periódicos (MP), como colunas, artigos, etc.

Este material coletado foi lido e trechos foram selecionados, analisados, comparados e criticamente estudados metodologicamente. Cabe ressaltar o expressivo numero de trechos destacados nesta pesquisa: cerca de 280 recortes de matérias, colunas ou manchetes - por vezes o mesmo material é analisado mais de uma vez por ter em seu conteúdo mais de um tema de interesse - estão distribuídos nos capítulos deste trabalho.

Além disso, entrevistou-se editores e jornalistas da época como Newton Carlos, Beatriz Bissio, Jurandir Soares e Olyr Zavaschi para melhor cercar a atuação da imprensa neste momento. As observações destes entrevistados já estão presentes nesta introdução e em várias partes do trabalho, bem como os aportes bibliográficos significativos para o entendimento do conteúdo da imprensa e também da conjuntura histórica dos anos 1970 na África e em Angola.

A partir disso, esta pesquisa comporta três capítulos: o primeiro capítulo é dedicado a análise dos antecedentes da independência de Angola e os primeiros passos após o 11 de novembro e a ruptura definitiva e formal com a colonização portuguesa nas diferentes abordagens do CP e de ZH. Este período anterior da independência angolana, também contou com o expressivo número de reportagens sobre os preparativos para os acontecimentos em 11 de novembro, além das batalhas já desenvolvidas entre MPLA e seus inimigos internos para definir quem controlaria a independência na data prevista. Estas batalhas ultrapassaram o ano de 1975 e até o primeiro trimestre de 1976 parecia em xeque o poder real em Luanda, aspectos longamente abordados nos periódicos.

Por sua vez, o segundo capítulo aborda os desafios do novo Estado Nacional angolano retratados em ZH e CP a partir de diversos episódios no campo jurídico, militar, e das relações internacionais. Eventos como a delicada luta pelo reconhecimento internacional, a descrição dos julgamentos de presos de guerra e seu fuzilamento, foram longamente descritos em ZH e no CP. Além destes, a polêmica presença cubana em

Angola, a crise interna do MPLA com a revolta *nitista* e os conflitos de fronteira com África do Sul e Zaire, são acontecimentos presentes no segundo capítulo e organizados como sub temas, para melhor serem analisados com as respectivas reportagens de cada assunto.

Por fim, o terceiro capítulo desta pesquisa analisa os balanços e as retrospectivas presentes nas edições de ZH e CP sobre o governo Agostinho Neto. Aspectos como análises econômicas, avaliações políticas e descrições da situação angolana foram desenvolvidas em ZH e CP com importantes posicionamentos e formas de abordagem. Também no capítulo 3, está a análise das notícias sobre a morte do presidente Neto e o encerramento desta primeira etapa pós independência de Angola.

PRIMEIRO CAPÍTULO

> *"Dispunham, para defender o povo, de cinco tanques Panhard de três canhões de 106 mm e de vários morteiros de 105, além de baterias de artilharia servidas por sul africanos, segundo a mesma fonte".*
>
> Descrição das ações da FNLA, tidas como defensores do povo, em ZH de 8/12/75, página 14.

Os antecedentes da independência e as diferentes abordagens de ZH e CP sobre os primeiros passos após a libertação de Angola.

O processo de independência de Angola, a mais rica colônia portuguesa, foi a mais difícil e dramática entre as colônias lusitanas. Angola era estratégica do ponto de vista geopolítico e econômico para as potências da Guerra Fria e seus aliados de um lado, e para as grandes empresas transnacionais e seus investimentos, de outro. Por isso, sua independência teve expressiva dramaticidade e impasses, bem como, logo após a independência formal, muitas lutas ocorreram por disputas de poder no solo angolano.

Neste sentido, este capítulo busca analisar a abordagem do CP e ZH sobre os momentos anteriores à independência oficial de Angola em 11 de novembro de 1975 e também sobre os primeiros momentos de liberdade do novo Estado Nacional, quando o MPLA passou pelo primeiro grande teste de sobrevivência na cúpula do poder.

1.1 Os caminhos até a independência.

Angola possuía em seu território petróleo, minerais, diamantes, ferro, café, entre outros produtos lucrativos para empresas privadas internacionais e para os colonialistas, os quais desenvolveram uma relação parasitária com Angola. Para desconforto destes setores, a luta pela independência em Angola passa a se desenrolar com força a partir dos anos 1960, especialmente com a independência do Congo e o surgimento de uma fronteira "amiga".

Para ANDERSON (1966, p. 101), era a constituição naquele momento de "um contexto continental de descolonização, uma fronteira comum com um país

independente amigável, (...) eram as precondições de uma insurreição destinada ao êxito, e, na primavera de 1961, todas elas estavam presentes".

O conflito em Angola foi violentíssimo no início dos anos 1960, com a ocorrência de ataques de grupos angolanos armados em Luanda, caracterizados pela radicalidade, ódio e muito sangue derramado, uma marca da trajetória angolana. Este episódio significou a morte de cerca de 170 pessoas, entre policiais portugueses e africanos. Em geral, a velocidade dos ataques surpreendia os portugueses e fragmentava a sua presença. Em poucos dias, o Norte de Angola estava nas mãos dos nacionalistas rebeldes.

Os portugueses reagiram no sul do país, prendendo e matando as pessoas 'mais educadas', ou seja, com maior grau de instrução, diretamente tidas como suspeitas de subversão. Esta foi a orientação geral do colonialismo naquele momento. Era o chamado 'terror branco', que não impediu a posse por parte dos rebeldes de vastas áreas, inclusive as regiões com plantações de café, centrais para a economia do país. O colonialismo advertia: "Não temos outra alternativa senão o extermínio. As Nações Unidas poderão protestar tanto quanto desejarem, mas isso não fará diferença alguma" (ANDERSON: 1966, p. 106).

Os resultados desta política foram 35 mil mortos e 40 mil refugiados angolanos no Congo. A possibilidade de vitória definitiva neste ano de 1961 ficou distante pela dificuldade de penetrar ao centro e ao sul de Angola. A onda de 1961 foi refreada com o avanço do Exército português especialmente no ano de 1963 e a retomada formal do território.

Os investimentos portugueses, privados em geral, uma marca da colonização lusitana, ainda deram a Angola um crescimento médio de 7% ao ano neste período, o que não impediu a insurreição iniciada em 1961 de se transformar paulatinamente em rebelião e consolidar um verdadeiro exército nos anos seguintes, quando a crise do colonialismo português se agudizou.

Na realidade, foram montados três exércitos, os quais originaram os três movimentos guerrilheiros atores dos embates pró independência, fragmentação política a qual jamais foi revertida. Estes movimentos nacionalistas angolanos jamais controlaram o centro e o sul do país, mas navegaram a onda da descolonização africana, apesar do retardo das independências das colônias portuguesas, o que foi modificado, em parte, pelos acontecimentos de 25 de abril de 1974 na metrópole portuguesa.

Enquanto boa parte da África se tornava independente, Portugal insistia em seu modelo de colonialismo ou acenava com tênues modificações no sistema. PIMENTA (2008, p. 65), relata sobre as intenções de Marcelo Caetano [31], chefe do governo português nas vésperas da Revolução de 25 de abril:

> Marcelo Caetano afirmou explicitamente que a sua política de reforma do colonialismo português passava pela "autonomia progressiva do governo" das colônias, pela participação crescente das populações coloniais nas estruturas políticas e administrativas dos respectivos Estados coloniais e pela atribuição do "governo próprio" às colônias africanas.

O discurso governamental e o regime português estavam fora de sintonia com os ventos descolonizatórios que varriam a África desde a década anterior. Por este motivo, Marcelo Caetano caiu junto com o seu regime perante a Revolução dos Cravos, pois a relação entre a conjuntura colonial, a guerra ali existente e o contexto metropolitano sempre se deu de forma completa.

Por isso, Portugal sacudiu-se por lutas populares, operárias e das próprias Forças Armadas que acabaram contribuindo para o fim do Império português africano, um Império ultracolonialista, fruto de um regime político com características fascistas que levava adiante uma guerra insistente nas suas colônias da África (ANDERSON: 1966, p. 12). Essa guerra, aparentemente interminável, reduzia as chances de elevar o padrão de vida português aos níveis europeus.

Portugal era naquele momento um país atrasado e isolado com pouco mais de 8 milhões de habitantes, lutando para industrializar-se. Não podia continuar a comprometer cerca de 50% do gasto nacional com operações militares. A economia estava estrangulada para "sustentar um exército de 170 mil homens, especialmente porque os convocados para combater não tinham voz política e porque a população cada vez mais se indispunha contra o regime" (MAXWELL: 2006, p. 57). [32]

---

[31] António de Oliveira Salazar (1889 - 1970) exerceu o poder político em Portugal entre 1932 e 1968 (em 1928 assumiu a pasta de finanças do governo militar, seu primeiro cargo no Executivo português), quando ajudou a instituir o regime chamado Estado Novo, (1933 - 1974) de inspiração fascista. Um hematoma craniano, após um acidente doméstico, o colocou em coma em 1968, sendo assim substituído por Marcelo Caetano (1906 - 1980) na chefia do governo português, até a derrubada deste e do regime apelidado de "salazarista", pela Revolução dos Cravos em abril de 1974 (MAXWELL: 2006, p. 42 e seguintes).

[32] A Revolução na metrópole colonialista e as crises que levaram Portugal decisivamente para esquerda também deram um impulso à independência da África portuguesa. Surgiram como uma série de lutas, às vezes demoradas, nas quais tensões políticas em Portugal, acontecimentos na África e pressões externas combinaram-se, gerando graves confrontos (MAXWELL: 2006, p. 117).

Esta conjuntura levou a que setores importantes da média oficialidade militar portuguesa organizassem um levante armado, com apoio popular significativo, que derrubou Caetano e encerrou o período do Estado Novo na história política de Portugal. Era a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974.

Nesta nova realidade, aberta a partir de então, os grupos armados nacionalistas de Angola atuantes durante anos contra o colonialismo português, foram alçados como representantes do povo angolano nas negociações com Portugal, até pela inexistência de outros atores angolanos de grande expressividade.

A imprensa gaúcha deu grande destaque a estes aspectos: já em maio de 1974, CP noticiou que Portugal decretou "(...) cessar fogo em Angola para início de conversações. Ordem para 70 mil soldados não agirem contra a guerrilha" (21/5/74, capa) MC. Isso não evitou a marca fundamental da relação entre os grupos guerrilheiros, Portugal e a independência: divisão política intransponível entre os grupos guerrilheiros, inúmeros acordos e tratados assinados e logo descumpridos e as marcas de barbárie no conflito entre os próprios angolanos.

Neste período, verificaram-se os primeiros conflitos entre brancos e negros e em julho ocorreram 30 mortes nas lutas urbanas contra policiais. O toque de recolher, imposição tradicional no meio das crises e das lutas armadas foi recurso normalmente utilizado e a constante violência obrigou Portugal a impor uma Junta Militar para governar a colônia que tomou posse em setembro. Em seguida, foi divulgada a primeira proposta para independência da colônia: "(...) trégua, governo provisório amplo e lei eleitoral que dê a um homem, um voto. Em dois anos, Assembléia Constituinte elabora lei e dissolve-se, depois é eleito governo livre e soberano" (CP: 11/8/74, capa). MC

ZH, por sua vez, numa perspectiva mais alarmista, alertou para o risco de guerra civil em Angola: "(...) o clima de tensão e o perigo de uma guerra sangrenta entre 600 mil brancos, os guerrilheiros e os grupos tribais não deixaram de crescer nos últimos dias" (11/8/74, p. 13) MC. O jornal destacou as diferenças tribais e étnicas entre vários grupos que teriam, na proposta de Portugal, participação no Governo Transitório até a independência.

Os impasses continuaram. Comícios e movimentos políticos pela independência se alastraram por Angola, inclusive com repressão por parte da polícia portuguesa. Em setembro, ocorreu a posse do Governo Provisório amplo, idealizado pelos portugueses:

> A Junta presidida pelo Almirante Coutinho, de Angola, anunciou ontem a constituição de um governo provisório, composto por personalidades de diversas tendências, embora o MPLA exerça nele a maior influência (...). Este gabinete provisório terá duração muito limitada, pois deverá ser substituído por um verdadeiro governo angolano (ZH: 6/9/74, p. 14). MC

Em seguida, os portugueses anunciaram o desejo de seguir as negociações em uma frente comum, que incluísse os vários grupos guerrilheiros (conforme manchete em CP: 12/9/74, capa, MC). O primeiro ministro Vasco Gonçalves deu o norte da independência em discurso à nação registrado integralmente em ZH na edição de 6/10/1974: "Aqueles que nos acusam de ter vendido os territórios da África, respondemos que estamos ajudando sinceramente aos novos Estados de língua portuguesa e dando-lhes a mão, sem nenhum desígnio neocolonialista" (p. 19). MC

Em novembro de 1974, CP destacou a retomada das violências em Angola que levaram a dezenas de mortes. Mercenários eram contratados para atuar nos conflitos e havia a certeza que sem um acordo entre os grupos a guerra civil seria inevitável.

Em dezembro, o jornal anunciou "(...) intenção portuguesa da independência angolana para 1975. Este mês, reunirão os três movimentos de libertação para formar governo com ministros de todos os grupos" (4/12/74, capa). MC

Este anúncio revogou a idéia anterior e o prazo de dois anos para independência completa. As decisões foram jogadas para o ano de 1975, ano intenso para a vida do povo angolano, pois ali se decidiu o futuro da rica colônia. No início de 1975 foi assinado o histórico Acordo de Alvor entre portugueses e os três grupos angolanos. Dias antes, em Mombasa (Quênia), MPLA, FNLA e UNITA construíram consensos em torno a uma ação comum ante os portugueses.

O espírito dos líderes foi assim resumido no CP, dada voz a cada líder de seu movimento armado:

"UNITA (Jonas Savimbi) – Viemos a Mombasa para nos unir.

FNLA (Holden Roberto) – Espero que possamos superar nossas divergências.

MPLA (Neto) – Faremos tudo para alcançar nossa unidade" (4/1/75, p. 2). MC

O discurso otimista de unidade não desbancou as desconfianças ante o anúncio dos acordos políticos e sobre a paz, especialmente quanto a sua real aplicação pelos personagens em cena e seus interesses em jogo. De qualquer forma, mesmo o governo português "congratula-se com os resultados obtidos em Mombasa" (ZH: 7/1/75, p. 13) MC. Entre os dias 9 e 15 de janeiro, o Acordo de Alvor foi assinado, sendo que seus principais pontos fixaram

> (...) a data de 11 de novembro próximo para a declaração de independência (...) o acordo estabelece que os movimentos guerrilheiros farão parte de um Conselho Presidencial, constituído por três pessoas, o qual governará a colônia, até que seja escolhido – em eleições livres – o presidente que deverá dirigir o país e os membros da Assembléia Legislativa (...). Uma Assembléia Constituinte será eleita para dar ao país sua constituição. Nesse período de transição, cada um dos três grupos (...) terá o direito de nomear um número igual de ministros. Os guerrilheiros passarão também a fazer parte do Exército Nacional que ficará sob o comando do Conselho Nacional de Defesa (ZH: 16/1/75, p. 11). MC

Em que pese a demora em fechar este acordo e os aspectos positivos do mesmo, Alvor teve o início de sua aplicação, mas não foi até o fim. Segundo KI-ZERBO (2002, p. 283), o "governo fantasista foi o ponto de partida para o caos (...) os movimentos se armaram junto de fornecedores (...) aos dois principais protagonistas repugnava levar a cabo de imediato as eleições previstas pelo Acordo de Alvor".

Os protagonistas eram MPLA e FNLA e os aspectos centrais do Acordo, ninguém cumpriu. De qualquer forma, a posse deste governo tripartido ocorreu no início de fevereiro. Em março, novos choques ocorreram em Angola a respeito do enclave petrolífero de Cabinda, onde o MPLA interviu contra intenções separatistas. No mesmo sentido de Ki-Zerbo, SANTOS (1975, p. 92 e 93) afirma que

> A poucos meses da sua entrada em ação, a imagem do Governo de Transição é desanimadora. Teoricamente, este Governo foi estruturado de modo quase perfeito. 12 ministros, 3 portugueses e 3 de cada um dos Movimentos de Libertação, chefiados por 3 Primeiros-Ministros – um de cada grupo – em regime de rotação, deveriam permitir uma gestão sem atritos. Mas isso nada mais que em teoria, pois a simples permanência nesse governo de duas filosofias tão opostas como a do MPLA e a da FNLA nunca poderia ter dado outro resultado.

Como conseqüência deste contexto veio o enfrentamento nas ruas: "Em Angola, 66 pessoas morreram em uma semana. (...) Com o toque de recolher, a situação se estabilizou. Luanda é controlada por tropas mistas" (CP: 30/3/75, p. 3). MC

ZH voltou a abordar a temática angolana apenas em maio, quando MPLA e FNLA "lutaram ontem com granadas de mão e fogo de morteiros (...) pelo menos 250 pessoas morreram e outras ficaram feridas" (3/5/75, p. 11) MC. Eram os indícios do que ocorreria nos meses seguintes. O número de mortos chegou ao redor de 500 ao final das contas neste conflito de cinco dias em maio.

A partir deste episódio foram registrados conflitos raciais, fugas dos portugueses, expulsão de estrangeiros responsabilizados pelos conflitos, falta de comida e gêneros básicos, além do êxodo de técnicos qualificados os quais muita falta fariam para o futuro de Angola. A Lei Marcial se impôs em Angola e o toque de recolher se impunha entre 24 e

6 horas. Segundo CP, chegou a 3 mil o número de mortos e os portugueses retomaram a responsabilidade sobre o território, visto que “guerrilheiros violaram clausulas do acordo assinado em Lisboa” (16/5/75, capa). MC

Em junho, novos conflitos: a empresa exploradora de petróleo em Cabinda se retira: em Luanda, até hospitais foram vitimados por tiros que mataram pacientes. CP indicava nova reunião entre os grupos guerrilheiros (7/6/75, capa) MC. Ao mesmo tempo, ZH dava espaço para o discurso dos líderes da FNLA, algo que se tornaria costumeiro a partir de então, enfatizando a ajuda soviética e chinesa aos combatentes angolanos.

Iniciou-se a fazer a vinculação metafórica da questão angolana à luta do Vietnã nas páginas de ZH, episódio muito recente naquele momento como exemplo de conflito de parâmetro internacional, ao mesmo tempo em que Portugal voltou a intervir em Angola, tendo por objetivo a defesa de interesses europeus e privados.

Por este motivo, pára-quedistas agiram ocupando as sedes dos grupos guerrilheiros e pela primeira vez a data da independência foi ameaçada. A UNITA também ameaçou entrar no conflito definitivamente a partir de um massacre realizado contra jovens militantes seus.

ZH optou por narrar com detalhes esta bárbara ação a partir de sua fonte internacional. Este jornal, a partir de então, será especialista em detalhar atrocidades ocorridas na guerra civil, divulgando barbáries com desnecessário adjetivamento: “Dezenas de jovens da UNITA foram degolados a faca (...) onde as cabeças, separadas dos troncos a machadadas (...). O cheiro penetrante dos cadáveres e decomposição invade as ruas dos bairros pobres (...)” (12/6/75, p. 17). MC

Enquanto isso, CP destacou os preparativos da reunião no Quênia, onde foi tentado novo acordo entre os grupos em guerra, com os seguintes pontos: “desarmamento da população civil, formação do Exército Nacional (máximo de 30 mil homens) e término da violência e da intimidação. Liberdade para atividades políticas no país e tolerância política com unidade nacional dentro da diversidade” (22/6/75, p. 3). MC

Mais uma vez, as intenções ficaram no papel. Em julho, os embates fizeram centenas de mortos mais uma vez (já eram mais de duas mil as vítimas dos choques desde janeiro de 1975, segundo ZH). “A violência armada eclodiu de novo (...) violando a trégua que (...) assinaram no mês passado em Quênia, deixando um saldo de 200 mortos em dois dias de luta” (ZH: 12/7/75, p. 12). MC

Os jornais gaúchos reconheceram a Guerra Civil em Angola a partir de 15 de julho, com a fuga dos quadros da FNLA para o norte do país, onde construiu sua resistência ao MPLA, que dominou Luanda até a independência de novembro. Os portugueses, como um paradoxo, apenas seguiam uma "neutralidade ativa entre os dois grupos rivais. O objetivo dos portugueses é proteger cerca de 250 mil portugueses" (CP: 17/7/75, capa). MC

Em 22 de julho foi anunciada nova trégua e novo cessar fogo acabou assinado por MPLA e FNLA. Apenas simbólico, pois o avanço da FNLA se registrou já nos dias seguintes. "A luta entre MPLA e FNLA parecida adquirir hoje proporções de uma verdadeira guerra" (CP: 31/7/75, capa). MC

Segundo AREIA (2008, p. 77), o cenário de conflito estava colocado: "(...) a intensidade do recrutamento de soldados pelos três movimentos, por um lado, e por outro, os freqüentes confrontos, sobretudo em Luanda, entre militantes da UNITA e do MPLA, indiciavam claramente o clima de guerra civil que se adensava cada dia".

Em agosto, a UNITA entrou na guerra e acabou agindo em unidade de ação com a FNLA. ZH, neste mês, anunciou em seu noticiário, o controle total de Luanda pelo MPLA, visto que os dois outros grupos se retiraram do governo provisório e tiraram suas tropas da capital. Ante esta situação, os portugueses retomaram o controle de Angola pela inexistência do governo tríplice, sem questionar a data prevista para a independência.

Enquanto a fome aumentava e áreas importantes da economia paralisavam por falta de braços qualificados (30 mil fugiam de Angola por mês), o MPLA avançou ocupando regiões importantes e controlou 12 das 16 províncias angolanas nas portas da independência. Ao mesmo tempo, Portugal (em profunda crise e dividida entre facções militares e civis) anunciava a retirada de suas tropas até novembro, jogando para a ONU a responsabilidade sobre Angola.

Em outubro, a OUA – Organização para a Unidade Africana - anunciou missão de investigação para pôr fim a guerra civil, iniciativa bem recebida por parte das facções guerrilheiras, mas o quadro já estava praticamente delineado para o 11 de novembro, conforme descrito no CP de 17/10/1975: "O MPLA reivindicará para si o controle da nação no dia da proclamação da independência. (...) baseia sua reivindicação no fato de suas forças ocuparem a capital e o mecanismo administrativo do país (p. 3)". MC

Neste período, às vésperas de importantes batalhas antes do 11 de novembro, o MPLA recebeu o apoio internacionalista de centenas de cubanos, que chegaram em Angola para auxílio técnico e militar. ZH divulgou tal fato a partir de uma crítica de Jonas

Savimbi, da UNITA, sem citar que a UNITA recebeu apoio de outras nações simpáticas às suas posições ideológicas. CP, por sua vez, não deu importância significativa ao apoio cubano naquele momento.

CHALIAND (1982, p. 85), refletindo estas dificuldades no início dos anos 80 relata que o "(...) resultado final das diversas intervenções foi a presença de vinte mil cubanos - militares e técnicos civis - que constituem hoje a garantia mais segura do regime (...) considerando-se o vazio deixado pela partida de 300 mil portugueses".

Apesar de todo quadro caótico, a hora da independência chegou. Os portugueses anunciaram no início de novembro detalhes de sua retirada e a entrega do país aos movimentos guerrilheiros, inclusive os bens militares "às autoridades colocadas em cada local (...). Também deixamos armas e material em zonas controladas pela FNLA e pela UNITA (ZH: 2/11/75, p. 16)". MC

Neste contexto, a posse de Luanda foi fundamental para a transição de poder dos portugueses para o MPLA e não aos outros movimentos. Ressalte-se que a situação angolana retratada na imprensa pouco antes da independência era de intenso caos e, especialmente para ZH, de forte melancolia e falta de perspectiva para o futuro.

Apesar disso, o apoio local ao MPLA garantiu a resistência contra o FNLA, especialmente na Batalha de Quifangondo, quando as tropas da FNLA foram barradas a poucos quilômetros de Luanda, 3 dias antes da independência, conforme ZH: "Vários milhares de soldados do MPLA, resistem com sucesso há algumas semanas ao ataque das tropas do FNLA, em Quifangondo. As ofensivas lançadas pela FNLA em 23 de outubro passado foram um fracasso (10/11/75, p. 16)". MC

Nas portas da independência política, os jornais gaúchos divulgaram notícias com forte dose de ceticismo em seu conteúdo. ZH destacou na mesma matéria anterior, dentro de seu tradicional conteúdo, que o "futuro de Angola continua sendo sombrio e por agora parece que deve excluir-se toda a solução que não seja militar". CP, por sua vez, considerou Angola "outrora próspera colônia do Império Português e agora terra devastada que se debate na agonia da guerra civil (11/11/75, p. 3)". MC

Ao chegar o dia da independência política de Angola, consolidada no 11 de novembro de 1975, o MPLA assumiu o comando da independência e dos destinos do novo Estado Nacional, como era esperado. As longas negociações entre Portugal e seu governo após Revolução dos Cravos e os grupos guerrilheiros, bem como as diversas tentativas para articular um governo de unidade nacional, acabaram naufragando.

Com a expulsão do FNLA e da UNITA de Luanda em combates contra o MPLA, este se tornou o único representante das três organizações guerrilheiras na capital em 11 de novembro. Afastados da capital, FNLA e UNITA partiram para conspiração permanente ao poder do MPLA, atitude que duraria por vários anos após a independência.

Estes grupos assumiram posições ao norte e ao sul de Angola e contaram com importantes apoios internacionais, destacando-se a ação sul africana com tanques e homens que invadiram Angola pelo sul, dias antes da independência.

Inúmeras matérias apareceram em CP e ZH neste período pré independência. Merecem destaque as diversas matérias de ZH sobre os ataques do FNLA contra Luanda e o MPLA de Neto: nestes episódios, o jornal ZH parecia torcer pelo sucesso da FNLA nos embates em manchetes do tipo "Frente prepara-se para invadir Luanda" (21/7/75, p. 13), "Holden Roberto pede guerra total em Angola (26/7/75, p. 12)", "FNLA aperta cerco sobre Luanda (28/7/75, p. 14)" e "Frente Nacional fecha o cerco sobre Luanda (31/7/75, p. 14)". (todas MC)

Cabe ressaltar que a FNLA encontrou forte resistência em suas manobras militares e não ameaçou seriamente Luanda neste período, apesar do conteúdo de diversas matérias de ZH, algo não visto nas matérias do CP [33] nos mesmos dias. Claramente, ainda, nestas reportagens em ZH, a FNLA parecia portadora do ideal democrático contra o MPLA.

Lentamente, este tipo de manchete foi desaparecendo das páginas de ZH. Nos meses seguintes, importantes vitórias do MPLA foram registradas com discrição por ZH nos dias 26/11, 2 e 6/12: "Essa cidadezinha de inegável importância estratégica passou em poucas semanas das mãos do MPLA para as da FNLA e foi reconquistada esta semana pela FAPLA (6/12/1975, p 12)". MC [34]

A matéria anterior referia-se à cidade de Caxito retomada pelo MPLA naquela altura. Na mesma página, com destaque superior, noticiou-se as relações entre FNLA e África do Sul: "Tanto o governo da África do Sul como as forças angolanas da FNLA e da UNITA, que contam com o apoio do Ocidente, negaram que a África do Sul estivesse ajudando na guerra contra as forças do MPLA, armado pela URSS". MC

[33] As manchetes do mesmo período em CP se referiam à conquista de territórios ao Norte de Angola por parte do FNLA, ao mesmo tempo em que destacavam o conflito entre as facções guerrilheiras, mas não parecia que uma invasão do FNLA em Luanda e a derrota do MPLA estava iminente (nota do autor).
[34] FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola – braço armado do MPLA (nota do autor).

Em ZH, esta curiosa afirmação não teve espaço algum de contraponto. Neste jornal, merece destaque também a constante descrição do caos e da barbárie em parte do conteúdo escolhido para ser publicado em suas páginas:

> Ao anoitecer, Luanda é uma cidade morta, onde a FAPLA (...) estabeleceram há pouco controles destinados a verificar a identidade dos automobilistas. As estradas estão com vários carros acidentados, abandonados por seus proprietários à margem da rodovia. (...) Os ônibus municipais imprestáveis foram colocados num parque por falta de peças de reposição ou de técnicos para repará-los. Multidões viajam agarradas às portas dos escassos veículos em funcionamento na hora do pique. É preciso uma espera de várias horas, às vezes de vários dias, para conseguir uma conversa com o exterior. As importações foram interrompidas (...) diversos navios cargueiros esperam há várias semanas as operações de descarga (...) (7/11/1975, p. 14). MC

Mais tarde, quando o MPLA recuperou a cidade de Caxito, houve a sugestiva manchete bastante destacada "Guerra civil: em Angola, aves comem cadáveres", onde este tipo de descrição continua:

> O repórter da AFP visitou Caxito ontem à tarde e viu um povoado morto, com cadáveres por todos os lados, vigiados por uns vinte soldados que conversavam à sombra de um arbusto (...) sob um sol abrasador que contribuia para a rápida decomposição dos cadáveres. Os soldados de guarda, indiferentes ao mau cheiro, comiam banana e coco. Com toda a certeza as casas foram objeto de pilhagem. Não ficou nelas nenhum móvel (...) e na escola, também em meio a ruínas, cadernos de estudantes (8/12/1975, p. 14). MC

A descrição da barbárie, típica em qualquer conflito deste tipo é uma opção em inúmeras matérias de ZH. Nesta última matéria citada, ainda foi destacado que as tropas do FNLA estavam em Caxito para "defender o povo", afirmação colocada no meio de uma frase, sem destaque, demonstrando de maneira clara uma posição do jornalista.

Sobre essa forma de incutir conceitos bem importantes no meio das matérias, FRAGA (2004, p. 28) afirma que "os grandes jornais utilizam a informação também como instrumento de doutrinação, modelando e manipulando a realidade e a opinião pública, ao mesmo tempo em que se apresentam sob o manto da neutralidade política". Mesmo sem total sucesso nos objetivos supostos pelo autor, ao menos pode ser considerada a tentativa permanente dos jornais – em que pese não serem estas instituições sólidas e com opiniões homogêneas entre seus profissionais - em influir na opinião pública com visões de mundo próximas às perspectivas destes. Sobre isso, FRAGA prossegue:

> Tanto a dominação social que fomentam quanto o papel pedagógico que desempenham constituem-se em fatores extremamente inter-relacionados, com fronteiras nem sempre definidas de forma clara. Tais funções contudo, têm sido executadas de forma eficiente ao longo do tempo, garantindo a imagem de instituições detentoras da verdade e agentes imparciais de informação, fato que enseja

> discussões sobre o assunto, bem como a elaboração de estudos que tratem de tal temática (idem, p. 32).

Mesmo que os jornais não determinem os destinos do mundo e da sociedade, em geral, são instituições – especialmente os maiores conglomerados jornalísticos – que tentam reforçar esta imagem de imparcialidade e de prestação de serviço social, sem contradições.

Os grandes jornais podem também ter abordagens distintas em suas edições: neste sentido, a cobertura deste mesmo período no CP não se assemelhou a ZH, apesar das fontes semelhantes. Em geral, CP partia sua abordagem da perspectiva do MPLA, o que em parte, podia ser uma opção mais oficialista, visto que este movimento dominou politicamente o processo de independência. Na cobertura do CP não se observou qualificativos à FNLA ou UNITA, por vezes nem eram citados tais movimentos. Parecia ocorrer uma tentativa de descrição dos fatos, como nos exemplos abaixo citados:

> MPLA reivindicará para si o controle da nação no dia da proclamação de independência. Fontes militares afirmam que o MPLA baseia sua reivindicação no fato de suas forças ocuparem a capital e o mecanismo administrativo do país (17/10/1975, p. 3). MC
> O MPLA mobilizou hoje suas forças de luta contra uma organização rival, declaram que "haverá derramamento de sangue e sofrimento para o povo às vésperas da independência" (25/10/1975, capa). MC
> O MPLA pediu hoje que os 550 mil habitantes de Luanda se preparem para o pesadelo: bombardeio que outros dois movimentos podem realizar nos próximos dias. Pede também que padeiros façam pães para não faltar comida (8/11/1975, capa). MC

Este pedido de cuidados por parte do MPLA à população também apareceu em ZH de maneira bem parecida:

> Os chefes do Hospital Militar de Luanda convocaram todos os médicos e enfermeiras disponíveis para que se apresentem aos seus postos na madrugada de hoje. Ao mesmo tempo os líderes do MPLA cujas forças dominam a capital, solicitaram a todos os padeiros que produzam a maior quantidade possível de pães nos próximos dias, a fim de evitar a escassez de alimentos (8/11/1975, p. 12). MC

No período antecedente à independência, também a voz dos guerrilheiros e do próprio Neto verificou-se nas edições de ZH, onde mesmo a agressão sul africana apareceu, mas na voz dos guerrilheiros:

> A vitória é segura, é o lema vigente na capital, onde os boletins militares do MPLA assinalam que, uma vez obtida a independência de Angola, "será implacável com os inimigos do povo", seja a UNITA seja a FNLA (2/11/1975, p. 16). MC
> Agostinho Neto acusou mercenários sul-africanos, portugueses e do Zaire de estarem invadindo a última colônia portuguesa na África, com o propósito de instalar um governo de "dominação branca" (5/11/1975, p. 14). MC

Apesar das coincidências e diferenças nas abordagens, especificamente no dia da independência de Angola, ZH e CP abordaram amplamente este fato. Como exemplo do espaço cedido, temos a descrição da independência angolana na capa do CP na edição de 11/11/75:

> Nenhum dos três movimentos nacionalistas foi convidado para a cerimônia de arriamento da bandeira portuguesa, (...), que marcou oficialmente o término dos 500 anos de dominação colonial em Angola. O Almirante Leonel Cardoso (...) recolheu a bandeira e imediatamente deixou o novo país. Designando o seu dirigente máximo o poeta Agostinho Neto (...) como primeiro presidente da República (...). MC

Visivelmente, a cerimônia foi descrita como simples e rápida, na esteira da crise seguida aos antecedentes ao processo formal de independência, onde um acordo entre os grupos rivais se mostrou impossível de ocorrer. A cerimônia de posse de Neto como presidente da Angola independente também teve grande espaço em ZH. Até porque, junto à posse de Neto em Luanda, os demais movimentos guerrilheiros colocaram a possibilidade de *separatismo* no horizonte político angolano ao realizarem anúncios paralelos de independência. [35]

Ao lado disso, a cobertura noticiosa reconheceu o novo presidente dando-lhe voz na cerimônia de posse registrada em ZH (12/11/75, p. 12) como chefe de Estado. Neto declarou na posse presidencial sua compreensão de regime político a ser aplicado pelo governo do MPLA: "Angola vai se converter, progressivamente, em uma democracia popular (...). A luta continua, a vitória é segura". MC

Em 12/11/75, CP destacou em sua capa: "Angolanos lutam e o primeiro presidente escapa de atentado", também dando espaço ao discurso do presidente na seqüência da matéria: "Neto batizou o país com o nome de República Popular de Angola. Falando a multidão que agitava bandeirinhas e soltavam gritos de alegria, Neto afirmou que seu governo apoiará os movimentos nacionalistas negros na Rodésia" (p. 26). MC

Os discursos de Neto se enquadravam na perspectiva socialista em tempos de Guerra Fria, mas mesmo assim tiveram espaço nos jornais gaúchos. Sobre isso, STEPHANOU (2001, p. 45), sobre este tema, lembra que a imprensa acaba elegendo os "acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não

[35] Holden Roberto declarou a independência em Ambriz, a meia noite, batizando o país e "República Popular e Democrática de Angola". No Zaire, foi assinado "Protocolo de Acordo e Ata Constitucional" entre FNLA e UNITA, formando governo separatista com sede em Nova Lisboa (KI-ZERBO: 2002, p. 285).

registrando apenas o fato (...) seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos ou por interesses econômicos e políticos".

Os tempos de Guerra Fria reproduziam importantes disputas e conflitos também na África. Falar em *Poder Popular* como fez Neto, por exemplo, era mexer nesta contradição. Sobre este conceito político, SANTOS (1975, p. 76) interpreta que este *Poder Popular* para Neto se traduzia na "participação das massas no centro das decisões (...) como modo de politização e uma forma de essas massas fazerem ouvir a sua voz (...)".

Independente dos discursos de Neto e dos anúncios de independência, foi necessário coordenar os esforços para consolidar o novo Estado Nacional em um contexto desfavorável. Semelhante a outros processos de independência, a batalha pelo reconhecimento internacional foi decisiva.

Desde antes de 11 de novembro, mas em especial a partir deste dia, Neto e seu regime político foram defendidos por combatentes de diversas matizes. Além das tropas do MPLA, houve a participação de cubanos, moçambicanos e apoiadores voluntários de várias partes do mundo simpáticos a Neto e sua causa, o que contribuiu para importantes vitórias ao norte e ao sul de Angola contra seus inimigos. O papel do apoio da URSS foi decisivo e fazia parte da política soviética daquele período, assim descrita pelo "cientista político em questões militares", que divulgava a perspectiva soviética em suas obras, DOLGOPÓLOV (1986, p. 134 e 135):

> No continente africano, muitos povos, em especial os da Argélia, de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique, durante a sua longa luta armada com os colonizadores, sentiam a ajuda fraternal e constante da União Soviética. Nas condições da agressão imperialista contra a República Popular de Angola, o apoio da URSS e de Cuba ao Governo legítimo do novo Estado contribuiu para a defesa da sua independência e soberania dos atentados de fora.

A participação cubana no contexto angolano teve farto destaque na imprensa naquele momento. Em ZH, a partir da manchete "Cubanos lutam em Angola pelo MPLA", houve uma descrição da presença e das tarefas executadas pelo país latino americano em Angola: "(...) cerca de 1200 soldados cubanos desembarcaram no porto de Luanda para reforçar o MPLA (...) 600 cubanos desempenham as funções de instrutores junto ao exército do MPLA e outros mil cubanos chegaram a Luanda há aproximadamente um mês" (13/11/1975, p. 12). MC

O apoio cubano e de outros países, além do reforço do bloco socialista da Guerra Fria, deram ao governo a força necessária para os primeiros passos pós independência. No

importante enclave de Cabinda, o MPLA também resistiu com apoio cubano contra as forças do Zaire, opositoras a Neto e aliadas da FNLA.

No CP de 26/11/75, o secretário da UNITA denunciou que "agitadores esquerdistas brasileiros estão colaborando intensamente com o governo de Agostinho Neto, que ocupa ilegalmente o governo do país (p. 3)" MC. Numa guerra aberta e internacional no território angolano, cada lado acusava os aliados de seus inimigos, o que aumentava a importância dos reconhecimentos neste tabuleiro internacional. Quanto ao teor das denúncias, raramente ocorria o devido contraponto ou ao menos a confirmação das mesmas, nas edições seguintes dos periódicos.

Angola precisava mais do que o reconhecimento dos aliados de bloco político e em 13/11/1975, CP já destacava este aspecto: "Portugal não reconhece o governo de Luanda: (...) cerca de 30 nações de todo o continente já reconheceram o governo de Agostinho Neto mais a URSS, Alemanha, Brasil, Cuba (...) (p. 3)" MC. O Brasil foi a primeira nação a reconhecer o novo Estado Nacional, um dos aspectos mais controversos da política externa brasileira.

Ao descrever esta definição brasileira, MELLO (2000, p. 347) [36] recorda que Angola se colocou apenas como mais um exemplo entre outros da "situação política complexa, com envolvimentos internacionais, em que a posição assumida pelo Brasil tinha bastante peso. Chegamos a ter manifestações populares na porta da Representação Especial, para que o Brasil assumisse posições".

O representante do Itamaraty quando da independência angolana ainda lembra que a política de reconhecimento brasileiro em relação aos três movimentos disputantes do poder após o 11 de novembro seria "isento, absolutamente isento, equânime e neutro entre todos eles e estaria pronto a reconhecer aquele que, sobrevida a independência, tivesse alcançado o poder" (p. 350).

Isso não significa que reconhecer a conquista do poder pelo MPLA, simpático ao mundo socialista nos anos 1970, tenha sido algo absolutamente tranqüilo para o governo conservador de Geisel de então. Houve vacilos, idas e vindas relatadas por Mello e após a

[36] Ovídio de Andrade Mello era embaixador (Quadro Especial), ex-Representante Especial do Brasil perante o Governo de Transição, que precedeu à independência de Angola, tendo participado como representante brasileiro nas festividades daquela Independência em 11 de novembro de 1975 (dados biográficos em http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2000 -2%20075-133%20ovidio%20de%20andrade%20melo.pdf – acesso em 18/4/2010). A participação de Mello também foi registrada na capa do CP em 9/11/1975: "O Brasil vai estar presente dia 11 através de seu embaixador Ovídio de Mello, caso seja convidado o próprio chanceler Azevedo poderá viajar a Angola para participar das festividades do dia 11 de novembro". MP

decisão definitiva pelo reconhecimento, Geisel e o Itamaraty sofreram uma forte pressão interna e externa. Chegou a ser afirmado por setores ultraconservadores que essa decisão seria exemplo de 'comunização' do país.

O baixo número inicial de países a reconhecer Angola também pode ser explicado pelo quadro de disputas que estava colocado. Parte da comunidade internacional parecia querer aguardar a evolução dos acontecimentos. De qualquer forma o Brasil foi amigo de primeira hora de Angola e mesmo antes de 11 de novembro se esforçou por ter ao menos uma Representação Especial no país.

Em parte, uma posição pragmática, muito mais que ideológica. Havia o interesse de cooperação econômica com o rico país do sul da África. Fato confirmado em 1976 com acordos desenvolvidos entre Petrobrás e Angola. Ao mesmo tempo o Brasil, na opção diplomática de não alinhamento automático de então, se gabaritava ante os africanos (VER GONÇALVES & MIYAMOTO, 1993).

Sobre o reconhecimento brasileiro às independências das colônias portuguesas entre 1974 e 1975, ressalta-se que foi necessária uma mudança importante nos caminhos diplomáticos brasileiros, optando por se afastar do alinhamento com Lisboa e Pretória, [37] para se aproximar das nações africanas. Era uma diplomacia a serviço do desenvolvimento, apelidada de "Pragmatismo responsável" durante o governo Geisel, nada consensual na cúpula do regime, mas que saiu vitoriosa. Anos mais tarde, descobriu-se o envio de armas secretamente do governo brasileiro em apoio ao MPLA, mas também a ação de militares do Brasil em apoio ao FNLA, mais uma demonstração da complexidade do episódio em Angola (SARAIVA: 1999, p. 230 e seguintes).

O contexto internacional do petróleo, também impunha ao regime militar medidas que ajudassem no processo de desenvolvimento nacional, em especial, no campo industrial. Em tempos nos quais o petróleo chegou a ser elevado pela OPEP em 300 %, devido os conflitos entre árabes e israelenses no Oriente Médio, reduziram-se as barreiras ideológicas. A dependência brasileira em relação ao petróleo internacional pesava no bolso

[37] "Até então, sua imagem estivera associada ao Estado Novo português e a Pretória; a partir daí, passou a estar associada aos países de linha de frente e à luta contra o *apartheid*. A nova política africana do Brasil representava, assim, uma ruptura com o passado. Pois, apesar de o governo anterior ter se voltado para a África, sua atuação orientara-se para objetivos de ordem estritamente econômico-comerciais; suas alianças na área permaneceram atreladas ao figurino das fronteiras ideológicas. E verdade que o interesse econômico continuava a permear as relações, pois, além da perspectiva de gozar os benefícios de um mercado que se acreditava de grandes potencialidades, próximo e formado por povos de expressão portuguesa, Angola, particularmente, apresentava como contrapartida um território rico em matérias-primas vegetais e minerais, entre elas, muito especialmente, o petróleo" (GONÇALVES & MIYAMOTO: 1993, p. 235) .

do governo e na estabilidade econômica e política interna. Por isso, a perspectiva de o Brasil ter acesso à exploração de diversos recursos angolanos, inclusive dos depósitos de petróleo em Cabinda, estimulava o País a reconhecer a desvinculação da colônia portuguesa. [38]

Em artigo sobre o tema, LUIZ ainda apresenta as palavras do presidente Geisel, em entrevista, que confirma tal situação:

> Em primeiro lugar, tratava-se de uma fronteira marítima nossa e, em segundo lugar, os angolanos falam português, a nossa língua. Já disse que éramos a favor das colônias portuguesas que se emancipavam de Portugal. Achávamos que o nosso apoio a Portugal nesse terreno tinha que mudar, inclusive porque somos anticolonialistas. Reconhecemos todos os países da costa oeste e, na costa leste, Moçambique. E o importante é que nem Angola há petróleo! Presentemente estamos explorando petróleo no mar, em Angola, por intermédio da Braspetro, associada a outras empresas.

Segundo PINHEIRO (2007, p. 95), essa luta do regime brasileiro em manter boas relações com os novos Estados Nacionais que surgiam nas ex-colônias de Portugal, independente do regime político ali presente, buscava garantir que o Brasil pudesse exercer sobre nestes novos atores das relações internacionais alguma influência.

Isso se confirmou nas palavras de Newton Carlos, em entrevista a esta pesquisa: "(...) os regimes militares, broncos, nada sofisticados, a não ser no período Geisel, poucos se interessam por ela [África]. Quanto a Geisel, tinha um anti-EUA no fundo da alma, aparentemente aceitou a idéia de que os do sul deviam juntar-se".

De fato, a posição brasileira chocou-se com a política estadunidense. [39] Os EUA, além de pressionarem pela mudança da posição diplomática de Geisel e do regime brasileiro, trabalharam permanentemente pela desestabilização do MPLA em Angola e não reconheceram a independência do país. Em aliança com a África do Sul, como comprovado pelos acontecimentos seguidos ao 11 de novembro, os estadunidenses interviram como puderam com suas forças para impedir a consolidação do poder de Neto e do MPLA.

---

[38] Conforme LUIZ, Edson M. B. **Capitalismo *versus* Socialismo?: A diplomacia brasileira e a independência de Angola** < http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page19/files/EdsonLuiz.pdf> acesso em 22/5/2011.

[39] Os dirigentes norte-americanos, daquela época, não aceitavam o fato de o Brasil, seu grande aliado interamericano, ter sido o primeiro a reconhecer o governo de Luanda. Os homens de Washington estavam sempre acostumados à tradição de que os países latino-americanos só tomassem qualquer iniciativa em questões internacionais depois que o Departamento do Estado dava o seu *nada a opor* (ALENCASTRE: 1980, p. 52).

Naquele momento, os periódicos divulgavam este fato variando as suas fontes: ZH, utilizando fontes da Tass [40], sob a manchete "Angola: Moscou ataca Ocidente", chegou a citar o famoso jornal russo *Pravda* explicitando a posição da superpotência socialista na Guerra Fria:

> Durante uma entrevista com a imprensa, em Angola, foram exibidas modernísimas armas que os Estados Unidos começaram recentemente a fornecer aos invasores, depois que estes sofreram esmagadoras derrotas diante da República Popular de Angola. O jornal *Pravda*, do Partido Comunista Soviético, informou na semana passada que forças regulares sul-africanas, apoiadas por veteranos norte americanos da Guerra do Vietnã, assim como fascistas espanhóis e portugueses e mercenários tinham invadido Angola (1/12/1975, p. 14). MC

No CP, a agressão externa sul africana e estadunidense foi retratada logo na semana seguinte à independência em diversas matérias. A crise interna, o conflito entre os três movimentos armados angolanos, aliás, pode ser considerada como a outra face da mesma moeda desta agressão externa. Assim, através de notícias e manchetes sobre o tema, as intenções e práticas da África do Sul apareceram no CP no período:

> Se as nações da África não formarem uma aliança contra intervenção comunista na ex-colônia portuguesa de Angola, a guerra civil neste país poderá acabar por envolver todos os países vizinhos, afirma o primeiro ministro de defesa da África do Sul, Pieter Botha ("África do Sul propõe intervenção em Angola": 18/11/1975, p. 3). MC
> Pieter Botha anuncia que a presença soviética em Angola é uma ameaça ao mundo livre (28/11/1975, capa - manchete). MC
> África do Sul envia reforços às suas tropas postadas em Angola (6/12/1975, capa – manchete). MC

No mesmo período, ZH depois de usar fontes soviéticas como visto anteriormente, optou por fontes de Pretória em suas edições, o que tem como conseqüência um conteúdo distinto, se comparado com CP:

> (...) as tropas dos movimentos pró-ocidentais FNLA e UNITA, com a ajuda de mercenários brancos portugueses e sul-africanos, estão se agravando de forma encarniçada em todo o centro de Angola, indicaram fontes militares sul-africanas em Pretória. (...) Nesta zona, uma verdadeira terra de ninguém, de cinco a seis quilômetros de largura, está se formando, ao longo da fronteira que separa Namíbia de Angola. Esta área se estende ao longo de mil quilômetros, desde o Oceano Atlântico até setor de Caprivi. (...) Segundo os especialistas militares da África do Sul, o MPLA, cujas forças

[40] Agência Telegráfica da URSS, foi a agência central de coleta e distribuição de notícias nacionais e internacionais para todas as estações de televisão, rádios e jornais soviéticos e que detinha o monopólio sobre a informação oficial de Estado, para o país e o exterior, durante a era do poder do PCUS no país. Criada em 25 de julho de 1925 por um decreto do *Comitê Executivo Central do Partido,* a TASS manteve escritórios, jornalistas e repórteres em 110 países, com um rendimento diário de notícias equivalentes a 750 páginas de jornais, traduzidas em oito línguas não-russas e empregava cerca de 5000 pessoas, um quinto delas jornalistas. Dados coletados e adaptados em < http://html.rincondelvago.com/las-agencias-internacionales.html > acesso em 16/5/2011.

> estão reforçadas por cubanos e soviéticos, está disposto a prosseguir na escalada da guerra, fazendo entrar em ação os aviões de combate soviéticos Mig-21 (19/11/1975, p. 14). MC

De fato, utilizar fontes sul africanas crentes de que o MPLA faz uma 'escalada de guerra', apesar da agressão externa, sem o uso do contraponto, é uma opção do jornal: isso vale também para os momentos de expressão dos guerrilheiros do MPLA nas matérias.

Sobre a agressão sul africana e as dificuldades deste país nesta empreitada, KI-ZERBO (2002, p. 285) explica que

> O regime sul-africano, verificando que, em período pré-eleitoral, o Congresso dos Estados Unidos não estava disposto a repetir a aventura do Vietname, autorizando os créditos necessários para prolongar uma guerra em que o seu país se tornaria aliado de um regime detestado pela maioria dos povos africanos, acabou por retirar as suas forças.

Segundo o autor, Angola, ainda há pouco o escudo da África do Sul e agora independente e progressista, passava a ser uma base contra os poderes racistas do Sul. Uma das múltiplas ironias da história. Cadernos do Terceiro mundo analisam na mesma perspectiva de Ki-Zerbo:

> Para a África do Sul e seus geopolíticos, a guerra de agressão se justifica por dois motivos decisivos: a) o potencial econômico de Angola; b) a instalação de um governo socialista no lebensraum (o "espaço vital") do expansionismo sul-africano.
> Grande parte do que Angola produz complementa a economia da África do Sul, sobretudo o petróleo, de que tanto carece. O fato de que, a partir do território angolano, a África do Sul poderia expandir as suas exportações para o norte do rio Congo, constitui um fator de peso nas ambições sobre Angola. Sua meta seria transformar Luanda numa plataforma exportadora como Taiwan ou Hong Kong ("A geopolítica sul-africana": dezembro de 1983, p. 29). MP

Bem longe da versão destes analistas, publicamente os líderes sul africanos faziam o debate ideológico, de direito de defesa e da soberania da região austral do Atlântico contra uma suposta 'sovietização'. Além de utilizar as fontes diretas de Pretória, agressora de Angola, ZH também deu espaço para visões dos guerrilheiros do MPLA, como na divulgação da entrevista de Neto em 23/11/1975:

> O próprio Agostinho Neto admitiu a enorme responsabilidade de "reativar a economia, combater o parasitismo, eliminar a desigualdade e construir um Estado de justiça social. (...) Angola está aberta ao mundo inteiro para manter relações econômicas, com a condição que toda a ajuda estrangeira tenha em conta o princípio de independência nacional afirmado pelo movimento de Libertação, assinalou Agostinho Neto." (...) Neto e seus colaboradores confiam em que seu reconhecimento por parte da União Soviética e os países do bloco socialista, se traduza numa maciça e rápida assistência tecnológica, que lhe permita orientar sua deteriorada economia (p. 16). MC

A cessão de espaço para ambos os lados do conflito não eliminava o fato da agressão da África do Sul em Angola ser uma notícia quase ausente em ZH, exceto nas falas dos guerrilheiros do MPLA ou nos comentários de Newton Carlos, como em 13/11/1975, quando citou a fala do ministro sul africano Cornelius Mulder: "Os EUA e as potências ocidentais precisam arcar com suas responsabilidades no Indico e no Atlântico Sul (...) é do interesse do mundo livre uma forte presença ocidental na região (...)" (p. 12) MP. A ausência total ou parcial de tal fator tão significativo no contexto angolano não é algo de menor importância, pois

> A mídia pode não ter o poder de definir como o público vai pensar algo, mas com certeza pode influenciar sobre o que será pensado. Qual tema deve ser discutido em sociedade e qual deve passar ao largo. Como isto acontece justamente porque as pessoas têm a tendência de incluir na sua agenda de discussão aquilo que a mídia publica, o que não é publicado pouco é discutido. Se o tema é largamente, paulatinamente ou diariamente publicado o leitor, com certeza passará a tê-lo como tema de discussão. [41]

Apesar da rara referência à África do Sul em ZH, fica difícil imaginar a qual *mundo livre* se referiam os políticos sul africanos nas colunas e matérias em ZH e CP, especialmente num país marcado naquele momento pelo regime do *apartheid,* mundialmente conhecido pela segregação racial à maioria negra naquele país. De qualquer forma, os apelos da África do Sul aos EUA e à "sociedade ocidental" feitos pelos representantes do *apartheid,* acabaram tendo aceitação, ao menos do ponto de vista do governo estadunidense.

Em geral, os EUA – em especial sua opinião pública e legisladores - receavam um *novo Vietnã*, ou seja, uma nova intervenção sem sucesso contra aliados do campo socialista. Este termo metafórico foi utilizado por Newton Carlos quando examinou a crise que a descolonização africana projetava em Portugal nomeando o contexto português como um *Vietnã Africano,* aludindo à derrota estadunidense na Ásia naquele período (ZH: 19/3/74, p. 12). MP

Esse tipo de metáforas, aliás, podem ser usadas pelos jornalistas em alguns momentos como nesta edição de ZH, onde estas expressões, segundo RECH & FELTES, (2005, p. 280), carregam valores em si para potencializar "a enunciação e o compromisso efetivo do locutor frente ao que está sendo referido e contextualizado. São adjetivos no

[41] NOGUEIRA, Maristel Pereira & DE OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **Teorias da Comunicação**. Texto elaborado para o mini curso História e Imprensa: fonte e objeto do historiador: IX Encontro Estadual de História ANPUH-RS.

sentido de atribuir um valor a coisas ou pessoas, refletindo com isso concepções de mundo".

Sob o impacto dos acontecimentos do Vietnã, as metáforas vinculadas a este país e à sua guerra recém concluída naquela altura, também acabou sendo utilizado por ZH para o lado soviético sob o título "Angola, o Vietnã russo?", em longa matéria de pagina inteira:

> Moscou que parecia contentar-se, até há pouco tempo, com uma presença discreta na África, o suficiente para contrabalançar as manobras chinesas, passa hoje à ofensiva, assumindo o risco de desencadear um conflito generalizado na região. (...) Para os soviéticos, a operação, se tiver êxito, será altamente frutífera. Em primeiro lugar no plano estratégico, com a magnífica obtenção de uma 'base' naval de primeira ordem no Atlântico. (...) a URSS traria assim uma prova de que continua sendo o único apoio ativo para as forças revolucionárias, ao contrário do que Pequim alega (7/12/1975, p. 16). MC

De fato, o contexto pós Vietnã pesou mais para o lado estadunidense, derrotado naquele conflito ao fim e ao cabo. Por isso, se mostrou bastante difícil a intervenção direta dos EUA no processo angolano, apesar de diversas tentativas. Como exemplo destas tentativas, em 27/11/1975, CP noticiou o recrutamento de mercenários para a guerra contra o governo de Luanda, divulgado em jornal público (p. 3) MC. Também ocorreu a fuga de empresas estadunidenses como a Gulf Oil divulgada na edição de 23/12/1975 (p. 3) MC a qual retirou seus funcionários e parou o funcionamento no país.

Em ZH, na edição de 10/12/1975, houve a opção de deixar claro na manchete que 'EUA admitem intervenção em Angola' onde foram anunciadas intenções deste país, nas palavras de Henry Kissinger: [42]

> Os EUA tentam ajudar alguns países vizinhos de Angola (..) tais armas acabaram nas mãos dos grupos pró-ocidentais FNLA e UNITA. (...) a ajuda dada aos vizinhos foi fornecida depois que o envolvimento maciço da URSS se tornou evidente (...). Quanto aos próximos passos norte-americanos em relação a Angola, o Secretário de Estado declarou que prefere 'esperar e ver o que pode ser feito' (p. 14). MC

[42] Secretário de Estado estadunidense durante a crise angolana, Henry Kissinger nasceu na Alemanha, emigrando para os EUA com sua família em 1938, fugindo das perseguições anti-semitas. Naturalizou-se norte-americano em 1943. Kissinger fez seus estudos secundários na cidade de Nova York e ingressou posteriormente na Universidade de Harvard, formando-se em economia. Em 1969, foi convidado pelo presidente Richard Nixon para dirigir o Conselho de Segurança Nacional, cargo que ocupou até 1973, quando foi nomeado Secretário de Estado. Entre suas ações neste cargo estão o restabelecimento de relações diplomáticas com a China e a participação nas negociações de paz com o Vietnã do Norte. Em 1973 Henry Kissinger recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Entre 1973 e 1977, Kissinger foi o responsável pela política externa norte-americana, atuando como mediador no conflito árabe-israelense e em Angola. Sua influência na política norte-americana persistiu até o governo do presidente Ronald Reagan (1980 a 1988). Dados biográficos em < http://educacao.uol.com.br /biografias/ult1789u458.jhtm > acesso em 21/4/2010.

VISENTINI (1998, p. 93) afirma que a postura de Kissinger “revelava seu desconhecimento da realidade regional, e um enfoque caracterizado pela visão globalista de confrontação Leste-Oeste”. Para o autor: “Sua precipitação e erro de cálculo tiveram como conseqüência o desencadeamento de uma longa e violenta guerra na África Austral, ampliando involuntariamente a presença soviético-cubana na região”. Neste sentido, a intervenção dos EUA desencadeou um conflito violentíssimo com a participação de muitos atores, originalmente não convidados para a guerra.

A ação estadunidense apareceu nas manchetes em ZH, como em 13/12/1975: ‘Dólares dos EUA em Angola’, onde no corpo da notícia afirmou-se que “metade da verba destinada à FNLA e UNITA já foi entregue e que a outra metade será entregue pela CIA (p. 14)” MC. Sobre a ajuda da CIA aos movimentos opositores ao MPLA, aliás, ALENCASTRE (1980, p. 55 e 56) traz o relato de John Stockwell, chefe de operações da CIA em Angola naquele período:

> Os EUA fizeram uma guerra secreta em Angola numa tentativa de impedir que o MPLA e Neto consolidassem suas posições (...) a CIA financiou a UNITA e a FNLA colaborando com cerca de 20 milhões de dólares durante o governo Gerald Ford. (...) contratou mercenários, ajudou a FNLA e UNITA a planejarem ataques guerrilheiros, proporcionou abastecimento bélico e ajudou a abrir rotas para que as armas chegassem à linha de frente. (...) a CIA violou a lei, pois seus agentes estiveram na linha de frente de combate ajudando os guerrilheiros, apesar da proibição aprovada pelo Congresso (...) os cubanos foram praticamente provocados pela CIA a entrar na guerra ao lado de Neto.

De qualquer forma, em dezembro de 1975, o debate sobre a ajuda estadunidense à FNLA e UNITA tomou conta do Senado deste país. Ao mesmo tempo, tomou conta das páginas dos periódicos, pois pareceu ser um tema de relevância naquele momento para ter o grande espaço cedido em ZH e CP:

> (...) os comunistas tomarão conta de Angola e terão também um considerável controle sobre a rota seguida pelos navios que transportam petróleo do Golfo Pérsico para Nova Iorque. Se a oposição norte-americana às atividades soviéticas no território terminar (...) o mundo ficará diferente se os soviéticos tiverem êxito (discurso de Daniel Moynihan, representante dos EUA na ONU naquele momento: ZH, 16/12/1975, p. 15). MC

Apesar dos apelos do governo e dos republicanos, o Senado estadunidense barrou a ajuda às forças anti MPLA em Angola, decisão divulgada em ZH e CP: “A comissão de relações exteriores do Senado aprovou uma resolução que determina a suspensão imediata de toda a ajuda militar norte-americana a Angola e pede a retirada das forças estrangeiras (...) tropas cubanas e sul-africanas” (ZH: 19/12/1975, p. 13). MC

No dia seguinte, o Senado confirmou a decisão da Comissão: “Senado americano veta intervenção em Angola” era a manchete da notícia que incluía os lamentos do presidente Ford: “trata-se de uma grande tragédia para todos os países cuja segurança depende dos Estados Unidos” (ZH: 20/12/1975, p. 12) MC. No mesmo dia, a manchete foi semelhante em CP: “Senado proíbe ajuda aos grupos rebeldes de Angola” (20/12/1975, capa). MC

Assim, com essa decisão legislativa, o país se retirou do processo de intervenções políticas ou militares em Angola – ao menos oficialmente -, apesar do esforço do presidente Ford, temeroso do avanço soviético. Em janeiro, o Senado confirmou esta decisão, o que limitou o governo estadunidense a ações políticas e à pressão internacional.

Segundo Ford, os EUA pareciam detentores de uma missão salvadora e representavam interesses bem maiores que os seus próprios, assim descrito com espaço no CP: “(...) dar as costas ao pedido de ajuda do povo angolano significa uma abdicação da nossa responsabilidade em desempenhar um papel positivo em assuntos internacionais (28/1/76, capa)”. MC

Esta decisão do legislativo estadunidense foi um alívio, sem duvida, para os interesses do MPLA e seus aliados. Do ponto de vista geopolítico para a URSS e Cuba era fundamental a existência de nações influenciadas pelo bloco socialista nesta região da África para se contrapor ao regime racista e anticomunista da África do Sul e equilibrar o tabuleiro da Guerra Fria no continente negro.

ZORGBIBE (1996, p. 39) recorda: “A África é objeto de disputa porque seus recursos minerais e sua posição estratégica são vitais para as economias ocidentais e constituem na época um dado essencial à política soviética”. Portanto, o lamento do governo estadunidense por um lado e a tranqüilidade do campo socialista por outro, tinha uma gama de motivações evidentes.

Além disso, com a momentânea e oficialista saída dos EUA do bloco intervencionista, ocorreu um relativo isolamento da África do Sul no cenário internacional, assim retratado por Newton Carlos em sua coluna de ZH:

> (...) o representante da Inglaterra advertiu que a OTAN não pode arriscar-se a “ser vista pelos africanos fazendo causa comum com o doutor Voster”. (...) embora o apoio soviético e cubano ao MPLA seja motivo de graves preocupações, o que mais afeta à África, como constatou David Ottaway, do Washington Post, é a volta da praga de mercenários brancos e primeira incursão de seu inimigo número um, a África do Sul, numa nação controlada por negros (28/12/1975, p. 16). MP

Mesmo como aliada da OTAN, a África do Sul não teve cheque em branco algum desta organização. No cenário político específico do continente africano, o reconhecimento do MPLA no comando de Angola passou pelas definições da OUA (Organização da União Africana), organismo que debateu a crise angolana em encontro no início de 1976, tema desenvolvido na sequência desta pesquisa. De qualquer forma, era inadmissível a intervenção da África do Sul para a OUA, assim explicado por RODRIGUES (1990, p. 186 e 187):

> É preciso que se compreenda que uma das "regras de ouro" nas relações internacionais africanas é o pressuposto de que qualquer aliança com o regime do *apartheid* deve ser repudiada. Por sua vez, o apoio cubano ao governo do MPLA não foi censurado pelos países africanos. Este foi encarado pela OUA como um recurso válido na defesa contra um atraque externo.

Por todos estes aspectos destacados, a intervenção dos EUA e da África do Sul contra o governo do MPLA não foi tarefa fácil nem tranqüila no contexto 1975-1976. Estes países tinham contra si boa parte da opinião pública internacional, o continente africano, uma conjuntura que desabonava intervenções estrangeiras ao ser lembrado o recente Vietnã e contextos internos difíceis. Apesar disso, a agressão a Angola não cessou em 1976, continuando no período seguinte e foi um elemento presente durante todo o governo Agostinho Neto, na luta pela consolidação de seu novo Estado Nacional.

1.2 As batalhas do início de 1976: MPLA consolida-se no poder

O mês de janeiro de 1976 foi marcado pela descrição em ZH e CP de muitas batalhas no território angolano que acabaram conferindo ao MPLA o pleno controle do novo Estado Nacional em construção. Gradativamente as forças opositoras ao poder de Agostinho Neto e sua organização foram perdendo terreno.

Já em 7/1/76, ZH anunciou: "ANGOLA: QG pró-ocidental cai em poder do MPLA" como manchete (p. 12) [MC] que noticiava a queda da sede da FNLA como a mais grave derrota das forças ditas como ocidentais, ao mesmo tempo em que eram visíveis os descontentamentos dos líderes da oposição ao MPLA com a redução do apoio dos EUA e o desequilíbrio bélico favorável ao MPLA e seus aliados.

Além do uso do termo "pró-ocidental", usado anteriormente na manchete como se a FNLA e UNITA lutassem por toda parte ocidental do globo terrestre, era muito comum a

divisão dos combatentes, nas terminologias utilizadas no conteúdo dos periódicos, entre comunistas e anticomunistas, como veremos em diversas matérias, opiniões e manchetes.

Em 9/1/76, ZH estampava manchetes que demonstravam o avanço do MPLA – "Guerra em Angola favorece o MPLA" – o que viria em uma seqüência expressiva durante os meses de janeiro e fevereiro:

> As tropas do MPLA parecem se preparar para novos ataques, depois de duas grandes vitórias conseguidas estas semanas sobre as forças anticomunistas. Ao norte, soldados anticomunistas da FNLA lutavam desesperadamente para manter suas últimas posições, depois de terem perdido as cidades de Uige e Negage. Ao sul o grupo anticomunista UNITA, liderado por Jonas Savimbi, espera, a qualquer momento, um novo ataque das forças do MPLA. No QG da UNITA, na cidade de Silva Porto, o espírito é de depressão, depois das perdas que sofreram após um período de relativa inatividade (p. 13). MC

O insistente termo 'anticomunista' (citado três vezes) se torna um qualificativo nada ingênuo ou desimportante, considerando-se o contexto que se vivia naquela altura do século XX. A partir da semana seguinte, uma série de manchetes revelava os avanços do MPLA nos combates [43], onde, mesmo sem descrever a notícia por vezes com conteúdo repetitivo, já temos significativa idéia do conteúdo noticioso proposto em cada matéria.

Sobre o termo 'pró-ocidentais', este não poderia faltar neste período em manchete destacada no dia 13/2/76 em ZH com direito a letras maiúsculas: "Em debandada, soldados da UNITA prometem voltar como guerrilheiros: DERROTA DOS PRÓ-OCIDENTAIS" (p. 13). MC

De fato, as manchetes são bastante esclarecedoras ao demonstrar o avanço e a consolidação do poder do MPLA, tendo um discurso subliminar de lamento quanto a derrota dos supostos 'pró-ocidentais', pois os periódicos estudados – em tese – se encontram no dito campo 'ocidental'.

Na seqüência, em matéria de 14/2/76, em ZH, foi destacado em manchete que "Savimbi abandona cidades" (p. 13) MC. Ali, Savimbi utilizou o espaço na mídia internacional para esclarecer os motivos de sua desistência da guerra tradicional e por que

[43] "Em Angola, nova vitória de Agostinho Neto" – 13/1/76, p. 14; "Grupo anticomunista debandou para o Zaire" – 16/1/76, p. 14; "MPLA consegue mais uma vitória no sul angolano" – 22/1/76, p. 14;"MPLA está cada vez mais perto da vitória final" – 25/1/76, p. 14; "ANGOLA: MPLA prepara ofensiva que liquidará a guerra" – 27/1/76, p. 13; "UNITA recua e muda QG para Silva Porto" – 28/1/76, p. 14; "Líder da UNITA ordena início da guerra de guerrilhas: Pró-ocidentais abandonam campo de luta em Angola" – 29/1/76, p. 14; "Tropas do MPLA estão às portas de Huambo" – 30/1/76, p. 14; "Huambo caiu" – 2/2/76, p.14; "MPLA põe em fuga tropas anticomunistas em Angola" – 6/2/76, p. 14; "UNITA reconhece a derrota em Huambo" – 10/2/76, p. 13; "MPLA toma os portos de Lobito e Benguela" – 11/2/76, p. 12; "Angola: é iminente a vitória total do MPLA" – 12/2/76, p. 15. (todas MC)

partia para conspiração guerrilheira clandestina. Assim acabou sendo destacado no periódico: "(...) os porta-vozes da UNITA salientaram que a decisão tinha por finalidade impedir o sacrifício de vidas humanas, já que a superioridade militar do MPLA impossibilitava qualquer resistência eficaz".

Além das notícias que divulgavam os avanços do MPLA, ZH teve uma série de reportagens de análise, ou ao menos trechos de análise sobre as dificuldades da África do Sul e dos EUA, que merecem destaque. Mesmo sendo matérias adquiridas no mercado internacional das Agências, o fato de estarem publicadas indica, pelo menos, certa identidade em seu conteúdo com a visão geral das editorias. Isso não significa que, detalhadamente, houvesse uma linha editorial definida, mas visões gerais e amplas sobre a luta que se desenvolvia em Angola naquele momento.

Em 23/1/76, uma matéria analisou alguns jornais sul africanos sobre a desistência da África do Sul no conflito angolano, fato que escancarou a difícil situação interna do país, que seguia sem reconhecer que participava da agressão ao seu vizinho:

> O termo "forças brancas" ou "aliados brancos" é usado pelos jornais da África do Sul para designar os soldados deste país, pois o governo proíbe a menção direta da participação de militares sul-africanos na guerra. O jornal **The Star** disse, em um editorial onde pede maiores informações sobre a guerra, que "pode ser que a África do Sul esteja se preparando para uma retirada humilhante". Um outro artigo na primeira página do mesmo jornal diz que os últimos combates "abalaram o equilíbrio da guerra de Angola, contra a UNITA" e seus aliados ("Derrotas em Angola fazem prever uma retirada humilhante: Governo sul-africano decide sair da Guerra", p. 14). MC

Confirmando a realidade analisada anteriormente nesta pesquisa, a África do Sul retirou-se da guerra na qual tentava esconder sua participação. Kissinger, naquela altura, buscava reverter a posição do Congresso contra o uso de recursos na guerra de Angola: "Se não exercermos nossa responsabilidade em manter o equilíbrio internacional, se o Congresso e o Executivo são incapazes de agir em conjunto quando interesses vitais da nação estão afetados, então a segurança do mundo pode estar seriamente enfraquecida" (ZH: 30/1/76, p. 14). MC

As tentativas de reverter a decisão legislativa nos EUA não lograram êxito, mas merecem destaque suas justificativas publicadas internacionalmente, as quais consideravam interesses da sua nação como interesses de todo o mundo. De qualquer forma, as preocupações de Kissinger em relação ao equilíbrio mundial não eram despropositadas dentro da realidade vivida especificamente na metade dos anos 1970. O império estadunidense perdia naquela altura batalhas importantes, como em Angola.

ZH também publicou análises sobre os derrotados na Guerra de Angola reproduzindo artigo da AFP, onde a comparação do processo angolano com o Vietnã foi aprofundada pelo articulista:

> A referência ao Vietnã não é fortuita. É precisamente a lembrança da aventura fracassada vietnamita que mantém o Congresso dos Estados Unidos firme em sua determinação de negar ao governo Ford os fundos que eventualmente pedisse para intervir diretamente na ex-colônia portuguesa. Com as asas financeiras cortadas, o secretário de Estado, Henry Kissinger, só pode manobrar por intermédio do Zaire e da África do Sul ("Quem são os derrotados na Guerra de Angola?": 1/2/76, p. 13). MC

Não foram previsões descabidas, como veremos na sequência desta pesquisa e o artigo anterior imputou aos EUA o amargo gosto de derrota no sul da África. Seguindo na sua linha de divulgação de análises, em 8/2/76, ZH destacou em manchete que "Repercussão da derrota do Ocidente em Angola", onde divulgou categoricamente tratar-se de uma derrota de todo ocidente, valendo-se de "analistas europeus" para esta definição no corpo da matéria (p. 16). MC

Todo este corpo de análises acabou se consolidando na edição de 15/2/76, onde apareceram dois artigos sobre a avaliação de Angola após a guerra, bastante expressivos. No primeiro deles, seguem os conceitos anteriores de derrota do "ocidente" e faz perspectiva para o poder do MPLA após a guerra, considerado no artigo como "força socialista" ("Angola depois da guerra": p. 16) MC, terminologia até bastante tênue, se comparada a outras definições.

O segundo artigo, no espaço de artigos externos, mesmo não sendo diretamente uma opinião mais oficial do periódico, não foi acompanhado por nenhum tipo de contraponto - com outro artigo contraditório, por exemplo - e ainda teve destaque na localização na página de opinião em ZH:

> O ocidente precisa urgentemente se sensibilizar para o progressivo avança do Mundo Comunista no terreno da guerra psicológica. E precisa reagir, pois tem a seu favor o mais importante, que é a justiça da causa que defende. Tem que recuperar sua crença e sua convicção no seu universo de valores, fazendo proclamá-los e exaltá-los a seus povos, em lugar de deixá-los sucumbir ao peso e à pressão da propaganda inimiga, disseminada fartamente através dos meios de comunicação de massa (15/2/76, p. 41, "Angola, um desafio ao Ocidente", artigo de opinião de A. J. Paula Couto). MP

Sendo verdade que um artigo no espaço de opinião não reflete as posições editorialistas do periódico, também se percebe uma vinculação no artigo de opinião com a abordagem das reportagens anteriores, onde aparentemente, o conflito angolano colocou

um suposto ocidente contra as forças comunistas e daí, se estabeleceu uma hipotética e subliminar luta entre o bem e o mal, onde, segundo o artigo anterior, o mundo ocidental deveria reagir ao “mundo comunista”.

Como em ZH, os conflitos e as vitórias do MPLA também estiveram nas páginas do CP no mesmo período. Em 9/1/76, já era destacada a vantagem do MPLA com o uso dos foguetes soviéticos como recurso bélico. Na mesma reportagem os inimigos do MPLA são adjetivados como rebeldes, uma curiosa descrição: “Rebeldes pedem trégua enquanto governo ganha terreno em Angola” (p. 3). MC

O recuo da FNLA para o Zaire também foi descrito em 16/1/76, com registro de ameaça de guerra por parte deste país, também não apoiador do MPLA de Neto (p. 3) MC. Na edição de 18/1/76, enquanto na capa era destacado que o MPLA não comporia um governo com outras forças políticas, as palavras do líder da UNITA, Jonas Savimbi, foram divulgadas. O mesmo fez referências ao Vietnã comprovadamente um fato ainda muito presente no imaginário de todos:

> O povo africano está vivendo o temor de um novo Vietnã em Angola, mas temos que reconhecer que as situações de Angola e Vietnã diferem em pelo menos um aspecto vital. No Vietnã, os norte-americanos apoiavam um governo minoritário enquanto que aqui nós representamos os desejos da imensa maioria do povo angolano. Esta é a razão pela qual os Estados devem e tem que nos apoiar (p. 2). MC

Como já sabido, os apelos de Savimbi e de outros atores, não mudaram a decisão do Congresso dos EUA. A imensa maioria de apoiadores citada pelo líder da UNITA também motivou a esta organização, depois de derrotada e na clandestinidade, anunciar que teria o governo de Angola em três anos (CP, 21/2/76, p. 2) MC. Esta projeção otimista do líder guerrilheiro não se confirmou na luta política em Angola.

Ao contrário da visão de Savimbi, a vitória do MPLA foi sendo descrita gradualmente também em diversas manchetes no CP nos dias seguintes: “Conquista do norte de Angola pelo MPLA”, (22/1/76, p. 3) MC; “África do Sul reconhece vitória do MPLA e prepara retirada” (23/1/76, capa). MC

Na edição de 1/2/76, CP divulgou com destaque de capa a mobilização popular do MPLA contra os mercenários recrutados por FNLA e UNITA, reproduzindo a mensagem da Rádio de Luanda para os angolanos: “Entremos com entusiasmo na nova fase da luta de libertação, decididos a apoiar o MPLA de tal forma que este possa esmagar o inimigo, composto por imperialistas e neocolonialistas” MC. Na mesma reportagem ainda deu-se

espaço para expressão de Fidel Castro, apoiador de primeira hora do MPLA, criticando a FNLA e seus apoiadores externos como a China.

Entre os dias 4 e 6/2/76, CP priorizou a análise dos interesses estadunidenses no conflito, noticiando a batalha de Kissinger no Congresso pela autorização das verbas de guerra, mas também destacou o interesse dos EUA por bases e portos angolanos, algo ainda não divulgado até aquele momento (5/2/76, p. 2) MC. A manchete de 6/2/76, também refletiu a difícil situação dos EUA: “Kissinger admite que MPLA está ganhando guerra angolana” (p. 3). MC

Em 13/2/76, importante manchete destacou a consolidada vitória do MPLA: “Movimentos pró-ocidentais FNLA e UNITA passam para a clandestinidade em Angola”, onde relatou-se o recuo dos inimigos do MPLA combinado com as vitórias diplomáticas da chamada “jovem nação angolana” (p. 3) MC. Aqui apareceu também o termo “pró-ocidentais”, como referência aos inimigos do MPLA assemelhando-se ao conteúdo de ZH. Apesar do numero ligeiramente reduzido de matérias que divulgaram o avanço do MPLA neste período se comparado a ZH, visivelmente CP optou por uma análise mais ampla do conflito não apenas centrada nas batalhas. ZH priorizou a descrição das batalhas e seus movimentos mesmo nas chamadas principais das manchetes.

Com a vitória do MPLA, o CP reproduziu uma perspectiva de guerra de guerrilhas como futuro para o cenário angolano na edição de 14/2/76, o que acabou ocorrendo de fato (p. 2) MC. CP também divulgou análises da vitória do MPLA, extraídas de artigos do jornal estadunidense *New York Times*, que merecem destaque. No primeiro deles, foi reconhecido que nas vésperas da independência, os movimentos pró ocidentais – sempre assim denominados – tinham força ao sul e ao norte, mas um possível ataque a Luanda não foi concretizado devido o forte apoio popular ao MPLA na capital:

> (...) com o malogro da tomada de Luanda e Cabinda – a principal fonte de divisas estrangeiras em Angola – as forças pró ocidentais foram perdendo impulso em sua ofensiva e o MPLA foi capaz de construir seu poderio com as chegadas quase diárias de cubanos e materiais soviéticos (…). Um dos motivos do enfraquecimento das facções pró ocidentais foi sua incapacidade de criar uma liderança comum efetiva. Conflitos armados entre esse dois aliados nominais irrompiam periodicamente. Alguns observadores, como o ex assessor da Secretaria de Estado, Nathaniel Davis, há muito viam o MPLA como a mais forte das forças nacionalistas, fundamentando-se, amplamente, no tipo de pessoas e organizações que cada lado comandava. Foi Davis, (…), que disse que os Estados Unidos estavam montados no cavalo que não venceria a corrida **(“**Antecedentes da vitória do MPLA”: 25/2/76, pág. 2). MC

No segundo artigo, ocorre uma análise centrada na perspectiva econômica após a vitória do MPLA:

> (...) o sul da África é uma das raras áreas do mundo que ainda dispõem de abundantes recursos naturais. Entre esses incluem-se todos os minerais importantes um vasto potencial de energia hidrelétrica, pesca e vastas extensões de terra para lavoura e pasto. E, segundo muitos peritos, a região possui consideráveis recursos inexplorados, como o petróleo, que só recentemente foi descoberto em Cabinda, pertencente a Angola, e no Zaire. (…) Com a vitória do Movimento Popular para a Libertação de Angola – MPLA – que contou com a ajuda de armas e tropas da União Soviética e de Cuba, a principal tarefa, agora, consiste na restauração da precária economia do país. Entre as primeiras medidas adotadas deverá incluir-se a negociação com a Gulf Corp., visando ao reinício da produção de 150 mil barris diários nos campos petrolíferos de Cabinda suspensa durante a guerra civil. A reconstrução da estrada de ferro de Benguela e a recuperação da produção de café - (…) - que atingia 210 mil toneladas métricas por ano, provavelmente ainda demorarão algum tempo, uma vez que os 500 mil portugueses que administravam a economia de Angola partiram na sua maioria (...) ("A luta pelos recursos do sul da África": 17/3/76, pág. 3). MC

Estes artigos reproduzidos no CP, tentaram destacar a origem da vitória do MPLA e também situar o contexto angolano após a consolidação do poder deste grupo. Fizeram isso de forma descritiva, sem qualificativos aos atores da notícia, uma característica da abordagem destes textos, ao menos naquele momento.

Estas primeiras vitórias de Neto e do MPLA contra seus inimigos nos meses de janeiro e fevereiro de 1976, foram importantes como um passo para a conquista do poder, mas Angola ainda estava longe de uma estabilidade que permitisse uma paz prolongada com desenvolvimento harmônico e relações internacionais tranqüilas. A análise destas dificuldades e o seu desenrolar nas páginas de ZH e do CP, seguem sendo analisadas no próximo capítulo.

SEGUNDO CAPÍTULO

"Derrota dos pró-ocidentais".
Manchete com grande destaque e com muito conteúdo na ZH de 13/2/76, página 13.

Os desafios do novo Estado Nacional angolano nas páginas de ZH e CP.

Como qualquer novo Estado Nacional, Angola surgiu para a comunidade internacional participando do tabuleiro das relações internacionais daquele período. Isto incluiu a luta pelo reconhecimento mais amplo possível de outros Estados e a busca da estabilidade interna, – bastante complicada ao fim de 1975 e no início de 1976 – entre outros fatores. Diversos episódios marcaram este amadurecimento político do Estado angolano e tiveram seu destaque nas páginas, comentários e matérias de ZH e CP.

Alguns destes episódios simbolizaram a inclusão de Angola nos debates políticos internacionais logo após a independência nacional e, por este motivo, serão selecionados e analisados na sequência.

2.1 A tensão do reconhecimento internacional.

No início de 1976, o MPLA conseguiu se consolidar no poder de Luanda ao reduzir o ímpeto de seus adversários internos e externos. Os riscos e a conspiração contra Neto e seu governo demorariam muito para deixar de existir, mas foi controlado naquele momento através de uma série de vitórias militares do MPLA. Estas vitórias o gabaritaram como gestor do novo Estado Nacional e como personagem angariador de apoios e reconhecimentos internacionais.

Como já analisado, no ato de independência em 11 de novembro, houve um reduzido número de apoiadores e reconhecimentos internacionais imediatos, o que mudaria no ano de 1976. O jornal Correio do Povo dedicou o início deste ano justamente a este tema, secundarizando mesmo as batalhas desenvolvidas no território angolano, a partir de

diversos artigos do enviado Josué Guimarães. [44] Este articulista priorizou a análise do reconhecimento português à independência de Angola.

O ex-colonizador, embora embalado pela sua revolução interna, demorou a este reconhecimento. Guimarães assim analisou este fato nas páginas do CP:

> Portugal vive hoje um drama sem precedentes no dilema que o próprio governo o colocou em face do jogo de interesses, de posições pessoais, de vaidades e atitudes partidárias que colocam a diplomacia nacional na incômoda posição do avestruz. Trata-se de reconhecer ou não a nova República Popular de Angola, no exato momento em que o fiel da balança pende decididamente para o lado de Agostinho Neto (5/2/76, p. 3). MP

No mesmo artigo, Guimarães relatou dificuldades com a crise interna de abastecimento e o retorno de antigos senhores da indústria, do campo e do comércio a Portugal, saídos de Angola nas vésperas da independência. Este êxodo gerou diversos problemas e mesmo falta de vagas em hotéis nas cidades portuguesas naquela altura.

Na época, governava o chamado 'VI Governo' da Revolução dos Cravos, mas ainda Portugal seguia sem definição em relação à sua ex-colônia. Segundo Guimarães, era uma situação constrangedora em termos de Relações Internacionais, uma política tipo 'avestruz', como ele mesmo se refere no artigo, sendo aplicada por revolucionários agora no governo. E isso ocorria meses depois de uma independência legítima na qual participaram ativamente na mesa de negociações.

O reconhecimento português ocorreu e a análise deste fato nos dias seguintes teve uma abordagem essencialmente politizada por parte do articulista. Antes da confirmação efetiva desta decisão, em 11/2/76, Guimarães escreveu artigo com o título "Compromissos políticos impedem Portugal de reconhecer Angola" (p. 3).

Segundo o autor, naquele momento o Partido Socialista português era um entrave para esta decisão, devido a pressão dos moderados socialistas europeus temerários do fortalecimento da URSS e do conceito "soviético" de sociedade a partir deste reconhecimento.

---

[44] Josué Marques Guimarães viveu entre 1921 e 1986. Foi escritor famoso pelos seus romances, além de trabalhar como jornalista. Começou como ilustrador e redator e ao longo de sua vida, desempenhou mais de dez profissões, como repórter, redator, redator-chefe, cronista, comentarista, diagramador e ilustrador. Em 1951, foi eleito o vereador mais votado em Porto Alegre. Trabalhou em periódicos nacionais como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e em Zero Hora e Correio do Povo, onde cobriu a Revolução dos Cravos em Portugal e as independências na África. Consagrou-se com suas crônicas de cunho político, sempre muito críticas e irônicas (dados biográficos acessados em wwww.lpm.com.br/site/defaut.asp/>, acesso em 6/5/2011).

No dia 12/2/76, o articulista destacou a crise vivida em Portugal e a onda de violências naquele país, além da ausência de uma definição portuguesa sobre o tema do reconhecimento, a qual ainda persistia (p. 3).

Naquele momento, Guimarães também destacou os avanços do MPLA, o que, em tese, podia justificar um possível reconhecimento português. Diversas nações passaram a reconhecer o novo Estado Nacional, especialmente devido o refluxo das forças da UNITA e da FNLA em Angola. Este cenário não foi abordado nestes dias no noticiário tradicional do CP, o que deu ao espaço de Guimarães grande destaque na temática internacional naquele momento.

Em 24/2/76, conforme título de seu artigo, finalmente ocorreu "O tardio reconhecimento ao MPLA" por parte do governo português. Um importante reconhecimento tratando-se do ex-colonizador. Guimarães destacou a resistência pontual de partidos como o PS e PPD e aludiu sobre as vantagens brasileiras desta indefinição dos lusitanos:

> Não temos dúvida em afirmar que a posição portuguesa beneficiou muito o Brasil, o qual contará de agora para frente com um mercado potencial dos mais interessantes de toda a África, carente que é de produtos manufaturados que estão encontrando, por sua vez, facilidades de colocação no mercado externo (p. 2). MP

Os artigos de Guimarães não esconderam posições e perspectivas, evidentes mesmo em títulos com palavras como 'tardio', quando estabeleceu uma crítica às indefinições portuguesas. Era uma situação que parecia madura ao articulista e que em nível internacional já tinha galgado inclusive o reconhecimento do regime militar brasileiro.

Após o reconhecimento lusitano, os espaços de Guimarães analisando o tema não voltaram a aparecer e o CP passou a cobrir sempre que pôde os interesses nacionais nas relações com Angola. No periódico, as atenções se voltaram a partir daquele momento ao debate do reconhecimento angolano no marco da OUA – Organização da Unidade Africana.

O início deste debate na organização continental, bastante significativo nas relações políticas na África, esteve no CP na edição de 11/1/76, na capa do jornal, com a manchete "Crise de Angola divide líderes africanos" MC. Segundo a matéria, o signo da divisão opunha apoiadores do MPLA e aqueles que ainda insistiam numa união nacional entre os diversos movimentos armados.

Reunida na Etiópia, a OUA fez uma forte crítica a intervenção estrangeira e à África do Sul [45], país que ainda se debatia apelando por ajuda ao ocidente, apesar do recuo estadunidense. Previamente ao encontro, merece destaque a frase do general etíope Teferi Bante, que resume o espírito do momento: "(...) o desenlace da luta determinará se os africanos serão donos dos seus destinos ou se dançarão ao som da música alheia (CP: 9/1/1976, capa)". MC

A OUA se reuniu no mesmo momento em que o MPLA conseguia importantes avanços em Angola contra FNLA. A imprensa destacou os recursos bélicos dos 'marxistas' e, em especial, os foguetes soviéticos (CP: 9/1/1976, p. 3) MC. Nos dias que se seguiram, as notícias previam um desenlace desfavorável a Neto e ao MPLA na reunião dos líderes africanos.

Segundo as matérias no CP, a OUA estava dividida entre apoiadores do MPLA e supostos defensores da paz e um governo de unidade nacional no país. Ratificando isso, foi dado voz ao presidente da Zâmbia, Kenneth Kauanda no CP de 13/1/1976, capa : "Nosso fracasso em encontrar uma solução aqui confirma que a OUA não tem poder para dar forma ao destino da África. O poder está nas mãos das superpotências, as quais estamos entregando o continente devido nosso fracasso". MC

Nas matérias publicadas no CP, a OUA fazia uma justa crítica à intervenção estrangeira, mas estava dividida sob o signo "oriental *versus* ocidental" o que dava um clima de paralisia e fracasso ao encontro. Isto poderia aumentar, por conseqüência, a intervenção da URSS e dos EUA no processo.

Na realidade, os debates da OUA duraram várias semanas e diversos encontros entre os líderes africanos, divididos entre as tendências apelidadas de 'oriental' ou 'ocidental', conforme constante definição nas matérias do CP. Idéias de fracasso, de fortalecimento das intervenções estrangeiras e de que a OUA estava paralisada foram desenvolvidas, durante os meses de janeiro e fevereiro de 1976, em diversas reportagens.

Mas a OUA mudou seu posicionamento, como ficou claro na edição de 24/2/76, quando noticiou-se o esperado reconhecimento por parte da entidade continental. Este

[45] "(...) nenhum país africano poderá se sentir seguro e o preço de tudo isso será uma escravidão africana muito pior que o colonialismo do passado" ("África do Sul pede ação ocidental em Angola": resumo da fala de John Voster, 1° ministro da África do Sul, CP de 1/1/1976, capa). MC

reconhecimento merece destaque até pela tradicional divisão desta organização [46] em relação à temática angolana e mesmo ao conjunto da realidade africana naquele momento.

Com o título "República de Angola assume lugar na Organização de Unidade Africana", usando fontes das agências AP e UPI, foi dada voz ao presidente Agostinho de forma ampla na matéria: "Podemos assegurar que em nenhum campo (...) a URSS exerce pressão sobre Angola (…) estranhamos que as acusações dos imperialistas contra a União Soviética de que poderia ter interesses especiais em Angola (p. 3)". MC

A matéria definiu Neto como líder do MPLA e acrescentou que a ajuda da União Soviética a Angola "foi dada generosamente, sem nada exigir como compensação". Ao mesmo tempo, o governo angolano foi definido como "autoridades marxistas" quando citadas as negociações deste com a empresa Golf Oil, dos EUA. Já abordamos anteriormente a significância de adjetivos e caracterizações, mesmo aparentemente inocentes nas matérias e artigos da imprensa.

Após o reconhecimento por parte da OUA, a ONU também debateu a situação de Angola. Esta temática apareceu no CP do dia 24/11/76, em meio à reportagem de avaliação de um ano da independência de Angola, quando informou-se via reportagem, a aprovação no Conselho de Segurança da ONU do indicativo da aceitação de Angola como membro da entidade mundial (p. 3) MC. Não houve preliminares sobre a notícia.

A aprovação definitiva do reconhecimento angolano, ocorrida na Assembléia Geral da ONU, por sua vez, não apareceu nas páginas de CP. Somente em ZH houve espaço para esta notícia, como será analisado na seqüência. Parece ter ocorrido no CP, o que GRAZZIOTIN chama de "padrão de ocultação", quando a "ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa, é executado nas preliminares da busca pela informação, ou seja, no momento das decisões de planejamento da edição" (p. 4). Possivelmente, perante os editores do CP, esta temática não teve vulto jornalístico suficiente para sua divulgação no periódico, sendo assim ignorada.

Por outro lado, o reconhecimento das nações européias teve presença no noticiário do CP em 18/2/76 (p. 2) com o destaque ao reconhecimento formal da França, considerado

[46] Podemos identificar as origens desta divisão entre os membros da OUA desde sua fundação em 1963 quando houve a fusão entre os chamados Grupo de Brazzaville, formado por países da comunidade francófona e com vínculos com a ex metrópole do tipo neocolonialista e o Grupo de Casablanca, este formado por países com uma postura mais neutralista e defensora de uma ruptura com as metrópoles. Com o tempo, a clivagem entre reformistas e revolucionários e matizes de radicalidade política distintas entre os Estados membros acaba se consolidando no seio da entidade internacional (Conforme VISENTINI: 1998, p. 113).

no conteúdo da reportagem como o primeiro país “ocidental” a reconhecer Angola, o que abriria as portas européias e do Mercado Comum europeu para esta possibilidade. MC

Além de todos estes reconhecimentos internacionais, CP priorizou significativamente os interesses brasileiros no reconhecimento angolano, com várias matérias próprias sobre o tema. Logo em 15/4/76, destacou em manchete de capa que “Angola abre perspectivas para a ação da Petrobrás”, onde relatou os resultados da visita da delegação brasileira em Angola e os interesses angolanos em associar-se a empresa brasileira. Também abordou a reativação de vários intercâmbios comerciais desde venda ônibus até materiais hospitalares, navios e caminhões:

> (...) o governo pretende incentivar a importação dos dois produtos *[petróleo e café]*, embora não exista problema de fornecimento em outras fontes. Para dar uma idéia da utilidade das importações de petróleo, um diplomata lembrava que se o Brasil importar 20 mil barris diários, já estará criando um movimento de cem milhões de dólares anuais, resultando muito bom para o primeiro ano de um comércio até agora inexpressivo. (…) Quanto à exploração de petróleo em Angola, pela Petrobrás, os dois países manterão novo contato a nível técnico assim que o governo angolano reavaliar suas reservas e a atual exploração, que durante a guerra pela independência foi interrompida. MP

Do ponto de vista político, além das várias justificativas para o reconhecimento e para a ação política do governo brasileiro naquele momento, tema abordado no capítulo anterior desta pesquisa, CP aprofundou tal tema em sugestiva manchete, onde destacou que a “Influência soviética e cubana crescerá se o Brasil estiver ausente em Angola”. Ali descreveu discurso do presidente Geisel em visita à França captado por CP:

> O fato de hoje em dia o governo de Angola estar estreitamente ligado à União Soviética e a Cuba é mais uma razão para que o Brasil ali esteja presente, o Brasil e outros países ocidentais. Se nós estivermos ausentes, ai é que a influência cubana e soviética crescerá em Angola. Não que o Brasil pretenda por si se opor a essa influência, mas a sua simples presença será sem dúvida saudável (28/4/76, capa). MP

Também, em 1979, CP deu grande espaço para os acordos comerciais entre Brasil e Angola, demonstrando a consolidação da relação entre os dois países, quatro anos após a independência de Angola. Como notícia de caráter nacional foi anunciada na capa de 4/5/1979 a manchete “Angola venderá 15 mil barris de petróleo por dia para Petrobrás”, onde registrou-se este acordo ocorrido no Brasil com a presença do ministro dos Petróleos de Angola, Jorge Morais. O acordo incluiu além da venda de barris, cooperação técnica e pesquisa, a exploração em novas bacias descobertas na plataforma continental angolana. MP

Na capa de 12/5/1979, CP deu mais uma vez um grande destaque ao tema com a manchete “Brasil e Angola firmaram três acordos bilaterais”, onde também foram incluídas apreciações de ordem interna da realidade angolana a partir do discurso do ministro Jorge Morais. Vale ressaltar que, naquele momento, a censura já estava praticamente extinta no país:

> Em reunião nesta capital, o ministro de Angola, o sr. Jorge Morais, e o presidente da PETROBRÁS sr. Shigeaki Ueki, assinaram três acordos bilaterais: venda de um milhão de toneladas/ano de petróleo bruto ao Brasil – formação de técnicos angolanos de todos os níveis no Brasil, desde operários e engenheiros – e exploração do petróleo angolano pela BRASPETRO, mediante contratos de risco (...). Sobre a situação política do país, o ministro Jorge Morais afirmou que a revolução socialista já está consolidada, apesar de todas as dificuldades herdadas e do caos que o colonialismo português criou em seu país. Hoje, segundo ele, o grande problema são as agressões da Rodésia e da África do Sul. Queixou-se de que a imprensa ocidental reproduz sempre uma imagem deformada de seu país, principalmente no que se refere às tropas cubanas, que ali estão para defender a integridade territorial de Angola. MP

Na matéria também informou-se que as compras brasileiras representavam naquela altura 10 % da produção angolana de petróleo. Curiosamente, 87% da produção era vendida aos EUA, segundo a reportagem. Era a consolidação da busca brasileira de novos parceiros comerciais, [47] algo que ocorreu desde antes da independência de Angola.

O Brasil, com estas ações na arena comercial intercontinental, conquistava “novos mercados para as exportações brasileiras, fortalecimento de suas relações com países produtores de petróleo e busca de apoio a determinadas demandas econômicas e políticas no sistema internacional” (PINHEIRO: 2007, p. 92). Cabe destacar que as relações comerciais entre Brasil e Angola não tiveram destaque nas notícias de ZH, como veremos na sequência.

Ao mesmo tempo, a pressão estadunidense sobre a posição brasileira foi bastante destacada na capa de 17/2/76, quando divulgou-se a visita de Kissinger ao Brasil, com a manchete “Brasil espera diálogo, mas não altera posição sobre Angola”.

Reafirmando o apoio e reconhecimento a Angola, foi dada voz ao chanceler Azeredo da Silveira sobre o tema, o qual declarou a posição brasileira: “O Brasil tem crescido muito e adquiriu mais maturidade e tem um novo status que deve

[47] Cabe reforçar a mudança de postura do Brasil no campo diplomático neste período para o chamado ‘pragmatismo responsável’. Até o início dos anos 1970 o Brasil não apoiava resoluções que forçavam Portugal, por exemplo, a dar informações sobre suas colônias e essa “atuação ambígua também era praticada em relação à África do Sul, parceiro estratégico no Atlântico Sul. O Brasil abstinha-se nas votações sobre o *apartheid* com o argumento de se tratar de um problema interno sul-africano” (BITTENCOURT: 2006, p. 79).

ser reconhecido por países que são mais fortes. A posição de inferioridade, não implica, contudo, em dependência". MP

Neste exemplo, ficou evidente a importância do tema no cenário noticioso e na realidade política nacional e internacional naquele momento. Visivelmente, o conteúdo do CP priorizou as conseqüências da ação brasileira no reconhecimento angolano e as relações entre Brasil e Angola em suas notícias.

A chegada do embaixador brasileiro em Angola, Rodolfo de Souza Dantas, teve destaque na edição de 2/5/76 (p. 2) [MP], onde novamente foi reforçado o interesse das relações comerciais entre Brasil e Angola como foco da embaixada brasileira.

Na sequência, na capa de 27/5/76 anunciou-se a visita do chanceler Azeredo a Angola, o qual, segundo a reportagem teve "acolhedora" recepção em Luanda, [MP] conteúdo que buscava demonstrar o bom grau de relações entre os países. Esta foi a última matéria que esta pesquisa considera como referente à questão do reconhecimento angolano no CP.

A temática do reconhecimento da independência de Angola também esteve presente em ZH, a qual já noticiou em janeiro o conflito interno da OUA:

> As facções pró-ocidentais envolvidas enfrentam hoje a possibilidade de uma derrota diplomática na reunião da OUA devido ao auxilio que recebem da África do Sul. A maioria dos membros da entidade parecia disposta a apoiar o MPLA, de tendência marxista, segundo fontes ligadas à OUA. Fontes diplomáticas acham que a tendência a favor do MPLA poderia levar ao reconhecimento (...) embora alguns membros da organização, tais como Zâmbia e Zaire, que apóiam a aliança anticomunista, possam discordar dos demais. As fontes revelaram que cálculos preliminares indicam que chega a 22 o número de países que apóiam o MPLA, faltando apenas dois votos (o total de membros da OUA é de 46 países) para atingir a maioria simples (10/1/76, p. 10). MC

Esta matéria indicava conforme sua manchete – "Africanos vão apoiar o MPLA" – a perspectiva otimista para o reconhecimento ao governo de Neto, o que não veio a ocorrer naquele momento, ainda. Nesta matéria, chamava atenção o insistente termo "pró-ocidentais" presente no texto constantemente. A divisão exata entre os membros desta conferência foi destacada na sequência, em ZH:

> A Organização de Unidade Africana (OUA), reunida ontem, caiu numa divisão muito grave a propósito da guerra de Angola e alguns dirigentes procuram fórmulas que evitem o total rompimento do panafricanismo. Vinte e três dos 46 países da OUA já reconheceram a República Popular de Angola (RPA) do presidente Agostinho Neto, líder do MPLA. Mas a outra metade da Organização mantinha sua posição contrária ao reconhecimento (12/1/76, p. 12). MC

A manchete da notícia anterior, “Guerra de Angola divide a África”, ZH parte de um otimismo precipitado quanto ao reconhecimento de Angola na matéria anterior e chega à catástrofe, que ameaça o “pan africanismo”, um verdadeiro exagero, numa diferença de apenas duas edições do periódico. A divisão efetivou-se nesta reunião pela ação decidida dos países não simpatizantes do MPLA de Neto, os quais propuseram fórmulas alternativas negando a intervenção da África do Sul, mas também a ação da URSS e de Cuba em Angola.

Em 13/1/76, ZH dividiu os blocos políticos na OUA entre “progressistas” – apoiadores do reconhecimento a Angola - e “moderados” - eram os pró-ocidentais -, em um festival de conceitos e definições políticas para os grupos organizados em torno o debate sobre Angola naquele momento (p. 14). MC

Após o debate ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro, a entidade continental aprovou em definitivo o reconhecimento de Angola. ZH citou posição da agência Tass em sua matéria intitulada “OUA reconheceu Agostinho Neto”:

> O fato indica o reconhecimento do governo da República Popular de Angola como o único governo legítimo do povo angolano (...) a aceitação da RPA como membro da OUA, representa o fracasso dos esforços mundiais para estrangular a nova República, através da intervenção armada ou de bloqueio econômico. Portanto, o complô imperialista contra a liberdade e a independência do povo angolano fracassou (12/2/76, p. 15). MC

A notícia mais posicionada e com tom politizado em forma de discurso da Tass marcou a matéria que noticiava Angola como o 47° membro da OUA, o que foi definido por vitória em votação com maioria simples de seus membros Era o mesmo no qual o MPLA galgava seu espaço na consolidação do poder em Angola contra seus adversários.

O reconhecimento português também apareceu em ZH, sem o mesmo destaque de Josué Guimarães no CP, mas ao estilo típico do periódico, que optou em publicar toda uma retrospectiva e um balanço histórico da descolonização portuguesa em Angola, a partir dos Acordos de Alvor. Segundo a matéria, o fim do colonialismo português estava concluído agora, com o pleno reconhecimento de Portugal ante Angola independente e o MPLA (“Lisboa reconhece governo de Angola”: 23/2/76, p. 14). MC

As contradições entre Brasil e EUA, referentes às opções brasileiras em reconhecer o MPLA e Neto, apareceram em matéria própria, oriunda da sucursal de ZH na capital brasileira. No dia 6/10/76, relatou-se o “mal estar” dos EUA no apoio brasileiro a Angola,

devido o desejo estadunidense de articular uma aliança contra a presença cubana em Angola (“Rodésia e Angola no encontro Azeredo-Kissinger”, p. 12). MP

A posição diplomática brasileira, divulgada em fevereiro pelo CP se manteve em outubro, nesta notícia de ZH. Vale a pena destacar que entre os países americanos, inicialmente, apenas Cuba e Brasil declararam reconhecimento a Angola, o que do ponto e vista do regime conservador vivido no Brasil de Geisel, escancarou-se como uma visível contradição política, tema já abordado nesta pesquisa.

No campo internacional, o importante reconhecimento de Angola pelo Conselho de Segurança da ONU teve expressivo destaque em ZH, assim como ocorreu em CP. Na edição de 24/11/76, o tema foi abordado:

> O Conselho de Segurança da ONU aprovou por 13 votos a zero o ingresso da Angola na ONU. Agora a Assembléia Geral já pode votar e aceitar Angola como 146° membro da organização mundial. A provação da entrada de Angola na ONU foi possível graças à mudança de atitude dos Estados Unidos, que não utilizaram seu poder de veto, como fizeram no Vietnã (p. 18). MC

Na mesma página, ZH destacou que “Regime de Luanda começa a superar suas dificuldades” [MC] onde afirmou que Neto e seu governo “mantêm o controle seguro da maioria do país”, afirmando que isso se devia ao apoio de 14 a 18 mil cubanos ali presentes. Na mesma edição, o colunista Newton Carlos buscou explicar o posicionamento dos EUA ao não vetar o reconhecimento de Angola pela ONU:

> A decisão de levantar o bloqueio no Conselho de Segurança, trocando o veto pela abstenção, teria partido de considerações internas? (...) o delegado norte-americano, William Scranton, foi ouvido pelos cantos da ONU manifestando medo de que um veto continuado a Angola antagonizaria países africanos moderados, cuja ajuda é vital à diplomacia dos Estados Unidos no sul da África (“Carter e Angola”, p. 16). MP

Segundo o articulista, este fato representou a verdadeira “queda e o ocaso do Secretário Kissinger”, neste período após derrota de Ford e vitória de Carter nas eleições presidenciais nos EUA. [48] O governo derrotado, ainda no comando do país, se adiantou ao possível reconhecimento que Carter logo permitiria a Angola. O presidente eleito já comparava em suas falas na época “as feridas de Angola com as do Vietnã, Camboja, Chile, Watergate e Cia”.

[48] Na mesma coluna, Carlos citou discurso de Carter opositor a Ford e Kissinger durante a eleição presidencial: “Os EUA alentaram a ditadura salazarista muito mais tempo do que qualquer outra democracia” (nota do autor).

Como conseqüência de estar livre do veto estadunidense, a Assembléia da ONU aprovou a inclusão de Angola como novo membro pleno. ZH, ao contrário de CP, noticiou assim: “A integração de Angola foi aceita por 116 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção, a dos Estados Unidos. Vinte e oito países deixaram de comparecer a sessão” (“Angola admitida como 146° membro da ONU”: 2/12/76, p. 16). MC

Com matizes distintas, ZH e CP divulgaram o reconhecimento internacional de Angola, delicado tema em um tabuleiro explosivo em termos de Relações Internacionais no ano de 1976, numa região altamente disputada entre interesses geopolíticos diversos. Aparentemente, a partir da análise das reportagens e de seus conteúdos, durante o desenrolar de 1976, Angola conquistou um significativo patamar de reconhecimento internacional. Certamente isso ocorreu como conseqüência das vitórias internas do MPLA, as quais o gabaritaram como dirigente do novo Estado Nacional ante a comunidade internacional, apesar das resistências de seus adversários.

2.2 O caso do fuzilamento dos mercenários e a atenção dramática a este episódio.

No mês de junho de 1976, ZH e CP abordaram um importante episódio jurídico em Angola: o julgamento de treze mercenários capturados e levados ao Tribunal angolano. Diversos detalhes deste processo foram divulgados nas páginas de seus periódicos e por mais de um mês CP e ZH investiram na cobertura deste fato. Assim, foi noticiada a organização jurídica – um dos pilares do Estado moderno - do jovem Estado Nacional e sua capacidade de tomar decisões de impacto internacional, devido o contexto daquele momento.

No CP de 4/6/76, a manchete anunciava que “Angola prepara cenário para o julgamento de mercenários” (p. 2), onde a matéria também divulgou a normalidade e o retorno de vários serviços na capital angolana, além do destaque central na imprensa local sobre o julgamento dos mercenários. Em seu conteúdo, foram citadas as garantias deste julgamento, no qual os acusados teriam todos os direitos de defesa, sendo este o objetivo do poder judiciário em Angola, segundo a reportagem. MC

Em 10/6/76 foi divulgada uma mobilização popular em Angola sobre este tema com a manchete “Angolanos pedem nas ruas a execução de mercenários” (p. 2), onde

também noticiou-se o trabalho dos advogados de defesa e o pedido da promotoria, pelo fuzilamento dos mercenários. MC

Na edição de 11/6/76, destacou-se em notícia que a defesa dos réus convocou um ministro angolano como testemunha e também a existência da imprensa internacional presente no julgamento. Foi ressalvada, por outro lado, a exigência do governo de Angola pela veracidade dos fatos divulgados pela mídia internacional (p. 2). MC

A presença da imprensa internacional durante as sessões do julgamento permitiu fontes férteis para os periódicos e constantemente CP publicou matérias detalhadas dos testemunhos, qualificando o entendimento deste fato naquela altura. Em 12/6/76, como manchete, destacou-se que "Mercenário acusa seu chefe no início do julgamento em Angola" (p. 3), justamente nesta perspectiva de detalhar os depoimentos dos acusados. MC

Na sequência, o dito chefe dos mercenários de fato assumiu as responsabilidades, dentro de uma suposta moral militar. Com a manchete "Chefe dos mercenários assume toda responsabilidade em Angola", CP deu voz ao chefe denominado como Coronel Callan: "Todos os homens que os senhores capturaram estavam sob meu comando direto e eu sou responsável por qualquer acusação contra eles, pois estavam cumprindo minhas ordens" (13/6/76, p. 2). MC

A barbárie do conflito também transpareceu nos relatos do CP em 16/6/76, quando a manchete anunciou que "Testemunhas narram atrocidades de mercenários julgados em Angola" (p. 3). No corpo da notícia foram descritos testemunhos de acusação sobre fatos como o massacre de 14 mercenários que desejavam desertar da guerra.

Tais relatos incluíram detalhes como mortes lentas, com tortura, onde, por vezes, as vítimas foram deixadas a morrer, sangrando [MC]. Em geral, detalhes mórbidos ou dramáticos contribuem para uma matéria se tornar mais atraente ao leitor, dentro do contexto de uma reportagem em um periódico.

A partir de 20/6/76, as atenções começaram a se voltar no CP para as definições jurídicas do julgamento e suas sentenças. A partir da manchete "Mercenários admitem culpa e a sentença surgirá esta semana" (p. 3), a matéria relatou os apelos finais dos acusados perante o tribunal de cinco autoridades – denominado como Tribunal Revolucionário Angolano -, ressalvando que a decisão deste Tribunal, segundo a lei angolana, só poderia ter chance de recurso e modificação por parte do presidente Neto. MC

Em 26/6/76, a manchete "Expectativa mundial pela sentença contra 13 mercenários em Angola" (p. 3) abriu matéria onde chamou atenção a definição de que este evento era

“O primeiro grande drama judiciário da África negra” MC. Na sequência, na capa na edição de 29/6/76, foi destacado que “Angola condena quatro dos mercenários a morte”, confirmando no corpo da notícia que os outros nove acusados tiveram penas variadas de prisão. Sem citar nomes, os juízes tiveram espaço de voz nesta matéria para justificar a sentença: “No curso da História, os mercenários sempre foram julgados com severidade”. MC

Um dos principais argumentos de defesa não foi aceito, ou seja, o pedido da defesa para os acusados serem tratados como presos políticos. Assim, a corte não utilizou os conceitos da convenção de Genebra, assim justificado: “Os acusados não podem solicitar a deferência de prisioneiros de guerra, por um motivo definitivo, o de que eram membros irregulares de um exército e também porque o mercenário é um criminoso comum”. MC Esta afirmação originou-se da voz do juiz Ernesto da Silva, presidente do tribunal, único juiz que teve sua declaração pessoalizada.

A partir da decisão do Tribunal, as atenções se voltaram para uma possível reversão da decisão por parte da vontade pessoal do presidente Neto. Em 30/6/76, a manchete destacou que “Agostinho Neto espera as reações pra tomar última decisão sobre mercenários” (p. 3), onde noticiou-se viagem de Neto e possível tomada de posição do presidente sobre as sentenças em seu retorno. Na mesma matéria, foi dado espaço para mais uma justificativa para a sentença, nas palavras do ministro da Justiça de Angola:

> Cremos que com este processo demonstramos ao mundo nossa grandeza e maturidade política, apesar da juventude de nosso Estado e de nosso governo (…) [as sentenças] refletem o sentido de justiça de nosso povo e estão de acordo com os princípios da lei socialista. (…) Acreditamos que foi feita uma genuína justiça, severa, mas comedida. MC

Esta declaração do ministro tentou expressar o sentido da “maturidade e grandeza” do Estado Nacional, em especial de seu braço jurídico, com esta decisão autônoma, impactante e acompanhada internacionalmente pela imprensa. A matéria também noticiou o pedido de clemência do primeiro ministro britânico aos sentenciados de seu país junto a uma mobilização por parte de chefes de Estado que não cessaram nos dias anteriores a aplicação da sentença.

Ao contrário das expectativas de clemência, em 10/7/76, com destaque de capa, a manchete afirmou que “Agostinho Neto confirma sentença dos mercenários”, incluído o comunicado de Neto à imprensa sobre o assunto, onde afirmou que a justiça angolana também se destinava “(...) em benefício de nossos povos irmãos da Namíbia e de

Zimbabwe, assim como também de todos os povos do mundo contra os quais o imperialismo prepara, agora, novas agressões mercenárias". MC

O tom politizado sobre a manutenção da decisão jurídica foi a opção de Neto naquele momento. Na mesma reportagem, registrou-se a comoção do presidente dos EUA, Gerald Ford, com a decisão de Neto, pois entre os quatro condenados havia um estadunidense e três britânicos. Com a definição de Neto, a sentença do Tribunal acabou sendo cumprida e noticiada no dia 11/7/76, com destaque de capa: "Mercenários estrangeiros foram fuzilados pelo governo de Angola".

Na reportagem, confirmaram-se as execuções, apesar de serem ressaltadas algumas informações desencontradas para confirmar tal evento. Ainda, foram citados os pedidos de clemência da Rainha Elizabeth da Inglaterra e de seu 1º ministro, mas sem resultado prático naquela altura dos acontecimentos. MC

CP, com esta matéria, encerrou a abordagem deste tema em seu periódico. Por sua vez, ZH, com um número ligeiramente menor de matérias sobre o assunto no mesmo período, também dedicou suas páginas a noticiar o julgamento em Angola, em clima de pós guerra civil.

Na edição de 28/5/76, ZH iniciou a divulgar o julgamento com alguns detalhes não presentes no CP, possivelmente pela variação de fontes utilizadas ou pela seleção de conteúdo nas mesmas:

> Dez britânicos, dois norte-americanos e um argentino serão julgados em Angola como mercenários, no dia oito de junho, segundo informou ontem o jornal de Lisboa **A Capital**.
> O correspondente do jornal em Luanda disse que os 13 mercenários serão julgados por um "Tribunal Revolucionário Popular" (…). Fontes de confiança teriam dito segundo o jornal, que mercenários de Portugal e Zaire também seriam julgados pelo Tribunal depois dos britânicos, norte-americanos e argentinos, embora a data não tivesse sido marcada ("Angola vai julgar 13 mercenários", p. 15). MC

As tradicionais "fontes de confiança", [49] que apareceram nesta reportagem, estiveram no noticiário de ZH, com freqüência. Na seqüência da cobertura do julgamento, em junho, ZH deu atenção ao trabalho da defesa e da acusação dos réus:

---

[49] 'Fontes de confiança ou bem informadas' são termos recorrentes nas notícias tanto em ZH como no CP. Sobre isso, ABRAMO (1991, p. 20) nos alerta que o "(...) outro extremo da inversão do fato pela versão é o oficialismo, esta expressão aqui utilizada para indicar a fonte 'oficial' ou 'mais oficial' de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou do Governo. No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência, a versão oficial".

> Os advogados que tentam evitar o fuzilamento de três norte-americanos que, juntamente com 10 ingleses, serão julgados em Luanda por envolvimento na guerra civil de Angola como mercenários, estudaram ontem os volumosos processos que pesam sobre seus clientes. (…)
> "Eles deveriam ser fuzilados, de acordo com a lei disciplinar de combatentes de 10 de julho de 1966, capítulo III, artigos nove e 10", declarou o promotor ao apresentar a acusação ao Tribunal. (…) ("Angola: advogados tentam salvar 13 mercenários": 9/6/76, p. 15). MC

Apesar dos esforços da defesa, descritos nesta matéria, na edição de 29/6/76 noticiou-se amplamente a sentença dos acusados e os resultados do julgamento:

> O Tribunal Revolucionário do Povo condenou ontem a morte, por fuzilamento, quatro mercenários, (...), e decretou longas sentenças de prisão contra os outros nove (…).
> O juiz condenou a morte Daniel Gearhart (...) por ter feito um anúncio oferecendo-se para lutar como mercenário (...). Foram também condenados a morte o **Coronel Tony Callan** e Andrew Mackenzie, por terem participado do massacre de 14 outros mercenários ingleses. (...) ("Angola condena 4 mercenários a morte", p. 13). MC

Na edição seguinte, as expectativas foram lançadas para o poder de decisão de Neto, o qual poderia, como presidente da República, alterar a decisão do Tribunal:

> O presidente de Angola, Agostinho Neto decidiu ontem analisar as reações internacionais, antes de confirmar ou comutar as sentenças de morte decretadas pelo Tribunal Revolucionário do Povo contra quatro mercenários, em Luanda.
> Segundo uma fonte de Angola, o presidente quer examinar a reação internacional e também as repercussões internas, antes de dar sua decisão sobre o veredicto pronunciado na segunda-feira pelo Tribunal Revolucionário ("Angola: Agostinho Neto decidirá": 30/6/76, p. 14). MC

As expectativas do perdão de Neto foram destacadas em ZH, incluindo as cartas escritas por familiares dos condenados, apelos internacionais e detalhes da vida íntima cotidiana dos sentenciados, conforme descrito na reportagem com a manchete: "Agostinho Neto estuda perdão para mercenário". A reportagem ainda tinha um tom otimista no sentido do perdão presidencial:

> Um assessor do Senado dos Estados Unidos afirmou que o presidente de Angola, Agostinho Neto, está estudando seriamente a comutação da pena de morte decretada contra Daniel Gearhart, o mercenário norte-americano condenado pelo tribunal popular militar em Luanda, a capital angolana. A mulher de Gearhart enviou ontem um telegrama ao presidente de Angola, implorando pela vida de seu marido. O casal tem quatro filhos menores. (...) . Em Luanda, o advogado norte-americano Robert Cesner disse ter esperança de conseguir obter a clemência para os mercenários condenados à morte (3/7/76, p. 12). MC

Mas, uma semana depois, como já foi observado na descrição do CP, Neto confirmou o fuzilamento dos mercenários. ZH divulgou este fato e indo além da cobertura do CP também deu destaque ao enterro e ao translado dos corpos e mesmo o enterro dos fuzilados, detalhes mais dramáticos sempre preferidos por este jornal.

Observando as manchetes no período, pode-se perceber a idéia central de cada notícia: “Neto confirma pena” (10/7/76, p. 12); “Angola devolve o corpo dos 4 mercenários – permitida a família pegar o corpo dos condenados” (12/7/76, p. 14); “Chegada do corpo de mercenário aos EUA para enterro” (Seção ‘Resumo’: 27/7/76, p.14). [todas MC]

Desta maneira, ZH encerrou sua cobertura de um fato relativamente corriqueiro numa situação de guerra civil, mas que demonstrou de certa forma a consolidação do sistema jurídico no nascente Estado Nacional angolano. Pelo espaço cedido naquele momento, pode-se imaginar o interesse e a dedicação das fontes internacionais no sentido da cobertura deste evento.

Tratou-se de mais um episódio no qual a situação angolana se destacou no noticiário internacional naquele momento, o qual segundo HOBSBAWM (2003, p. 392), já se encontrava recheado de conflitos políticos em todos os cantos do planeta, pois a “história dos vinte anos após 1973 é a de crise de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e crise”. Angola foi parte deste cenário internacional, como se percebe ao analisar todos os episódios deste período nos quais o jovem Estado Nacional apareceu.

2.3 A rebelião de 1977 e a crise interna do MPLA

Uma importante crise interna na organização guerrilheira com perfil de partido político – o MPLA – ocorreu em maio de 1977. Como centro político do novo Estado Nacional, a crise do MPLA e sua divisão interna teve grande destaque na imprensa. No CP, Angola retornou às matérias destacadas na capa – após muitos meses - nos dias de noticiamento da rebelião interna e embora não tenha sido uma notícia com fôlego de muitos dias, teve seu espaço bastante destacado, como será analisado.

Na capa de 28/5/77, CP anunciou que “Cubanos ajudam Agostinho Neto a vencer uma revolta em Luanda”. Inicialmente a matéria publicada a partir de fontes de Lisboa (AP-UPI), considerou a crise como uma revolta militar “contra o regime marxista” do MPLA, mas esta avaliação foi sendo modificada nos dias seguintes, incluindo aspectos mais ideológicos e mesmo raciais, ou ambos, conforme os textos identificaram:

> A rebelião começou durante a noite, quando grupos de soldados exigiram a libertação de dois líderes da Ala Nacionalista Negra do MPLA. Ambos foram afastados do Comitê Central e presos na

> semana passada, por terem criticado publicamente a crescente influência cubana e soviética em todos os níveis do governo angolano. MC

O conjunto da notícia priorizou na informação que as "tropas legalistas" dominaram a situação, os meios de comunicação e sufocaram a rebelião. Os rebeldes foram assim caracterizados nesta edição:

> Os rebeldes se apoderaram inicialmente da estação de Rádio Nacional e começaram a transmitir apelos para uma manifestação em apoio "ao poder do povo". Em Angola, essa frase é associada aos extremistas negros que se opõem à ala pró-soviética do MPLA, cuja liderança é exercida por mulatos.

A matéria, ao mesmo tempo, credenciou-se a partir de "especulações de fontes ocidentais". Mais uma vez, este termo genérico aparece nas reportagens para justificar as informações ou especulações:

> Fontes ocidentais consultadas hoje em Johannesburgo na África do Sul, disseram que a rebelião em Angola pode ter sido insuflada por setores que não concordam com a política de Agostinho Neto de reaproximação com o Ocidente. Outras fontes, do governo sul-africano, levantaram porém a possibilidade de que o conflito tenha raízes raciais, uma vez que Agostinho Neto é mulato e estaria enfrentando forte oposição por parte da população negra. Apesar das declarações oficiais conhecidas até agora, ainda está difícil tirar conclusões ideológicas mais objetivas sobre a principal motivação do levante armado.

Apesar desta dificuldade para as "conclusões ideológicas mais objetivas", as especulações e idéias a cerca da motivação do conflito, de forma bastante precipitada pela carência de fontes, – foi usada como fonte até o governo de fronteira inimiga, a África do Sul – foram divulgadas nesta edição. A afirmação de que Neto sofria naquele momento "forte oposição da população negra" não teve nenhum tipo de comprovação além das "fontes ocidentais".

No dia seguinte, CP pagou o preço pela precipitação e a análise foi exatamente oposta:

> O anúncio do presidente, divulgado pela Rádio de Luanda, ocorreu depois de sucessivos comunicados do governo nos quais este garantiu que tinha sido "totalmente derrotado" o levante tentado ontem por membros esquerdistas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ("Tropas de Angola caçam participantes da revolta": 29/5/77, capa). MC

Agora, nesta matéria do CP, os rebeldes eram membros "esquerdistas". Já apareciam nomes dos líderes e novas motivações opostas à edição anterior:

> O presidente angolano não mencionou a sorte dos ex-oficiais do MPLA, acusados de instigar a revolta. Os dois – o ex-ministro do Interior Nito Alves e o ex-comissário político Jose Van Dunen – estavam na cadeia municipal quando começou a rebelião. Os dois, ambos pró-Moscou, foram presos no dia 21 deste mês depois de terem sido expulsos do Comitê Central do partido governante, por serem nitidamente partidários da linha soviética.

Ao mesmo tempo em que a matéria tratou como indefinida o paradeiro dos rebeldes, trouxe uma nova avaliação: agora os rebeldes eram pró-soviéticos (pró-Moscou) e não "negros que desejavam se afastar da influência soviética", definições opostas colocadas em duas edições seqüentes. Isso foi reconhecido pela matéria: "(...) as versões iniciais sobre as causas do levante indicaram que (...) protestaram no Comitê Central do MPLA contra a crescente influência da União Soviética sobre o regime de Neto".

A matéria ainda destacou as medidas violentas sugeridas por Neto e deu voz ao presidente, na perspectiva de punidor: "(...) somos obrigados a reagir com uma certa crueldade, porque precisamos tratar drasticamente algumas pessoas que tentaram (...) atacar outra vez nosso movimento, nosso povo e nossa pátria".

A voz punitiva de Neto também colocava povo, pátria e movimento no mesmo patamar, bastante importante num momento de consolidação de um novo Estado Nacional, especialmente com um governo unipartidário.

CP, a partir de suas fontes, também destacou a oposição dos rebeldes (com múltiplas caracterizações sobre o mesmo) à aproximação de Angola com parte do mundo ocidental, pois estes desejavam laços exclusivos com Cuba, URSS e Estados radicais do Terceiro Mundo.

Em 31/5/77, os rebeldes foram chamados como "dissidentes esquerdistas" e nesta avaliação foi incluída a questão racial como determinante da crise interna:

> Na ocasião do golpe, surgiram insinuações de que as diferenças raciais, mais do que as motivações ideológicas, tinham provocado a rebelião. Os dois dirigentes expulsos do MPLA, ardorosos defensores da linha pró-Moscou, tinham se oposto à inclusão de mulatos e brancos no governo ("Agostinho Neto teme confusão nas províncias após a revolta", p. 2). MC

Com essas dúbias definições e sem a voz dos rebeldes em nenhuma das edições, CP concluiu a cobertura deste episódio em Angola. No mês seguinte, veio a tona a relação entre os rebeldes em Angola e a extrema esquerda portuguesa:

> O ex-ministro do Trabalho de Portugal, José Costa Martins, foi detido em Angola e acusado de participar no fracassado golpe contra o governo marxista angolano (...) o presidente angolano Agostinho Neto denunciou "íntimas ligações entre radicais angolanos e portugueses extremistas" na

> revolta, não fornecendo os nomes dos portugueses envolvidos (“Ex-ministro português preso após apoiar golpe em Angola”: 11/6/77, p. 2). MC

No conteúdo das fontes utilizadas por CP, uma série de avaliações foram aparecendo, por vezes opostas uma das outras, demonstrando debilidade das fontes e mesmo insuficiência das mesmas. Isso não impediu um esforço de tentar fazer especulações e análises, independente das conseqüências disso.

Segundo ABRAMO (1991, p. 16), esta manipulação de notícias ocorre diversas vezes nos periódicos, mas nem sempre de forma tão explícita como neste episódio. Para o autor,

> (...) cada leitor tem, para si, uma imagem da realidade, que na sua totalidade, não é real. É diferente e até antagonicamente oposta à realidade. A maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal. A manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade.

ZH, por sua vez, teve mais cuidados com manobras em uma notícia com fontes insuficientes como essa crise interna do MPLA, se comparado com as notícias do CP. Em 28/5/77, já destacou-se em manchete que “Angola sufoca uma rebelião dos radicais”, onde apareceu alguma semelhança com o conteúdo do CP, em especial pelo uso de mesmas fontes, mas difere por não afirmar categoricamente ser uma rebelião “anti-marxista” e por definir os insurretos como “ultranacionalistas”:

> A rebelião começou durante a noite, por parte de facção do Exército que exigia a libertação de Nito Alves e José Van Dunen, líderes da ala ultranacionalista do MPLA, que foram afastados (...) na semana passada depois de criticarem em público o aumento da influência soviética sobre o governo. Correram informações de que Alves e Van Dunen tinham sido libertados ontem, mas as últimas notícias chegadas de Luanda, lançam dúvidas quanto a esta possibilidade. O vespertino A Capital, de Lisboa, publicou a noticia não confirmada de que Alves fora fuzilado ao meio-dia. Alves, a princípio era considerado pró-soviético, mas após a vitória do MPLA, afastou-se do grupo marxista ortodoxo de Neto e alinhou-se com os ultranacionalistas (p. 12). MC

Segundo a matéria, os “pró-soviéticos” eram integrados especialmente por mulatos, fator de oposição dos chamados *ultranacionalistas*, termo não encontrado na abordagem do CP e também não definido exatamente nas matérias em ZH. Da mesma forma, nenhum tipo de comentário sobre fuzilamento de qualquer liderança rebelde foi encontrada nas edições do CP. Também, a matéria de ZH deu mais detalhes da crise nas ruas de Luanda, inclusive com o fechamento temporário do aeroporto.

Este episódio foi um bom exemplo de como mesmo usando as mesmas Agências Internacionais como fonte, os periódicos podem, por diversos motivos, terem abordagens com importantes diferenças, embora também contenham algumas semelhanças.

Na edição seguinte, a notícia sobre a crise angolana foi breve: poucas frases sem nenhuma novidade expressiva, mas ZH chegou a referendar a visão inicial de CP quanto a causa da revolta interna do MPLA: “Os elementos ultranacionalistas protestam contra a crescente influência da União Soviética sobre o regime de Agostinho Neto” (“Prontidão total em Angola”: 29/5/77, p. 12). MC

Uma matéria de pequeno destaque também não conseguiu esclarecer nem detalhar as causas da revolta. Na edição seguinte, ZH não deixou de colocar seus requintes da barbárie do acontecido, como era seu costume:

> O presidente de Angola, Agostinho Neto, disse que o ministro da Fazenda, Saydi Mingas, e outros cinco dirigentes do MPLA foram “queimados vivos” pelos responsáveis pela fracassada rebelião de sexta feira passada. (...) a rebelião custou a vida de cerca de 100 pessoas. Em um discurso feito em Luanda, captado em Londres, Neto disse que os seis corpos carbonizados dos assessores do governo foram descobertos entre restos de automóveis incendiados (“Número de mortos em Angola chega a 100”: 30/5/77, p. 12). MC

Tendo a descrição da barbárie como fundo, ZH não encontrou as causas da revolta em Angola em suas matérias selecionadas, possivelmente pela confusão e dúvidas sobre o episódio que pairavam sobre os jornalistas responsáveis. Na edição seguinte, no corpo da matéria, apareceu expressão idêntica aquela utilizada no CP, possivelmente fruto da influência das mesmas fontes utilizadas por ambos. Agora, os rebeldes eram “dissidentes esquerdistas” e ainda, “adeptos fervorosos da linha de Moscou”:

> Os dois dirigentes negros do golpe (...) continuam foragidos. Algumas versões indicavam que tinham sido capturados. Neto, que é mulato, disse domingo à noite num discurso pelo rádio captado em Johannesburgo que o povo poderá se sentir confuso com a luta interna do MPLA (...). A agência Associated Press insinua que foram mais diferenças raciais do que considerações ideológicas que motivaram o golpe. Os dois expulsos, adeptos fervorosos da linha de Moscou, tinham objetado contra a inclusão de mulatos e brancos no governo. Sabe-se, além disso, que estavam em desacordo com a política de Neto e conseguir a volta dos técnicos portugueses para reativar a economia e contrabalançar a presença de 12 mil soldados e conselheiros cubanos em Angola (“Repercussão do golpe angolano”: 31/5/77, p. 15). MC

Nesta matéria, aspectos políticos se misturaram com questões de fundo racial de forma confusa. Até mesmo a cor de pele de Neto (“que é mulato”) e dos foragidos se destacou no texto, algo inédito em meses de destaque de notícias angolanas. Na edição

seguinte, além de repetir uma série de informações da edição de 31/5/77, ZH incluiu a notícia sobre a prisão de mais de 100 pessoas, segundo fontes sul africanas.

Além disso, ZH publicou, a partir da voz de Neto, que a rebelião "teve matizes tanto ideológicas como raciais, teriam seguidores em algumas províncias e em organizações de massa, além de participação de estrangeiros" ("Governo de Angola prende mais de 100": 1°/6/77, p. 16). MC

A repercussão da crise política no jovem Estado Nacional, [50] com todas as características típicas de uma crise como qualquer outro Estado mais consolidado foi uma marca da maturidade de Angola, de certa forma. A cobertura em ZH e no CP, embora não tão esclarecedora, deu um destaque significativo ao evento. As dúvidas sobre as raízes do conflito assim ficaram, pois o tema, por estar fora da pauta de interesse ou de prioridade, não voltou a ser tocado pelos periódicos.

Tais dúvidas também estão presentes entre pesquisadores sobre o tema. FILHO (1998, p. 245), ao abordar sobre esta revolta interna do MPLA de 1977, denominando a revolta como 'nitista', confirma a questão racial como determinante, conjugada com críticas da condução do Estado Nacional:

> Até o fracassado golpe de Estado realizado pelos nitistas, em maio de 1977, eles continuam a se opor à política da facção hegemônica no MPLA e ao número de brancos e mestiços no poder, participação que consideravam desproporcional. Os nitistas protestaram contra a pouca austeridade de uma "nova burguesia", em especial de mestiços e brancos, que estava a se formar entre os funcionários públicos, alienando os interesses das camadas populares urbanas predominantemente negras. Percebia-se, aí, uma crítica a muitos, que tendo lutado contra a opressão portuguesa, visavam permutar os seus papéis de subalternos pelos de dominadores na nova sociedade independente.

Sendo um tema polêmico até os dias de hoje, SANTOS (1997, p. 212) reduz a significância da temática racial e afirma que os rebeldes estavam disputando o poder político, pois "Nito Alves e seus partidários elaboraram uma estratégia que se deveria iniciar pela construção de uma estrutura paralela com o objetivo de controlar certas instituições no seio do aparelho de Estado e do partido único".

Sufocar a rebelião interna foi mais um passo no caminho do MPLA para consolidar-se no comando do Estado Nacional angolano e a frente dos desafios de sua estruturação, ainda longe da estabilidade.

---

[50] Cabe ressaltar que em ZH também foi destacada a prisão do ex-ministro português como em CP ("Ex-ministro de Portugal detido em Angola, 11/6/77, p. 12), com conteúdo semelhante (nota do autor). MC

2.4 A presença cubana em Angola: eterno destaque jornalístico.

2.4.1 A abordagem em ZH

O apoio cubano ao governo de Agostinho Neto e a presença de milhares de soldados e outros profissionais, a partir de semanas antes da independência angolana, foi um tema de constante polêmica nos debates políticos internacionais do período e também nas páginas dos periódicos. Como veremos, a presença latino americana de Cuba na África mereceu especial abordagem em ZH e no CP.

Em ZH, a presença das tropas cubanas sempre esteve nas notícias e na descrição das batalhas. Ao mesmo tempo, as justificativas do governo cubano para tal participação sempre tiveram espaço nas páginas deste periódico, como na edição de 16/1/76, quando justificou a presença cubana em Angola, a partir de um discurso de Fidel Castro, como uma reação à presença sul africana nas fronteiras angolanas:

> Castro disse que as tropas cubanas serão retiradas quando o governo socialista de Angola do MPLA assim o desejar. "São eles, exclusivamente que devem decidir a questão. (...) Quando eles decidirem que já não precisam de nós, nós nos retiraremos. (...). Nenhuma unidade militar cubana se dirigiu para Angola antes da invasão feita pela África do Sul, a 23 de outubro (de 1975)", salientou Fidel Castro que não revelou o número de soldados enviados e nem as suas baixas, pois "não há motivo para facilitar o trabalho dos imperialistas" ("Fidel justifica intervenção cubana", p. 14). MC [51]

Esta mesma perspectiva de Fidel Castro foi repetida na edição de 30/1/76 ("Tropas do MPLA estão às portas de Huambo", p. 14) praticamente com o mesmo conteúdo do líder cubano, o qual acentuou a presença de milhares de voluntários, não apenas soldados.

Este longo espaço cedido às declarações cubanas – de Fidel Castro, em especial - foram constantes nestes anos, assim como as críticas internacionais à presença cubana no território angolano ao lado do MPLA. Na edição de 27/1/76, um anônimo da comitiva do Secretário estadunidense Kissinger em visita a Europa teria dito que: "Cuba se transformou numa ponta de lança dos revolucionários em vários países africanos" (p. 13). Na mesma

[51] Fidel Alejandro Castro Ruz nasceu em Cuba no ano de 1926. Formado em Direito no ano de 1950 em Havana, participou de atividades opositoras ao regime de seu país desde jovem. Enfrentou a ditadura do general Batista, governo de colaboração com os EUA e decidiu formar guerrilha rural contra este governo, na região de Serra Maestra. Lá se estabeleceu com cerca de 80 homens e nos anos seguintes, ocupou a cidade de Santiago e mais tarde liderou a ofensiva final contra Batista, derrubando este governo em 1959 no episódio denominado como Revolução cubana. Desde então, Fidel participou do governo cubano com centralidade até o ano de 2008, quando afastou-se do poder (dados biográficos adaptados de <www.biografiasyvidas.com/biografia/c/castro_fidel.htm> acesso em 1/10/2011).

matéria, foi lembrada a presença de Che Guevara e de cubanos em apoio a Lumumba no Congo [52] e o envio de assessores cubanos para vários países africanos naquele momento.

Esta frase anônima descrita em ZH resumiu todo o sentimento da época e o efetivo receio desta ação internacionalista de Cuba. A vinculação do termo 'intervenção' a este fato, chocava-se com o argumento do MPLA, o qual afirmava que a participação cubana neste processo se deu a partir de um 'convite' dos dirigentes angolanos.

Estes argumentos foram repetidos inúmeras vezes pelos dirigentes africanos. Segundo MAXWELL (2006, p. 199 a 201), este convite ocorreu em agosto de 1975 diretamente a Fidel Castro e a operação logística para transportar soldados e armas pelo Atlântico se desenrolou a partir daí. Para o autor, este fato, mudou a situação no sul da África e o equilíbrio de poder pendeu para o lado do MPLA e seu regime.

Ainda, na matéria de 27/1/76, noticiou-se mensagem cubana ao Secretário Geral da ONU explicando justamente este convite de 'intervenção'. Ao mesmo tempo, a carta denunciava a ação da CIA e da FNLA, aliados a África do Sul ("Cuba defende a intervenção de seus soldados na África"). MC

Na edição de 29/1/76, a FNLA responde perante a Câmara estadunidense acusando a ação intelectual soviética sobre esta ação em Angola através de um relatório:

> A (...) (FNLA) declarou, a Câmara de Representantes dos Estados Unidos, que um aumento em grande escala de tropas cubanas na antiga colônia portuguesa foi acertado em Havana, pelo teórico do Partido Comunista Soviético, Mikail Suslov, durante sua visita a Cuba, a 17 de dezembro passado. A acusação está contida em relatório de aproximadamente cinco mil palavras, enviado pelo presidente da FNLA, Holden Roberto, ao presidente da Câmara dos Estados Unidos, Carl Albert. (...) Suslov é membro do Politiburo do PC soviético é apontado como seu principal teórico, tendo representado seu partido no primeiro Congresso do PC Cubano ("Intervenção de Suslov ampliou ação de Cuba", p. 14). MC

Apesar do conteúdo da notícia desenvolver a idéia de uma 'guerra de acusações', o título da manchete foi colocado de maneira afirmativa e aparentemente definitiva. Parecia que a simples ação de um 'teórico' justificava a intervenção cubana na África e explicava

[52] Ernesto Rafael Guevara de la Serna – o 'Che' - nasceu na Argentina (1928 – 1967) e contribuiu na Revolução Cubana, participando dos primeiros anos do governo de Fidel Castro. Esta missão cubana no Congo em 1965 foi das mais secretas desta Revolução. Tão confidencial que só 25 anos depois – em 1990 – foi totalmente confirmada por Fidel Castro. O segredo guardado por tanto tempo era a participação de Che Guevara – e do governo cubano – na guerrilha na República Democrática do Congo entre abril e novembro daquele ano. Lá, Che e cerca de 70 cubanos voluntários, financiados por Cuba, juntaram-se ao grupo rebelde local. O objetivo era reinstituir o regime nacionalista de esquerda de Patrice Lumumba, morto em janeiro de 1961 (adaptado a partir do conteúdo presente em <http://historia.abril.com.br/gente/camarada-ernesto-che-guevara-433434.shtml> acesso em 27/2/2011).

sua extensão. Cabe destacar que estas ações do país latino americano já ocorriam antes do episódio angolano, como já foi analisado.

A presença cubana em Angola também chegou a ser vista como uma internacionalização da guerra, pela presença de estrangeiros atuando no conflito em ambos os lados da guerra:

> A guerra civil angolana está se convertendo rapidamente num choque entre soldados cubanos e mercenários brancos. Os mercenários foram contratados para reforçar as tropas da FNLA-UNITA depois das sucessivas derrotas frente ao MPLA que conta com o apoio de soldados cubanos e ajuda militar soviética ("Muitos estrangeiros na guerra dos outros": 3/2/76, p. 14). MC

A consolidação do poder do MPLA em Angola com o apoio cubano e soviético despertou uma série de temores de vizinhos e inimigos do governo "pró-marxista", como várias vezes ZH definiu a direção angolana. Estes temores foram resumidos em um artigo de Jean Marie Jurge da FP, publicado no periódico:

> Certos países vizinhos de Angola temem uma verdadeira campanha da África dos 15 mil combatentes cubanos que contribuíram, decisivamente, para a vitória da República Popular de Angola, afirmam os observadores. (...) Estes temores parecem tanto mais fundados quanto a União Soviética, (...) não oculta sua intenção de apoiar os movimentos de libertação em luta contra os governos de Salisbury e Pretória. (...) Em tais condições, os observadores não afastam a possibilidade de que os cubanos que se encontram assim como o **gusano na fruta**, segundo expressão do diplomata africano, sejam utilizados para fazer cair no campo marxista vários países da África Oriental e Austral. (...) ("Cuba, a obsessão africana": 29/2/76, p. 15). MC

Estes trechos retirados do longo artigo, com sugestivo título e com tamanho de página inteira, resumem o contexto de dificuldades dos inimigos de Neto naquela altura em 1976 e mostram o alcance da ação cubana em Angola. Os temores sul africanos podem ser resumidos na fala destacada neste artigo de Vorster, líder da África do Sul, para quem os russos e cubanos decidiram "provar até onde podem chegar. Nossos inimigos, acrescentou, têm agora a potência suficiente para atacar a nação, tanto no exterior como no interior".

De qualquer forma, os temores dos países fronteiriços a Angola sobre a possibilidade de 'caírem no campo marxista', segundo os supostos 'observadores' (fontes desta reportagem), fogem dos interesses desta pesquisa. Vale a pena ressaltar, por outro lado, que os conflitos internos na Rodésia, Namíbia e África do Sul seguiram naqueles anos, independente da ação de Cuba ou Angola.

A reação internacional a este cenário também teve seus tentáculos na América do Sul, especialmente nas relações entre Brasil e Argentina, assim abordadas pelo colunista Newton Carlos:

> É motivo de especulações internacionais, tendo em vista a **estratégia de tensão** – no Atlântico Sul, ativada com informações sobre cubanos se movimentando a partir de Angola com apoio logístico soviético, a visita à Argentina do ministro da Marinha do Brasil, almirante Geraldo Henning. Estaria a caminho o tão falado Pacto do Atlântico Sul? ("Um pacto complicado": 7/4/76, p. 12). MP

Na mesma coluna, Newton Carlos destacou as dificuldades deste suposto pacto, especialmente pela incômoda presença da África do Sul, a mentora do mesmo. Conteúdos como este dependiam da ação do comentarista, pois não apareciam nas notícias da época.

De qualquer forma, o conteúdo na coluna citado parece significar que estas discussões se desenvolviam naquele momento. A defesa militar da região sul do Atlântico, as quais acabaram repercutindo neste espaço de opinião em ZH, era um assunto que recebia atenção por parte dos regimes políticos aqui do cone sul da América, a partir de receios relativos aos acontecimentos no sul da África.

Excetuando as colunas com informações e críticas de Newton Carlos, por vezes as notícias sobre a ação cubana em Angola selecionadas por ZH, não continham o devido aprofundamento. Por exemplo, na manchete "Outro soldado cubano foge de Angola para Portugal", não ocorreu em nenhum momento a motivação do episódio, apenas a descrição do mesmo (13/4/76, p. 14). MC [53]

Na edição de 16/4/76, anunciou-se a intenção cubana de intervenção no processo de luta na Namíbia ("Cuba pronta para nova intervenção", p. 13). A matéria teve um destaque bastante significativo apesar de ser apenas especulativa, sem nenhuma seqüência nos dias posteriores. Diversas vezes o termo 'intervenção' esteve ressaltado no corpo da notícia. MC

Na edição de 17/5/76, ZH não fugiu a descrição mais chocante - próxima à barbárie, sempre que possível presente nas notícias deste jornal – dos acontecimentos em Angola. A partir da manchete "1500 cubanos já morreram na guerra angolana", a notícia destacou que "os cadáveres foram colocados num navio frigorífico que está ancorado em Point Noire, para voltar a Cuba" (p. 14). MC

[53] Vale ressaltar que a fuga de cubanos para outros países em diversos momentos é um tema, em geral, largamente abordado pela imprensa internacional mesmo na atualidade (nota do autor).

Na mesma edição, foram citadas fontes originadas de “desertores cubanos” e incluído o cálculo de 14 mil combatentes de Cuba no solo angolano. Esta estimativa durante os anos analisados variaram, em geral, entre 10 e 15 mil soldados e voluntários.

Em 26/5/76, ZH apresentou uma manchete bastante precipitada: “Cuba retira suas tropas de Angola” MC. No corpo da notícia, tratava-se apenas de uma retirada gradual de 200 soldados por semana anunciada por Fidel ao 1° ministro sueco, mas não comprovada nos meses seguintes. Um exagero na manchete, não confirmado no conteúdo da matéria, que poderia deixar o leitor apressado ou superficialmente informado sobre o tema, absorvendo uma informação bastante parcial e imprecisa.

Este exagero na manchete em ZH logo foi minorado com análises posteriores como na edição de 22/7/76, quando o polêmico número de soldados em Angola e sua retirada entrou novamente em questão:

> Não se pode determinar o número de uniformes verde-oliva que se vê nas cidades. Sobretudo quando se leva em conta que os observadores estrangeiros que com muita seriedade fornecem cifras sobre a presença de soldados cubanos em Angola mal saem do setor do Hotel Tropico, de Luanda, ou do aeroporto de Cabinda. Os habitantes de Luanda não notaram nenhum movimento de tropas desde que Fidel Castro anunciou a retirada de suas forças. Mas, em princípio, só deveriam sair de Angola 200 soldados por semana (“Podem piorar as relações de Luanda com o governo de Washington”, p. 13). MC

Na mesma matéria, divulgou-se a visita de Agostinho Neto a Cuba ao lado do veto e da oposição estadunidense relativo à presença cubana em Angola. A primeira visita oficial depois da independência, teve um certo tom de polêmica ao anunciar a preocupação estadunidense com a visita oficial de Neto por um lado, mas também afirmou a disposição de Neto ao registrar parte de seu discurso: “O presidente angolano já advertira, depois desse veto norte-americano, de que ‘em vez de diminuir’, as relações com Cuba iriam ser ‘reforçadas’”.

As matérias que incluem a temática cubana reduziram-se a partir do mês de julho de 1976. Por vezes, pequenas notícias lembravam a ação cubana em pequenos conflitos ou algum artigo sobre o conflito na Namíbia ou sobre o *apartheid* sul africano também tocava sobre a presença de Cuba por ali.

Diretamente sobre a presença cubana em Angola, uma pequena notícia em 30/9/76 acusou: “Angola: tropas massacraram 500 civis”, onde no corpo da matéria foi noticiado que oficiais cubanos comandaram um massacre a 500 refugiados no sul do país, região de ação da UNITA. MC

Também foram acusados os soldados de pilharem as aldeias (p. 16) num clima de caos, fome e atraso de soldos como narrado no corpo da notícia. Não houve confirmação nem contraponto a estas graves acusações nem existiu sequência do tema nos dias posteriores, algo que debilitou o seu conteúdo.

Na edição de 27/4/77, novamente a temática do número de soldados e da dependência angolana a estes recursos esteve presente, junto a um visível exagero do potencial dos inimigos do MPLA:

> Informações recebidas dos serviços de inteligência ocidentais indicam que os movimentos guerrilheiros contrários ao governo angolano ampliaram bastante seu controle sobre o interior do país nos últimos meses, praticamente isolando as forças do presidente Agostinho Neto e seus aliados cubanos nas principais cidades.
> Os relatórios calculam que o governo do presidente Agostinho Neto não se sustentaria no poder sem o auxílio dos soldados cubanos e dos assessores soviéticos que estão no país. (...) O número de soldados cubanos existentes em Angola é calculado em 18 mil homens, ou seja, 12 por cento das Forças Armadas cubanas. Além disso estão no país cerca de 200 assessores soviéticos (“Guerrilha amplia luta em Angola”, p. 17). MC

Como a notícia assumiu em seu conteúdo, o anônimo ‘relatório de inteligências ocidentais’ também destacou que as nacionalizações do MPLA prejudicavam a economia naquela altura, um posicionamento explícito de caráter político. Segundo a matéria, a ofensiva dos grupos guerrilheiros clandestinos ameaçava e rondava o poder do MPLA. Este tipo de notícia, tão rica em fatos jornalísticos, não teve sequência em edições posteriores.

Matérias de cunho mais político, aliás, ocorreram em ZH várias vezes, como na edição de 3/2/77, cujo conteúdo é merecedor de análise:

> (...) Fidel Castro, afirmou que, apesar de Cuba ter limitado sua ajuda militar a Angola manterá o compromisso de defender o socialismo angolano de qualquer agressão estrangeira por quanto tempo for necessário. (...) “Nós estamos cortando nosso pessoal militar em Angola e aumentando a ajuda econômica (...). Naturalmente, nós continuaremos com nossa cooperação militar para defender Angola contra qualquer agressão do exterior quanto tempo for necessário, até que o país tenha suas próprias Forças Armadas”.
> A presença de cineastas suecos em Cuba coincidiu com uma visita a Havana do presidente angolano Agostinho Neto, (...). Fidel Castro e Agostinho Neto abraçaram-se diante das câmeras (“Cuba vai defender socialismo em Angola”, p. 13). MC

Tal matéria retratou um resumo de um documentário sueco sobre Fidel, com destaque à temática angolana. Ao mesmo tempo, deu significativo espaço à voz de Neto e

Fidel. Ainda no campo político, o governo estadunidense de Jimmy Carter [54]eleito após a saída de Ford, colocou a aproximação e a normalização da relação com Cuba condicionada a retirada das tropas cubanas em especial de Angola. ZH divulgou, em dezembro, a resposta de Castro sobre este assunto em uma entrevista concedida por ele a jornalistas estadunidenses:

> Fidel Castro informou ontem aos Estados Unidos que Cuba não está disposta a negociar a retirada de suas tropas da África, mesmo que isso impeça a normalização das relações entre os dois países. "(...) nossas relações com a África não podem ser discutidas. Não podemos negociar isso (...). Por que ele quer criar um problema artificial?", perguntou Fidel "Isto não tem nada a ver com Carter nem com os Estados Unidos" ("Cuba não negocia com EUA retirada da África": 7/12/77, p. 16). MC

A suposta aproximação entre Cuba e EUA não ocorreu, independente da negativa de Fidel em aceitar a pressão e as condicionantes de Carter naquele momento. No mesmo mês, a firme intenção cubana foi declarada no 1° Congresso do MPLA em Luanda na voz de Raul Castro, ministro de defesa cubano na edição de ZH de 14/12/77: "Só o governo de Angola e o MPLA, poderão dizer quando a presença cubana não será mais necessária (...) os imperialistas querem ver os cubanos fora de Angola e procuram impor condições e dizer onde eles podem estar e o que podem fazer" (p. 14). MC

Na perspectiva do MPLA, Angola precisaria dos cubanos até ter um exército próprio, conforme divulgado na edição de 6/1/78, a partir de um discurso de Neto:

> As forças Armadas revolucionárias cubanas permanecerão em Angola, acentuou Neto, até que os angolanos sejam capazes por si sós de manejar o equipamento técnico de que um Exército moderno deve dispor. (...) Neto denunciou a presença de dezenas de milhares de soldados sul-africanos fortemente armados e equipados junto à fronteira sul.
> O presidente angolano advertiu, por outro lado, que Angola não assistirá passivamente uma solução "oportunista e neocolonial" em Zimbabwe (Rodésia), Namíbia ou África do Sul ("Angola quer cubanos até formar exército próprio", p. 14). MC

A abordagem de ZH nestas edições teve um tom bastante politizado, na perspectiva de justificar as ações cubanas e a aceitação angolana, quase como um "convênio estabelecido", conforme algumas matérias definiram.

---

[54] Earl "Jimmy" Carter de James, Jr. nasceu em 1924 e foi o 39° presidente dos EUA pelo Partido Democrata, depois de vencer Gerard Ford nas eleições de 1976. Governou entre 1977 e 1981, tendo recebido em 2002 o Prêmio Nobel da Paz. Como presidente, Carter procurou dar ênfase mais forte aos direitos humanos e à diplomacia como forma de ação nos conflitos internacionais. No final de seu mandato, as taxas de desaprovação de Carter eram significativamente mais elevadas do que sua aprovação. Mesmo sendo candidato Democrata para reeleição acabou derrotado pelo republicano Ronald Reagan (informações em <www.worldlingo.com/ma//pt/Jimmy_Carter> acesso em 27/2/2011).

Na edição de 20/4/78, ZH também politizou a presença cubana, vista nesta reportagem como um fator motivador para a unidade da oposição ao MPLA. A partir deste momento, chamam atenção às matérias e temáticas sem seqüência nos dias seguintes, embora pareçam bastante expressivas em seu conteúdo:

> Os guerrilheiros angolanos de diversos movimentos de libertação se reuniram nos arredores de Lisboa para discutir a formação de uma frente comum para derrubar o regime de Agostinho Neto disse ontem o jornal conservador **"O Dia".** (...) Daniel Chipenda, da FNLA organizou uma reunião a portas fechadas em uma residência particular nos arredores da capital portuguesa, juntamente com representantes da UNITA e dissidentes do MPLA, que governa o país.
> Chipenda afirmou ter chegado a hora para se deixar de lado as diferenças partidárias e começar a unir as forças a fim de libertar a Angola da ocupação cubana, (...). Chipenda distribuiu comunicado pedindo a formação "de uma frente ampla, na qual os três movimentos históricos de libertação (...) possam encontrar uma forma para unir todos os angolanos. Segundo o comunicado, um dos principais objetivos da frente é derrubar "o governo impopular, ditatorial e totalitário de Neto" ("Movimento em Angola contra Agostinho Neto", p. 17). MC

Além de não haver seqüência nos dias seguintes sobre tão relevante encontro político ao redor do 'fator cubano' que uniu diversas facções, ficou claro que a ação contra o governo de Neto não foi em Angola e sim em Portugal, em Lisboa, ao contrário do anúncio da manchete.

No dia seguinte, ZH trouxe um relato do MPLA sobre importante vitória contra a UNITA na fronteira da Namíbia: "(...) o povo angolano e suas forças armadas continuarão a defender o território nacional e sua opção de construir o socialismo em paz e segurança" ("Angola: cubanos lideram ofensiva vitoriosa": 21/4/78, p. 17). MC

Na edição de 25/5/78, a notícia em ZH com a sugestiva manchete "EUA têm plano para sustentar africanos contra URSS e Cuba", dá mais um exemplo da ressonância da ação cubana em Angola e no conjunto do espaço africano, através da ação estadunidense e dos planos governamentais, ainda limitados pela Emenda Clark: [55] "Os EUA, explicam fontes de Washington, começarão a sustentar a UNITA e a FLEC para 'imobilizar' em Angola e na Etiópia as unidades cubano-soviéticas com a esperança de que não possam intervir no conflito rodesiano (p. 16)". MC

As ações cubanas além das fronteiras angolanas sempre foram pautadas em especial pelos EUA, mas também por chineses, europeus e mesmo pela cúpula da OUA. Este

[55] "A crise angolana foi identificada como 'um outro Vietnã' e o repúdio popular à iniciativa do governo traduziu-se em medidas concretas. Em fevereiro de 1976, o Congresso americano aprovou a emenda Clark, uma emenda constitucional que proibia toda e qualquer forma de ajuda do governo americano aos grupos rebeldes angolanos" (RODRIGUES: 1990, p. 187).

debate esteve presente na edição de ZH em 7/6/78, referente à ação cubana – suposta pelos EUA – em uma rebelião no Zaire, vizinho de Angola ao Norte. ZH deu espaço à resposta angolana sobre o tema:

> Em Nova Iorque, o chanceler angolano Paulo Teixeira Jorge declarou que os cubanos "não fazem outra coisa a não ser começar seu trabalho em Angola e estão em meu país pela simples razão de que temos dois maus vizinhos, o Zaire e a África do Sul". (...) O chanceler angolano rejeitou inclusive as acusações, segundo as quais os cubanos e angolanos participaram na invasão, o mês passado, da província zairense de Shaba.
> "Se estivéssemos envolvidos nessa revolta popular contra um regime corrompido e opressivo, não nos deteríamos em Kolwezi. Teríamos chegado a Kinshasa", declarou ("CIA faz acusações a Cuba", p. 16). MC

O longo espaço destinado ao chanceler angolano demonstra o peso do tema no noticiário internacional naquele momento. No mês seguinte, a pauta da 15ª Conferência da OUA abordou as intervenções estrangeiras na África e os conflitos ideológicos ou armados que dividiam os países do continente naquele momento. Estes assuntos marcaram a pauta deste encontro, realizado em Kartum (Sudão). A polarização e a divisão entre os países membros foi a tônica, como de costume:

> Os países chamados progressistas condenaram severamente as "manobras neocolonialistas" do Ocidente, enquanto os chamados moderados, cuja atividade neste foro se destacou, mostraram sua hostilidade "à presença de 50 mil cubanos na África".
> Durante os quatro dias de debates entre os 34 chefes de estado ou de governo, foram adotadas 250 resoluções, moções e recomendações políticas ou econômicas, em um clima freqüentemente agitado ("Conferência da OUA condena presença cubana na África": 24/7/78, p. 16). MC

Como característica deste período em ZH, as notícias não tem uma sequência nos dias posteriores, mesmo que tenham profundidade no contexto daquele momento inserido. Também, nenhuma das 250 resoluções foi ao menos citada como exemplo do debate realizado, sendo priorizada a divulgação da divisão entre supostos "progressistas" e "moderados". [56] A condenação da presença cubana não foi noticiada enquanto resolução e foi apenas levemente citada na notícia, mas foi o centro no conteúdo da manchete.

Na edição de 2/8/78, novamente foi dado amplo espaço para declarações de Fidel, o que ocorria com freqüência nas edições de ZH:

[56] A pouca qualidade e profundidade no noticiário, por vezes percebido, é assim concebida por FILHO (1986, p. 13), para quem notícia "é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo".

> "Todo ataque dos regimes fascistas do sul da África contra os países da linha de frente é também um ataque contra Cuba. Nós não ficaremos de braços cruzados enquanto nossos irmãos africanos sofrem (...). Gostaria de ver Zimbabwe (Rodésia), Namíbia (sudoeste africano) e África do Sul como países livres. Cuba lutará na África até o fim do imperialismo (...). Nosso idioma é diferente mas nossos objetivos e sentimentos são os mesmos. Embora o imperialismo não goste de nossa presença na África nós pensamos que o povo africano necessita de nossa solidariedade e a terá" ("Fidel reafirma ajuda à África, p. 16). MC

Um discurso de firmeza ideológica foi o perfil permanente dos personagens do campo soviético-cubano-angolano durante este período, como demonstraram suas declarações. ZH divulgou estes discursos cotidianamente em suas edições, mas a partir desta notícia anterior, a temática cubana vinculada a Angola esteve ausente em ZH até o final do ano.

Na edição de 11/12/78, citando diversas "fontes e observadores", ZH divulgou a exclusão de setores supostamente contrários aos cubanos. Neste momento, segundo a matéria, haveria uma divisão entre 'cubanos' e 'soviéticos'. Este tema também não foi desenvolvido em edições posteriores, apesar de representar uma novidade e aparentemente ter status de fato jornalístico:

> A comissão central do partido marxista que governa Angola exonerou ontem dois de seus principais líderes partidários e de governo, numa decisão surpreendente. Observadores disseram que isso poderia significar o avanço dos radicais e o fechamento completo da meia porta do país que estava aberta para o Ocidente. (...) Fontes divergentes do partido disseram que ambos eram pró-soviéticos e acrescentaram que sua remoção inesperada poderia resultar na adoção de uma posição radical, apoiada por Cuba, de não assumir compromissos com o Ocidente ("Importantes mudanças em Angola", p. 18). MC

Este debate presente na reportagem era pertinente para o momento pois, apesar dos discursos da URSS, era possível supor que a URSS desejasse dividir os 'custos' de Angola com outros atores internacionais, apoiando as tentativas deste país no sentido de aproximar-se dos Estados Unidos e de países do Mercado Comum Europeu.

O apoio soviético à luta em Angola se enquadrava no que DOLGOPOLOV (1986, p. 136) compreendia como a "união combativa com os povos que encaram a luta pela sua independência e liberdade, contra os agressores imperialistas", mas possuía seus limites, especialmente no momento de dificuldades que se encontrava. Sobre isso, PAULINO (2008, p. 164), afirma que nos

> (...) anos 70 foi se tornando cada vez mais evidente que algo de muito errado havia, tanto nos regimes quanto nas economias do chamado 'campo socialista', particularmente na URSS. A redução do ritmo de crescimento da economia se constituía na mais cabal prova da crise do regime soviético

> e já não podia ser escondida. As taxas de crescimento médio por qüinqüênio, a partir de meados da década de 70 até 1985, desaceleraram para tudo o que se podia mensurar.

As dificuldades presentes, mas acobertadas pela grande potência soviética naquela altura, levaram a debates paralelos como a suposta visão distinta entre a perspectiva cubana e a idéia soviética de que Angola deveria ter mais parceiros nas relações internacionais. Segundo a reportagem, os cubanos defendiam que "(...) como Cuba, Angola pode transformar-se em um avançado estado socialista sem passar pelo estágio neo-colonial, com ajuda do investimento ocidental". Fontes anônimas, curiosamente denominadas como "economista que discorda do partido", ou "outro que não se enquadra bem no MPLA" compunham o conjunto da notícia. Segundo estes, os "radicais cubanos" dominavam a política do MPLA naquele momento.

Na política interna angolana, o MPLA havia se tornado um partido político a partir de um Congresso Nacional realizado em Luanda, [57] no ano anterior, e as medidas políticas tomadas em 1978 contra 'dissidentes' também se justificaram por esta mudança. Mas esta última matéria sobre o tema cubano em nosso período de análise, em ZH, mais uma vez levantou uma série de questões sem aprofundá-las nem contextualizá-las.

A matéria limitou-se a definir a divisão existente no MPLA não apenas pela exoneração de Lopo do Nascimento e de Carlos Rocha Dilowa, mas pelas diversas fontes internas de dissidentes e de observadores. Estes, não são bem identificados na notícia e junto a isso, nada do que foi levantado nesta reportagem teve seqüência nas edições seqüentes.

O número expressivo de matérias sobre a questão cubana demonstram a importância desta temática naquele período. Outras diversas matérias Cuba também foi citada, mas por motivos organizativos estão analisadas em outras partes desta pesquisa.

2.4.2 A abordagem do CP.

No CP, a ação cubana em Angola e na África também teve destaque. Comparado quantitativamente a ZH, houve menos espaço em suas páginas, mas ao mesmo tempo, CP

[57] Em dezembro de 1977, o MPLA transformou-se em MPLA-PT (Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho) após definição em Congresso Nacional do MPLA. Entre os objetivos desta mudança estavam a busca por aprofundar definições políticas, princípios de base e ser de fato um aparelho dirigente da Nação. Estas necessidades levaram à transformação do Movimento em Partido Político (conforme reportagem "Do Movimento ao Partido", Cadernos do Terceiro Mundo: dezembro de 1983, p. 42 a 48).

optou por incluir abordagens distintas em suas edições, como a participação técnica e as diversas contribuições dos cubanos em Angola, além do aspecto militar.

Mesmo durante a guerra civil no início de 1976, não se percebeu nas matérias do CP um destaque isolado à presença cubana em Angola, mas este fato estava junto a outros e relacionado a uma série de ocorrências paralelas. Em maio, apareceu isoladamente o anúncio da retirada das tropas cubanas, semelhante ao anúncio em ZH, mas confirmado no CP também pelo chanceler brasileiro Azeredo.

Em 26/5/76, em sua capa, a manchete "Cuba anuncia a retirada das tropas estacionadas em Angola" relatou um comunicado de Fidel ao governo sueco via embaixada, afirmando que tiraria metade de suas tropas ate o final daquele ano. CP cita 'fontes acreditadas', termo usado pela matéria. Ainda foi destacado que os EUA tolerariam uma pequena força de apoio cubana em Angola para definir relações diplomáticas com o país africano. MC

A confirmação da chancelaria brasileira se deu no dia seguinte: "É verdade – disse ele – os soldados estão sendo retirados na base de 250 por semana. Nós sabíamos que isto fatalmente tinha que acontecer" ("Retirada cubana é confirmada por Azeredo": 27/5/76, capa). MP

No mês seguinte, em matéria que noticiava a presença de Miguel Neto, um alto funcionário angolano em visita aos EUA em busca de relação comercial com empresas e setores políticos, também destacou-se à posição do mesmo sobre a presença cubana:

> Eles (os cubanos) intervieram na guerra civil a pedido nosso e, portanto, irão embora quando pedirmos (…). Os imperialistas dizem que a ajuda que recebemos de Cuba era uma invasão. Os cubanos vieram a pedido nosso. Vieram quando precisávamos deles, nos ajudaram durante a invasão que sofremos por parte da África do Sul e, se não mais precisarmos deles, não há problemas em que partam. ("Moscou impedida de aumentar apoio às guerrilhas africanas": 1/6/76, p. 3). MC

Em julho, novamente a temática cubana apareceu, desta vez devido os conflitos em Cabinda [58], quando o CP usou como fonte o jornal de Boston 'Christian Science Monitor',

[58] Cabinda é uma região petrolífera, um enclave entre Angola e Zaire, mas de soberania angolana. A FLEC – Frente para Libertação do Enclave de Cabinda - atuou na região também como oposição ao MPLA de Neto e até hoje seus líderes nacionalistas a consideram um Estado ocupado: "Cabinda é um Estado localizado na África central, limitado ao Norte pela República do Congo, no Sul e no Leste pela República Democrática do Congo e no Oeste pelo Oceano Atlântico. Entidade territorial reconhecida pela constituição portuguesa de 1933, distintamente de Angola. Podemos assim constatar que Cabinda é um Estado e não um enclave, e ele não tem nenhuma fronteira comum com Angola, que lhe ocupa ilegalmente. Hoje, os refundadores Cabindeses da F.L.E.C. rebatizaram o seu movimento a Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC). Os refundadores independentistas de Cabinda baseiam a sua ação sobre o Direito Internacional que autoriza todo território ocupado ilegalmente de fazer apelo a Organização das Nações Unidas, sem por enquanto ser

segundo o qual 3 mil soldados cubanos estavam no enclave petrolífero de Cabinda : "(...) os soldados cubanos e as forças do MPLA são essencialmente um exército de ocupação, visto não contarem com o apoio voluntário do povo de Cabinda".

Ainda, segundo esta reportagem crivada com posicionamentos, a FLEC – Frente para Libertação do Enclave de Cabinda – estava contrária aos cubanos, armou emboscadas e controlava naquele momento cerca de um terço da região, segundo 'fontes ocidentais bem informadas' ("Denunciada presença de tropa cubana em Cabinda": 9/7/76, p. 3). MC

Merece destaque a curiosa manchete da notícia em tom de denúncia, pois a presença cubana em Angola era notória e Cabinda , mesmo como enclave, fazia parte da soberania angolana, não sendo surpresa a presença dos soldados latino americanos naquela região. Ainda em julho, houve destaque à visita de Neto em Havana nas comemorações referentes ao 33º aniversário do início da Revolução Cubana.

Tendo como fonte a Rádio Havana, Neto foi condecorado no evento devido a sua "longa e tenaz luta pela libertação do continente africano contra as forças do colonialismo e do imperialismo", sendo a visita de Neto a "confirmação da solidariedade que unem Cuba e Angola" ("Fidel Castro recebe presidente de Angola": 25/7/76, p. 3). MC

Em setembro, nova notícia diretamente vinculada à presença cubana se destacou no CP, desta vez com uma grave acusação sobre a atuação deste país em Angola:

> Forças do governo angolano, comandadas por oficiais cubanos, mataram mais de 500 refugiados no sul do país, numa chacina que teve início no último fim-de-semana, segundo informações aqui recebidas. (...) as forças governamentais não recebem o pagamento de seu soldo ou provisões há três meses e começaram a invadir as aldeias em busca de comida, confiscando cabeças de gado e matando os animais que não podem carregar.
> Outros refugiados disseram às autoridades sul-africanas que há falta de alimentos e água potável por toda a região e que aldeias inteiras foram destruídas pelos soldados governistas na pilhagem ("Cubanos são acusados de chefiar chacina em Angola": 30/9/76, capa). MC

Esta matéria teve destaque na capa da edição. Os cubanos ali citados, sem chance de contraponto, são acusados de chacina, pilhagem e abigeato por testemunho de refugiados do sul de Angola. A matéria teve como fontes os relatos do 'pastor Kornelius Ndjoba', segundo o qual reinava um caos completo na região e "uma aparente ação militar contra civis".

---

membro. A Organização da Unidade Africana classificou em 1964 Cabinda como 39° Estado africano a descolonizar" (Declaração constante no site da FLEC <http://www.cabinda.org/cartadaflec.htm>, acesso em 27/2/2011).

Mesmo em edições seguintes, quando tocado este tema, a visão do governo de Angola ou mesmo da UNITA, por exemplo, jamais esteve presente para complementar tal assunto.

Apenas no ano seguinte – 1977 - novamente houve uma notícia específica sobre os cubanos em Angola no periódico CP, relatando que a Embaixada cubana no Canadá reconheceu o uso do país no recrutamento de agentes de apoio para a revolução em Angola. Foi um pequeno conflito diplomático, pois funcionários cubanos da embaixada saíram do país, mas sem estremecer as relações entre os países ("Cuba revela que usou Canadá como base de ação em Angola": 13/1/77, p. 2) MC. Trata-se um exemplo das projeções das conseqüências da ação de Cuba e suas ações na África.

Em março, a visita de Fidel Castro em Angola teve destaque no CP. Fidel recebeu honras de chefe de Estado e herói, visitou lugares históricos relativos a Guerra Civil de Angola e discursou, sendo assim descrito na notícia:

> O primeiro ministro cubano chegou ontem a Luanda a bordo de um avião da companhia aérea soviética Aeroflot e foi recebido como um herói por milhares de angolanos. Agostinho Neto foi pessoalmente ao aeroporto dar as boas-vindas a Fidel Castro (...). (...) uma multidão agitando bandeiras dos dois países gritava "Fidel, Fidel". Este, visivelmente emocionado, manifestou num discurso sua "profunda satisfação" de que o "sangue dos corajosos combatentes" angolanos e cubanos tenha possibilitado Agostinho Neto a conservar o poder. A aliança cubano-angolana evitou que "os reacionários" e os "racistas sul-africanos" se aproveitassem da partida dos portugueses para introduzir "a opressão, exploração, discriminação e apartheid" no país, frisou ("Nigéria oferece mediação e Uganda promete ajuda ao governo do Zaire": 25/3/77, p. 3). MC

CP enriqueceu a notícia detalhando a emoção de Fidel e suas palavras mais politizadas em discurso realizado em Luanda e como ocorreu em outros momentos, Castro apareceu como um orador privilegiado no noticiário do CP, assim como em ZH. Em 29/3/77, outro discurso de Fidel proferido apareceu no periódico:

> Nosso dever é manter a colaboração militar enquanto são organizadas, treinadas e equipadas as forças angolanas. Chegará um dia em que Angola terá suficientes unidades militares, tanques, canhões, aviões e soldados para enfrentar todas as agressões imperialistas. (…) durante quantos anos soldados (cubanos) permanecerão em Angola? Não temos por que tratar disto com os imperialistas ianques (…). (…) ajam (os soldados cubanos) com humildade e modéstia para que ninguém possa dizer que um revolucionário cubano é arrogante ou se considera melhor ou superior que outros ("Fidel Castro promete continuação da ajuda militar cubana a Angola", p. 3). MC

Castro polemizou neste discurso com sua qualidade de orador com supostos imperialistas ianques garantindo a manutenção da aliança político-militar entre Angola e Cuba enquanto fosse necessária tal situação. Na seqüência, em 5/5/77, o conflito em

Cabinda foi novamente destacado, noticiando um confronto com mil mortos, segundo a reportagem.

Foi dado grande espaço ao chamado “movimento separatista de Angola”, a FLEC, a partir de uma entrevista de seu informante na cidade de Lisboa, o qual fez críticas antiimperialistas ao governo de Neto do corpo da notícia, ao mesmo tempo em que pediu ajuda para sustentar seu movimento, garantindo ter recursos materiais para pagar esta ajuda e manter a luta contra o MPLA:

> “Agora controlamos dois terços do território de Cabinda, mas precisamos nos reabastecer de armamentos com urgência, para consolidar nossas conquistas”, expressou o porta-voz, que se identificou como Bernard Bory, “ministro das Relações Exteriores do governo de Cabinda”. (...) disse que tinha vindo à Europa em busca de armas e alimentos para sustentar o movimento guerrilheiro. “Podemos pagar pelo que necessitamos”, afirmou, acrescentando: “Temos 10 mil toneladas de café colhido e numerosos diamantes brutos para serem trocados por armas e alimentos” (“Rebeldes anunciam vitória sobre cubanos em Cabinda”, p. 2). MC

CP colocou a FLEC como ‘rebelde’ na manchete da notícia, uma definição significativa, ao mesmo tempo em que não dá espaço para nenhum contraponto sobre tantas afirmações importantes do “informante” do movimento separatista. Na mesma entrevista, o informante das FLEC indicou que a moral entre os cubanos capturados pelos seus guerrilheiros estava muito baixa, pois “se convenceram de que estão combatendo um povo numa guerra que os norte-americanos estão financiando com o pagamento de direitos de petrolíferos aos marxistas de Agostinho Neto”.

No mesmo mês, usando fontes iugoslavas através do jornal *Politika*, CP destacou a presença cubana em várias tarefas governamentais em Angola, numa abordagem distinta das anteriores, por não noticiar apenas as atividades militares dos cubanos:

> “Além dos 10.000 a 15.000 soldados, oficiais e instrutores, agora podem ser vistos especialistas e assessores cubanos em todos os níveis do aparelho governamental e na economia. Fazem-se presentes em toda parte e se mostram muito ativos”, diz o jornal.
> “Também há especialistas de outros países socialistas em quase todos os campos. Principalmente geólogos e assessores militares, especialistas em pesca e segurança de países soviéticos, especialistas agrícolas búlgaros, instrutores alemães orientais, que estão nos ministérios, institutos e agências econômicas” (“Cubanos dirigem empresas e os angolanos sofrem racionamento”: 17/5/77, p. 2). MC

Apesar da manchete da notícia relacionar a gestão cubana aos problemas de racionamento, esta questão não foi desenvolvida na matéria, onde os problemas como as filas de espera eram compreendidas como algo natural em uma transição como vivia

Angola naquele momento. No entanto, quem se dedicou a ler apenas a manchete tem uma impressão diferente do conteúdo real em todo texto.

Segundo a notícia, ainda, os cubanos "trazem sua experiência e também seu modo de agir, seu critério e suas idéias, seus métodos de organização e influem sobre os que os cercam". Além disso, também descreveu-se o sentimento dos angolanos sobre isso: "Os angolanos sabem disso, mas acreditam que atualmente não pode ser de outra maneira". Desta forma, mais uma vez a manchete colocada se dissociou do conjunto da matéria.

Em outubro, o líder da UNITA voltou às páginas do CP descrevendo sua estratégia para derrubar o 'governo marxista' de Angola. Isso trouxe ao periódico novamente a temática cubana:

> "Temos nossa estratégia. Quando vemos as tropas passarem perto das florestas, atiramos somente contra os cubanos e não contra os faplas (soldados angolanos negros). O moral dos cubanos está muito baixo", disse o líder guerrilheiro.
> A entrevista foi filmada em Lome, capital do Togo. "Agora, eles estão mandando os cubanos feridos para Moscou e não para Cuba, a fim de evitar pressões por parte do povo cubano".
> Segundo Savimbi, está aumentando o apoio internacional à UNITA. "O dinheiro não é problema", garantiu, (...) as tropas da UNITA controlam uma região rica em diamantes, que são vendidos aos mercados internacionais ("Savimbi diz que cubanos serão forçados a abandonar Angola": 14/10/77, p. 2). MC

Assim como a FLEC em matéria anterior, a UNITA afirmou ter estável condição financeira, confessadamente a partir da atuação ilegal e do contrabando de produtos naturais e minerais de Angola, mas isso não mereceu destaque na notícia.

Em dezembro, os EUA voltaram à carga insistindo na saída cubana de Angola, assim registrado no CP em edições seguidas, noticiando a visita a Cuba de dois congressistas norte americanos em tempos de debate sobre uma suposta reaproximação entre EUA e Cuba:

> "Perguntamos ao presidente se tinha alguma mensagem para Castro e ele respondeu: Sim, que eles saiam de Angola (…). A mensagem que levamos é de que estamos ansiosos e prontos para começar negociações oficiais em alto nível com um delegado presidencial cubano, mas que, antes disso, deve acontecer uma retirada por etapas da África" ("Carter manda mensagem a Castro exigindo que tire tropas da África": 3/12/77, p. 2). MC

A resposta do governo cubano pôde ser compreendida em duas reportagens no período seguinte. Na edição de 7/12/77, Castro especificou que o papel de Cuba "é o de defender a facção marxista dominante contra qualquer agressão estrangeira,

especialmente através da África do Sul" ("Castro avisa a Washington que cubanos continuarão na África", p. 3). MC

No ano seguinte, em 28/1/78, na Cidade do México, o ministro das Relações exteriores de Cuba Isidoro Malmiera Peoli, em entrevista destacada no CP com a manchete "Cuba vai permanecer em Angola" (p. 2) [MC], destacou que a incursão de tropas racistas do Zaire e da África do Sul no território angolano antes da chegada dos cubanos é o fator motivador das tropas cubanas por ali: "As fronteiras de Angola não são seguras e enquanto esta situação persistir, as forças cubanas permanecerão. Depois que os governos de Angola e Cuba estiverem certos de que as condições são favoráveis, então eles serão retirados".

Em fevereiro, uma longa matéria no CP analisou a presença cubana na África, e uma parte deste material era relativo a Angola:

> Soldados cubanos estão combatendo na África, técnicos cubanos criam gado e constroem estradas na Ásia e funcionários cubanos desenvolvem uma discreta campanha entre seus vizinhos no Mar das Caraíbas, tentando ganhar novos amigos. A campanha que Cuba desfechou para conseguir uma posição de destaque no Terceiro Mundo, depois que a África passou a ocupar o lugar prioritário em sua política, que antes era da América Latina, mistura a teoria socialista com um aluvião de soldados, médicos, engenheiros e outros assessores técnicos.
> O continente onde Cuba tem sua maior presença é na África, onde uns 27 mil cubanos, em sua maioria soldados, operam em 16 países. (...) O país da África onde Cuba tem sua maior presença continua sendo Angola, (...) onde uma força expedicionária de 19 mil soldados e quatro mil assessores civis apóia o governo de Agostinho Neto (...) ("Presença cubana assume grandes proporções na África e Caraíbas": 2/2/78, p. 3). MC

Esta matéria incluiu outras ações cubanas na Ásia e na América Latina, mas não adjetivou as mesmas. Colocou de maneira subliminar supostas intenções de hegemonia por parte da nação centro americana no contexto dos anos 1970. As palavras usadas na reportagem apontam uma verdadeira 'campanha' por esta hegemonia, pois foi registrado ali que "Cuba elegeu esse continente [África] como campo de batalha em sua luta para desempenhar um papel de liderança no Terceiro Mundo".

Esta intenção cubana animou reações dos EUA, sempre temerosos em caso de ameaças aos seus interesses. O presidente Carter, teve seu discurso também destacado no CP sobre este tema:

> "(...) os próprios africanos são os mais qualificados para encontrar respostas pacíficas às disputas continentais". (...) "Não devemos permitir que as disputas entre as grandes potências destruam nossas esperanças numa paz africana". (...) "(...) a intervenção de potências estrangeiras ou de seus agentes em disputas africanas com demasiada freqüência complica ainda mais os conflitos locais, torna-os mais perigosos e abre o caminho para uma nova forma de dominação. Estamos contra tal intervenção" ("Carter condena presença militar cubana na África": 2/4/78, capa). MC

Apesar de Carter tocar no seu discurso em várias temáticas da conjuntura africana daquele momento como *apartheid*, crise na Etiópia, Rodésia, entre outros temas, CP optou por priorizar no título da notícia a condenação de Carter à presença cubana nestes conflitos. Trata-se de uma opção de destaque pelo 'fator cubano' na manchete de capa desta edição, em detrimento de outras possibilidades.

Este "fator", aliás, demonstrou-se como preferido pelas editorias internacionais e mesmo na seleção de notícias dos periódicos analisados. Esta temática parece ter sido de grande alcance e impactante, pelos atores envolvidos e suas conseqüências.

Confirmando esta tendência, em junho, notícia abordando conflitos entre o governo de Angola e guerrilheiros da UNITA contou novamente com a presença de cubanos em seu conteúdo. Realçou-se o papel de comando destes nos combates, diferenciando-os dos combatentes angolanos governistas na matéria "Rebeldes matam 50 cubanos em combates na Zona Sul de Angola":

> Um porta-voz do grupo guerrilheiro UNITA, Tony Fernandes, disse hoje que sua organização matou cerca de 50 cubanos em choques através da zona meridional do país e acrescentou que uma unidade das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), de Agostinho Neto, liderada por cubanos, foi obrigada a fugir de suas bases em uma província. (...)
> "Os cubanos estão em retirada de Cuando Cubango, porém a ofensiva continua. Eles estão bombardeando e metralhando povoados e aldeias e matando muitos civis". (...)
> Os combates mais violentos (...), onde morreram 38 cubanos e 52 foram feridos, e em Pereira de Eça, província de Cunene, onde morreram 12. Estes dados, assim como os demais fornecidos por Fernandes, não puderam ser confirmados (16/6/78, p. 3). MC

A notícia reconheceu a ausência de contraponto para a confirmação de dados, algo bastante corriqueiro nas notícias selecionadas no CP e também em ZH, indiferentemente das fontes destas notícias terem origem no governo de Angola ou na oposição guerrilheira.

Em 20/6/78, CP destacou outra ação cubana, desta vez no sentido de defender os interesses de empresas norte americanas que contribuem com a arrecadação angolana. CP usou textos do jornal estadunidense Washington Post, irônicos a tal situação:

> A presença militar cubana no enclave angolano de Cabinda garante a continuidade do trabalho dos 125 poços de petróleo que a Gulf opera nesse país, de onde saem 122 mil barris diários de petróleo, parte dos quais são despachados, através de intermediários, aos Estados Unidos. (...)
> O "Post" comenta ser irônico o fato de que enquanto o governo norte-americano protesta energicamente contra a presença de tropas cubanas estacionadas em Angola, parte desse contingente esteja sendo empregado na guarda de instalações de uma das grandes empresas dos Estados Unidos ("Cubanos garantem atividades de corporação americana em Angola", p. 2). MC

O conteúdo de referida reportagem, por um lado irônico, também enfatizou certo papel civilizador e organizador [59] na ação dos militares cubanos neste caso, ao garantir a produção em Cabinda, apesar da crise separatista. Os investimentos da Gulf chegariam a 83 milhões de dólares naquele ano em Angola. O montante do retorno econômico para Angola em 1977 chegou a "460 milhões de dólares em pagamentos de impostos por parte da empresa". Com estes dados, se justificou os cuidados de angolanos e cubanos com esta fonte de recursos.

Na edição de 27/7/78, na capa (com pequeno destaque) encontrou-se uma manchete bastante afirmativa "Confirmada denúncia de boicote cubano em Angola a empresas brasileiras" [MP], a qual supõe uma ação anti-brasileira por parte das tropas cubanas em relação aos interesses do Brasil em Angola, em especial às suas empresas.

No conteúdo da matéria, ao contrário da manchete destacada, não se confirmou exatamente isso. Noticiou-se os diversos negócios de importação – em especial alimentos - entre Brasil e Angola a partir de 1977 e também as vitórias brasileiras em concorrências no país. Mais uma vez, o anúncio da manchete não se refletiu fidedignamente no conjunto do texto noticioso.

No final do ano de 1978, em notícia que revelou o aumento da presença cubana em Angola naquele momento, ao contrário de estimativas anteriores, também destacaram-se diversos aspectos cotidianos - em parte civilizatórios - da vida destes cubanos em Luanda, assim descritas em longa matéria, mas merecedora de sua descrição:

> A presença de civis cubanos, ao que parece, não representa um problema diplomático para o governo dos Estados Unidos, uma vez que se dedicam a projetos de desenvolvimento.
> Por exemplo, 3500 deles estão levantando casas pré-fabricadas que substituirão cerca da metade das choças existentes num dos bairros de Luanda. Os cubanos também são médicos e enfermeiros em zonas rurais e urbanas e contribuem para o funcionamento da indústria açucareira do país. Os cubanos aprecem se dar bem com os angolanos, porque, segundo um estrangeiro que se encontra aqui, "saem a trabalhar juntamente com o povo, ao contrário dos russos e dos europeus orientais, que se mantêm distantes. Os cubanos também são pouco exigentes: consideram-se assessores e não patrões, coisa que as vezes lhes prejudica. Até alguns funcionários do governo angolano chegaram a considerá-los demasiado tranqüilos" ("Angola espera mais cubanos para substituir técnicos portugueses": 16/12/78, p. 3). MC

Esta reportagem demonstrou a necessidade angolana em relação aos conhecimentos que os técnicos cubanos podiam fornecer. De maneira agradável e com conteúdo leve, até mesmo o gosto cubano por beisebol foi comentado: "Pode-se vê-los jogando beisebol nos

[59] Considera-se civilizador e organizador o conjunto de ações, além das atividades armadas, as quais visam garantir o funcionamento da sociedade, da produção e do trabalho. Trata-se de todo esforço para dar estabilidade ao Estado, apesar do período de crise e conflito militar (nota do autor).

parques da cidade e nos hotéis e outros edifícios em que se hospedam". De forma curiosa, a reportagem encerra prevendo que "a influência cubana vai continuar na presença do beisebol, que mostra a tendência para tornar-se, dentro de poucos anos, o esporte nacional de Angola".

Com menos leveza cotidiana, na última matéria específica do tema cubano no período desta pesquisa, "Angola rejeita condições dos EUA para normalização", CP colocou posição de Neto sobre seus aliados cubanos. As fontes tiveram origem na Rádio Luanda, as quais confirmaram que a condição dos EUA para manter relações estáveis com Angola (exigindo a retirada das tropas cubanas) era inaceitável para Neto: "Angola não será escravizada a pré condições ou ao neocolonialismo (…). Com um grande número de nações só manteremos relações comerciais daqui a muitos anos" (19/12/78, p. 3). MC

Aqui, destacou-se a posição de Neto com um discurso forte e não conciliatório por parte do presidente contra seus adversários. Neto também afirmou que a UNITA seria perseguida e seus soldados mortos enquanto mantivesse seus combates no interior de Angola.

Aparentemente, as últimas notícias no CP mais específicas sobre a presença cubana em Angola no período de nossa pesquisa, foram mais brandas e chegaram a destacar até mesmo algum papel civilizador e contribuinte dos mesmos na estruturação da sofrida ex-colônia lusitana.

Obviamente, a temática cubana esteve em outras notícias com outros focos prioritários, mas entre 1975 e 1979, estas matérias que foram aqui descritas tentaram noticiar sob a ótica de CP e de suas fontes, a ação dos cubanos na construção do novo Estado Nacional angolano.

A presença cubana se manteve em Angola por mais tempo. Nos anos 80 ainda era debatida esta presença, conforme destaca ZORGBIBE (1996, p. 40):

> No início dos anos 80, Cuba é a primeira potência estrangeira no continente negro: um quarto de seu exército está na África. Ela age como "mercenária" de Moscou? A pergunta, então, é extensamente debatida na opinião pública internacional. Parece que a intervenção em Angola foi decidida pelos próprios cubanos enquanto a participação na campanha do Ogaden teria sido de inspiração da União Soviética.

Inscrita no signo no conflito entre EUA e URSS, além de estar no meio da neurose internacional das intervenções estrangeiras de parte a parte, a presença cubana com peso expressivo no continente africano chegou a dar ao pequeno país latino americano o status de "potência estrangeira", mesmo na bibliografia sobre o tema. Talvez este selo seja

exagerado, mas Cuba cumpriu exemplar papel internacionalista naquele momento, apoiando efetivamente os movimentos políticos aos quais simpatizava na conjuntura africana.

2.5 Entre ferro e fogo: Zaire e África do Sul como fronteiras inamistosas

Mesmo antes da independência, a ação agressora de países vizinhos a Angola ocorreu uma tônica constantemente. Zaire pelo norte e África do Sul pelo sul de Angola ajudaram os movimentos guerrilheiros opositores ao MPLA de Neto. Foram inúmeras as crises de fronteira como as incursões de território, a problemática dos refugiados, as agressões militares e muitas provocações ocorridas entre 1975 e 1979. Tudo isso fartamente noticiado no CP e ZH.

2.5.1 A abordagem do CP

A temática dos refugiados da guerra civil angolana já esteve presente no CP na edição de 5/2/76 com fontes sul africanas e voz do ministro de defesa da África do Sul, Pieter Botha:

> "Para a segurança de nossa fronteira e em vista do problema dos refugiados, cada vez maior, temos que manter tropas no sul de Angola, mas estamos dispostos a retirá-las assim que estivermos convencidos de que este país não será utilizado para envio de elementos indesejáveis ou refugiados para Ovambo" ("África do Sul tem ainda 5 mil soldados atuando no sul de Angola", p.3). MC

Os ditos "indesejados" para a África do Sul não eram apenas os refugiados e sim elementos de ação militar em apoio a independência da Namíbia e mesmo a maioria negra vítima do *apartheid* naquela altura dentro do próprio país, como veremos em noticias seguintes. Este país tinha motivos para tais temores e estava assim localizada na geopolítica internacional:

> A África do Sul, onde a segregação racial do *apartheid* estava consagrada na constituição, possuía grande força econômica e estava associada aos capitais estrangeiros e empresas transnacionais. A África Austral, em seu conjunto, detinha a maior parte das reservas de ouro, diamantes e minerais estratégicos fora da URSS e uma agricultura desenvolvida, além de gozar de uma posição geopolítica estratégica na rota entre o Oceano Atlântico e o Índico. O caráter fortemente anti-comunista e militarizado do regime, por outro lado, reforçavam a importância do país no contexto da Guerra Fria, tanto no âmbito terrestre da África Austral, como marítimo em ambos oceanos (VISENTINI: 1998, p. 87 e 88).

No mês de outubro de 1976, a África do Sul voltou a ser destaque no CP, novamente com seu temor de invasão de fronteiras por angolanos, a partir de fontes mais uma vez do governo sul africano. O comissionado geral sul-africano para a Namíbia, deixou claro que angolanos, cubanos, soviéticos e ainda a SWAPO, depois de libertarem o sul de Angola, iriam ajudar, proteger e apoiar os ataques contra a Namíbia:

> Essas versões, que ainda não puderam ser confirmadas porque o governo de Luanda não permite a entrada de jornalistas nas zonas cercadas, estão preocupando os governantes brancos da África do Sul e da Rodésia, que consideram essas ações como o prelúdio de uma importante ataque contra a Namíbia desde o norte. (...) "Temos informações de que o governo de Luanda está utilizando suas forças, junto com tropas cubanas e da Swapo, para limpar o sul de Angola das forças da FNLA e da Unita. Em alguns casos até os simpatizantes desses movimentos estão sendo atacados", disse Jannie de Wet, acrescentando que a União Soviética está cooperando com armamentos ("África do Sul teme um ataque de forças angolanas à Namíbia: 3/10/76, p. 2). MC

Os anúncios internacionais da África do Sul pareciam como uma espécie de preparação para ações futuras, pois previa uma grande aliança para invasão da Namíbia e talvez do seu próprio território. Muito além dos motivos aparentes e anunciados, SANTOS (1997, p. 217) afirma que o objetivo da África do Sul não era "defender-se do "comunismo", mas integrar-se, com o apadrinhamento de Washington, (...), o espaço angolano, cuja importância estratégica e econômica é inegável, ao seu espaço capitalista".

Segundo o autor, a África do Sul e seus estrategistas iam além da perspectiva de segurança anti-soviética. Este ângulo nunca foi abordado nas páginas dos periódicos, geralmente dedicadas aos conflitos de maneira mais direta, descritos a partir das aparências superficiais mais fortes de cada crise.

Desta maneira, CP e suas fontes relataram em novembro a existência de dez mil refugiados na Namíbia e várias centenas na Zâmbia, devido conflito entre MPLA e seus aliados cubanos contra a UNITA no sul de Angola. A matéria deixou evidente a tendência de derrota da UNITA nesta ofensiva do MPLA ("Angolanos fogem do país na ofensiva contra UNITA": 16/11/76, p. 3). MC

A agressão entre fronteiras chegou ao debate dentro da ONU em dezembro de 1976, com a denúncia de Sean MacBride. Segundo ele, comissário da ONU para a África do Sudoeste, a África do Sul mobilizava naquele momento supostos 50 mil soldados além de helicópteros, tanques e artilharia postados na fronteira entre Angola e Namíbia, preparados para possível invasão do território angolano. A voz deste funcionário da ONU apareceu no CP, a partir de fontes da imprensa da Zâmbia:

> "Temos a informação de que esses planos estão sendo estudados em Pretória e em Salisbury e que amadurecerão em algum momento do próximo mês (...). Estou muito preocupado. A situação é extremamente grave. A partir de meados de janeiro, estaremos em uma nova situação que pode incluir a desestabilização de Angola", acrescentou.
> Não houve comentários imediatos das autoridades sul-africanas sobre as afirmações de MacBride, segundo as quais o ataque será lançado sob o pretexto de que as tropas do MPLA, que governa o país, com apoio das tropas cubanas, se uniram aos guerrilheiros sul-africanos da Swapo ("Funcionário da ONU denuncia um plano sul-africano contra Angola": 11/12/76, p. 2). MC

Apesar da importante denúncia na entidade internacional, este debate não teve sequência nas edições posteriores no CP. Os guerrilheiros da Swapo operavam desde o sul de Angola e apoiavam a independência da Namíbia e toda essa preparação parecia ser uma ação em represália, mas não teve seqüência nas edições do CP.

Apenas na edição de 16/7/77, mais uma vez as contradições entre África do Sul e Angola foram colocadas de maneira mais explícita, registrando a queda de um avião de passageiros angolano, o que gerou 'nota oficial' do governo de Angola e também uma resposta sul-africana:

> Em Luanda, o ministro da Defesa distribuiu um comunicado oficial acusando as Forças Armadas sul-africanas de terem derrubado o avião e ameaçou adotar represálias contra sul-africanos detidos em Angola. (...) o avião é um Antonov-24, derrubado por tiros de armas de fogo na cidade fronteiriça de Cuangar e diz que morreram 12 pessoas no incidente. Acrescenta que o ataque contra o avião faz parte de uma série de agressões contra o território angolano (...).
> "Os cavalheiros racistas que deram início a todas essas violações, provocações e ataques, irão agravar a situação dos prisioneiros sul-africanos em Angola", ameaça o comunicado. (...)
> A nota diz ainda que a queda do avião é o oitavo incidente ocorrido na fronteira com a África do Sul desde o dia 3 de junho ("Avião de passageiros de Angola derrubado perto da África do Sul", p.3). MC

A versão sul- africana, na forma de 'desmentido' do general e ministro da Defesa J. R. Dutton, esteve na mesma matéria, como um contraponto fundamental para a garantia de qualidade para uma notícia deste tipo:

> "Essa acusação é completamente inverídica. Cuangar está em Angola e seria impossível que elementos das forças de defesa sul-africanas tivessem condições de derrubar o avião. Além disso, há os relatórios de testemunhas oculares que confirmam que o fogo antiaéreo partiu de território angolano e que o avião caiu no interior desse país, a uma grande distância da fronteira. (...) o governo angolano está distorcendo os fatos a fim de poder lançar a responsabilidade pelo incidente sobre a África do Sul. Só podemos interpretar isto como uma tentativa de esconder a aparente falta de capacidade do MPLA para conter a guerra revolucionária que está sendo travada pela UNITA contra as forças angolanas e cubanas" (...).

Esta guerra de versões nas páginas dos periódicos caracterizou insistentemente as crises entre Angola e África do Sul. Nem sempre o contraponto das informações foi

imediato como no raro exemplo acima, que apresenta uma matéria completa em seu conteúdo e no choque de visões opostas.

Na sequência, no periódico de 14/10/77, mais uma vez o governo angolano se posicionou ante possíveis ataques sul africanos, na voz do chanceler Paulo T. Jorge, o qual denunciou graves ameaças nas fronteiras angolanas:

> O chanceler, no entanto, qualificou de "ridículos" os informes de que algumas províncias estão ocupadas por forças rebeldes. Porta-vozes da UNITA afirmam que a organização ocupa a metade de Angola, principalmente regiões do sul, leste e centro do país. Em suas denúncias, o chanceler angolano disse que a África do Sul está adestrando os guerrilheiros que querem derrubar o governo de Luanda ("Savimbi diz que cubanos serão forçados a abandonar Angola", p. 2). MC

Após esta denúncia angolana dentro de uma notícia mais ampla do CP, apenas no ano de 1978 novamente a crise fronteiriça entre Angola e África do Sul teve destaque, quando ocorreu concretamente uma invasão de território por parte da África do Sul justificada pelo governo de Pretória e pelas fontes da África do Sul como sendo uma resposta à presença de tropas da SWAPO [60] no sul de Angola. Segundo o ministro de defesa Pieter Botha:

> "(...) fomos obrigados a recorrer a essas ações. Acredito que a operação limitada eliminará as ilusões dos que querem nos ameaçar. Nós já concordamos em procurar uma solução ao futuro político da Namíbia e continuaremos a fazê-lo no interesse da paz desta região" ("Sul africanos invadem Angola para perseguir guerrilheiros da Namíbia": 5/5/78, p. 3). MC

Na edição seguinte, após a reação de Angola perante sua crise de fronteira, ocorreu até mesmo o repúdio do presidente Carter, pedindo explicações ao governo sul africano e afirmando: "(...) quero que a paz seja mantida, (…) não temos nenhuma intenção de intervir numa guerra em Angola".

A notícia ainda destacou o conteúdo da Rádio de Angola, onde se ouviu que "(...) este odioso ataque contra Angola e contra vários milhares de mulheres, anciãos, homens e crianças (…) faz parte da ação agressora imperialista no sul da África, sendo prelúdio de uma nova invasão de nosso país". Por fim, ainda como contraponto na notícia, relatou-se o pedido para realização de uma de reunião do Conselho de Segurança da ONU feito por Angola, além da parabenização do governo sul africano ante a ação de seus

[60] A South-West Africa People's Organisation (SWAPO - Organização do Povo da África do Sudoeste) foi o movimento que lançou uma guerra de guerrilha para atingir a independência da Namíbia sob controle da África do Sul (anteriormente chamada Sudoeste Africano). Depois da independência da Namíbia, em 1990, a SWAPO tornou-se um partido político que se mantém no poder desde aquela altura (definição presente em < http://www.swapoparty.org/history.html > acesso em 27/2/2011).

soldados contra os ‘terroristas em Angola’ (“Carter condena a incursão das forças sul africanas em Angola”: 6/5/78, p. 3). MC

O CP do dia seguinte deu sequência à repercussão do ataque sul africano e noticiou que a ONU, através de seu Conselho de Segurança, aprovou resolução por unanimidade condenando a invasão e exigindo a retirada das tropas do território angolano supostamente estacionadas 250 km além da fronteira entre os dois países. Ainda, segundo a notícia surgida de fontes angolanas, houve mais de 500 mortos na ação militar, o que descaracterizava o argumento sul africano para tal ataque (“ONU condena incursão de sul-africanos em Angola”: 7/7/78, capa). MC

Nos dias seguintes, não houve mais repercussão deste evento, apesar do grande repúdio internacional à ação da África do Sul. Apenas em novembro, nova notícia relatou o contexto entre os dois países, quando CP a partir de fontes angolanas, noticiou ações de fronteira da África do Sul. Estas envolveram, segundo as fontes, cerca de 22 mil soldados e ainda a entrada de aviões sul africanos no território angolano (“Angola denuncia Pretória por ataques na fronteira”: 11/11/78, p. 2). MC

Esta denúncia também não teve sua divulgação repercutida nas edições seguintes. No ano de 1979, a última matéria relativa a este tema no período desta pesquisa anunciou novos ataques da África do Sul, reconhecidos por seu governo, dentro das fronteiras de Angola contra supostas tropas de guerrilheiros negros da Namíbia e da Rodésia. Segundo a reportagem, contando com fontes sul africanas desta vez, Angola dava cobertura territorial a estes guerrilheiros (“Tropas e aviões sul africanos atacam guerrilheiros em Angola”: 7/3/79, p. 2). MC

Dependendo da origem das fontes utilizadas nas notícias, especialmente com ausência de contraponto na maioria das vezes, a matéria indicava uma versão unilateral do fato ocorrido, em geral. Desta forma, matérias tão distantes temporalmente como estas, (por vezes eram meses sem nenhuma notícia sobre a crise entre os dois países) a temática do conflito entre Angola e África do Sul parecia não ser algo constante, mas dinamizada por ações isoladas, segundo o conteúdo do CP e suas fontes.

ABRAMO (1991, p. 17 e 18) analisa estes silêncios e espaços sem notícias sobre temas reconhecidamente relevantes, algo constante em nossa análise de dezenas de notícias sem sequência às vezes por meses. Segundo ele, trata-se de

> (...) um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. Esse é um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação. Isto é, no momento das decisões

> de planejamento da edição, da programação ou da matéria particular daquilo que na imprensa geralmente se chama de pauta. (...) Por isso é que o padrão de ocultação é decisivo e definitivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato 'não é jornalístico', não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência, pela imprensa. O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe.

Por sua vez, a cobertura da crise entre Angola e Zaire no CP - também com alguns períodos sem noticiamento - foi diferente e mais constante se comparada à cobertura do conflito no sul de Angola. Estes conflitos já foram percebidos na edição do CP em 13/8/76, quando deu-se amplo espaço para voz do presidente Neto, a partir de fontes européias:

> O presidente angolano Agostinho Neto advertiu que suas Forças Armadas, apoiadas pelos soviéticos e cubanos, lançariam ataques no vizinho Zaire como represália pelos dois ataques das guerrilhas pró-ocidentais com base nesse território, anuncia hoje o "Daily Telegraph". (...) Isto foi interpretado como referência ao Zaire, cujo presidente, Mobutu, deu grande apoio à FNLA, dirigida por seu cunhado Holden Roberto, contra o MPLA, de Neto, de tendência esquerdista. (...) Agostinho Neto indicou que os guerrilheiros bombardearam o povoado com granadas de morteiro. A única baixa mencionada foi a de um angolano morto. (...) ("Angola acusa o Zaire de apoiar ataques rebeldes", p. 3). MC

A manchete considerou os ataques como obra de "rebeldes", termo nada desprezível no contexto assinalado, em que pese estes rebeldes continuarem levando rótulo de pró-ocidentais e o MPLA ser descrito na notícia como "esquerdista". Trata-se de um termo sem contraponto ou comparação com os demais grupos envolvidos, pois estes jamais são denominados "centristas" ou "direitistas".

Após um bom intervalo deste tema, em março do ano seguinte, nova crise entre Angola e o Zaire na fronteira inamistosa do norte apareceu nas páginas do CP:

> Uma força armada procedente de Angola invadiu o sul do Zaire e ocupou três importantes centros mineiros da região, colocando em um deles – kapanga – sete missionários metodistas norte-americanos sob prisão domiciliar (...). Notas distribuídas pelo governo de Kinshasa falam que "mercenários de Angola" invadiram o sul do país. E o embaixador do Zaire nas Nações Unidas disse que os mercenários eram apoiados e equipados pelas tropas angolanas. (...) Ainda que os informes oficiais o desmintam, continua-se afirmando que o Zaire prossegue armando e adestrando soldados exilados da FNLA estabelecidos na cidade de Kinkuzu desde que o MPLA assumiu o poder. As forças invasoras de Angola poderiam ser as antigas tropas de Katanga do falecido primeiro-ministro Moises Tshombe, que fugiu para Angola depois de ser derrubado do poder em 1965. Seguidamente o Zaire acusa Angola de fornecer armas e adestrar essas forças ("Angolanos invadem sul do Zaire e ocupam centros de mineração": 11/3/77, p. 3). MC

Nas edições seguintes, a polêmica se estabeleceu a cerca da origem da chamada "força armada" invasora do Zaire, que rendeu diversas interpretações e teorias

desenvolvendo contradições de versões. Para Mobutu [61], havia a certeza da culpa do MPLA e dos cubanos, algo permanentemente negado por estes.

> O governo do Zaire anunciou hoje que o Exército nacional conseguiu recapturar duas pequenas aldeias do sul do país, (...). Um jornal local deu a entender hoje que as tropas cubanas, que estão em Angola, estariam envolvidas na invasão. O presidente Mobutu Sese Seko, no entanto, afirmou que não pretende apresentar um protesto formal contra Angola, devido ao ataque dos mercenários, por considerar que o governo desse país não passa de um regime títere ("Zaire anuncia retomada de duas aldeias invadidas por angolanos": 12/3/77, p. 12). MC

Na mesma matéria, as versões contraditórias persistiram: "as notícias oficiais são escassas e as versões muitas e contraditórias. (...) tampouco sabia-se da ocupação das duas aldeias que o governo diz ter recapturado hoje". O governo zairense apressou-se em divulgar a partir de seus espaços de difusão que as colunas militares foram "pagas pelo governo de Angola" para ocupar a região de Shaba. Mesmo funcionários do governo tinham outra posição divulgada na mesma notícia:

> Igualmente é confusa a formação das forças invasoras. (...) funcionários governamentais conjeturam em particular que elas estejam formadas por ex-soldados que fugiram para Angola quando o governo do Zaire sufocou uma rebelião em Katanga (Shaba) em meados da década de 1960. Por outro lado, comentaram que Angola afirmou várias vezes que o Zaire oculta, apóia e arma as tropas da FNLA, vencida na guerra civil pelo MPLA, do presidente Agostinho Neto. Acham possível que, como represália a isso, Angola esteja armando e treinando, agora, os refugiados do Zaire.

Esta longa matéria descrita colocou as diversas versões contraditórias que se desenvolveram por ocasião da invasão do sul do Zaire. De forma predominante, era visível a idéia da ação do governo de Neto influenciando esta ação militar junto à tentativa de desgastar a imagem de Angola perante este fato.

Um editorial de um jornal zairense chegou a ser colocado como fonte na notícia com um conteúdo quase teleológico: "Neto e seu governo só receberam o poder de seus mestres espirituais porque contaram com a ajuda de mercenários sem Deus, que nunca deixarão o solo africano que regaram com sangue de gente inocente".

---

[61] Mobutu Sese Seko (1930-1997) foi o segundo presidente da República do Congo, batizada de Zaire na ocasião. Nascido com o nome de Joseph Désiré Mobutu, ele optou em assumir nome de origem africana em 1971, fruto de sua política de "retorno à autenticidade africana" - mudou o nome do país para República do Zaire também neste período . Aos 30 anos, se tornou coronel do Exército, após carreira militar. Em 1960, após a independência do Congo, foi nomeado chefe da defesa nacional e em 1965 liderou um golpe que derrubou o presidente Moise Tshombe. Na política externa, incentivou os investimentos estrangeiros, o que lhe valeu o apoio norte-americano. Foi candidato único nas eleições presidenciais de 1970, 1977 e 1984. Seu governo sempre esteve cercado de críticas pelo autoritarismo e corrupção (dados biográficos adaptados a partir do conteúdo presente em <http://biography.jrank.org/pages/2974/Seko-Mobutu-Sese.html.> acesso em 2/10/2011).

Mobutu, por sua vez, recusou-se mesmo a fazer protestos formais perante a ONU, por considerar Angola e Neto como “simples peão que só pode mover-se sob as ordens de um manipulador. Apresentar um protesto contra esse país, cujos líderes são manipulados por potências estrangeiras, constituiria uma grande honra para eles”.

O governo de Angola, ausente nesta longa matéria como fonte, respondeu tais acusações negando seu envolvimento na invasão do sul do Zaire, assim descrito no CP junto a novas teorias que surgiam:

> “A República Popular de Angola não tem responsabilidade alguma no que está se passando no território do Zaire e espera que a situação se normalize em breve, de acordo com as justas aspirações da classe trabalhadora do Zaire”, diz um comunicado assinado pelo Comando das Forças Armadas Angolanas transmitido pela Agência Nacional de Notícias Angolana (ANNA). (...). A ANNA condenou a denúncia do Zaire de que Angola esteja na luta, qualificando-a de “um exemplo da atitude vil e obstinada de um regime corrupto que trata de deter a marcha da revolução em nosso continente” (“Angola desmente envolvimento em choques militares no Zaire: 13/3/77, p. 2). MC

Houve esforço neste tema por parte do CP e de suas fontes em buscar uma série de relatos e hipóteses para a invasão do Zaire. Na mesma matéria, divulgou-se por parte dos angolanos que os mesmos detectaram conflitos armados “entre cidadãos do Zaire”. Estes garantiram que nenhuma luta ocorreu em solo angolano.

Em Paris, um novo ator surgiu neste episódio: uma organização denominada “Frente Nacional para a Libertação do Congo” se responsabilizou pela intervenção em Shaba. Mas a boataria seguiu na imprensa, nas fontes e nos meios políticos e diplomáticos, como descrito na mesma notícia anterior:

> Em meio a avalancha de boatos e versões que tomam conta dos meios diplomáticos de Kinshasa, por falta de informações precisas a respeito do que está acontecendo no sul do país, o jornal Eliman, porta-voz do governo circulou hoje um editorial que, antes de elucidar os fatos, veio torná-los ainda mais confusos. O vespertino limitou-se a despejar uma torrente de acusações sobre o governo de Angola, declarando que seus líderes permitiram que o país se transformasse “em base de agressão contra o Zaire”. “Um plano de agressão foi conscientemente preparado contra nosso país. Mas, nosso país não hesitará, se necessário, a usar medidas extremas para garantir a segurança de suas fronteiras”, diz o jornal sem, em nenhum momento, identificar claramente os agressores.

A confusão de versões e as contradições de relatos continuaram nas edições seguintes. Na edição do dia 23/3/77, houve a manchete: “Mobutu reitera acusação a Cuba pela ajuda ao movimento rebelde”, onde deu-se bastante espaço ao discurso do presidente Mobutu acusando Cuba de invadir o país, apesar das negativas do próprio Fidel Castro.

Na notícia, Mobutu revelou que as armas envolvidas no conflito do Zaire eram “as mesmas armas modernas fornecidas pela URSS ao MPLA para sufocar a Frente Nacional e

a UNITA (movimentos pró ocidentais) e colocar seu peão (o presidente Agostinho Neto) no poder". Na mesma matéria, ainda, confirmou-se ajuda dos EUA em suprimentos médicos e uniformes em torno de 1.500.000 dólares (p. 3). MC

Na mesma página da edição, CP ainda divulgou um artigo internacional supondo a intervenção angolana no Zaire:

> **Katanga, uma rebelião complicada**
> "(…) Mas, nos meses subseqüentes (do fim da guerra civil), ficou claro que a guerra angolana não terminara, na realidade. No sul de Angola a terceira facção nacionalista – UNITA – ocultou-se na selva e, segunda consta, continua a atacar comboios e a sabotar pontes e estradas de ferro. A Frente Nacional, liderada por Holden Roberto, também se reagrupou e, conforme acusação do governo de Luanda, seus soldados atravessam a fronteira do Zaire, para atacar aldeias do norte de Angola. A invasão de Shaba, portanto, pode ser uma retaliação, com Angola tentando lançar as sementes de discórdia no Zaire, ao mesmo tempo em que o Zaire permite que a Frente Nacional tente fazer o mesmo em Angola" (Artigo de Michael T. Kaufman, originado do jornal estadunidense *The New York Times*). MC

O artigo do *Times*, divulgado no CP, colocou a culpa angolana na ação de Shaba como suposta "retaliação", uma das versões presentes no conflito. Além disso, o articulista trouxe na conclusão de seu artigo interessante provocação, pois para o mesmo, os acontecimentos contemporâneos da África não eram episódios isolados e sim parte de um processo mais amplo.

Por isso, segundo o autor do artigo, ficam "quase sem sentido as designações usadas em excesso, como esquerdista, direitista, pró-ocidentais e pró-soviéticos". Neste sentido, o sr. Kaufman posicionou-se criticamente ante o uso destes termos, bastante utilizados pela imprensa durante os conflitos em Angola e destacados durante esta pesquisa.

A versão da culpa angolana – de seu governo, em especial - acabou sendo desmontada na edição do CP do dia 25/3/77, quando se confirmou a responsabilidade da FNLC, novo movimento guerrilheiro que se somava aos inúmeros movimentos de libertação nacional daquele período.

Nesta notícia os invasores foram descritos como "soldados da antiga província separatista de Katanga" e a FNLC teve seu comunicado divulgado amplamente:

> "Nos 15 dias que transcorreram desde que começou a luta do povo pela libertação, a FLNC [62] recebeu apoio das massas de camponeses, trabalhadores e intelectuais das povoações libertadas".
> Desmentindo mais uma vez que as forças invasoras de Shaba estejam dirigidas por mercenários, como afirmou o governo de Mobutu, o comunicado acrescentou: "A causa dos objetivos políticos da

[62] A sigla descrita deste movimento aparece no CP tanto como FNLC como FLNC (nota do autor).

> FLNC que é o estabelecimento de um novo tipo de sociedade onde prevaleça a justiça social com a constituição de um Estado democrático e verdadeiramente independente, é libertar o Congo (ex-Congo-Belga) de um regime neocolonial cujo conteúdo essencial é precisamente uma continuada e crescente dependência dos países estrangeiros e, portanto, seria ilógico para a FLNC depender de países estrangeiros para cumprir com sua tarefa de libertação" ("Nigéria oferece mediação e Uganda promete ajuda ao governo do Zaire": 25/3/77, p. 3). MC

Ainda no debate sobre as versões e considerando as acusações zairenses sobre a participação de cubanos na invasão de suas terras, não podia faltar o discurso incisivo do líder cubano Fidel Castro, em visita a Luanda:

> Não há nenhum soldado ou oficial cubano entre os rebeldes da província de Shaba. Esta é uma mentira e hipócrita acusação do neocolonialista e reacionário governo do Zaire (…). Não estamos interessados nos problemas internos do Zaire. Ultimamente a história demonstrou que os soldados do Zaire não servem para nada. As tropas regulares deste país foram derrotadas em Cabinda (província de Angola) e quando não puderam derrotar o povo angolano, chamaram mercenários brancos. A verdade é que sofreram seu Waterloo em Angola. (…) ("Fidel Castro promete continuação da ajuda militar cubana a Angola": 29/3/77, p. 3). MC

Polêmicas a parte, o real agressor do Zaire acabou sendo definido, na figura da FNLC, a qual descartou o apoio de qualquer outro país em seus atos. No mês de abril - após um tempo sem destacar este tema - CP novamente colocou em seu noticiário a tensão entre Zaire e Angola. Desta vez, devido o aumento do volume de apoio ocidental para Mobutu, assim denunciado por representante do MPLA:

> O chanceler angolano Paulo Jorge denunciou hoje que a intensificação da ajuda ocidental ao Zaire é um pretexto para uma agressão contra seu próprio território, e advertiu: "Se as forças imperialistas nos atacarem, saberemos como enfrentar o ataque e como defender a revolução". Na mesma entrevista, o ministro acrescentou que tinha recebido garantias da França, que tem contribuído com aviões para transportar armas marroquinas, de que a ajuda francesa não seria utilizada de maneira alguma contra Angola ("Soldados marroquinos já ocupam posições na província de Shaba": 14/4/77, p. 2). MC

Novamente ocorreu o esforço editorial de colocar diversas interpretações [63] sobre a crise fronteiriça entre Angola e Zaire. Por parte de Mobutu, seguiam acusações de que os invasores de Shaba "são chefiados por oficiais cubanos e angolanos e estão armados por Moscou". Estes países desmentiam reiteradamente o presidente do Zaire.

---

[63] Segundo esta possibilidade, HERNANDES (2006, p. 45) afirma que "Cada apresentador, comentarista, repórter, é importante ressaltar, também constrói um *ethos* e, portanto, ajuda a compor o *ethos* do próprio jornal. Por exemplo: um jornal pode abrir espaço para a manifestação de diversas vozes, de diferentes posições ideológicas, na tentativa de marcar seu *ethos* como 'democrático'".

Na mesma matéria, Paulo Jorge definiu que a crise do Zaire tinha origem numa "insurreição na região sul desse país (...) conseqüência da desastrosa situação econômica do Zaire... não há um só angolano, cubano ou soviético com as forças rebeldes".

De qualquer forma, o clima continuava tenso e na edição seguinte Angola já denunciava um bombardeio do Zaire:

> "Esta advertência já representa um pedido formal e definitivo para que não se repitam tais atos de provocação cujas conseqüências recairão inteiramente sobre o regime de Kinshasa (…). Angola adverte solenemente que quaisquer futuras provocações contra qualquer espécie de aparelho dentro das águas territoriais angolanas não será mais tolerada... e Angola dará os passos necessários, caso se repetirem tais atos" ("Angola denuncia bombardeio do Zaire e faz ameaça": 15/4/77, p. 3). MC

O ataque referido foi um bombardeio a um navio em águas angolanas com estragos materiais e feridos, conforme descrito nas fontes da ANGOP (Agência de Notícias de Angola). Na edição de 20/4/77, novamente deu-se voz a representantes angolanos – desta vez a do embaixador angolano na ONU Eliseo de Figueiredo - negando participação na crise zairense:

> "Nós estamos lançados na reconstrução de Angola e necessitamos de todos os recursos para isso. E o que está ocorrendo no Zaire é uma revolta da população do país, que não se restringe à província de Shaba. Assim, expressamos nossa preocupação pela presença de várias forças estrangeiras perto de nossa fronteira. Se explodir a luta, não queremos que chegue a nossas fronteiras, porém estamos preparados para defendê-las sozinhos" ("Pigmeus com arcos e flechas ajudam tropas do Zaire a combater rebelião", p. 3). MC

Na edição de 4/5/77, outra matéria destacou o reforço das tropas angolanas na fronteira e o receio de Neto que a situação de Shaba sirva de justificativa para uma invasão no território de Angola por parte de seus adversários políticos. Mobutu seguia acusando os comunistas pela situação no Zaire – inclusive a Alemanha Oriental -, mas vários relatos dentro da reportagem descartaram a presença cubana no território zairense. Mesmo o presidente estadunidense, Carter, afirmou na reportagem não ter informação sobre a presença de forças cubanas atuando neste conflito ("Zaire e Marrocos sofrem baixas na emboscada de forças rebeldes", p. 3). MC

Em 7/5/77 ocorreu nova denúncia, desta vez do Ministério de Defesa de Angola, sobre ações da Força Aérea do Zaire no território angolano. Segundo ele, bombardeiros Mirage agiram na zona da província de Luanda, sem baixas. Na mesma matéria, se destacou opinião da Tass:

> "(...) Estas provocações demonstram que o governo de Kinshasa quer arrastar a República Popular de Angola a uma guerra e impedir que o seu povo consiga a importantíssima tarefa de reconstrução nacional e de apoio aos movimentos de libertação nacional da Namíbia (África do sudoeste) e de Zimbábue (Rodésia)" ("Zaire expulsa jornalistas que prendeu e acusou de espionagem, p. 3"). MC

Mesmo do ponto de vista da bibliografia sobre o tema existem diversas perspectivas sobre a participação angolana e cubana na crise zairense. Para VISENTINI (1998, p. 94), houve este apoio material:

> O Zaire, por sua vez, continuava abrigando os guerrilheiros da UNITA em suas investidas contra Angola. Os angolanos e cubanos, em resposta a isso, apoiaram então os antigos rebeldes catangueses, exilados em Angola, a invadir novamente a região de Shaba (...) em duas oportunidades, 1977 e 1978.

Por sua vez, ALENCASTRE (1980, p. 53) nos traz outra versão, descrevendo uma ocorrência no conflito, com perfil irônico:

> Finalmente, toda província de Shaba é dominada, mas não aparecem cubanos. Mobuto fica em situação difícil. Nas capitais da Europa, a opinião pública exige que o ditador do Zaire honre a palavra, exigindo os prisioneiros cubanos, já que havia denunciado a sua presença a todos os países do mundo. Mobuto defronta-se com uma situação dramática. Pede aos comandantes marroquinos que lhe enviem uma meia dúzia de cubanos a Kinshasa. Os marroquinos informam que não encontram cubanos. Mobuto, desesperado, enverga seu uniforme de general e vai pessoalmente aos campos de batalha procurar soldados cubanos. Mas não há cubanos. (...) A verdade, porém, é que Mobutu não encontrou o seu cubano em Shaba. Já os norte-americanos e franceses, por sua vez, conquistaram posições na economia do Zaire.

Independente das versões, a crise entre Zaire e Angola continuou, mas reduziu sua presença no CP no ano de 1977. Em fevereiro de 1978, o tema foi retomado e recebeu status de capa na edição, embora com destaque secundário.

A notícia destacou o receio de nova ofensiva dos rebeldes catangueses na região, que estavam orbitando a fronteira de Angola com o país, segundo as fontes da matéria. Também apareceu no conteúdo da matéria o ataque a duas localidades no norte de Angola realizado pela FNLA, que chegou a contar com 300 guerrilheiros em ações, segundo as chamadas 'fontes bem informadas', termo utilizado no corpo da notícia. [64] Na verdade, tratava-se de um jornal da África do Sul que repetiu informações de uma rádio de Luanda ("Zaire teme novo ataque e envia tropas para Shaba": 1/2/78, capa). MC

[64] A origem do conflito entre MPLA e FNLA ocorreu justamente na região do Zaire e é assim descrita por SANTOS (1975, p. 80 e 81): "A rivalidade potencial existente entre os dois Movimentos acabou por se transformar em efectiva durante os anos em que (...) compartilharam a <hospitalidade> de Léopoldville. O acolhimento acabou por se transformar em hostilidade para com o MPLA, considerado pelos dirigentes do Congo como demasiado radical. O apoio daqueles acabou por beneficiar exclusivamente os homens de Holden Roberto, o que acarretou um sem-número de desgraças para o MPLA, que quase viu o fim dos seus dias".

Mais um intervalo sem o noticiário sobre a crise Zaire – Angola e em maio, CP divulgou posição do governo do Zaire denunciando na ONU que os refugiados ao norte de Angola eram armados pelo governo do MPLA para intervir na luta em Shaba.

A partir da manchete "Zaire afirma na ONU que Angola promoveu invasão", deu-se voz ao governo zairense: "O Zaire gostaria de saber como os supostos refugiados zairenses em Angola poderiam estar equipados com armas sofisticadas de fabricação russa em 11 meses, para novamente atingir seus objetivos sinistros" (20/5/78, p. 3). MC

No mês seguinte, Mobutu mais uma vez se destacou ao afirmar que poderia contribuir com os inimigos de Neto e do MPLA. A manchete "Mobutu promete armas para inimigos de Agostinho Neto", demonstrava que a crise continuava: "Todos acreditam que deveríamos fazer o mesmo com relação a Angola, dando armas e treinamento aos opositores ao regime de Agostinho Neto e que vivem no Zaire como refugiados, mas ainda não tomei uma decisão a respeito" (10/6/78, p. 3). MC

Na edição de 18/6/78, ocorreu mais uma denúncia zairense a qual apontou incursões angolanas em seu território. Desta vez, mais de mil soldados teriam vindo de Angola, segundo fontes militares deste país. ("Zaire denuncia nova invasão rebelde procedente de Angola", p. 3) MC. Apesar disso, a edição de 24/6/78 já demonstrava uma reversão na crise Angola – Zaire no artigo publicado no CP originado do jornal *The Washington Star:*

> Há um mês, o governo Carter estudava as proporções da ajuda concedida aos rebeldes angolanos. Hoje, ela tenta bloquear o principal canal de ajuda aqueles rebeldes, que passa pelo Zaire. Essa mudança de atitude faz parte de uma tentativa de promover um acordo entre Angola e Zaire, que poria fim à interferência de um país nos assuntos do outro através da sua fronteira, na África Central. (...) ("EUA promovem acordo Angola-Zaire", artigo de Henry S. Bradsher: 24/6/78, p. 3). MC

A política estadunidense de estimular um acordo entre as partes teve sucesso nos meses seguintes, algo descrito em uma série de reportagens no CP. A perspectiva, descrita na notícia anterior, consistia em evitar "novos incidentes em Shaba". Para isso, era necessário um entendimento sobre "sua fronteira comum, e cada uma das partes deve se abster de interferir nos assuntos internos de outra". Também estava no horizonte dos EUA que o Zaire não mais fornecesse suprimentos à UNITA e, desta forma, não haveria "mais qualquer justificativa para a permanência dos 20 mil soldados cubanos em Angola". Esta linha de raciocínio parecia lógica, mas não teve efeito prático.

Na edição de 16/7/78, notícia descreveu uma melhora nas relações entre Zaire e Angola depois de toda crise oriunda dos acontecimentos de Shaba e do apoio de Mobutu a FNLA e UNITA. A reportagem teve um tom otimista ao destacar a liberalização do regime do Zaire com a libertação de presos políticos além do interesse zairense em relações econômicas com a vizinha Angola ("Angola e Zaire conferenciam para melhorar suas relações", p. 2). MC

Em 18/7/78, anunciou-se a decisão sobre a volta de refugiados de ambos os países, a busca da normalização da fronteira comum e das relações entre estes, supervisionada pela OUA ("Zaire e Angola estão tentando reduzir as suas divergências", p. 3) MC. Mais tarde, reunião secreta de cúpula entre os presidentes definiu respeito às fronteiras e o impedimento aos grupos rebeldes passarem de um lado para outro nos limites de cada país. Ainda foi acertada a abertura da ferrovia de Benguela ("Mobutu e Agostinho Neto vão normalizar relações": 27/7/78, capa). MC

No mês de agosto, duas reportagens encerraram a cobertura da crise entre Zaire e Angola: na edição de 11/8/78, destacou-se que os rebeldes zairenses de Shaba foram desarmados e afastados da fronteira com o Zaire por ação do governo de Angola ("Angola afasta rebeldes da fronteira com Zaire", p. 3) e na edição de 22/8/78, noticiou-se um acordo, divulgando seus itens principais. A idéia central do acordo entre Zaire e Angola era fortalecer a segurança entre os dois países nos 2.600 km de fronteira, na perspectiva de paz na fronteira inamistosa entre ambos. (ambas MC)

O acordo continha vários itens para garantir essa segurança e afirmava os seguintes princípios: "igualdade e soberania de todos os países, da integridade territorial dos Estados e da não interferência nos assuntos internos de outros países" ("Agostinho Neto e Mobutu fecham fronteiras para os movimentos rebeldes", p. 2). MC

Desta forma, o CP concluiu sua abordagem da crise de fronteira norte de Angola num clima de solução, não mais destacando esta temática dentro do tempo analisado nesta pesquisa.

2.5.2 A abordagem em ZH

O jornal ZH também divulgou os conflitos fronteiriços angolanos ao norte e ao sul do país. Já na edição de 11/2/76, este periódico previu, em sugestiva manchete do artigo oriundo da *France Press*, os conflitos por virem:

> O MPLA e seus aliados soviéticos e cubanos entrarão nessa região onde o Exército sul-africano ainda continua ocupando posições. A presença sul-africana em território angolano, que conta com cinco mil homens, numa profundidade de 50 quilômetros, está destinada, segundo Pretória, a proteger o complexo hidrelétrico de Cunene, cuja represa de Calueque se acha 30 quilômetros ao Norte da Namíbia. A África do Sul manifestou em várias oportunidades sua determinação de defender, custe o que custar, esse complexo, e isso serviu de pretexto para sua intervenção em Angola. Se não houve um acordo prévio entre Pretória e Luanda sobre segurança da represa, um confronto entre os dois Exércitos será inevitável, consideram os observadores (Artigo de Edmond Marco: "Última batalha será contra África do Sul?", p. 12). MC

Em seguida, na edição de 16/2/76, significativa notícia em ZH se destacou pela quantidade de adjetivos presentes em seu conteúdo:

> A África do Sul está mantendo consultas de paz secretas com a República Popular de Angola, governada pelo esquerdista MPLA (...), num esforço de último minuto para impedir um conflito de grandes proporções entre os negros esquerdistas angolanos e o regime racista branco sul-africano.
> Segundo as notícias em Johannesburgo, o governo socialista angolano (liderado pelo presidente Agostinho Neto) condicionou o estabelecimento de uma trégua ao seu imediato reconhecimento diplomático pelo regime sul-africano e a retirada de todas as tropas brancas que ainda se encontram dentro do território angolano ("Contato secreto para evitar o choque armado", p. 14). MC

A série de adjetivos como "esquerdistas" e "racistas", além de dividir o conflito entre Angola e África do Sul a partir da temática racial – brancos *versus* negros – tornou esta reportagem especial para análise. Também, segundo seu conteúdo, estava em curso "uma terrível guerra racial contra o regime de apartheid da África do Sul. A menos que as iniciativas de paz se tornem realidade". O horizonte de algum acordo de paz também esteve presente na matéria:

> (...) o governo estuda atualmente uma **interessante proposta** do ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos. Esta proposta seria assim: o MPLA reconheceria os interesses sul-africanos em Angola, em troca do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. (...) Os primeiros sinais de uma possível aproximação entre os esquerdistas de Angola e os racistas brancos sul-africanos surgiram, na semana passada, quando o presidente (...), Agostinho Neto, declarou que seu governo não pretende intervir militarmente em Namíbia, (...) onde, há anos, guerrilheiros nacionalistas negros lutam pela independência.

Merecem destaque as previsões, em geral catastrofistas, expressas pelas fontes de ZH, ao lado dos infinitos termos adjetivos presentes no conjunto da reportagem. Na edição seguinte, o tema novamente surgiu, com os mesmos termos além da adição de novos:

> (...) o regime socialista de Luanda quer, agora, para evitar uma guerra racial de conseqüências imprevisíveis para o regime racista branco da África do Sul, que o governo de Pretória reconheça, diplomaticamente, o governo instalado em Luanda.
> Luanda quer que, além do reconhecimento sul-africano, aconteça, ao mesmo tempo, a imediata retirada dos soldados brancos de Pretória que estão acantonados ainda dentro do território angolano, para proteger os interesses sul-africanos naquela ex-colônia portuguesa. Estas seriam as condições

> do regime marxista de Luanda para aceitar uma trégua na fronteira, altamente crítica, entre Angola e África do Sul (“África do Sul suspende ajuda a pró-ocidentais”: 17/2/76, p. 13). MC

ZH e suas fontes não definem o que seria exatamente o “regime marxista”, termo também por vezes presente no CP. De qualquer forma, esta série de adjetivos colocou um discurso e um posicionamento efetivo no conteúdo da notícia, repetido dia a dia na condução da cobertura do tema.

Na edição de 29/2/76, ZH seguiu divulgando a idéia de um choque iminente entre as forças de fronteira:

> O governo pró-marxista da República Popular de Angola está prevendo **violentos choques** com as tropas brancas da África do Sul e descreveu o regime racista minoritário, instalado em Pretória, como “o principal inimigo do povo africano”.
> A Rádio de Luanda, captada ontem à noite na cidade sul-africana de Johannesburgo, advertiu: “teremos violentos choques, no sul de Angola, para expulsar – de uma vez para sempre – as tropas sul-africanas que continuam ocupando certas posições dentro de nosso País” (“Angola e sul-africanos estão falando em guerra”, p.14). MC

Esta notícia teve características confusas, em especial para o leitor menos informado, quando afirmou ser o MPLA o ‘braço armado’ da República Popular de Angola: “(...) o braço armado da República Popular de Angola, o MPLA (...), liquidou, em poucas semanas, com os grupos anticomunistas rivais”. Ficou difícil entender tal conceito, sem considerar erros de construção frasal.

Por outro lado, a matéria reconheceu a incursão sul-africana em Angola e noticiou que as “(...) tropas da África do Sul estão concentradas em Calueque, a vinte e quatro quilômetros dentro do território angolano”. Na edição de 13/3/76, mudaram os conceitos usados nestas reportagens e mudou a conjuntura no sul da África, assim descrito em ZH:

> As forças sul-africanas retiraram-se da cidade de Pereira de Eça, a uns 50 quilômetros da fronteira com a Namíbia, sul de Angola, anunciou ontem o ministro sul-africano da Defesa. O ministro P. W. Botha indicou que nessa cidade havia instalado um acampamento de refugiados. Botha indicou que a retirada foi decidida depois que as autoridades portuguesas concordaram com a repartição de todos os refugiados (“África do Sul saiu de Angola”, p. 12). MC

Os motivos anteriores dos conflitos entre Angola e África do Sul parecem ter desaparecido e, agora, a temática dos refugiados parecia ser a preponderante na crise de fronteira. Cabe destacar que o contexto interno da África do Sul não era fácil naquela altura dos acontecimentos. Na edição de 22/3/76, por exemplo, apareceu um discurso de

líder zulu – etnia sul africana - deixando claro como os acontecimentos de Angola influenciavam a luta negra dentro de seu país:

> (...) “a política de abertura de Vorster fracassou e não só fracassou como também a África branca queimou os dedos em Angola”. Para os negros sul-africanos, o Exército sul-africano derrotado em Angola, perdeu a sua invulnerabilidade e pode ser derrotado (“Negros exigem poder sul-africano”, p. 12). MC

Na mesma edição, em sua coluna de análise, Newton Carlos aprofundou as dificuldades da África do Sul e revelou as relações entre este país e os EUA com interessantes fontes para seus escritos:

> As frustrações em Angola estariam provocando mudanças em Washington? Em 1975 a diplomacia africana dos Estados Unidos foi seriamente atingida pela revelação de um documento secreto do Conselho de Segurança Nacional, o **Memorando 39**, recomendando “apoio discreto ao regime da África do Sul”. “Os brancos estão ai para ficar e a única maneira construtiva de provocar transformações é atuando através deles”, dizia uma das opções recomendadas por Kissinger, a de número dois, o que significava jogar na sobrevivência de todo o bolsão branco, inclusive do poder colonial português em Angola e Moçambique (“Contra o Racismo”, p. 12). MP

A riqueza em dados e informações caracterizaram este artigo de Newton Carlos presente em ZH. Segundo o articulista, operavam na África do Sul “cerca de 500 empresas norte-americanas e inglesas” e apenas “três pagam salários próximos do razoável a seus trabalhadores negros”.

Estes dados, definiam o *apartheid* como “pedra angular da estrutura econômica e política da África do Sul”, pois se beneficiavam dele “indústrias e negócios quase totalmente de brancos e estrangeiros”, que exploravam mão-de-obra negra e barata. Esta análise qualificada mostrava aspectos econômicos muito além do anticomunismo como motivador da crise ao sul de Angola.

De qualquer forma, as posições do articulista nem sempre estavam refletidas nas matérias e no conteúdo das notícias organizadas ao lado de sua coluna. Vale ressaltar que Newton Carlos opinava sobre todo o cenário da política internacional em sua coluna e, por isso, Angola não aparecia constantemente em seus escritos, mas apenas esporadicamente.

Após este período, apenas em dezembro ZH noticiou a crise entre Angola e África do Sul, mais uma vez com a idéia de uma ‘guerra iminente’:

> Preparativos militares sem precedentes se realizam em ambos os lados (...) que separam Angola da Namíbia, enquanto o início de combates paira iminente ontem aos observadores. O comissário das Nações Unidas em Lusaka Mac Bride acusou a África do Sul de preparar uma invasão de Angola a partir da estreita faixa de Caprivi enquanto as autoridades sul-africanas predisseram uma ofensiva

> dos guerrilheiros da (...) SWAPO. Quatro Estados africanos dos chamados de **primeira linha** organizaram uma ponte aérea para entregar armas a SWAPO em Angola, informou ontem em Joannesburgo o jornal opositor **Rand Daily Mail**. (...) Em virtude dessa situação o ministro sul africano da Defesa, P. W. Botha declarou que seu país manterá na "zona de operações" todas as tropas que considerar necessárias para assegurar sua defesa e as fronteiras (...). Mac Bride, que deixará seu cargo de comissário das Nações Unidas na Namíbia em fins deste mês, indicou que cerca de 50 mil soldados sul-africanos fortemente armados estão instalados na faixa de Caprivi, junto à fronteira com Angola. Segundo Mac Bride, esse Exército sul-africano se dispõe a atacar Angola, sem dúvida alguma, no próximo mês ("Angola e África do Sul já estão prontas para Guerra": 11/12/76, p. 13). MC

Apesar de Angola e África do Sul estarem prontas para guerra "sem duvida alguma", esta temática ficou suspensa por muitos meses em ZH. As ameaças sul-africanas de incursão ao território não ocorreram como previsto na reportagem, apesar deles estarem dispostos a "perseguir os nacionalistas da Namíbia até o território angolano se isso for necessário". Apenas em maio de 1978, houve novos destaques e desta vez se tratava da real invasão sul africana ao território angolano ocorrida naquele mês.

Na edição de 5/5/78, ZH registrou a entrada das tropas sul africanas em Angola perseguindo os guerrilheiros da SWAPO, segundo versão sul africana ("Vorster ataca QG da SWAPO em Angola", p. 12) MC. Na mesma notícia, Angola reafirmou o combate à agressão sofrida.

No dia seguinte, destacou-se a desaprovação estadunidense sobre o fato e foram aprofundadas as explicações sul africanas:

> O governo norte-americano manifestou sua preocupação oficial à África do Sul pela invasão realizada quinta-feira em território angolano e pediu uma explicação, segundo afirmou ontem o presidente Jimmy Carter, em Portland, Oregon.
> "Eu acho que todos vocês sabem que foi apenas um ataque relativamente pequeno", acrescentou aos jornalistas, "Nós expressamos nossa preocupação e pedimos uma explicação". (...) "Os sul-africanos já se retiraram e não deixaram nenhuma força em Angola. Esperamos que tenha sido apenas um ataque de represália e que tudo já tenha terminado" (" Invasão de Angola não agrada EUA": 6/5/78, p. 14). MC

Em 10/5/78 ficou evidente que não se tratava de uma simples ação de represália como na 'esperança' de Carter. ZH divulgou a ampla destruição de uma cidade angolana, aproveitando para colocar na matéria os detalhes de barbárie, como costumeiramente ocorria em seu conteúdo:

> Centenas de cadáveres calcinados e em decomposição, por causa do violento sol africano estão empilhados em fossas comuns, sob nuvens pestilentas de moscas, em Cassinga, cidade do sul de Angola, que foi vítima, na semana passada, de uma incursão desencadeada pela África do Sul. (...) uma dezena de jornalistas estrangeiros conseguiu constatar ontem a amplitude do que as autoridades angolanas qualificam de "genocídio". Viam-se inúmeros corpos de mulheres mortas por bombas e

> metralhadoras das tropas sul-africanas. Alguns jornalistas saíam rapidamente e se afastavam das fossas comuns, incomodados pela pestilência e o horror (...). Em outra fossa, foram enterrados 122 refugiados de Namíbia. Outro grupo numeroso fugiu para os montes vizinhos, mas foi aniquilado por pára-quedistas sul-africanos. (…) Na manhã do ataque, Cassinga contava exatamente com 3.086 habitantes. Ontem não restava nem rastros da população, salvo as marcas no meio a desolação ("África do Sul destrói cidade", p. 12). MC

Os detalhes de barbárie descritos mostraram a força da ação da África do Sul na fronteira angolana, mas mesmo assim, não houve seqüência específica desta notícia nos dias seguintes. Apenas em novembro, uma nova incursão da África do Sul foi denunciada por Angola, tendo destaque em ZH:

> Huambo, a segunda cidade em importância de Angola, sofreu uma onda de atentados a bomba que causaram 40 mortos, sendo 24 na manhã de ontem e mais de 100 feridos, informou a polícia.
> Recentemente, o ministro da Defesa de Angola, major Iko Carreira revelou preparativos de uma agressão sul-africana contra a República Popular de Angola. (...) Informaram que estes atos de sabotagem e de terrorismo foram executados numa primeira fase contra objetivos econômicos e contra populações indefesas das localidades mais produtivas. Angola acusou ontem nas Nações Unidas, a África do Sul de mobilizar cerca de 22 mil soldados ao longo de sua fronteira, preparando-se para lançar novos ataques contra cidades e vilas angolanas. (...) ("40 mortos, o saldo destes atentados a bomba em Angola": 11/11/78, p. 13). MC

Desta forma, com as denúncias angolanas sobre as atitudes sul-africanas, ZH encerrou sua abordagem mais específica sobre os conflitos entre Angola e África do Sul no período estudado por esta pesquisa. A crise da fronteira inamistosa do sul permaneceu até os anos 1980 e vários episódios conflitivos se deram naquela região. Como nos ilustra ALENCASTRE (1980, p. 64), a África do Sul precisou agir do seu jeito por todos estes anos, pois sofria "um asfixiante processo de isolamento internacional e agora vendo nas suas fronteiras, ao norte, comunidades de povos negros que se tornaram independentes, com governos negros, nacionalistas e anti-racistas".

Ao lado co conflito sulista, Angola encarou importantes dificuldades ao norte de seu território. A crise com o Zaire teve um número maior de notícias em ZH e também um período menor de cobertura dos eventos se comparamos com a cobertura do conflito ao sul de Angola.

Em ZH, apenas na edição de 14/4/77 surgiu a primeira notícia mais específica da crise nortista, bem mais tarde do que no CP. Nesta notícia, ZH e suas fontes registraram a entrega de nota do governo angolano aos representantes franceses em Luanda, criticando o apoio francês ao Zaire, qualificando de neo colonialista e reacionário o presidente francês. Tal nota também registrou a ocorrência de bombardeios sobre um hospital na Zâmbia e a afirmação angolana de que não tem relação com a crise interna do Zaire, embora esta crise

não tenha sido abordada anteriormente o periódico (“Governo de Angola teme que a guerra se estenda a seu país”, p. 17). MC

No dia seguinte, noticiou-se a reação de Angola ante o ataque zairense a um navio de carga:

> A advertência foi feita depois que, segundo fontes diplomáticas, tropas marroquinas foram transportadas por avião ao coração da província mineira de Shaba a fim de desfecharem uma grande ofensiva contra os rebeldes invasores. Os rebeldes são em sua maioria milicianos exilados da antiga província de Katanga (atual Shaba) (“Angola adverte contra provocações de Mobutu”: 15/4/77, p. 17). MC

ZH e suas fontes deram espaço amplo para voz de Mobutu na edição seguinte. Este estava desejoso do apoio estadunidense para seus desafios internos, ao mesmo tempo em que citou-se pela primeira vez a FNLC, tida como “organismo rebelde”:

> Em Bruxelas, a (...) FNLC, o organismo rebelde, declarou que suas forças causaram uma grande derrota às tropas do governo, (...). Em sua entrevista ao jornal de Bruxelas, Mobutu disse: “Estou desconcertado com a atitude dos Estados Unidos. Menos de 24 horas depois do ataque em Shaba. Cyrus Vance informou que os Estados Unidos estavam ao lado do Zaire e que não seríamos abandonados. Isto representou um compromisso. Depois, Andrew Young afirmou o contrário. Mas fiquem tranqüilos, acho que posso considerar que os Estados Unidos continuam a manter um compromisso conosco. Eles nos deram uma ajuda importante, como a Bélgica e a França”. Mobutu voltou ontem a acusar a União Soviética de ter bombardeado o território de Zâmbia “para lançar a responsabilidade sobre o Zaire” (“Mobutu promete recapturar província de Shaba”: 16/4/77, p. 14). MC

Num ritmo distinto e com outras abordagens se comparado ao CP, ZH, junto às suas opções noticiosas, completou as peças da crise interna do Zaire e as relacionou no tabuleiro internacional junto a Angola, EUA e outros. Mais adiante, na edição de 25/4/77, em importante notícia sobre as crises de fronteira de Angola, deu-se longo espaço a um discurso de Agostinho Neto feito em banquete em sua homenagem na cidade de Belgrado. Em seu conteúdo, considerando a manchete e o corpo da notícia, o conjunto da matéria relacionou as crises de fronteira ao norte e ao sul de Angola, algo inédito até aquele momento:

> (...) Neto declarou que a África do Sul se constitui no principal problema que enfrenta na atualidade o continente africano. (...) disse que “todos os problemas da África não estão solucionados. Pelo contrário, em algumas regiões esses problemas são ainda mais numerosos. Existem regiões com grandes conflitos e situações perigosas (...) há em atividade um racismo agressivo, porém nós não vacilaremos em combatê-los. Não devemos temer as forças reacionárias, os povos africanos resistirão às agressões. (...) nós, em Angola, decidimos combater. No entanto, não se fala no sul da África. Pensamos que nessa área existe uma agressão contra o povo. Devemos pensar sempre nesse país e não só na Namíbia e Zimbabwe porque esses países são só o reflexo da África do Sul” (“Agostinho Neto evita falar no conflito do Zaire”, p. 12). MC

Em 27/4/77, com certo toque surreal, ZH destacou a presença dos pigmeus na guerra de fronteiras, que merece ser descrita pela peculiaridade:

> O governo do Zaire retirou de 150 a 300 pigmeus de sua campanha contra os rebeldes invasores da província de Shaba porque, segundo fontes militares, os enormes pastos da região são mais altos que esses arqueiros, cuja estatura só chega a um metro e 20 centímetros. Além disso, os pigmeus não se sentiam demasiado atraídos pela guerra. (...) tampouco são particularmente apaixonados pelos costumes militares pois se comprazem habitualmente a resolver seus problemas em conversações com o inimigo, em vez de lutar. (...) Talvez a vantagem maior que o governo pensava obter ao utilizá-los seria os temores supersticiosos dos Katangueses. Alguns africanos crêem que os pigmeus podem comunicar-se em espírito e com animais. Ao anunciar a retirada do pequeno grupo da frente de combate, o governo parece reconhecer que a atual situação, ao menos, a reputação dos pigmeus excedeu seu rendimento. (...) ("Zaire decide retirar os pigmeus da guerra", p. 17). MC

ZH e suas fontes selecionadas, retrataram a presença dos pigmeus na guerra como uma curiosidade com certo aspecto hilário e exótico no meio de um duro contexto bélico. Essa reportagem encerrou a abordagem sobre a crise zairense no ano de 1977. No ano seguinte, na edição de 3/2/78, deu-se espaço a um porta voz da FNLA acusando Angola dos problemas do Zaire:

> Segundo um porta-voz da organização anticomunista, a invasão com tropas formadas por catangueses exilados em Angola começaria a tempo de coincidir com as eleições parlamentares de março na França. "(…) o MPLA lançou uma nova campanha de desinformação para camuflar as atividades dos mercenários cubanos e catangueses", declarou o porta-voz da FNLA. (…) Um diplomata ocidental bem informado disse que a FNLA provavelmente está exagerando, mas observou que há semelhanças entre os pronunciamentos do governo de Luanda feitos na semana passada e as declarações angolanas divulgadas pouco antes da invasão de Shaba ("FNLA denuncia: Angola quer invadir Shaba", p. 14). MC

Nesta notícia, as fontes "bem informadas" duvidaram, mas não descartaram a versão da FNLA. De qualquer forma, apenas no mês de maio houve a cobertura da real ação dos catangueses em Shaba:

> Os rebeldes que lutam contra o governo do Zaire capturaram ontem duas cidades importantes na província de Shaba em meio a violentos conflitos que tiveram amplas repercussões internacionais. (...). Porta-vozes da oposição negaram as denúncias de Mobutu, de que a revolta teria sido planejada em Angola, apoiada por cubanos e mantida por russos, argelinos e líbios. (...). As versões sobre a origem e composição das forças rebeldes ainda são conflitantes. O governo afirma que os rebeldes incluem quatro mil exilados de Katanga apoiados pelos cubanos, que procuram separar a província de Shaba (ex-Katanga) ("Rebeldes de Katanga tomam duas cidades no Zaire": 16/5/78, p. 18). MC

Esta notícia, exemplar pela variedade nas fontes e contrapontos, talvez ficasse completamente satisfatória se sua manchete refletisse as incertezas do texto integral. Uma série de elementos sobre a crise zairense foi acrescentada ao leitor que tivesse acesso a esta edição de ZH e tivesse interesse sobre o assunto.

Nesta reportagem foram historicamente contextualizados os rebeldes catangueses, sendo estes os que “lutaram pela independência da província no começo da década de 1960 e foram derrotados no ano passado durante a guerra de Shaba de 80 dias”. Personagens diversos também apareceram na matéria:

> A Frente de Libertação Nacional do Congo em Paris afirmou que “os libertadores” estavam lutando para libertar o país do governo de Mobutu. O Movimento Nacional Vongo-Lumumba, de esquerda, declarou em Bruxelas que a rebelião “envolve forças populares de todos os setores” e não apenas katangueses. Também em Bruxelas, o Comitê Zaire, integrado por representantes de todas as tendências políticas, acrescentou que o conflito “é um assunto interno que é a conseqüência do declínio das condições de vida no Zaire”.

Por fim, também as fontes soviéticas, via Agência Tass, foram apresentadas, pois a URSS negou sua participação nos eventos zairenses: “É absolutamente claro que tais alegações são bastante sem fundamento e pura invenção”.

Na edição de 25/5/78, ocorreu a descrição de uma série de combates e comentou-se a opção dos franceses em apoiar o Zaire de Mobutu. No corpo da matéria em nenhum momento foi citada Angola como agente na crise na fronteira do Zaire (“Zaire: os franceses temem novo ataque das guerrilhas, p. 16). MC

No mês seguinte, na edição de 11/6/78, duas notícias na mesma página e combinadas contribuíram com a idéia da isenção angolana na crise do Zaire:

> Vários membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado disseram ontem que as provas do governo norte-americano de que tropas cubanas tiveram participação na invasão da província de Shaba, no Zaire, no mês passado, não são convincentes (“Senado americano não vê presença cubana no Zaire”, p. 14). MC
> &
> (...) Neto anunciou ontem que os rebeldes catangueses, que seu governo marxista abriga, serão desarmados sistematicamente, como uma das várias medidas que sugeriu para acalmar os temores do Zaire de que surja nova invasão partida do território de Angola. (...). “Jamais organizamos expedição alguma contra o Zaire. Nossos aliados soviéticos e cubanos não interviram de modo algum para fomentar rebelião no Zaire partida de território angolano” (“Angola vai desarmar rebeldes catangueses”, p. 14). MC

Ainda sem definir o que era um “governo marxista”, esta expressão é constante em ZH e também no CP. Aparentemente, era desejado localizar Angola em um determinado campo político o qual tinha influências do pensador Karl Marx.

Esta expressão teve origem nas Agências Internacionais e acabava em geral incluída nas notícias dos periódicos. Sobre isso, Cadernos do Terceiro Mundo comentou no conteúdo de uma edição especial de balanço sobre a experiência do governo angolano especialmente na arena dos empréstimos internacionais:

> O resultado é que o país, apesar se ser qualificado como “marxista” pela imprensa conservadora da Europa e Estados Unidos, e de estar em guerra contra o principal aliado norte-americano na África Austral, merece a confiança dos grandes bancos ocidentais (“Um jovem país adulto”: novembro/85, p. 19). MP

Apesar de ‘marxista’, ZH divulgou notícias que isentaram Neto e seu governo das ações provocativas de fronteira. A partir desta perspectiva, a normalização das relações entre Zaire e Angola começou a ser divulgada, com passos práticos, na edição de 18/7/78: “O Zaire a Angola concordaram ontem em normalizar suas relações, autorizar a volta dos refugiados, se assim o desejarem, e reabrir a ferrovia de Benguela” (“Relações entre Luanda e Kinshasa normalizadas”, p. 14). MC

Já na edição de 22/8/78, noticiou-se o compromisso mútuo pelo desarmamento: Angola desarmaria os rebeldes catangueses e o Zaire, por sua vez, não permitiria atividade contra o governo do Neto em seu território (“Angola firma acordo de segurança com Zaire”, p. 17). MC

Em contradição com o conteúdo do CP, o papel dos EUA nestes acordos não recebeu nenhum tipo de destaque. Desta maneira, a partir dos acordos de paz entre Angola e Zaire, ZH fechou a cobertura desta importante crise na fronteira inamistosa do norte e não ocorreram novas notícias sobre as contradições entre estes países, dentro do recorte temporal desta pesquisa.

TERCEIRO CAPÍTULO

"Os norte americanos devem eliminar
suas formas sofisticadas de discriminação
racial antes de denunciar
hipocritamente a África do Sul".
Crítica de ministro sul
africano ao governo Carter,
no CP de 13/5/78, página 3.

Balanços, análises e a morte de Agostinho Neto nas notícias de ZH e CP.

Durante o período do governo de Agostinho Neto (1975-1979) diversas reportagens no CP e em ZH buscaram fazer balanços de determinado período da situação angolana pós independência. Mesmo não tendo um número expressivo de reportagens, estas chamam atenção pelo seu conteúdo ao analisar Angola sob a retrospectiva de vários anos e ainda podendo, por vezes, incluir avaliações mais amplas do contexto africano daquele período.

Estas avaliações dos periódicos podem ser avaliadas em seu conteúdo, nas palavras de DE LUCA (2005, p. 114) "menos pelo que dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam (...) pelas zonas de silêncio que estabelecem". Desta forma, as avaliações e balanços jornalísticos podem traduzir visões, mesmo que parciais, sobre as temáticas abordadas.

Por fim, a morte do presidente Neto e suas repercussões, as quais encerram o recorte temporal desta pesquisa, também foram notícias selecionadas e analisadas nos periódicos neste capítulo.

3.1 Avaliações da situação angolana em reportagens especiais.

3.1.1 A abordagem do CP.

No CP, durante o período do governo de Agostinho Neto, não houve um grande número de reportagens especiais de balanço, mas elas se caracterizaram pelo conteúdo bastante posicionado e merecedor de análise de seu conteúdo, na maioria das vezes.

Já no ano de 1976, CP reproduziu artigo de June Goodwin rico em detalhes, caracterizações e definições sobre a cidade de Luanda pós independência. Originalmente

publicado no jornal *The Christian Science Monitor*, o articulista assim definiu as dificuldades na capital de Angola naquele ano:

> Esta cidade com seus edifícios de telhas de cerâmica é, atualmente, muito sóbria, e parece entalada entre o capitalismo e o comunismo. Cartazes com slogans políticos que cobriam todas as paredes estão sendo arrancados e jogados fora. Mas ainda se misturam com os anúncios da Coca Cola, Mitsubishi e outros indicadores da velha ordem ("Problemas econômicos em Angola": 18/7/76, p. 3). MC

Na seqüência do artigo, o autor se dedicou a desenvolver as contradições do comunismo angolano e de seu governo, dependentes do apoio de empresas privadas ocidentais e dedicados em atrair estes investimentos, segundo ele. A falta de gêneros de necessidade básica também foi abordada, assim como o problema das filas e do transporte coletivo:

> Centenas de automóveis, ônibus e caminhões atravancam as ruas e estradas ao redor de Luanda, a maioria deles abandonados devido à inexistência de peças de reposição. Isto significa que os alimentos, abundantes no interior do país, estão escasseando na capital. Muitos angolanos estão pagando para que outros fiquem toda a noite nas filas existentes para a compra de pão, laranja, batatas e bananas, pela manhã. A pouca carne existente vai toda para os hotéis. Não existem ovos, mas peixe congelado procedente de Lobito, no sul de Luanda, pode ser encontrado nos mercados (...).

As caricaturas fazem parte do referido artigo, especialmente ao relacionar as favelas de Luanda com a circulação de animais: "Enormes porcos e algumas galinhas passeiam em meio à pesada poeira e montes de lixo dos museques". [65]

Os problemas econômicos da safra de café – produto destacado na economia angolana – também tiveram destaque especial no artigo, assim como a perspectiva de sucesso do governo de Neto ao enfrentar essas dificuldades:

> Ciente dos enormes problemas econômicos a enfrentar, o governo está lançando apelos, nos jornais, para que os trabalhadores se dirijam aos campos e ajudem na colheita do café, que era anteriormente a principal fonte de divisas estrangeiras – que iam todas para Portugal. (...) De que maneira, e com que rapidez poderá o MPLA resolver os problemas econômicos, poderá até ser o fator decisivo para o futuro do país a longo prazo. Agora, é difícil dizer até que ponto o MPLA pretende se lançar.

O artigo esteve repleto de caricaturas a respeito de novos padrões culturais de comportamento entre os angolanos, desde "o novo aperto de mão angolano com o punho fechado" até um simples relato de um líder dos trabalhadores da Gulf em Cabinda, "que

[65] 'Museque' é a denominação relativa às favelas de Luanda (nota do autor).

gosta de se proclamar um militante revolucionário do MPLA, mas afirma, ao mesmo tempo: ‘Mas é claro que eu gostaria, depois que meu filho nascer, de batizá-lo na igreja’”.

Com ironias desta ordem, o artigo concluiu sua avaliação da situação angolana. Ao lado de alguns estereótipos evidentes no texto, ocorreu uma análise equilibrada sobre as sérias dificuldades oriundas do racionamento e sobre as queda de produção no período pós guerra civil. Desta maneira, o perfil pessimista, irônico e caricaturista do artigo, presente em boa parte de seu conteúdo, se mesclou com análises mais contextualizadas, contrapostas com menor grau de subjetividade do autor.

Em outubro, CP deu longo espaço para Holden Roberto avaliar a ação da FNLA em Angola. A liderança opositora ao MPLA garantiu que sua organização agia sobre a crise de gestão do governo Neto naquela altura:

> A FNLA foi o principal grupo que resistiu a dominação do país pelo (...) MPLA, de inspiração marxista e dirigido por Agostinho Neto. Roberto afirmou que a FNLA já controla uma área em Angola equivalente ao tamanho da França, além da maior parte dos sistemas de comunicação do país. “Continuaremos a luta e expandiremos o território sob nosso controle”, afirmou o líder da FNLA, acentuando que acredita que em pouco tempo seu grupo irá apoderar-se de um porto (“FNLA decidida a manter sua guerrilha em Angola”: 31/10/76, p. 3). MC

Holden Roberto aproveitou seu espaço cedido a partir das Agências Internacionais divulgadas em jornais de toda parte do globo para propagandear seu movimento e as vitórias obtidas. Assim, chegou a afirmar que o “MPLA tem que enfrentar o crescente descontentamento por parte da população devido à desorganização econômica, provocada pelas ações de sabotagem de seus seguidores”, supondo que a população culpasse o governo pelos atos de seu grupo.

Do ponto de vista político, alertou para uma suposta “conspiração do silêncio do Ocidente (...). Um crime está sendo cometido contra Angola, cercado por uma cortina de ferro e sem um murmúrio de protesto no exterior”. Como outras inúmeras reportagens, matérias e notícias já analisadas anteriormente, a ausência de contrapontos a respeito de uma série de informações sempre causava uma incompletude no conteúdo de cada texto. Holden Roberto falou, expôs seus conceitos e opiniões, sem nenhuma contradição, como ocorrera em outros momentos quando líderes como Neto e Fidel falaram sem ser questionados.

No mês seguinte, uma reportagem de fôlego sobre balanço do processo angolano foi apresentada no CP em 24/11/76, a qual pretendia analisar a situação um ano após a

independência do país. A reportagem iniciou caracterizando a economia angolana como "descontrolada", relacionando tal situação com os conflitos guerrilheiros:

> O abastecimento de alimentos é desesperadamente baixo em muitas partes do país e as fábricas funcionam abaixo de sua capacidade. Os sistemas de transporte quase deixaram de operar em conseqüência do êxodo de mais de 200 mil técnicos portugueses.
> "Temos muitos, muitos problemas", disse hoje um ministro governamental. "Mas a situação não é completamente desesperadora" ("Angola enfrenta seus problemas um ano depois da independência", p. 3). MC

Ao contrário de reportagens anteriores, desta vez houve um esforço por conceder espaço de voz ao governo angolano neste tema de balanço, ao mesmo tempo em que foram abordados uma série de aspectos pertinentes para o objetivo proposto, se tornando um resumo efetivo deste primeiro ano da independência.

Segundo a reportagem, o governo já mantinha "o controle seguro da maior parte do país, segundo a opinião de diplomatas estrangeiros e outros observadores", ressaltando ao mesmo tempo o papel das tropas estrangeiras neste controle interno. Também a matéria selecionada no CP destacou que Angola estava "abrindo cautelosamente as portas do país ao Ocidente".

Uma análise positiva pôde ser verificada em parte do texto, que considerou um avanço a abertura à presença da imprensa "ocidental". Além disso, "firmas comerciais do Ocidente começaram a chegar a Luanda, atraídas por perspectivas de negócios neste país, que poderia converter-se em um dos mais ricos da África".

As relações com os EUA não ficaram de fora. Nesta matéria, demonstrou-se o desejo angolano de manter relações diplomáticas com este país, pois segundo o ministro da Informação, João Felipe Martins, destacado na reportagem, "os problemas foram criados pelos Estados Unidos. Nós esperamos que o presidente James Earl Carter abra as portas às relações entre nossa duas nações".

Por outro lado a expressão "Ocidental", aqui presente assim como em inúmeras reportagens, parece tentar colocar Angola em oposição a este suposto campo. Certamente, os periódicos não utilizaram critérios geográficos nesta definição de "Ocidente", mas sim de bloco político. Do ponto de vista do leitor que recebe tal conteúdo, pode ser um termo complicador e uma constante mensagem subliminar.

Apenas em fevereiro do ano seguinte, CP divulgou nova matéria de balanço. Desta vez tratou-se de curiosa notícia sob a perspectiva da África do Sul na qual, representantes

deste país afirmaram que poderiam ter conquistado Angola, aparentemente com facilidade, no ano de 1975:

> A África do Sul afirmou hoje que podia ter conquistado "a totalidade de Angola", com uma única formação de menos de 2.000 homens, que participaram da guerra civil na antiga colônia portuguesa em 1975. Esta é a primeira versão oficial, expedida pelo Comando Militar, de intervenção sul-africana em um país do continente.
> "As forças aliadas – pró-ocidentais – da Frente Nacional (FNLA) e a União Nacional (UNITA), apoiadas pelas forças sul-africanas, poderiam ter conquistado a totalidade de Angola, mas o chefe da UNITA, Jonas Savimbi, insistiu em que apenas lhe interessava dominar sua zona tradicional pois estava empenhado em entrar em acordo com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), para o benefício de toda a Angola", diz o documento. (...) ("África do Sul diz que poderia ter conquistado Angola em 1975": 4/2/77, p. 3). MC

Este balanço se mostrou otimista quanto aos resultados de uma possível ação sul-africana em novembro de 1975 – tratava-se de um contingente de apenas 2 mil soldados – e além disso, este balanço oficial da África do Sul não conferiu com os fatos reais, pois nas vésperas da independência tropas inimigas do MPLA estiveram próximas a Luanda e foram derrotadas pela ação militar do MPLA e dos cubanos.

Fora isso, neste documento exposto ficou evidente a "solicitação de apoio à África do Sul, pela UNITA e FNLA, contra a infiltração comunista", sendo assim uma confissão pública das relações entre estes atores e ao mesmo tempo uma confirmação da ação externa da África do Sul no contexto angolano no final de 1975, ao contrário do que foi divulgado pelos sul-africanos naquele momento.

Assim, não restaram dúvidas quanto à coalizão política e militar formada contra o poder do MPLA entre 1975 e 1976, chamada por inúmeras reportagens de "pró-ocidental". O mesmo documento serviu para os sul-africanos criticarem os estadunidenses:

> Fontes militares sul-africanas também culparam o que chamaram de falta de coragem política dos Estados Unidos no período pós-Watergate, como responsável pela "vitória comunista" na ex-colônia portuguesa. Segundo elas, as ordens para retirar tropas de Angola, emanadas de Pretória, foram dadas por causa da decisão dos Estados Unidos de parar de ajudar forças anticomunistas e da subseqüente decisão da África do Sul de não lutar sozinha

Os sul-africanos justificaram sua ação em Angola como "necessidade de conservar territórios através de uma operação de contenção". As posições da África do Sul voltaram a ter destaque em abril de 1978, quando nova reportagem deu ampla voz ao ministro de Defesa da África do Sul, Pieter Botha na mesma perspectiva do conteúdo da reportagem de 4/2/77, analisada anteriormente. Mais uma vez, a África do Sul atacou os EUA e criticou a omissão deste país:

> (...) “Houve um momento em que aviões norte-americanos descarregavam armas em postos e bases militares em Angola ocupadas por soldados sul-africanos”, disse Botha no Parlamento. “Eu próprio ali estive e vi como eram descarregadas as armas”, acrescentou, durante um debate sobre o orçamento sul-africano da Defesa.
> A declaração deu sequência a um ataque formulado ontem, por Botha, contra os Estados Unidos, “por abandonarem a África do Sul num momento candente” da guerra civil angolana. (...)
> “Fomos a Angola com o conhecimento e a aprovação dos Estados Unidos... e nos abandonaram no momento candente”, acrescentou. (...) “chegou a hora de contar a história” (“Pretória revela ajuda dos EUA na invasão de Angola em 1975”: 20/4/78, p. 2). MC

Num momento conjuntural de isolamento internacional – embargo de armas imposto pela ONU – a África do Sul buscou ao menos desgastar seu antigo aliado. A declaração sul-africana seguiu afirmando que os “Os Estados Unidos apoiaram inicialmente, de forma velada, os dois grupos opostos ao MPLA, através da Agência Central de Inteligência (CIA)”.

O lamento fundamental dos autores desta declaração acabou sendo a saída dos EUA do conflito: “depois das incursões da África do Sul contra esse país, o Congresso norte-americano cancelou toda a ajuda clandestina aos movimentos”.

Do ponto de vista histórico, este conteúdo jornalístico contribuiu para a confirmação da ação estadunidense no conflito perante os milhares de leitores do periódico. Era um tema secundário nos jornais naquele momento, mas aparecia regularmente nos periódicos em reportagens e matérias especiais sobre Angola.

A participação da CIA nos combates em Angola sempre teve seu espaço nas páginas do noticiário. Em 9/5/78, divulgou-se uma entrevista do agente da CIA John Stockwell ao *60 minutes*, programa da CBS, segundo o qual a ação da CIA, realizada de forma limitada e secreta, motivou a ação maciça do bloco comunista em Angola. Na entrevista ele revelou que:

> “Eu aprendi que a CIA era incompetente, que não eramos bons para realizar uma guerra secreta, que este tipo de guerra não funciona, que nós éramos desonestos, que estávamos mentindo sobre o que acontecia, para enganar o público norte-americano, para manipular o Congresso” (“Ex-agente diz que ação da CIA provocou intervenção de força cubana em Angola”, p. 2). MC

Sobre o mesmo assunto, em 18/7/78, destacou-se o apoio da CIA a FNLA e UNITA na ordem de 1 milhão de dólares para recrutar mercenários e ainda a ação de 12 a 24 agentes da CIA treinando os grupos guerrilheiros opostos ao MPLA. Tudo isso ao contrário do que Kissinger teria colocado ao Congresso no momento referido. Esta notícia teve como fonte revelações da revista *Times* sobre estudo no Senado americano a respeito do tema. Chama atenção que tal notícia não teve direito a destaque nem subtítulo no CP,

ficando no meio de uma matéria sobre o apaziguamento diplomático entre Angola e Zaire ("Zaire e Angola estão tentando reduzir as suas divergências", p. 3). MC

Além do balanço militar e da ação dos EUA e CIA, em 17/5/77, CP colocou em seu conteúdo uma análise econômica da situação angolana, repetindo alguns aspectos e trazendo novos elementos a este debate:

> (...) Sobre as ruas cheias de filas, diz: "Há filas, pacientes e silenciosas, em todas as esquinas. Frente às paradas de ônibus até que chegue um dos 200 veículos novos importados da Iugoslávia, com os quais é realizado todo o transporte público de Luanda. Não há táxis porque os portugueses os levaram porque eram seus, e tampouco há motoristas profissionais".
> Filas diante das padarias todas as manhãs e todas as tardes. Filas diante das lojas em que ocasionalmente é vendido peixe congelado porque não se pode conseguir carne. Filas diante de qualquer loja que tenha algo para vender, artigos têxteis ou bolsas de plástico, camisetas de homens ou blusas de mulheres. "Filas, filas a cada passo, de modo que já se converteram em parte do panorama de Luanda nos dias de hoje", diz o correspondente. Acrescenta que não há protestos pelas filas porque a maioria considera que as dificuldades são temporárias e conseqüência das mudanças ("Cubanos dirigem empresas e os angolanos sofrem racionamento": 17/5/77, p. 2).

Utilizando fontes iugoslavas (jornal *Politika*), CP divulgou o quadro de dificuldades em Angola com os dramas da distribuição de gêneros básicos de consumo. Nesta abordagem, a palavra "fila" apareceu oito vezes possivelmente para dar a ênfase necessária a este problema.

Por outro lado, não deve ser considerada como uma matéria do tipo catastrofista, pois buscou dar os motivos de determinada crise, junto com um certo pessimismo de sua solução a curto prazo. Para a matéria, as dificuldades se acumularam em Angola devido "à partida dos técnicos portugueses e dos trabalhadores especializados e que Angola, que uma vez chegou à auto-suficiência alimentar, agora precisa [importar] 90% do que consome".

Na mesma reportagem, *Politika*, ao analisar a destruição da infraestrutura e as emboscadas dos inimigos do MPLA, concluiu que estes problemas criaram "uma verdadeira crise que não poderá ser facilmente superada". O jornal iugoslavo, ao mesmo tempo em que não escondeu as dificuldades existentes, apontou as causas e as possibilidades para a devida solução.

CP também utilizou fontes de análise militar da FNLA e UNITA, com destaque na edição de 12/7/78, mas com contraponto de supostos "diplomatas ocidentais acreditados" e "viajantes independentes":

> (...) O chefe guerrilheiro, [66] que se comunica com o resto do mundo através de Kinshasa, afirmou que a FNLA controla seis províncias setentrionais de Angola, com uma população de um milhão e meio de habitantes. "As cidades populosas estão em poder dos cubanos, mas nossos soldados controlam as florestas e as estradas. As comunicações entre as posições de Cuba e as do MPLA (...) têm que ser feitas por via aérea". Afirmou que conta com 18 mil guerrilheiros e 10 mil civis armados, mas os diplomatas ocidentais acreditados nesta capital disseram que essas cifras são exageradas. O principal grupo rebelde, a UNITA, que controla perto de um terço do território angolano no leste, centro e sul do país, afirma dispor de 20 mil homens, dois quais 13 mil estão armados. Viajantes independentes que regressaram das zonas controladas pela FNLA disseram que esta conta com o apoio do povo, mas acrescentaram que sua capacidade militar é limitada e só lhe permite armar emboscadas a veículos e pequenos grupos de soldados (...) ("Chefe rebelde de Angola prevê ofensiva dirigida pelos russos", p. 3).

As curiosas definições das fontes como viajantes e diplomatas acreditados (acreditados por quem?) ao menos ampliaram o leque de fontes da matéria. Ao mesmo tempo, deixaram evidente que os movimentos opositores a Neto tinham importantes dificuldades e condições bastante inferiores para o combate do que seus discursos e entrevistas tentaram mostrar naquele momento.

Após um bom tempo sem uma reportagem específica de balanço e análise sobre Angola, CP publicou extensa matéria sobre o tema como reportagem especial de página inteira – número 16 – do dia 18/3/79, com uma série de subtítulos que merecem uma análise por se tratar de típico balanço do período anterior angolano.

No subtítulo "A mudança de estratégia", em texto assinado por Erik Van Ess, foi examinada a política geral do governo de Angola visando aproveitar de forma mais intensa as riquezas do país e "superar os principais obstáculos ao bem estar do país - a falta de eficiência administrativa, a ausência de elementos capacitados, e a escassez de gêneros alimentícios e bens de consumo em geral". Para isso, segundo o articulista,

> (...) o Presidente Agostinho Neto anunciou, recentemente uma reforma na estrutura do governo, a fim de permitir um melhor acesso das autoridades aos problemas da população. Além disso, tomou medidas para encorajar o aparecimento de pequenas empresas particulares com o objetivo de reduzir a falta de alimentos e bens de consumo embora mantivesse o firme controle do governo sobre os meios de produção. No campo da política externa, Neto, numa reunião de duas horas que manteve com o senador George McGovern, que fez recentemente uma visita a Luanda, declarou que fez uma visita a Luanda, declarou que,[67] do seu lado, está pronto a estabelecer relações com os Estados Unidos e afirmou textualmente que gostaria de ver mais empresas norte-americanas operando em Angola. MC

A carência técnica foi um tema presente em quase todas as análises dos 'observadores', sempre tão respeitados. Segundo estes, cerca de 600 mil habitantes de

---

[66] Refere-se a Holden Roberto, líder da FNLA (nota do autor).

[67] Possivelmente a repetição das palavras represente um erro do texto que o deixa confuso, mas foi mantido do original (nota do autor).

origem portuguesa deixaram o país: “Estes moradores deixaram suas fábricas, lojas e fazendas privando a colônia de seus elementos mais capacitados do ponto de vista técnico e administrativo”. Este artigo também opinou que o apoio internacional de europeus, cubanos e soviéticos não estava “conseguindo suprir a falta dos antigos moradores”.

Do ponto de vista econômico, destacou-se a dependência de Angola ante os “‘royaltes’ pagos pelas companhias norte-americanas que exploram o petróleo do enclave de Cabinda”. O produto natural angolano, o café, principal renda do período colonial se encontrava agora “praticamente destruído”.

O artigo alertou que Angola era de alto risco para investimentos estrangeiros, pois as fábricas “não havia nenhuma operando a mais de 50 por cento da capacidade, devido a falta de técnicos e de peças para manter a maquinaria em funcionamento”. No mesmo sentido, era péssima a infraestrutura e “as estradas ruins e perigosas” dificultavam todo o sistema de trocas.

O quadro de caos e dificuldades não se diferenciou de outros artigos anteriores de análise e de balanço sobre a realidade angolana. Houve um espaço dedicado a certos elogios referentes ao presidente do país, por sua postura pragmática na busca de investimentos, abertura de empresas e mesmo na busca da normalização de relações com os Estados Unidos:

> Os observadores acharam que as últimas medidas do presidente - a demissão do Primeiro-Ministro Lopo do Nascimento e outros membros do gabinete – foram positivas do ponto de vista da eficiência administrativa.
> A maioria dos observadores têm palavras de elogio para Neto a quem qualificaram de uma pessoa pragmática e totalmente desinteressada do ponto de vista pessoal. Um deles explicou: “quando ele resolve enfrentar um problema geralmente adota uma linha vigorosa e pragmática. Mas, até a reorganização do governo, a distância entre ele e a administração normal do país era muito grande. Quanto mais Neto se envolver, melhor será para o país”.

Sobre a relação com os EUA, uma parte da reportagem de página inteira abordou centralmente este tema. Com o título “Impasse por terminar”, este trecho da página expressou a intenção do governo Carter relativa a aproximação com Angola – algo recíproco -, sendo o fator “cubano”, como analisado no capítulo 2 desta pesquisa, o limitador e o condicionante estadunidense para isso.

Segundo o artigo, Neto teria afirmado que a ação cubana seria descartada se a África do Sul também deixasse de operar nas fronteiras de Angola, ao mesmo tempo em que enfatizou a necessidade de independência do novo Estado Nacional e do ‘governo marxista angolano’, segundo definição do artigo.

Na sequência da reportagem especial, com o subtítulo “O difícil dia a dia”, houve uma longa descrição do cotidiano de Angola e de suas inúmeras dificuldades:

> Uma camionete verde, transportando sacos de batatas, entrou no pátio do mercado central de Luanda. Centenas de mulheres e crianças, nas janelas do edifício, gritaram e bateram palmas. Naquela manhã, além das batatas, só chegaram ao mercado um carregamento de repolhos já podres, algumas cestas de sardinhas, um pouco de peixe salgado e umas sacas de sal grosso.
> A comida ocupa o dia e o pensamento dos moradores de Luanda. Diplomatas revelam que passam pelo menos 65 por cento do dia de trabalho procurando o que comer, eles e para os funcionários das embaixadas, e a comunidade diplomática tem um sistema próprio de comunicação pelo qual rapidamente se informam uns aos outros, pelo telefone, quando chega um carregamento de carne, ovos ou manteiga.

Esta parte da reportagem parece mostrar apenas os aspectos negativos – por vezes caricatos - cotidianos de Luanda, onde não há nada de positivo para ser demonstrado após a independência do país. Além das filas, mesmo o luxuoso Hotel da cidade sofria: “Não existe comida suficiente para atender visitas além dos hóspedes” e além desse fato, faltavam “lâmpadas elétricas, o ar condicionado funciona esporadicamente, e a pressão da água nas torneiras vai e vem”.

Apesar das caricaturas sobre as dificuldades de Luanda, o artigo prosseguiu afirmando que o conjunto da cidade estava de mal a pior: “O lixo é simplesmente atirado nas calçadas”, “as ruas estão cheias de buraco”, restos de veículos estavam “abandonados nas ruas, com sinais de estarem nessa situação há alguns anos”. Estas e outras expressões tentavam demonstrar o pior cenário possível.

O cotidiano dos soldados cubanos esteve presente neste artigo: “Soldados cubanos em uniforme verde-oliva manchados de suor, alguns com armas a tiracolo, passam pelas ruas, procurando diversões que não existem”. Segundo o autor, eram raras as opções de divertimento, havia o toque de recolher na madrugada e mesmo a “cerveja é muito rara e só é vendida em alguns restaurantes a pessoas que encomendam uma refeição completa”.

Os cubanos também costumavam visitar os cemitérios, segundo o articulista, “há uma grande concentração de soldados cubanos no cemitério. Na falta de que fazer, vão visitar os túmulos dos companheiros mortos na guerra”. O chamado ‘mercado negro’ também ocorria em Luanda, onde mesmo pedras preciosas eram comercializadas, além dos favorecimentos e da corrupção: “Os lojistas, por sua vez, têm amigos e fregueses certos que, em troca de uma propina, são avisados e vão comprar os produtos antes da abertura das portas ao público em geral”.

Em seu conteúdo, o artigo misturou certas situações concluindo que o governo, perante as dificuldades da pirataria comercial, acabou por "afastar-se do socialismo dogmático e a começar a incentivar a criação de pequenas empresas, como sapatarias e carpintarias". Também registrou-se uma greve de trabalhadoras perante o governo de Neto:

> As vendedoras do mercado de Luanda entraram recentemente em greve, argumentando que, se vendessem peixe e verduras pelos preços fixados pelo governo teriam prejuízo. Muitas delas deixaram de trabalhar nos mercados do governo e estão montando bancas nas margens das estradas próximas à cidade. Lá, o peixe é vendido pelo dobro do preço oficial. Um quilo de batatas, comprado no atacado por 46 cruzeiros, é dividido em montes de cinco batatas, que custam 32 cruzeiros cada.

No aspecto político, o artigo buscou falar da vida dos governantes: "Agostinho Neto e a maioria dos membros importantes do governo vivem num bairro especial. Futumbo, situado a 10 quilômetros de Luanda. O bairro é cercado por uma cerca de arame farpado e dois tanques que montam guarda permanentemente". Dessa forma, diferenciou-se a situação da maioria do povo em relação à situação da burocracia de governo.

Por fim, o articulista relatou um aspecto cotidiano da repressão interna em Angola. Segundo ele, os moradores tinham receio de falar aos jornalistas "com medo da polícia secreta, até mesmo no interior de suas casas. Um morador, porém, afirmou 'provavelmente, a polícia secreta é tão ineficiente como o resto'".

O leitor que dependia apenas deste texto publicado no CP teve uma visão próxima da catástrofe, da barbárie, sendo tudo ineficiente, sujo, incompleto e corrupto na vida da capital angolana. Difícil entender como uma situação tão terrível não levou a uma revolta popular contra o MPLA, pois o que se registrou neste período foi o apoio popular a Neto e - como outras reportagens demonstraram - a compreensão das dificuldades naqueles tempos nos quais a guerra de guerrilhas e a agressão externa ainda se desenvolviam.

Na seqüência de um certo catastrofismo, a última parte da matéria especial com o subtítulo "Sul da África a um passo do caos", assinado por Mat Gibson, caminhou no mesmo sentido, ampliando a análise negativista para outras regiões sul africanas. Pelos interesses desta pesquisa, seguem os trechos relativos ao contexto angolano:

> Nos últimos anos, houve uma enorme proliferação de exércitos guerrilheiros, a maioria dos quais equipados com armas muito modernas, na parte sul da África. Uma das principais conseqüências desta situação foi a generalização de um sentimento de desrespeito à lei e à ordem, o qual, na opinião de vários observadores, só será superado depois de várias gerações.

> Um missionário anglicano comentou: "A África Meridional se encontra em estado de confusão, e a situação piora dia a dia. A situação está ficando insuportável para quem vive no campo. Estas pessoas ficam no meio, com armas apontadas em todas as direções.
> "Se, por livre vontade ou não, ajudam os guerrilheiros, são castigados e mortos pelos soldados do governo; se tomarem o partido do governo, são castigados e mortos pelos guerrilheiros. São freqüentes os relatórios que recebemos sobre atrocidades, chacinas e mutilações.
> "O próximo passo, se formos esperar pelo pior, será a instalação de um sistema de anarquia generalizada e armada, que se prolongará por muitos anos".

Anarquia, caos e desordem são as caracterizações para o sul da África, previsto para gerações. Segundo o artigo, "guerrilheiros armados pelas rivalidades entre as várias potências, andam impunes pelo interior, ignorando os governos nacionais e aumentando uma crescente onda de assassínios, roubos e intimidações". O texto divide os guerrilheiros entre "marxistas" e "ocidentalistas", ambos "armados até os dentes e impõem sua autoridade pela violência".

Ao final do artigo, este parece sugerir que o fato dos 'governos marxistas' estarem presentes no comando em Angola e em outros países, através de 'grupos armados', era um fator de instabilidade para as comunidades independentes, a partir do fim do colonialismo: "a situação se tornou mais grave, há três anos, quando o colapso do império português na África. Das suas cinzas, surgiram governos marxistas em Moçambique e Angola, e toneladas de armamentos, sem contar com mais de 20 mil soldados cubanos".

O leitor ávido por entender o contexto do sul da África a partir desta reportagem possivelmente estabeleceu uma relação entre o caos africano e o estilo dos governos 'marxistas' insistentemente colocados nas notícias do CP e também em ZH durante este período. [68] Com esta mensagem, no amplo espaço cedido nesta edição, CP concluiu a publicação de reportagens especiais de balanço no recorte temporal desta pesquisa.

3.1.2 A abordagem em ZH.

Em ZH, também houve matérias especiais e análises no seu conteúdo durante o governo Neto. Já na edição de 8/2/76, o artigo de Jean Marie Juge, pode ser considerado uma análise quando o jornal anunciou a conquista do poder pelo MPLA como uma derrota do ocidente e colocou luzes sobre essa discussão:

[68] Sobre a influência do conteúdo dos periódicos perante seu público, GRAZZIOTIN (p. 4) nos lembra a definição de Assis Chateaubriand, importante empresário do ramo jornalístico até o final dos anos 1960, sobre os jornalistas: "a encarnação mais completa do homem público, do político militante, cuja tarefa consiste em 'opinar para a multidão que aguarda a sua palavra acerca de cada uma das questões trazidas ao debate dos cidadãos'. Esse encargo pressupunha a obrigação de criticar, formular e orientar idéias, o que significa em última instância, formar as consciências".

> O eclipse dos Estados Unidos na África e a conseqüente presença da União Soviética, dizem os analistas, a ameaça a rota marítima de petróleo, vital para o Ocidente, bem como a retaguarda das forças norte-americanas no Oceano Atlântico, com o risco de isolar o regime racista branco da África do Sul e de abrir uma rota estratégica aérea, ao longo do círculo equatorial.
> O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, recentemente advertiu a União Soviética e Cuba que os Estados Unidos não tolerariam a reedição de uma operação semelhante à de Angola em outro lugar do mundo ("Repercussão da derrota do Ocidente em Angola", p. 16). MC

O conteúdo derrotista do artigo colocou possibilidades que nunca foram concretizadas na realidade, como as supostas dificuldades de trânsito pelo Atlântico. De verdadeiro, ocorreu o isolamento da África do Sul devido uma série de fatores muito além dos acontecimentos em Angola.

Segundo o articulista, os discursos de Kissinger eram sinais da "mais clara confissão da derrota dos grupos angolanos pró-ocidentais jamais formulada por um dirigente norte-americano". A promessa deste líder estadunidense também não foi cumprida por ele e seu país: "Kissinger prometeu aos países vizinhos de Angola que não serão abandonados à própria sorte, em caso de ataque ou de pressão por parte do que chamou de **nova cabeça de ponte soviético-cubana".**

Em 15/2/76, um novo artigo, desta vez de Paul Jean Francheschini originalmente publicado no Le Monde e reproduzido em ZH, continuou na mesma perspectiva, analisando a vitória de Neto a partir dos grandes recursos de seus aliados – cubanos e russos – e também das dificuldades do regime da África do Sul:

> O regime de Luanda que se recusou a negociar nas horas difíceis em que a capital estava ameaçada no momento, parece disposto, no máximo, a um acordo muito limitado com alguns assessores de Savimbi. (...) As conseqüências deste êxito já são consideráveis. Na África, é Pretória evidentemente que será mais prejudicada. Por ter intervindo com meios demasiados fracos em relação às suas ambições e ao objetivo que visava, (...) foi obrigado a uma marcha-à-ré. (...) Radicalizado por seu combate, comprometido por suas alianças, o MPLA deve, afinal de contas, felicitar-se pela intervenção sul-africana. O aprendiz de feiticeiro de Pretória, ignorando o mundo exterior, e como todo regime isolado, fechando no simplismo de suas análises e na obsessão de seus fantasmas, lançou-se na aventura sem dispor dos três trunfos indispensáveis ao sucesso: apoio da opinião interna que três dezenas de mortos bastaram pra desencorajar; engajamento dos meios militares importantes e apoio patente e eficaz dos Estados Unidos ("Angola, depois da guerra", p.16). MC

Ao contrário do primeiro artigo apresentado, este texto de Paul Francheschini teve um tom menos emblocado e analisou os dois lados dos eventos, – medo de um novo Vietnã para os estadunidenses e as debilidades dos sul africanos, por exemplo - negando-se a prever catástrofes sem forte indícios para isso, mas sim conseqüências e previsões políticas razoáveis para o início de 1976 no sul do continente africano.

Segundo o artigo, ao mesmo tempo em que os soviéticos apoiaram os combatentes na África a partir de um agente indireto – os cubanos – o MPLA e Neto preferiam recusar o destino de "satélite". Como já analisado, também não era interesse soviético "carregar nos braços uma economia em dificuldade".

Na edição de 29/8/76, a crise interna da África do Sul teve novo destaque de página inteira em ZH. Esta situação teve reflexos em Angola:

> Depois da vitória das forças pró-soviéticas em Angola os brancos sul africanos vêem-se bloqueados. Sem outra alternativa, começam a se preparar para um conflito inevitável com os africanos negros que os cercam e que os superam em muito em número. O perigo aumentou principalmente depois da vitória de Agostinho Neto, em Angola, ajudado pela Força Expedicionária cubana de 12 mil homens. Isso deu esperanças aos movimentos radicais nacionalistas da África Austral, de poderem contar com ajuda direta da União Soviética para destruir o poder das minorias brancas ("Sul da África – rumo a uma rebelião negra", p. 18). MC

Esta reportagem detalhou a vida política interna da África do Sul, as dificuldades na Rodésia e Namíbia, se esforçou em descrever uma realidade bastante isolada no contexto internacional devido à problemática do *apartheid* naquele momento e relacionou o drama da fronteira angolana como impulsionadora da rebelião negra interna.

A derrota do exército da África do Sul em terras angolanas o demonstrou como vencível, algo até o momento não percebível pelas massas oprimidas pelo regime sul africano. Ainda, segundo a reportagem, não havia mais "esperanças de um acordo possível entre ambas as comunidades, principalmente depois da vitória do MPLA, em Angola, e do novo governo de Moçambique". Os conflitos entre negros e brancos não teriam mais trégua, na ótica desta matéria.

Mais adiante, em moldes semelhantes ao CP, ZH fez página inteira sobre um ano da independência de Angola com importantes aspectos de balanço e de análise. Inicialmente, a abordagem desta reportagem versou sobre uma retrospectiva histórica, sem novidades. Priorizou, em seu conteúdo a ação das guerrilhas inimigas de Neto:

> Recentemente, a 12 de outubro, aproximadamente 300 pessoas foram massacradas em uma cidade a Oeste do país. O massacre foi atribuído à Unita, que ainda tem sua base na região central do país. (...) A insegurança que reina na rica região do Norte vem obrigando as tropas cubanas a operações de contraguerrilha, que implicam em sensíveis perdas devido às emboscadas e terrenos minados. A FNLA pretende chegar até à zona costeira, possibilitando o recebimento de reforços por mar, especialmente em matérias de armas pesadas e remédios e alimentos, para melhor enfrentar as forças cubanas, equipadas com blindados, helicópteros, e aviões de combate ("Angola: uma guerrilha contra antigos guerrilheiros": 22/11/76, p. 16). MC

Junto à descrição de “banhos de sangue” ao sul de Angola, esta reportagem em ZH buscou identificar os objetivos da FNLA e UNITA: “desembaraçar Angola dos ocupantes cubanos e soviéticos” e conseguir a realização de “eleições verdadeiramente livres” que permitam ao povo angolano opinar quanto a seu futuro. Através de um estado de insegurança e sabotagens, “os dois movimentos esperam levar o governo de Agostinho Neto à falência, obrigando-o a reconsiderar as alianças que fizeram Angola uma colônia soviética”.

Garantindo a divulgação da versão do governo de Angola, a reportagem publicou que Neto admitia a existência de grupos “de bandidos”, mas que a prioridade para seu regime era “nesse primeiro aniversário de independência, dar mais importância à batalha econômica ainda por ser vencida”.

A partir de suas fontes, esta longa descrição de um ano da independência angolana relatou que, apesar de suas dificuldades, “o movimento liderado por Agostinho Neto não parece estar ameaçado”. Tal matéria ainda ressaltou a decisão política e teórica do MPLA pelo chamado ‘marxismo-leninismo’: “Para os responsáveis do MPLA, só o socialismo científico de Marx, Engels e Lênin permitirá a liquidação do sistema de exploração do homem pelo homem e a instauração da democracia popular”.

Segundo o texto da notícia, as opções ideológicas dos governantes não influenciavam os caminhos de Angola naquele momento. O problema maior era a “partida maciça de 700 mil portugueses logo depois da independência”, que gerou problemas na área da “alimentação, saúde, e, evidentemente o reequilíbrio do processo produtivo, reduzido a um nível calculado entre 20 e 50 por cento de sua capacidade, nas empresas em sua maior parte nacionalizadas”.

Esta reportagem de página inteira trouxe uma série de elementos inéditos na análise sobre Angola e que nunca mais apareceram nas notícias em ZH. Aspectos como as opções marxistas mais claras definidas pelo Comitê Central ou a definição de ‘bandidos’ para a oposição guerrilheira eram, até então, inusitados.

Segundo este artigo, também havia por parte do MPLA em relação ao Brasil “uma certa reticência, por parte do governo angolano, que parece não querer comprometer-se muito com um governo por ele considerado reacionário”. Esta, de fato, foi uma informação contraditória com tudo que havia sido publicado até então, pois o Brasil foi um aliado de primeira hora de Angola, tema fartamente abordado nesta pesquisa.

Como conclusão, tal reportagem publicada por ZH afirmou que o MPLA "um ano após a independência (...) parece ter restabelecido sua autoridade sobre grande parte do país, embora continue sendo contestado por movimentos de exilados no exterior ou através de ações da guerrilha", afirmações as quais pareciam jogar para o futuro a verdadeira decisão sobre o futuro do novo Estado Nacional.

Na sequência, em 24/11/76, pág. 18, ZH publicou matéria quase idêntica a publicada no CP [69], diferindo o título e algumas palavras de significativa importância. Em CP, a matéria foi batizada de "Angola enfrenta seus problemas um ano depois da independência" e em ZH, houve a opção por definir a manchete como "Regime de Luanda começa a superar dificuldades". MC

Foram títulos bem distintos com diferentes perspectivas. Por parte de ZH ocorreu uma manchete mais otimista ao governo do MPLA e no CP de mais apreensão sobre os rumos do país. De toda forma, os conteúdos da notícia foram quase idênticos exceto um curioso detalhe: no CP, havia no início do artigo a definição de "governo do MPLA" (uma expressão tênue, não adjetivada) e no mesmo espaço relativo no corpo da notícia, em ZH, ocorreu a definição de "governo marxista de Angola". Uma sutil diferença, mas não totalmente insignificante este tipo de definição ideológica vinculada a um governo e suas ações políticas, por vezes presente nas notícias.

No ano seguinte, ZH registrou em outubro, após bastante tempo sem uma avaliação mais específica de Angola, o aumento das atividades guerrilheiras contra os "governos marxistas" dos dois países – Angola e Moçambique. Deu voz às fontes destes governos as quais culparam Rodésia e África do Sul por estas atividades de sabotagem. Segundo a UNITA, também ouvida como contraponto, "suas forças ocupam a metade de Angola, principalmente regiões do sul, do Leste e do centro do país".

O governo de Neto negou a estimativa da UNITA e na matéria ainda foi cogitada a presença estimada de 19 mil cubanos ainda em Angola ("Guerrilhas aumentam em Angola e Moçambique": 14/10/77, p. 17). MC

Em maio de 1978, uma frase resumiu muito bem a ação da CIA no conflito angolano, tema também abordado no CP, com destaque:

> "A CIA apoiou as forças pro ocidentais na Guerra Civil em 1975, enquanto que Cuba e URSS apoiavam as forças lideradas pelos marxistas, que buscavam obter o controle de Angola depois da

[69] Ver páginas 134 e 135 do subtítulo 3.1.1 (nota do autor).

> independência da ex- colônia portuguesa" ("Guerra de Angola teve participação da CIA": 16/5/78, p. 18). MC

Ainda sobre o tema, em 18/7/78, ZH voltou a divulgar as dificuldades de Kissinger provar que falou a verdade quanto ao envolvimento estadunidense em Angola:

> O comitê senatorial que atende aos assuntos relacionados com os serviços de inteligência norte-americanos, está terminando um estudo secreto de um ano de duração, para determinar se o ex-secretário de Estado Henry Kissinger e o então diretor da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos – CIA – William E. Colby enganaram o Congresso sobre as atividades da CIA na guerra civil de Angola, em 1975. (...) O Times informou que (...) a CIA destinou mais de um milhão de dólares para recrutar mercenários para combater o MPLA e que uma quantidade não determinada de agentes da CIA enfrentou unidades militares do MPLA dentro de Angola. (...) Em suas declarações ante o congresso em 1976, Kissinger e Colby garantiram que não havia agentes da CIA como assessores militares nas facções apoiadas pela CIA em Angola, o grupo UNITA e FNLA ("CIA enganou o Congresso para intervir em Angola", p. 14). MC

Apesar das importantes denúncias, esta temática não foi adiante, não havendo registro de punição aos supostos mentirosos ante o parlamento estadunidense, nem novas matérias sobre este tema em ZH.

Na edição de 28/5/78, Olyr Zavaschi enviado de ZH a Nova York – também entrevistado por esta pesquisa – desenvolveu longo artigo sobre a onda de violência que varria o mundo, segundo o articulista. Na introdução do artigo, o autor colou os principais acontecimentos que instabilizavam o mundo na opinião do mesmo:

> A Guerra do Zaire, a intranqüilidade social no Peru, o assassinato de Aldo Moro, a ocupação do aeroporto japonês e a invasão do Líbano são alguns dos sintomas de violência que perturbam as relações internacionais e definem um momento não muito agradável na história da humanidade. Por baixo deles, numa espécie de tremedal econômico-político-social se estendem os grandes problemas que nem os avanços da tecnologia conseguiram eliminar: a injustiça social e a desigualdade econômica no interior dos países, o que, externamente, se traduz como relações comerciais que desfavorecem os países pobres ou como um neocolonialismo ("Um mundo de violência", p.18). MP

Ao denunciar o neocolonialismo, Zavaschi também definiu que "as seqüelas do colonialismo mantêm quase toda a África a mercê das potências estrangeiras, sem distinção de ideologia". Para o autor, a África parecia ser um terreno propício para as crises, para a instabilidade, em especial devido os interesses das grandes potências, as quais "converteram a África num continente inviável social e politicamente, dividindo tribos, separando nações e línguas, costurando os países ao sabor das circunstâncias na enorme colcha de retalhos em que a África se transformou".

Zavaschi manteve uma crítica ao colonialismo e às suas novas formas assumidas após as independências africanas. Foi um conteúdo não observado anteriormente nas

matérias selecionadas das Agências Internacionais por ZH: “Esses mesmos interesses estratégicos e econômicos, agora acrescidos de novos figurantes e renovados objetivos estão articulando o que poderia ser chamado de a **Guerra da África**”. Para o articulista, “o continente é a um tempo campo de batalha e prêmio ao vencedor”.

O autor chegou a comparar historicamente as independências africanas e latino americanas: “Há alguma relação entre o processo que a África sofreu recentemente e o que, há mais de 150 anos, ocorreu na América Latina”. Segundo ele, no processo latino americano, “Espanha e Portugal foram afastados do domínio direto sobre suas colônias americanas pelos interesses do imperialismo britânico da época”. No processo africano, havia os interesses de URSS e EUA.

Quanto às posições estadunidenses, Zavaschi destacou as contradições dentro do próprio regime da Casa Branca e a luta do governo Carter, enfrentando o que o autor chamou de ‘linha dura’, ou seja, os setores mais anticomunistas:

> Quando o embaixador Andrew Young, delegado de Carter na ONU, declarou que a ameaça na África não era o comunismo mas o racismo, ou seja não era Angola, mas África do Sul, estas palavras soaram como uma heresia e uma capitulação. De fato, depois de alguns meses, o próprio Andrew Young faria declarações menos inovadoras e mais de acordo com a tradição anticomunista da diplomacia norte-americana, sucumbindo também ao que ele anteriormente qualificará de “paranóia diante de alguns milhares de comunistas”.

O Sr. Olyr se esforçou em desenvolver um artigo amplo abordando a violência em todas as partes do mundo e pareceu se aproximar de uma abordagem não preconceituosa.

Priorizou o espírito noticioso, por vezes vinculado a aspectos históricos, como nunca visto anteriormente em artigos semelhantes. Assim, se aproximou do espírito do jornalismo destacado por MORETZSOHN (2007, p. 13) como “o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos”.

Outras matérias de análise da política e da sociedade angolana, bem como de balanços, estiveram presentes em ZH no ano de 1979, mas vinculadas a morte de Agostinho Neto e, neste sentido, são destacadas no próximo item desta pesquisa.

Diferente de ZH e CP, em conteúdo e perspectiva, Cadernos do Terceiro Mundo também abriu espaço para análise e balanço da experiência angolana. Sobre a ausência dos alimentos, Cadernos trouxe uma retrospectiva desde o período colonial:

> A redução da quantidade disponível de comida para cada habitante é o resultado da combinação de vários fatores, como o êxodo em massa dos fazendeiros portugueses que cultivavam a quase totalidade da produção de larga escala; a fuga de camponeses para as cidades em conseqüência da

> repressão colonial; a desorganização do sistema de comercialização dos produtos agrícolas; o aumento da população global do país, a política de eliminação das desigualdades na distribuição da comida, a falta de mão-de-obra e tecnologia necessárias à rápida reativação das unidades agrícolas abandonadas pelos portugueses, o excesso de burocracia no período logo após a independência, e finalmente a ação terrorista de grupos financiados pela África do Sul ("Um jovem país adulto": novembro/85, p. 15 e 16). MP

Além deste cenário após a saída dos técnicos europeus, Cadernos trouxe dados da dieta pré independência nunca presentes nos noticiários nem nos balanços de ZH e CP: "Angola não importava quantidades significativas de comida. Mas apenas os 350 mil colonos e 12% da população urbana do país na época tinham acesso a uma dieta diversificada".

Esta realidade e as dificuldades na dieta popular já eram problemas do período de controle português: "A esmagadora maioria do povo angolano era obrigada a sobreviver com os produtos que cultivava regionalmente". Por fim, contextualizando historicamente esta temática, Cadernos concluiu que o "sistema de distribuição só funcionava em função do consumo da minoria européia, dos assimilados e das exportações". Afirmações estas jamais presentes no conteúdo de ZH e do CP.

Segundo análise desta Revista, a partir de uma série de entrevistas e a partir de dados estatísticos, a agricultura era o grande problema em Angola, mesmo 10 anos após a independência, data desta reportagem aqui destacada:

> (...) os principais responsáveis econômicos afirmam que a batalha do desenvolvimento e da soberania "somente será ganha com a estabilização da agricultura". É ela que fixará os camponeses em suas terras, da mesma forma que o aumento da produção agrícola equilibrará o abastecimento das populações urbanas, extraordinariamente "inchadas" após a independência, e normalizará os circuitos de comercialização, evitando que o mercado negro e a especulação funcionem como um "agente cancerígeno" nas relações sociais (IDEM, p. 18). MP

Resta destacar que, apesar de variadas fontes apresentadas no noticiário de Cadernos, não ocorreu o contraponto por parte, por exemplo, da oposição guerrilheira ao MPLA no conteúdo do noticiário. Os especialistas entrevistados eram todos vinculados ao MPLA e à esfera governamental do país na época.

3.2 A morte de Agostinho Neto em ZH e CP.

O desaparecimento de Agostinho Neto representa o limite temporal desta pesquisa e o encerramento do período analisado. Em ZH, ao lado do noticiamento da morte de Neto

e dos encaminhamentos do novo governo angolano, foram desenvolvidos balanços e análises vinculadas à morte do primeiro presidente pós colonização. Na edição de 12/9/79, ZH divulgou a morte de Neto com amplo espaço para isso:

> O presidente de Angola, Agostinho Neto, que venceu uma guerra civil do país com a ajuda de soldados soviéticos e cubanos, morreu segunda-feira à noite na União Soviética. Com 56 anos de idade, segundo informaram oficiais africanos.
> Neto chegou em Moscou no dia 6 de setembro para uma "visita extra-oficial". Foi operado de câncer, entrou em coma e morreu 48 horas depois. O Brasil declara luto oficial por três dias ("URSS e Cuba perdem seu grande aliado na África- câncer mata Agostinho Neto em Moscou", p. 17). MC

Além da tradicional biografia dos falecidos, ZH definiu Neto de forma elogiosa, sem poupar qualificativos: "Antiimperialista, anticolonialista e anti-racista por definição, o presidente Agostinho Neto era naturalmente amigo dos principais líderes socialistas contemporâneos e, principalmente, do cubano Fidel Castro". Neto também foi chamado de "um dos eminentes dirigentes do movimento revolucionário mundial, homem de estado e político excepcional da África, grande amigo da União Soviética", pela Agência Tass.

Quanto à causa da morte, ZH apenas divulgou que Neto tinha doenças "mais ou menos ocultada a um ano". No campo das repercussões, a matéria especulou sobre as relações com os cubanos, que continuavam sendo "motivos de preocupação para os meios oficiais".

ZH incluiu nesta matéria, pela primeira vez, o reconhecimento da presença cubana ante um contexto hostil para o MPLA: "Cercado por países hostis, não restava ao (...) MPLA (...) outra saída que a de procurar ajuda estrangeira, e foi Cuba que, no dia 5 de novembro de 1974, [70] fazia a balança pender para o lado de Agostinho Neto". Por 'não restar outra saída', apesar da preocupação dos ditos 'meios oficiais', entes não nomeados nem definidos, a notícia parecia preocupada em justificar a ação cubana em Angola, ao menos no clima fúnebre quando da morte de seu presidente.

A matéria concluiu chamando Neto de "pai da nação angolana", dando detalhes históricos de sua vida e de suas vitórias no comando do país. Na mesma página de ZH, uma segunda matéria já especulou imediatamente sobre a sucessão de Neto. Tratou-se de uma matéria recheada de balanço e análise sobre a situação angolana, mas centrada na perspectiva de sucessão:

[70] Data possivelmente imprecisa, mas mantida do original (nota do autor).

> A morte do presidente de angolano Agostinho Neto, em Moscou, deixou um vazio difícil de se preencher, tanto em Angola como em toda África Central, e as perspectivas do país que perdeu a única figura que simbolizava a unidade nacional depois de mais de 15 anos de guerra, eram, ainda ontem, incertas. (...) As estruturas do partido deverão permitir uma sucessão sem atritos, inclusive se, com o grande líder desaparecido, as ambições de poder se revelarem. Agostinho Neto não designou seu sucessor e serão necessárias várias semanas para se saber quem, entre seus colaboradores mais próximos, se imporá como um novo mandatário ("Sucessor só surgirá em algumas semanas"). MC

Nesta reportagem, destacou-se a definição de "segunda guerra de libertação", vencida pelo MPLA contra a oposição armada, visivelmente sendo elogiada a ação do MPLA e de Neto, em linhas gerais: "A segunda 'guerra de libertação' terminou com a vitória do MPLA, que durante vários anos apareceu como representante único do estado angolano".

As definições ideológicas do MPLA estavam presentes, - "marxista-leninista, Angola se abriu ao mundo e afirmou sua posição internacionalmente" -, mas seguiam sem ser um problema. Angola era respeitada e tinha certa estabilidade, segundo o conteúdo publicado em ZH: "Visivelmente, os investidores estrangeiros tiveram confiança na estabilidade do regime de Neto".

Do ponto de vista histórico, a matéria também lembrou as principais crises internas do MPLA:

> (...) as divergências sobre a linha a seguir não estiveram ausentes no interior do comitê central do MPLA. Uma grave crise explodiu durante uma reunião do núcleo dirigente e foram excluídos por "fraccionismo" vários de seus membros, entre eles o ministro do Interior Nito Alves.
> No dia 27 de maio de 1977, uma tentativa de golpe de estado, inspirado pelos setores "fraccionistas", foi derrotada pelas autoridades. Esta tendência, ao que parece, não desapareceu depois do fracasso do golpe. Os órgãos de imprensa denunciaram tal tendência em várias oportunidades depois do início do ano.

Por fim, especulou-se que as forças cubanas, entre outros atores estrangeiros, que chegaram a Angola durante a segunda guerra de libertação, continuariam a apoiar o "sucessor de Neto, como o sustentaram".

Também, em nenhum momento, os tradicionais termos como 'pró-ocidentais' ou 'governo marxista' apareceram neste balanço, em clima de condolências e retrospectiva histórica. Apenas levemente afirmou-se que Angola seguia uma 'linha marxista-leninista', sem definir o que seria isso, exatamente. A sucessão do poder continuou no conteúdo das notícias de ZH na edição seguinte:

> A agência nacional de notícias de Portugal, ANOP, informou que o Movimento Para a Libertação de Angola, partido governante, preocupado com o problema da sucessão, emitiu um comunicado na capital, Luanda, apelando aos operários a "manterem a disciplina e a vigilância militante para honrar

> verdadeira e dignamente a memória do presidente morto" ("Sucessão preocupa Angola": 13/9/79, p. 16). MC

Nesta matéria, ZH divulgou os detalhes que antecederam a escolha do sucessor de Neto, junto a um chamado 'militante' por parte do MPLA, e também descreveu em detalhes a longa lista de problemas de saúde do presidente os quais o levaram ao óbito: "lesões cardíacas, hepáticas, renais e do sistema nervoso, como resultado de um tumor canceroso no pâncreas", foram as informações centrais da Agência Tass.

Na mesma página, Newton Carlos em sua coluna também desenvolveu uma análise da realidade angolana durante o governo Neto e as perspectivas após sua morte:

> Agostinho Neto morreu em Moscou, onde se tratava, mas a insistência em destacar esse detalhe, a morte "em Moscou" do presidente angolano, pode provocar uma distorção de fato. O grande teórico da "violência anticolonialista", Franz Fanon, morreu nos Estados Unidos, onde também foi tratar-se, e logo virou agente da Cia. O desaparecimento prematuro de Agostinho Neto coloca em pauta, como primeira interrogante, a questão de saber ou não se Angola continuará desenvolvendo uma diplomacia de aberturas. O presidente angolano era o animador dessa diplomacia de diversificar relações, de evitar dependências **totais** ("Neto e a flexibilidade ideológica de Angola"). MP

Segundo o articulista, baseado em fontes como o *New York Times*, Neto buscou "alternativas" que evitassem a camisa de força de relações "restritas", e todo esse esforço de "abertura, flexibilidade ideológica interna e externamente, entra num campo de interrogações", a partir daquele período sucessório.

Naquele momento, Carlos dedicou sua coluna à luta interna de Neto por uma abertura política no governo angolano e ao combate deste aos setores mais radicais, como Nito Alves e o ministro como Lopo do Nascimento, ambos afastados por Neto durante sua gestão de quatro anos.

Parecia haver um esforço por parte das notícias e mesmo de Newton Carlos em demonstrar Agostinho Neto, agora falecido, como um líder mediador, conciliador e flexível no comando de Angola, definições estas ausentes no conteúdo das notícias durante anos. As análises catastrofistas e super pessimistas de inúmeros artigos pareciam distantes agora.

Desta forma, entre os dias 15 e 18 de setembro, ZH dedicou-se a divulgar o translado do corpo de Neto a Angola e os detalhes do funeral. Na edição de 15/9/79, (p. 13), com a manchete "O corpo de Agostinho Neto chega em Angola", ZH noticiou a presença brasileira do ministro Eduardo Portela da Educação e Cultura com sua comitiva delegada ao evento fúnebre. MP

Em 17/9/79, (p. 16), com a manchete “Hoje os funerais de Agostinho Neto”, destacou-se a presença de vários presidentes no enterro, em especial dos países de língua portuguesa – inclusive Portugal - e países africanos, além da OUA. Por fim, em 18/9/79, (p. 18), os detalhes da condução do corpo do falecido estiveram presentes no conteúdo do periódico: “Uma urna de vidro para Agostinho Neto”. (Ambas MC)

Como visto anteriormente, este tipo de cobertura mais dramática – ausente no CP, por exemplo - era tradicional no conteúdo deste periódico, possivelmente refletindo interesses de seu público. Ao passar o período dos atos fúnebres de Neto, na edição de 21/9/79, a partir da definição do sucessor de Neto pelo MPLA, ZH deu a essa notícia destaque de topo de página:

> O ministro de finanças, José Eduardo dos Santos, que acumulava interinamente a presidência de Angola desde a morte de Agostinho Neto na semana passada, foi confirmado neste cargo, informou a Agência Nacional Portuguesa (...). José Eduardo dos Santos foi eleito ontem sucessor de Agostinho Neto numa reunião do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), organização marxista que detém o poder (“Angola já tem novo presidente eleito – José Eduardo dos Santos foi indicado por Agostinho Neto”, p. 14). MC

Com o passar do enterro de Neto, voltou a ser citado o MPLA como “organização marxista que detêm o poder” nesta matéria, a qual praticamente apenas relatou uma decisão dos líderes do MPLA, sendo curioso o anúncio da manchete na qual Neto teria indicado Santos para sucedê-lo, algo não comprovado pela ausência de um testamento político.

Também, ao fim da matéria, chamou atenção a afirmação que Neto teria morrido sem ser operado, informação totalmente oposta às anteriores: “José Eduardo dos Santos era considerado estreito colaborador do ex-presidente, que morreu de câncer antes de ser operado”. Este detalhe acabou ficando como algum tipo de erro editorial do periódico.

No dia seguinte, ZH desenvolveu matéria mais longa, trazendo perspectivas sob a ótica de suas fontes para o novo governo de Santos, além de trazer a tona todas as dúvidas que surgiram sobre o tratamento de Neto em Moscou e as contradições entre angolanos e soviéticos derivadas disso. Foi uma abordagem presente apenas em ZH.

> Num discurso à Nação, o novo chefe de estado jurou respeitar as leis constitucionais, defender por todos os meios a soberania e a integridade territorial, continuar a construção do poder popular em Angola e apoiar a luta dos povos oprimidos. (...) José Eduardo, de 37 anos, designado pelo Comitê Central do MPLA é casado com uma soviética e era conhecido dentro da hierarquia política como um dos principais defensores da amizade entre Moscou e Luanda.

> Apesar do aparente reforço da influência da URSS em Angola, em algumas áreas do poder notou-se um evidente mal-estar, aparentemente provocado pelas estranhas condições em que ocorreu a morte de Agostinho Neto, após uma intervenção cirúrgica em Moscou (“Posse de José Eduardo em Angola fortalece Moscou”: 22/9/79, p. 14). MC

Nesta última matéria de ZH destacada nesta pesquisa, ocorreu um esforço por divulgar suposta crise entre parte dos dirigentes do MPLA e, por conseqüência, dificuldades nas relações entre Angola e URSS. Tudo sem a devida apuração metódica dos fatos, pois dependeu da restrita fonte de uma declaração de “um dirigente”, ou de “mal estar em áreas de poder”, ou ainda de um “sentimento anti-soviético notado a nível popular”: “Os soviéticos assassinaram Netinho, nosso presidente, diziam algumas pessoas durante o cortejo fúnebre”. Durante boa parte da matéria, ZH seguiu divulgando supostas divisões entre soviéticos e angolanos:

> Naturalmente, os dirigentes do regime evitaram expressar essa opinião, mas lamentaram publicamente a “precipitação” dos soviéticos com a relação à operação de Agostinho Neto. (...)
> A limitada representação soviética do sepultamento – encabeçada por um dos 16 vice-presidentes da URSS – traduziu a desconfiança de Moscou ante seu aliado. O Cremlim, que considerava Agostinho Neto com certa reticência, talvez não tenha apreciado as últimas decisões tomadas por ele pouco antes de sua morte.

Por outro lado, a reportagem garantiu que “os novos líderes de Luanda marcaram claramente sua orientação ao reafirmar que permanecerão fiéis aos princípios do marxismo-leninismo”. Segundo as fontes, seguia a marcha pela instauração do chamado “poder popular”. Uma curiosa declaração de um dirigente anônimo foi divulgada na matéria: “Não se pode ser marxista-leninista contra a URSS”.

De qualquer forma, ZH encerrou sua análise do período do governo Neto trazendo algumas perspectivas para o futuro de Angola ainda vinculado a Cuba e à URSS e seus milhares de técnicos, militares e profissionais por um lado e ameaçado pela UNITA, por outro.

No periódico CP, por sua vez, a abordagem da morte do presidente Neto teve menos matérias em setembro de 1979, mas em 1978 houve em vários momentos citações a cerca da saúde do presidente de Angola, algo não visto em ZH.

Estas dificuldades na saúde de Neto foram vinculadas, em geral, à suposta crise política no país e na situação interna do MPLA. Em 12/4/78, ocorreu o precipitado anúncio de um desmentido sobre a morte do presidente. Foram usadas fontes da ANGOP, a qual informou na ocasião sobre viagem de amizade e repouso do presidente angolano a URSS,

negando as especulações de intervenção cirúrgica que teria levado Neto a morte (“Angola desmente morte de Agostinho Neto”, p. 3). MC

Na sequência, em 20/4/78, nova notícia sobre a saúde de Neto, desta vez recheada com mais fontes e dados concretos:

> O presidente angolano Agostinho Neto reuniu-se no Kremlin com o presidente Leonid Brezhnev, segundo informou a agência Tass. Acrescentou que Neto, que se disse estar gravemente enfermo, acha-se “atualmente em férias na União Soviética”. (...) Na semana passada, o jornal londrino “The Sunday Telegraph” afirmara que Neto está sofrendo de leucemia, “sem esperança de cura”, aumentando as especulações em torno do chefe de Estado angolano. Fontes portuguesas disseram que Neto também tem problemas cardíacos. A agência angolana de notícias, ANGOP qualificou “mentiras e insinuações fantásticas” as versões sobre a doença de Neto (“Pretória revela ajuda dos EUA na invasão de Angola em 1975”, p. 2). MC

A maioria das suposições confirmaram-se com o tempo, apesar dos desmentidos oficiais temerosos de possível crise política. Na edição seguinte, justamente as conseqüências políticas da saúde debilitada do presidente são exploradas pelo jornal:

> A longa permanência do presidente Agostinho Neto na União Soviética fez surgir a luta pelo poder no partido marxista que governa Angola, segundo informaram porta-vozes de grupos guerrilheiros pró-ocidentais. (...) o médico particular do presidente de Angola confirmou numa entrevista recente a um jornal português, que Neto viajara a Moscou com o propósito de tratar-se de uma deficiência cardíaca.
> O cardiologista Armênio Ferreira informou ao semanário “O País” que o presidente angolano seguiu para a União Soviética porque estava sofrendo de estafa e insuficiência coronária, desmentindo, todavia, rumores de que seu estado de saúde é crítico. (...) um porta-voz de um grupo guerrilheiro pró-ocidental, sustentou que Neto estava gravemente enfermo, havendo uma luta dentro do partido para substituí-lo. Segundo o informante, o filme mostrado pela televisão soviética sobre a visita do presidente da Angola foi retirado dos arquivos da emissora estatal (“Rebeldes afirmam que facções do MPLA lutam pelo poder em Angola”: 21/04/78, p. 2). MC

Especialmente a partir de fontes dos rebeldes guerrilheiros de Angola, sem o devido contraponto como na matéria anterior, CP divulgou suposta crise no MPLA, bastante dividido por lutas internas ante a deficiência da saúde de seu líder maior: “a doença de Neto, aliada a tensões intrapartidárias, provocadas pela ofensiva guerrilheira em três frentes, fez surgirem quatro facções dentro do MPLA”.

Estes dados não foram confirmados pela realidade, nem tampouco foi aprofundado na notícia, muito menos nos dias e nas edições seguintes do CP. Na edição de 13/5/78, como sub tema de outra notícia, mais uma vez desmentiu-se uma doença – desta vez leucemia – do presidente Neto. Junto a esse desmentido, destacou-se a ausência de Neto nos últimos acontecimentos em Angola, como nas atividades do dia do trabalhador, o 1º de Maio (“Chanceler acusa Carter de agir com hipocrisia no sul da África”, p. 3). MC

A saúde de Neto foi tematizada no CP, a partir daí, apenas em setembro de 1979, ao ser noticiada especificamente a morte do presidente com grande destaque na capa da edição. Desta vez, era verdadeira a notícia:

> O presidente de Angola, Agostinho Neto, o médico e poeta que conquistou a independência para seu país e venceu uma guerra civil contra facções pró-ocidentais angolanas, morreu ontem nesta capital, após ter sido operado do fígado e dos rins, informaram hoje as autoridades soviéticas. A agência Tass disse que Neto sofria de hepatite e cirrose crônica ao chegar a Moscou no dia 6 deste mês e morreu ontem, uma semana antes de completar 57 anos.
> "O presidente foi operado sábado passado, mas os distúrbios das funções renais e hepáticas causaram uma intoxicação crescente que deu origens a alterações no sistema nervoso central, no coração e nos vaso sanguíneos", segundo a Tass ("Primeiro presidente de Angola morreu em Moscou", 12/9/79). MC

CP, ao dar destaque de capa a esta notícia, também aproveitou para realizar um balanço dos acontecimentos centrais na gestão de Neto a frente de Angola, das relações entre Angola e EUA e mesmo com os cubanos.

Diferente de ZH, no CP o MPLA foi chamado de "partido de orientação marxista fundado e dirigido por Neto". Não houve no CP a trégua de adjetivos percebida em ZH. CP confirmou os antecedentes da doença de Neto, visto que isso esteve presente em sua cobertura no ano anterior: "Neto estava mal de saúde há vários anos e estaria sofrendo de leucemia ou de deficiência cardíaca, tendo sido internado várias vezes em hospitais soviéticos".

CP também não dividiu politicamente angolanos e soviéticos em nenhum momento: "Neto era muito bem relacionado com a União Soviética, de quem recebeu substancial ajuda durante a guerra de independência de Angola". Por outro lado, a matéria não poupou das caracterizações de dificuldades na vida angolana, apesar do momento fúnebre: "Neto estava lutando contra uma economia cada vez mais decadente e contra três obstinados movimentos rebeldes".

Na edição do dia seguinte, a matéria sobre a morte de Neto debateu possíveis sucessores e o risco de desestabilização pela morte do presidente. Citando como fonte a agência Tass, também foram assim noticiados os elogios a Neto contidos na condolência soviética, idênticos a ZH: "um leal filho do povo angolano, um proeminente líder do movimento revolucionário internacional, um estadista e político africano de exceção, um ativo lutador pela paz e grande amigo da União Soviética".

Ainda, houve um esforço de esclarecer a razão da morte do presidente: "O líder angolano faleceu de complicações cardíacas, hepáticas, renais e do sistema nervoso, em

conseqüência de um tumor canceroso no pâncreas", conforme boletim médico divulgado pela Tass ("Angola pede disciplina durante o período da sucessão presidencial": 13/9/79, p. 2). MC

Desta forma, o CP noticiou o desaparecimento de Neto e encerrou a cobertura deste período da história angolana, temporalmente recortado por esta pesquisa. Ao contrário de ZH, não houve nos dias seguintes especulações nem análises da sucessão de Neto. Também não foi divulgada a eleição de José Eduardo dos Santos como sucessor de Neto no final de setembro, sendo esta uma flagrante diferença de cobertura se comparados os dois periódicos.

Visivelmente, para o CP, a eleição de José Eduardo como novo presidente angolano não teve hierarquia suficiente para ser destacado em suas páginas – ao menos até setembro de 1979, limite desta pesquisa - nem pareceu ser fato jornalisticamente relevante, uma opção de difícil compreensão.

Assim como ZH e CP, Cadernos do Terceiro Mundo fez um balanço deste período angolano numa edição de 1985 e reproduziu os acontecimentos em Luanda a partir da notícia da morte de Neto na URSS incluindo relatos do cotidiano do dia e de populares.

> Fazia calor naquele 10 de setembro de 1979. O céu estava nublado e o ar quase parado. Nas ruas de Luanda, o movimento era absolutamente normal, quando, por volta das 13 hs, a cidade inteira parou. A rádio Nacional interrompeu suas transmissões e o locutor pronunciou a frase que a maioria dos angolanos não esqueceu até hoje: "O nosso presidente camarada Agostinho Neto morreu". A segun da frase do texto já foi pronunciada com a voz trêmula, e, daí por diante, o locutor não pôde conter o choro. (...) A uma e meia da tarde, já não havia quase mais carros na rua. Um pesado silêncio começou a se abater sobre a cidade. As pessoas quando não choravam, falavam baixinho. Nas repartições públicas, o trabalho parou. A notícia se espalhou em ondas de choque. As ruas foram ficando vazias, enquanto a rádio transmitia música fúnebre. Às três da tarde, já havia mulheres vestidas de negro e homens com uma faixa de luto no braço direito. Quando a noite caiu, Luanda era uma cidade traumatizada ("O dia em que Angola parou": novembro de 1985, p. 32 e 33).

Esta descrição em Cadernos do Terceiro Mundo, incluindo relatos de pessoas no dia do ocorrido se difere bastante da abordagem mais acelerada dos periódicos – as revistas trazem noticiários mais complexos e mais amplos -, mas também em seu conteúdo mais afável e simpático a Neto – próximo ao culto de personalidade -, sem entrar nos elementos de contradição da gestão do presidente e nas diversas crises, algo bastante explorado no CP e também em ZH.

Vários depoimentos populares foram incluídos nesta reportagem de balanço. Emilio Mavuni, nomeado como 'motorista', afirmou: "Eu não ouvi a notícia pela rádio. Foram meus colegas de trabalho que me contaram". A idéia de que Neto era tido como um 'pai'

da nação, percebeu-se neste relato: “Nosso pai morreu. Até hoje não consigo explicar, mas entendi que era o camarada Agostinho. Ele era mesmo o nosso pai, o homem em que a gente confiava”.

Nenhum depoimento crítico foi colhido nem selecionado por Cadernos nesta retrospectiva. A retrospectiva bastante favorável à imagem de Neto o considerou como “Guia Imortal da Revolução Angolana”. Em 1985, estando ainda o MPLA no poder, todas as homenagens e todo resgate de memória perante a Agostinho Neto foi estimulado: “Sua foto está em todas as repartições públicas. O ‘Jornal de Angola’ publica citações do presidente morto todos os dias, no alto da primeira página”.

A inauguração de um mausoléu e o lançamento de obras literárias de Neto em muitas línguas também foi destacada na reportagem. Mas os relatos do cotidiano de Luanda no dia da morte foram o centro do texto:

> “Sempre que eu vejo filmes sobre a morte de Agostinho Neto, fico todo arrepiado. Acho que nunca senti uma emoção tão forte em minha vida. O que mais me impressionou foi talvez o fato de todos, mas todos mesmo, estarem abalados. Em questão de horas, na rua não se via mais ninguém com roupas coloridas. Era tudo preto ou escuro. As flores desapareceram, porque aqui é hábito levar flores para um morto querido. Eu fui mandado para o interior com vídeo-cassete das imagens da volta do corpo. Nas aldeias onde chegávamos, as ruas estavam vazias e toda a população concentrada para as cerimônias fúnebres que duraram 15 dias. Todos cantavam ininterruptamente, e, de vez em quando, alguém falava mais alto improvisando algo que desejava expressar. Quase todas as mulheres choravam. No interior é que se pode sentir realmente qual o grau de comoção popular, porque lá nada foi organizado” (Manuel Tomás Francisco, cineasta).

Beatriz Bissio, em sua entrevista a esta pesquisa, considerou a participação de Neto junto aos demais líderes do MPLA do processo angolano também de maneira elogiosa:

> Admiração por Neto, extraordinária pessoa, sensível, poeta e médico. Envolvia seus interlocutores com seus argumentos. O Primeiro ministro Lopo do Nascimento também se destacou, assim como Lucio Lara, entre outros. O movimento era maravilhoso e caótico, incorporando o povo para luta e combate, consciente, organizado e liderado por Neto.

Com o desaparecimento de Agostinho Neto, de forma simbólica, se encerrava a primeira etapa da independência angolana: os quatro anos de seu governo liderando o novo Estado Nacional e na linha de frente do vitorioso MPLA. Colunista observador deste período, Newton Carlos destacou em entrevista a esta pesquisa que a ação de Neto e seu governo tiveram como principais destaques “a seriedade revolucionária, embora tendo como inspiração um modelo que se revelou um fracasso, o soviético, e sobretudo a ausência de corrupção”.

Os quatro anos de Neto como chefe de Estado foram descritos nas páginas do CP e de ZH de maneiras diversas e cada periódico a sua maneira cobriu uma série de momentos e crises fundamentais desafiadoras do novo Estado Nacional. Assim, a abordagem jornalística destes periódicos, em que pese seu conteúdo e limites, demonstrou o tamanho do desafio pós independência de Angola e os caminhos para sua consolidação, que ocorreu, ao fim e ao cabo.

Renúncia [71]

Antonio Agostinho Neto

Não creio em mim
Não existo
Não quero eu não quero ser

Quero destruí-me
- Atirar-me de pontes elevadas
e deixar-me despedaçar
sobre as pedras duras das calçadas

Pulverizar o meu ser
desaparecer
não deixar sequer traço de passagem
pelo mundo.

Quero matar-me
e deixar que o não-eu
se aposse de mim.

Mais do que um simples suicídio
quero que esta minha morte
Seja uma verdadeira novidade histórica
um desaparecimento total
até mesmo nos cérebros
daqueles que me odeiam
até mesmo no tempo
e se processe a História
e o mundo continue
como se eu nunca tivesse existido
como se nenhuma obra tivesse produzido
como se nada tivesse influenciado na vida
como se em vez de valor negativo
eu fosse Zero.

Quero ascender, subir
elevar-me até atingir o Zero
e desaparecer.
Deixai-me desaparecer!

Mas antes vou gritar
com toda a força dos meus pulmões
para que o mundo oiça:

- Fui eu quem renunciou à Vida!
Podeis a continuar a ocupar o meu lugar
vós os que mo roubastes

Aí tendes o mundo todo para vós
para mim nada quero
nem riqueza nem pobreza
nem alegria nem tristeza
nem vida nem morte
nada.

Não sou. Não existo. Nunca fui.
Renuncio-me
Atingi o Zero

(...)

[71] Poema do presidente Neto publicado na Obra póstuma "Renúncia Impossível", no ano de 1982. Dados em < http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/agostinho-neto/agostinho-neto.php >, acesso em 15/3/2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os capítulos anteriores, esta pesquisa analisou dezenas de reportagens de Correio do Povo e de Zero Hora entre meados de 1975 até setembro de 1979. Nestas reportagens foram analisados os conteúdos ali presentes, inclinações em um cenário de conflito ideológico colocado na época, além dos silêncios e formas de abordagens dos acontecimentos políticos, militares e cotidianos ocorridos durante o primeiro governo independente de Angola após a ruptura colonial com Portugal.

Nem sempre determinado posicionamento se tornou evidente em uma rápida leitura em determinada notícia. Por vezes, era necessária uma análise de fôlego de várias reportagens para serem observadas formas de abordagens, as quais, raramente foram homogêneas nos próprios periódicos ou quando ambos são comparados entre si, o que demonstrou certo grau de opção ao publicar mesmo matérias adquiridas no mercado de notícias.

Por vezes, quando abordaram temáticas idênticas CP e ZH tiveram conteúdos distintos, outras vezes tiveram conteúdos semelhantes e também em outros momentos um deles silenciou sobre certo assunto enquanto o outro abordou de alguma forma. ZH e CP demonstraram, em geral, certo grau de opção – foram no mínimo co-responsáveis por aquilo que publicaram em suas páginas - em palavras isoladas, nas definições insistentes sem o aprofundamento necessário e nos silenciamentos pontuais.

Sendo lugar comum a impossibilidade de uma imprensa absolutamente imparcial - a absoluta neutralidade é algo impraticável em qualquer área de ação humana - pode-se criticamente exigir que periódicos auto denominados como informativos e sem definição ideológica possam, ao menos, ter uma abordagem técnica e correta metodologicamente ao utilizar suas fontes.

No período analisado, raramente CP e ZH e mesmo Cadernos do Terceiro Mundo – brevemente citado em matérias de balanço comparados a ZH e CP – costumaram utilizar diversas fontes, contrapontos ou mesmo o necessário aprofundamento explicativo de determinadas temáticas, as quais por vezes pareciam surgir do nada e ir para o lugar algum, sem seqüência. Isto não significou que estas reportagens não tivessem em seu conteúdo algum tipo de posição ou opção opinativa.

Cadernos, com matérias mais longas e tematizadas, devido o perfil de Revista, apenas divulgava conteúdo simpático ao governo do MPLA e suas realizações, sem noticiar contradições e limites do mesmo.

Por estes aspectos, foi possível perceber certo grau de posicionamento nesta situação de radicalidade em que mergulhou Angola após a independência. Ao mesmo tempo em que mereceu destaque naquele período a grande quantidade de matérias sobre Angola, bastante superior a outros processos semelhantes, não tendo outro país africano tal espaço nos periódicos.

Certamente isso se explica pelas características do processo angolano, pelas posições em debate, pelos interesses e intervenção das potências naquele momento e pela consideração de Angola como um "novo Vietnã", aludindo à experiência de derrota estadunidense recém ocorrida naquela altura. Angola era vista como um novo Vietnã, mas que poderia ser uma nova derrota para os EUA, novamente, ou para a URSS, como ironia da história. Parece que esta expectativa pairava perenemente durante o período analisado.

Junto a isso, os interesses nacionais despontaram, especialmente pelas possibilidades amplas que uma relação amiga com Angola daria ao Brasil, espremido na crise econômica da década de 1970. As ideologias opostas entre MPLA e ARENA ficaram de lado. Possivelmente, isso ampliou o interesse geral do país sobre as notícias do país africano, também com raízes coloniais semelhantes às nossas.

Apesar de todo este cenário noticioso, ZH e CP divulgaram em geral visões parcializadas sobre os acontecimentos em Angola durante este período analisado. Devido a pouca multiplicação e diversificação das fontes, cada reportagem parecia uma parte de um todo, na maioria das vezes.

Merece destaque, junto a isso, que a censura reinante no Brasil naquele momento – em especial até 1978 – não interferiu nas reportagens e abordagens sobre Angola. Os governos militares priorizavam na censura as notícias sobre a realidade nacional que questionassem, em última análise, o discurso governista e a estabilidade interna. Não era problemático para a censura divulgar as crises e convulsões sociais de outros países, desde que os problemas nacionais ficassem secundarizados ou escondidos.

Parecia mesmo que esta dualidade tentava fazer crer que o Brasil estava estabilizado, sem dificuldades sociais ou políticas ao contrário do que se passava no resto do mundo. Não

há dúvida dos efeitos desta perspectiva em longo prazo, em especial num país com população de baixa alfabetização e com limitado acesso a múltiplos recursos de mídia, como na década de 1970.

Com a liberdade editorial garantida, ZH e CP utilizaram fontes internacionais a partir das Agências de Notícias, mas também tiveram colunas cotidianas, como Newton Carlos na ZH e Josué Guimarães no CP no ano de 1976. Artigos próprios dos periódicos também estiveram presentes neste período, junto a artigos internacionais republicados de periódicos como Times, entre outros.

O fato do manuseio do conteúdo das Agências Internacionais de notícias não retira a responsabilidade editorial de ZH e do CP, pois mesmo usando fontes comuns, a abordagem comparativa entre ambos os periódicos identificou conteúdos distintos inúmeras vezes. Mesmo utilizando fontes semelhantes, foram visíveis as opções de abordagem do CP e de ZH.

Ao publicar determinados artigos de outros jornais, por exemplo, CP e ZH optavam por aquele conteúdo e pertinência para sua publicação. Era interessante divulgar a opinião de articulistas internacionais, mesmo que por vezes tais artigos fossem diferentes em suas abordagens, mas sem fugir de um determinado padrão: a maioria emblocava Angola como opositora do mundo ocidental e de seus valores e buscava divulgar o caos reinando na ex colônia portuguesa.

Por outro lado, diversos termos insistentes utilizados nas reportagens indicam a influência das Agência de Notícias, na maioria das vezes, a qual não deve ser menosprezada. Eram definições e expressões carregadas de valor que julgavam, ao menos de forma subliminar, sem explicar o porquê da presença das mesmas. Por isso, não se deve minimizar a influência do conteúdo das Agências e de outros jornais internacionais nas opções e na construção das reportagens dos periódicos.

Expressões como “governo marxista”, “Pró ocidentais”, “esquerdistas”, “direitistas”, “inspiração marxista”, “anti comunistas”, entre outras, contribuem para nebular o entendimento dos leitores médios, em especial aqueles com poucas fontes alternativas sobre os temas noticiados.

Visivelmente estas expressões buscaram sempre colocar o MPLA como membro de um bloco político como oposto ao bloco no qual o povo brasileiro e a nação estavam – apesar

do reconhecimento de Geisel - afinal nós éramos ocidentais e o MPLA derrotou os “pró ocidentais”.

O fato do apoio e reconhecimento do Brasil e de Cuba a Angola – de maneiras distintas – e estes países serem do campo geográfico ocidental, nada significou para esta expressão muito repetida em ambos os periódicos, os quais a republicavam acriticamente inúmeras vezes.

Neste caso, não ocorre a preocupação de uma correta definição geográfica em usar tal expressão e sim em definir campos políticos opostos, onde a URSS, como país oriental representaria a inimiga dos “pró ocidentais”.

Do ponto de vista de definição política, a expressão do tipo “governo marxista” parecia desenvolver uma opinião subliminar jocosa no fundo desta expressão, por não existir uma definição evidente do que caracterizaria um governo deste tipo. Afinal, os governos dos países capitalistas foram alguma vez apelidados de “governos keynesianos” ou “governos de Adam Smith”? Não há registro disso e sendo assim esta definição de “governo marxista” se trata de uma rebaixada forma de abordagem.

ZH e CP evitaram, em geral, utilizar termos como “governo socialista” ou “MPLA socialista”, que seria bem mais correto sociologicamente, mas menos agressivo e não serviria uma definição para emblocar o MPLA como membro de outra parte do mundo político oposta a nossa.

Pontualmente, estas definições foram criticadas no artigo de M. Kauffman no CP de 23/3/77, mas geralmente essas expressões ficavam sem a devida explicação de sua origem e sem o aprofundamento necessário para seu entendimento. A presença das mesmas se tornou uma normalidade imposta de forma leve e subliminar.

Ao contrário de um cenário ideal de qualificação das reportagens, aprofundamento de temáticas ou explicações sobre determinados temas era comum nestes periódicos inúmeras reportagens sem seqüência ou aprofundamento nas edições seguintes. Simplesmente sumiam da pauta e da prioridade jornalística e ficava a impressão que grandes acontecimentos que pareciam estar prontos para ocorrer conforme o conteúdo numa edição em ZH ou no CP no dia seguinte eram abortados ou esquecidos.

Outra característica marcante em ZH e CP foi o pouco esforço na variação das fontes para a elaboração das reportagens, certamente ditado pela pressa em fechar matérias de um dia

para outro, mas também isso ocorreu em períodos onde a temática abordada dava mais tempo para a busca de fontes alternativas.

Uma conseqüência disso é o raro contraponto estimulado nas reportagens que noticiavam importantes afirmações políticas aparentemente definitivas sobre um lado do eterno conflito que ocorreu entre as guerrilhas em Angola, ou entre Angola e seus inimigos de fronteira.

Sem a desejável resposta do outro lado do conflito, pareciam verdades plenas, mas era apenas a versão de um lado. Ressalte-se que isso ocorreu de maneira igual para todos os envolvidos, o que demonstra uma dificuldade dos periódicos e uma característica metodológica dos mesmos e não uma opção de preferência por um lado, ao menos neste caso.

As poucas fontes geralmente utilizadas tinham a marca do elogio às mesmas: eram "fontes bem acreditadas", "bem informadas", "diplomatas ocidentais", "fontes fidedignas", "observadores estrangeiros" entre outras definições constantes. Eram fontes oficialistas, em geral, não representavam o cotidiano dos acontecimentos, mas a visão de observadores externos com a subjetividade natural a qualquer elemento observador de um contexto como aquele.

A ausência de fontes diversificadas não impediu que todos os atores da crise angolana sempre tivessem seu espaço nas notícias, o que ocorria isolando cada setor do conflito e dando espaço e voz a este personagem e não confrontando – na maior parte das vezes – os diferentes discursos e posicionamentos sobre a guerra civil e a condução do Estado angolano.

Discursos antiimperialistas ou conservadores, discursos do regime do *apartheid*, discursos e posições do governo Ford ou Carter e seus representantes eram comuns e tinham total liberdade de publicação pela censura por se tratarem de temática internacional, como já foi analisado.

Neto e ministros do MPLA, Fidel, líderes da UNITA e FNLA, Mobutu, Carter, Kissinger, entre outros, eram os personagens centrais muito presentes e com largo espaço de divulgação de suas posições nestes periódicos no período estudado.

Com este formato, CP e ZH divulgaram inegavelmente os principais acontecimentos em Angola durante o governo Neto, com muito mais espaço se comparado com outras nações no mesmo período. A busca da consolidação da 'comunidade imaginada' angolana e o sentimento nacional esteve presente neste período, pois Angola foi tratada como nova atriz e

novo Estado Nacional no cenário internacional e teve este status reconhecido. Não seria a imprensa que não reconheceria um status reconhecido por boa parte da comunidade internacional após a consolidação do poder do MPLA em 1976, aliás.

Sobre a temática do reconhecimento, CP chegou a utilizar os textos de Josué Guimarães, enviado a Portugal, para abordar tal assunto, mas acabou não divulgando a aprovação do reconhecimento de Angola na Assembléia da ONU, um silêncio difícil de compreender.

ZH e CP narraram também as dificuldades dos inimigos de Neto, em especial a África do Sul e os EUA, os quais por motivos distintos acabaram sendo derrotados neste processo. ZH sempre priorizou as tramas políticas, o cotidiano das batalhas e a descrição de barbáries sempre que possível. CP buscou uma ótica da relação do Brasil com este contexto, as conseqüências para o Brasil dos acontecimentos em Angola e as vantagens brasileiras nisso tudo.

Ao descrever o julgamento dos mercenários, por exemplo, ZH e CP também deram status a este ocorrido como tema de Estado. Houve exageros no espaço cedido por se tratar de uma ocorrência pós guerra civil relativamente natural. Neste episódio ZH chegou a detalhar os funerais e o translado dos corpos fuzilados aos EUA, algo não presente no CP. A voz de juízes, advogados e pedidos de clemência também foram destacados, num clima de grande acontecimento jurídico, parte constitutiva do Estado Nacional.

Na rebelião nitista de 1977, ZH e CP, bebendo das fontes internacionais desenvolveram a maior trapalhada da cobertura do período do governo Neto. Consideraram Nito Alves e seus aliados inicialmente como opositores à linha soviética e depois como ultra marxistas, defensores da causa de negros contra mulatos e brancos.

ZH foi mais comedida nos equívocos, mas também errou em análises apressadas sem as fontes adequadas. Pela deficiência do método que apontamos anteriormente, este tipo de falha acabava sendo natural ao acontecer e trazia prejuízos ao leitor mais apressado, desavisado ou mesmo aquele que acompanhava episodicamente tal temática.

A ação cubana sempre esteve presente praticamente nos quatro anos do governo Neto, com discursos subliminares que incluíram paranóias sobre as pretensões hegemonistas de Cuba, algo nada confirmado pela história. Ainda num clima de Guerra Fria, numa época de derrota estadunidense e avanço soviético na África, apesar das dificuldades do bloco

socialista, tudo isso reascendia o debate do mundo bipolar, o qual vivia sua última etapa naquele momento, embora isso não estivesse ainda claro.

Este elemento certamente era o mais determinante e estava na cabeça de editores, colunistas, repórteres e articulistas ao tratar da temática angolana. Por isso Cuba era indigesta com sua presença na África, devido os riscos da internacionalização e ampliação da influência do seu regime, algo temido pelos pensadores liberais aqui da América. Assim mesmo, os discursos posicionados politicamente de Fidel foram divulgados de forma devida.

Em paralelo, a relação dos EUA de Carter com Cuba e Angola acabou exigindo por parte dos EUA o afastamento entre Cuba e Angola como condicionante para a normalização diplomática com ambos os países. Tal condição estadunidense não foi aceita de forma soberana por ambos os países. Tal atitude soberana de discordância de Cuba e Angola contra a potência ocidental, aliás, é algo bastante distante dos nossos dias de conciliação e equilíbrio global, onde as divergências entre as nações são limitadas a pontos comerciais ou secundários.

As relações explosivas de Angola também se deram nas fronteiras do sul e do norte, onde a África do Sul e o Zaire foram inamistosos e conspirativos quase o tempo todo. ZH e CP, em geral, divulgaram estas contradições com fontes unilaterais na maioria das vezes. Ou era um discurso do governo angolano ou era um discurso do Zaire ou da África do Sul e seus representantes. ZH chamou a atenção pela chamada para guerras iminentes entre estes países mais de uma vez durante este período. Eram guerras ‘iminentes’ as quais não passavam das manchetes, pois nos dias seguintes desapareciam da pauta.

CP foi mais discreto e parecia aguardar a confirmação de determinados movimentos bélicos, assim como preferia não descrever bizarrices ou barbáries, algo raro em suas páginas. Em comum em ambos os jornais foram as manchetes bastante discrepantes do conjunto da matéria – ocorreu diversas vezes durante os quatro anos analisados - que a segue, ruim para o leitor o qual não costumava ler detidamente as reportagens e gravava as manchetes como resumo dos ocorridos.

Apesar destas semelhanças em vários momentos, as abordagens de ZH e CP se diferenciaram: ZH sempre que possível abusava ao usar fotos cadáveres ou desenvolver descrições sinistras as quais hoje são em geral evitadas pelos jornais. CP evitava ao máximo esse tipo de abordagem, praticamente não existente em suas páginas e tinha poucas fotos nas suas matérias, como se percebe nos anexos incluídos ao final desta pesquisa.

ZH e CP também se diferenciaram nos silenciamentos ou omissões por opções: ZH, por exemplo, pouco papel deu aos EUA nos acordos de paz entre Angola e Zaire, o que teve grande destaque no CP. Esta diferença foi expressa, apesar das fontes semelhantes dos dois periódicos. Neste caso, os leitores do CP tiveram uma impressão e os de ZH outra, caso se guiassem exclusivamente por um ou outro periódico.

Em 1978, CP divulgou as debilidades de saúde de Neto e chegou a projetar as conseqüências políticas disso, algo totalmente ausente em ZH. ZH também não divulgou os acordos da Petrobrás com Angola em 1979, tema relevante na conjuntura do país com destaque de capa no CP. Por sua vez, CP não destacou o reconhecimento de Angola pela Assembléia da ONU nem tratou do novo governo após a morte de Neto. Estas duas questões foram abordadas em ZH.

Além disso, seguindo o método tradicional já comentado, ao realizar balanços e análises retrospectivas sobre o governo de Neto, na maioria das vezes, ZH e CP abordaram os problemas econômicos e sociais num clima de catástrofe e de negatividade, sem uma discussão mais aprofundada que uma matéria de retrospectiva permitiria por não ser uma notícia ligeira do dia anterior, que precisaria ser impressa logo na página do jornal.

Possivelmente foram matérias e reportagens como essas que contribuíram por anos com uma visão muito catastrofista da África em geral, algo revertido nos dias de hoje, em parte. Neste caso, Cadernos utilizou em suas páginas metodologia mais adequada ao trabalhar a realidade e as possibilidades angolanas em um contexto mais amplo, de maior tempo de análise, compreendendo as raízes colonialistas em aspectos da crise bem como o relativo isolamento internacional e a guerra civil interna que Angola passou.

Em ZH e CP pouco espaço foi dado a versões do governo de Angola em reportagens de balanço, sendo em geral estas matérias assinadas por articulistas e referendadas por suas tradicionais ‘fontes observadoras’. Também na morte de Neto em 1979, houve espaço para aspectos de balanço político de seu governo na tradicional biografia dedicada aos vultos falecidos.

Enfim, a partir de sua forma e com seus limites metodológicos, ZH e CP não deixaram de abordar os fundamentais acontecimentos no governo de Neto, desde antes da independência até a morte do primeiro presidente. Estes limites reconhecidos na abordagem destes periódicos não fugiram da metodologia expressa por inúmeros autores dedicados a analisar e estudar a

imprensa e seus encontros com a História como fonte, ou simplesmente buscam analisar criticamente a ação jornalística, as suas formas de abordagem e suas contradições.

Se por um lado não se pode exigir um conteúdo de caráter acadêmico ou mesmo científico por parte de uma revista ou jornal pelas suas formas de construção e até mesmo pelas suas raízes, foco e público, por outro é preocupante que estes veículos acabem sendo a única janela de informação para milhares de pessoas.

Se no início do século XXI novas fontes informativas surgem e tem um perfil radicalmente democrático, podendo qualquer cidadão construir seu próprio espaço noticioso em blogs ou sites, isso não ocorria nos anos 1970, recorte temporal desta pesquisa. Lá existiam limitadas fontes de informação, sendo o rádio amplamente difundido, os jornais com boa tiragem relativa à população total do país e a TV ainda crescendo em quantidade e presença nos lares brasileiros.

É neste contexto limitado de acesso a informações que cresce a importância da abordagem de ZH e CP, sendo influente no imaginário e na construção de opiniões de seus leitores os posicionamentos dos articulistas, dos colunistas e das reportagens com suas mensagens com maior ou menor clareza de opção.

ZH e CP faziam parte das limitadas fontes de informação dos anos 1970. Para milhares, a versão destes veículos era a verdade e neste contexto a análise crítica do conteúdo destas centenas de matérias, colunas e reportagens tem sua significância. Não acreditando no poder mágico dos periódicos e de seu conteúdo, não resta dúvida que estes constroem posicionamentos e influenciam seus leitores com sua abordagem.

São elementos difíceis de medir quantitativamente, mas a forma de enxergar, por exemplo, a realidade africana no imaginário popular em geral coincidiu por vários anos com a visão média da imprensa, ao considerar este um continente de doenças, guerras, favelamentos monstruosos e poucas possibilidades de futuro. Esta visão negativa perdurou muito tempo na opinião pública, quando o continente africano era diretamente vinculado à fome, guerras e caos.

Lentamente parece ocorrer uma superação deste cenário noticioso a partir do final do século XX. Certamente não era a realidade dos anos 1970, onde a disputa política travada em Angola era vista como o mal que levava este país para a miséria, o caos e a barbárie, o que, como um passe de mágica, não parecia existir no período colonial anterior.

Neste período, as reportagens de ZH e CP raramente desenvolveram a longa duração do contexto angolano, mas foram matérias ligeiras e pontuais, que isolavam determinados fatos de uma realidade bem maior e foi desta forma que chegou a milhares de leitores no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, nas dezenas de matérias ficaram registrados os esforços e os passos dados por Neto e seus apoiadores para constituir um novo Estado Nacional a partir da fuga maciça de técnicos e de cérebros quando da independência e da dura realidade da agressão externa combinada com a guerrilha adversária interna, duas faces da mesma moeda.

Esta realidade foi explorada por articulistas e colunistas e esteve no conteúdo das notícias em ZH e CP durante os quatro anos do governo de Neto. Ao analisar criticamente o conteúdo das dezenas de reportagens, tentou-se identificar as contradições, os limites e as formas de abordagem da grande imprensa para tratar de temas como estes, que incluíram a construção nacional angolana, a disputa ideológica e os embates militares que tinham na sua raiz o carimbo da Guerra Fria.

Se não pode ser tratada a construção do conteúdo da imprensa de maneira maquiavélica como se os editores tivessem objetivos políticos claros e planejados, ficaram evidentes nesta análise as opções políticas e os preconceitos de editores em diversos momentos, os quais foram destacados nas páginas anteriores desta pesquisa.

Pelo método aligeirado, pela pouca qualidade da informação, pela ausência de fontes variadas e do devido contraponto da notícia polêmica ou pelo pouco aprimoramento e lapidação ao divulgar determinadas matérias, ZH e CP estiveram longe de cumprir o ideal iluminista jornalístico de informar adequadamente o cidadão. Possivelmente seja esta a principal conclusão a partir da análise deste período.

Por outro lado, Angola teve seu espaço adequado como ocorrência dramática naquele tempo com inúmeras páginas durante os quatro anos do governo Neto. Angola se aproximou da realidade de milhares de brasileiros por este espaço nas páginas dos periódicos no Rio Grande do Sul e em todo o país, que tornaram os acontecimentos naquele país mais próximos para a massa de leitores daqui.

Infelizmente o conteúdo e sua qualidade nem sempre foram as mais adequadas, parte de uma realidade objetiva, das possibilidades e limites políticos daquele tempo, da ação dos

homens e mulheres atuantes no jornalismo com seus esforços e limites pessoais, bem como de toda uma dinâmica da construção diária dos periódicos.

De qualquer forma, seus registros permaneceram até este momento para serem analisados, selecionados e contribuírem para o resgate crítico de sua abordagem para assim se tornarem mais um episódio na prateleira da História.

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

1. Obras gerais.

ALBUQUERQUE, José Augusto G. (org.) **Sessenta anos de Política Externa Brasileira 1930-1990. O Desafio Geoestratégico.** São Paulo: Editora Annablume/NUPRI/USP, v. 3, 2000.

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da Imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ALENCASTRE, Amilcar. **América Latina, África e Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Editora Paralelo, 1980.

ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** São Paulo: Vozes, 2004.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional.** São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do Ultracolonialismo.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978).** São Paulo: EDUSC, 1999.

BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRUNSCHWIG, Henri. **A Partilha da África Negra.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOUDIEAU, Pierre. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk, 2008.

CHALIAND, Gerard. **A Luta pela África.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

COMITINI, Carlos. **África Arde**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

DECRAENE, Philippe. **O Pan-Africanismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

DOLGOPOLOV, E. **As Guerras de Libertação na Etapa Actual.** Moscou: Editora Progesso, 1986.

FERRO, Marc. **História das Colonizações.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FILHO, Ciro Marcondes. **Imprensa e Capitalismo.** São Paulo: Editora Kairós, 1984.

_____. **O capital da notícia.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Editora Loyola, 1996.

GALVANI, Valter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Jr.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e Democracia.** Brasília: Editora UNB, 1981.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismo: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2006.

HERNANDEZ, Leila L. **A África na sala de aula.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ILIFFE, John. **Os africanos: História de um Continente.** Lisboa: Editora Terra Mar, 1995.

KAPUSCINSKI, Ryzsard. **Ébano: minha vida na África.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra. V. II.** Lisboa: Publicações Europa-América, 2002.

KOHN, Hans ; SOKOLSKI, Wallace. **El nacionalismo africano em el sigo XX**. Buenos Aires: Editora Paidos, 1975.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo, Editora Martins Fontes, 2001.

LINHARES, Maria Yedda. **A Luta contra a Metrópole.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regia. **Imprensa e cidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal.** São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

N`KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo – último estágio do imperialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PANTOJA, Selma & SARAIVA José F. Sombra (org.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PAULINO, Robério. **Socialismo no século XX: O que deu errado?** Goiânia: Editora Kelps, 2008.

READER, John. **África: Biografia de um Continente.** Lisboa: Publicações Europa-América, 2002

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

SANTOS, Fernando B. **Angola na Hora Dramática da Descolonização**. Lisboa: Editora Prelo, 1975.

SCHIRMER, Lauro**. RBS: da voz do poste à multimídia.** Porto Alegre: Editora L&PM, 2002.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos.** São Paulo: Editora Alameda, 2004.

SILVA, Antônio E. Duarte. **A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa.** Porto: Editora Afrontamento, 1997.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes.** Porto Alegre: EDIPCRS, 2001.

TORGAL, Luís R. ; PIMENTA Fernando T. ; SOUSA, Julião Soares. **Comunidades Imaginadas: Nações e Nacionalismos em África.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

VICHINSKI, Mikhail P. **Sul da África: o Apartheid, o Colonialismo a Agressão**. Moscou: Editora Progresso, 1987.

VISENTINI, Paulo G, Fagundes. **A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)**. Porto Alegre, Editora Leitura XXI, 2010.

_____. **A Guerra Fria o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre, Editora Leitura XXI, 2004.

_____; RIBEIRO, Luiz D. ; PEREIRA, Ana Lúcia D. **Breve História da África**. Porto Alegre, Editora Leitura XXI, 2007.

VOESE, Ingo. **O movimento dos Sem Terra: um exercício de análise de discurso.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

ZORGBIBE, Charles. **O pós Guerra Fria no Mundo.** Campinas, Editora Papirus, 1996.

2. Artigos consultados.

ABRAMO, Perseu. Significado político da manipulação na grande imprensa. IN: **Fragmentos de Cultura.** Goiânia: IFITEG, 1991.

AREIA, M. Laranjeira Rodrigues. A Diversidade cultural e a construção do Estado-Nação em Angola. IN: **Comunidades Imaginadas – Nações e Nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes: A História contada nas páginas de jornais. IN: **Revista Letras**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. IN: **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTENCOURT, Marcelo. As relações Angola-Brasil: referências e contatos. IN: **Brasil África. Como se o mar fosse mentira.** São Paulo: Editora UNESP / Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2006.

CATROGA, Fernando. Pátria, Nação, Nacionalismo. IN: **Comunidades Imaginadas – Nações e Nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade Imaginada por Quem ? IN: **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY,Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contextos, 2005.

FILHO, Sílvio de Almeida C. A desilusão com o socialismo em Angola. Uma leitura através da narrativa literária (1975-1985) IN: **Ciências e Letras – Revista da FAPA** nº 21/22, Nov. 1998. Porto Alegre: Edelbra, 1998.

GOMES, Nilo Sérgio. **A imprensa carioca na virada do século XX – Memórias do JB,** disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline> acesso em 20/2/2006.

GONÇALVES, Williams da Silva & MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. IN: **Estudos Históricos** volume 6, n° 12. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1993.

GRAZZIOTIN, Francine. **Imprensa: considerações para seu uso como fonte histórica.** disponível em <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Francine%20Grazziotin. pdf > acesso em 10/7/2007.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à Nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. IN: **Um Mapa da Questão Nacional.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

INVERNO, Liliana. A Transição de Angola para o Português: uma História Sociolingüística. IN: **Comunidades Imaginadas – Nações e Nacionalismos em África.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

LUIZ, Edson M. B. **Capitalismo *versus* Socialismo? : A diplomacia brasileira e a independência de Angola.** disponível em <http://abed-defesa.org/page4/page8/page19/files/EdsonLuiz.pdf > acesso em 22/5/2011.

MELLO, Ovídio de A. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. IN**: Sessenta anos de Política Externa Brasileira – 1930-1990. O Desafio Geoestratégico.** São Paulo: Editora Annablume/NUPRI/USP, 2000.

PINHEIRO, Letícia. "Ao vencedor, as batatas: o reconhecimento da independência de Angola. IN: **Estudos Históricos** n° 39, janeiro-junho 2007. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2007.

PIMENTA, Fernando Tavares. Nacionalismo Euro-africano em Angola – Uma nova Lusitânia? IN: **Comunidades Imaginadas – Nações e Nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

RECH, Maria H. Bortolon; FELTES, Heloísa P. de Moraes. No Fio do Discurso: Análise do discurso sobre o Trabalho no Artigo Opinativo do Jornal Correio Riograndense. IN: **Linguagem em Discurso**. Tubarão: Editora UNISUL, 2005.

RODRIGUES, Maria Guadalupe M. As relações Estados Unidos – Angola: estudo do processo decisório na crise angolana. IN: **Estudos Afro-Asiáticos,** Nº 19, Dez. 1990. Rio de Janeiro: Editora Universidade Cândido Mendes, 1990.

SANTOS, Daniel dos. Sociedade política e formação social angolana (1975-1985) IN: **Estudos Afro-Asiáticos,** Nº 32, Dez. 1997. Rio de Janeiro: Editora Universidade Cândido Mendes, 1997.

SARAIVA José F. Sombra. Um Momento Especial nas Relações Brasil-Angola: Do Reconhecimento da Independência aos Desdobramentos Atuais. IN: **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SMITH, Anthony D. O Nacionalismo e os Historiadores. IN: **Um Mapa Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

TORGAL, Luis Reis. As Comunidades Imaginadas: reflexões metodológicas sobre o Estudo dos Nacionalismos Africanos. IN: **Comunidades Imaginadas – Nações e Nacionalismos em África.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

VISENTINI, Paulo G, Fagundes. A África independente/1945-98: processos políticos, desenvolvimento e relações internacionais. IN: **Ciências e Letras – Revista da FAPA.** Nº 21/22, Nov. 1998, Porto Alegre: Edelbra, 1998.

VOESE, Ingo. Reflexões sobre a Análise do discurso. IN: **Linguagem em discurso**. Tubarão: Editora UNISUL, 2002.

3. Teses e dissertações consultadas.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural. Construção da identidade gaúcha em ZH.** 177 f. Tese (Doutorado) – PUCRS. Programa de Pós Graduação em Comunicação Social: Porto Alegre, 2006.

FRAGA, Gerson Wasen. **Brancos e Vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939).** 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2004.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise.** 298 f. Tese (Doutorado) – PUCRS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 2009.

4. Acervos pesquisados.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
Arquivo privado do Jornal Zero Hora.
Arquivo privado do Jornal Correio do Povo.

5. Entrevistas realizadas.

a) CARLOS, Newton. *Depoimento.* (setembro/2007). Entrevistador: Mauro L. B. Marques. Via mail: 2007.
1. Função atual no jornalismo e função desempenhada em ZH nos anos 1970. Colaborador da Folha, articulista do Correio Braziliense e comentarista da Rádio Bandeirantes, tudo sobre política internacional. Fui colunista em Zero Hora.

2. Mauro: Como era o trabalho de comentar o cenário ultra explosivo de Angola de 1975 em diante em um período de censura nos jornais brasileiros impostos pela ditadura?

Newton Carlos: O noticiário não era tão visado como o nacional. Em Angola havia o "fator cubano", mas diluído na distância e com incidência num continente distante, de pouco interesse na época. É bom lembrar que o Brasil teve uma política africana a partir de Jânio Quadros e os regimes militares broncos, nada sofisticados, a não ser no período Geisel, pouco se interessaram por ela. Quanto a Geisel, tinha um anti-EUA no fundo alma, aparentemente aceitou a idéia de que os do sul deveriam juntar-se.

3. Mauro: Como se dava a construção de seus comentários em cima de temática tão polêmica? Como agiam os redatores dos jornais?

Newton Carlos: Fui editor internacional do Jornal do Brasil na época das grandes reformas do jornal e por isso trabalhávamos com muita independência. Os redatores estavam sob meu comando. Mas não sem tropeços. Fui despedido do JB em 64, o que indica algo. Mas já tinha um nome feito, mantive minha coluna na Folha, trabalhei muito tempo na TV. Não fiquei isento dos problemas da época. Fui processado pela Marinha e no dia do AI 5 tive que fugir pelos fundos da TV Rio. Mas sobrevivi profissionalmente.

4. Mauro: Havia alguma forma de pressão editorial por determinado posicionamento no conflito angolano? Afinal, eram várias posições ideológicas em disputa.

Newton Carlos: Embora um jogo de Guerra Fria, a questão angolana não suscitou, em grande escala, embates ideológicos. Creio que o fato de o Brasil também ter sido colônia de Portugal deu aos angolanos, em relação ao Brasil, o status de irmãos. Não esquecer que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo angolano.

5. Mauro: Qual a relação da construção das matérias nos jornais naqueles tempos com as agências internacionais (AP, UPI, por exemplo)?

Newton Carlos: Faziam, muitas vezes com disfarces bem montados, o jogo da Guerra Fria. Holden Roberto foi endeusado. Viu-se depois que era ligado à CIA.

6. Mauro: Na sua opinião de analista internacional, qual foi a principal marca do governo Agostinho Neto em Angola?

Newton Carlos: Diante da roubalheira de hoje, eu diria que foram a seriedade revolucionária, embora tendo como inspiração um modelo que se revelou um fracasso, o soviético, e sobretudo a ausência de corrupção.

7. Mauro: Havia alguma reação popular no Brasil ante os acontecimentos tão profundos naquele país?

Newton Carlos: A questão ficou confinada a grupos bem informados.

b) MOREIRA, Beatriz J. I. Bissio Staricco Neiva. *Depoimento*. (fevereiro/2011). Entrevistador: Mauro L. B. Marques. Via mail: 2011.

1. Breve currículo, destacando atividade entre 1975 e 1979 e função atual: Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, tem uma longa atuação como jornalista, principalmente no terreno internacional (África, Oriente Médio, América Latina), como correspondente de vários meios de comunicação latino-americanos e como fundadora, diretora e editora da revista **Cadernos do Terceiro Mundo** entre 1974 e 2006. Na sua atuação como jornalista esteve na África, Ásia e Oriente Médio ao longo de três décadas e fez a cobertura de momentos marcantes da história contemporânea como a guerra de libertação e independência de Angola.

2. Mauro: Durante o processo de independência angolana, como agia a censura do governo Geisel referente à divulgação deste evento naquele momento? Como o "Cadernos" garantia seu espaço de publicação?

Beatriz: Cadernos estava proibida de circular no Brasil; às vezes chegavam as edições em espanhol, trazidas por brasileiros que viajavam para a Argentina – em especial gaúchos – que faziam circular as edições em espanhol clandestinamente. Mais tarde, a revista chegava a partir do México, onde tivemos a nossa sede antes de vir pra o Brasil. Apenas a partir de 1980 as revistas começam a ser publicadas no Brasil. Mas, nesses primeiros anos, as pessoas tinham muito medo em assinar uma revista como a nossa; preferiam comprá-la nas bancas, e o faziam com muito interesse. Podemos dizer que a revista **Cadernos do Terceiro Mundo** foi fruto do exílio e do esforço de muitos exilados.

3. Mauro: Que papel buscava cumprir o Cadernos do Terceiro Mundo naquele contexto e qual a postura adotada pela Revista na cobertura dos eventos internacionais?

Beatriz: Fundada com o objetivo de um jornalismo engajado com as lutas no Terceiro Mundo, sem crer em uma suposta neutralidade, pois as avaliações e julgamentos são permeados por valores e extratos culturais. Era dada voz a todo movimento, grupo de pessoas sem espaço na grande mídia inclusive entre as agências. Se possível, quem colaborasse com a Revista deveria ser das próprias nações abordadas, o que não foi possível em Angola nos primeiros tempos, onde inclusive fizemos curso de formação de jornalistas.

4. Mauro: Qual a relação da Revista e qual sua opinião pessoal sobre o uso das notícias das Agências internacionais como UP, AP, Tass entre outras ?

Beatriz: As grandes agências dos países centrais – Europa, EUA – descrevem a situação do mundo em desenvolvimento – hoje fala-se mais no "Sul", julgando a situação a partir do olhar de um pais desenvolvido, muitos dos quais foram ex potencias coloniais. Chegamos a trocar idéias com agências como a Tass, a cubana, chinesa. IPS foi fundada por Pablo Piacentini no Chile e foi parceira de Cadernos.

5. Mauro: O que a senhora destacaria como experiência pessoal quando esteve no meio do processo angolano? Que impressão lhe trouxe o MPLA, Neto e seus dirigentes?

Beatriz: Admiração por Neto, extraordinária pessoa, sensível, poeta e médico. Envolvia seus interlocutores com seus argumentos. O Primeiro ministro Lopo do Nascimento também se destacou, assim como Lucio Lara, entre outros. O movimento era maravilhoso e caótico, incorporando o povo para luta e combate, consciente, organizado e liderado por Neto. FNLA e UNITA não tinham visão política, se prestaram ao papel de instrumentos de interesses estrangeiros, da África do Sul, contribuindo para a agressão militar estrangeira estrangeira.

c) SOARES, Jurandir. *Depoimento.* (maio/2006). Entrevistador: Mauro L. B. Marques. Via mail: 2006.

1. Posição (função) na Caldas Jr. atualmente: Apresentador na Rádio Guaíba dos programas BOM DIA (segunda-feira a sexta-feira, das 06 às 08 horas), PROJETO MERCOSUL (sábados, das 06h20min às 07 horas) e O MUNDO NA GUAÍBA (sábados, das 11h30min às 12 horas); Analista de assuntos internacionais do sistema Guaíba Correio do Povo, tendo um comentário diário no Jornal da Tarde, da Rádio Guaíba, às 16h25min e uma coluna aos domingos no Correio do Povo.

2. Mauro: Qual sua posição na Folha da Tarde entre 1974 e 1975. Sobre a Folha, que relações tinha com as edições do Correio do Povo, especialmente no noticiário internacional?

Jurandir: Analista de Assuntos Internacionais, tendo uma página diária de análise no jornal; Os jornais Folha da Tarde e Correio do Povo possuíam editorias independentes um do outro, embora as fontes de informação fossem as mesmas agências. Os jornais se diferenciavam no enfoque da matéria.

3. Mauro: Como a censura federal agia em 1974 e 1975 sobre os jornais da Caldas Jr.? Havia um censor permanente como em "O Estadão" (SP), por exemplo?

Jurandir: A censura agia permanentemente dentro do jornal. Havia um funcionário da Polícia Federal que visitava a redação diariamente e comunicava os assuntos que não poderiam ser abordados pelo jornal. Isto, no entanto, se referia exclusivamente às questões políticas internas do país. Nunca envolveram a Editoria Internacional.

4. Mauro: Que conseqüências esta ação trazia para o conteúdo do jornal, em especial sobre matérias mais polêmicas, mais "politizadas"?

Jurandir: Evidente que havia um prejuízo na informação, mas a gente fazia uma ginástica para contornar a proibição de tentar dar a informação de outra forma, o que muitas vezes resultou em advertência da PF. Algumas notícias, no entanto, simplesmente, não eram dadas.

5. Mauro: Quanto ao episódio da Revolução portuguesa de 25 de abril de 1974 e a descolonização em Guiné, Moçambique e Angola a censura agia do mesmo modo? Afinal, eram matérias quase diárias sobre o assunto.

Jurandir: Como disse, na Editoria Internacional não houve interferência e, embora o governo militar brasileiro não compactuasse com o que acontecia em Portugal, não tivemos censura quanto às notícias sobre a Revolução dos Cravos e sua extensão.

6. Mauro: A partir disso, como se definia ou quem definia a posição editorial e o conteúdo das matérias que saiam diariamente sobre os conflitos na África e Portugal, a partir do leque de posições mesmo ideológicas ali presentes?

Jurandir: Eu tinha plena autonomia para escrever. Basta recorrer à coleção dos jornais da época (que tenho comigo) para verificar as críticas contundentes que eu fazia, por exemplo, às ditaduras de Pinochet, no Chile, ou de Franco, na Espanha. Parece que a filosofia era que as outras ditaduras podiam ser criticadas, menos a brasileira.

7. Mauro: O senhor considera que o discurso (conteúdo) dos jornais da Caldas Jr. em suas matérias revelou alguma preferência ou tendência, considerando os vários interesses e alternativas colocadas no impasse político em Portugal e África?

Jurandir: A Caldas Júnior tinha na época três jornais: Correio do Povo, Folha da Tarde e Folha da Manhã. Os três tinham posições distintas. O Correio era mais conservador, aliando-se discretamente aos regimes de direita; a Folha da Manhã era de esquerda, defendia os regimes revolucionários; enquanto que a Folha da Tarde procurava manter uma posição mais de centro, sem ligação com um ou outro regime, tendo liberdade para criticar quem fosse merecedor das críticas. Lembro que eu fui um dos primeiros aqui no nosso meio a fazer a defesa do direito dos palestinos a ter seu Estado próprio, o que motivava fortes críticas da comunidade judaica. Hoje, o tema é um consenso.

8. Mauro: Por fim, sobre as agências internacionais de notícias. Qual era a relação da Caldas Jr. com elas e como funcionava o intercâmbio de informações?

Jurandir: A relação com as agências era simplesmente de negócios. Um contato maior, por exemplo, eu só tinha quando viajava e, do exterior, recorria á agência para enviar o material para o jornal, devido às dificuldades de comunicação da época. Nós recebíamos informações das agências americanas AP e UPI, da francesa France Press, da espanhola EFE e da britânica Reuters. O enfoque das notícias da AP e UPI era mais sob o prisma norte-americano, enquanto que a France Press era mais terceiro-mundista. Como recebíamos um volume grande e

diversificado de informações, isto permitia elaborarmos na redação textos que englobavam as informações de todas as agências. Portanto, com uma informação também diversificada, que não era unilateral. Acho que fazíamos um bom trabalho.
d) ZAVASCHI, Olyr. *Depoimento*. (abril/2006). Entrevistador: Mauro L. B. Marques. Via mail: 2006.

1. Posição (função) em ZH atualmente: Editorialista de ZH e editor da página Almanaque Gaúcho.

2. Posição em ZH entre 1974 e 1975: Editor do noticiário internacional.

3. Mauro: Sr. Olyr, como a censura federal agia em 1974 e 1975 sobre o jornal ZH? Havia um censor permanente como em O Estadão de SP, por exemplo?

Olyr: Nunca houve um censor "permanente" na redação. O que havia era um funcionário da Polícia Federal que vinha ao jornal em determinados dias para apresentar "a orientação" do governo em relação a determinados temas, o que evidentemente configurava uma censura.

4. Mauro: Que conseqüências esta ação trazia para o conteúdo do jornal, em especial sobre matérias mais polêmicas?

Olyr: A conseqüência da censura era a de que o jornal acabava se subordinando a essas imposições e, com isso, o noticiário de todo o país aparecia mais ou menos "homogeneizado" pela orientação governamental.

5. Mauro: Quanto ao episódio da Revolução portuguesa de 25 de abril de 1974 e a descolonização em Guiné, Moçambique e Angola a censura agia do mesmo modo? Afinal eram matérias quase diárias sobre o assunto. A partir disso, como se definia ou quem definia a posição editorial e o conteúdo das matérias que saiam diariamente sobre os conflitos na África e Portugal?

Olyr: No caso da Revolução Portuguesa, não lembro de uma presença específica da censura. Quanto à descolonização, certamente não houve restrições a que os jornais publicassem os fatos de acordo com o que as agências de notícias transmitiam. Havia, se bem me lembro, a impressão de que o governo militar era simpático à libertação de Angola, Moçambique e Guiné, impressão que se consolidaria com o reconhecimento de Angola pelo governo brasileiro. O Brasil foi a primeira nação a fazer isso.

6. Mauro: O senhor considera que o conteúdo de ZH em suas matérias revelou alguma preferência ou tendência, considerando os vários interesses e alternativas colocadas no impasse político em Portugal e África?

Olyr: Não lembro de ZH ter adotado posição editorial em relação às relações de Portugal com suas ex-colônias.

7. Mauro: Por fim, sobre as agências internacionais de notícias, qual era a relação de ZH com elas e como funcionava o intercâmbio de informações?

Olyr: ZH comprava o serviço de várias agências. As duas principais eram France Presse e United Press International. A relação sempre foi comercial. O jornal utilizava suas notas editoriais ou suas fotos e pagava por elas. Havia relações mais próximas do jornal e dos jornalistas de ZH com a France Presse, especialmente na cobertura latino-americana.

ANEXOS

Exemplares de notícias analisadas

ZH: 8/1/76, página 13.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP - radiofotos UPI

ZERO HORA — Quinta-feira, 8.1.76 — PAGINA 13

NAVIOS DE GUERRA RUSSOS NO RUMO DE ANGOLA

A notícia causou espanto e surpresa em Washington: navios de guerra soviéticos estão rumando para as costas angolanas. Presidente Ford ficou consternado, mas disse que o fato confirma o progressivo envolvimento da URSS na sangrenta luta civil em Angola, favorecendo o MPLA.

Em Angola, o confronto entre EUA e URSS

Navios de guerra soviéticos viajam em direção às costas de Angola. Esta informação causou consternação ao presidente norte-americano Gerald Ford, anunciou em Washington o porta-voz da Casa Branca. Os navios da URSS são um contra-torpedeiro, equipado com lança-foguetes, e uma barcaça para desembarque de tanques.

Ford considera o caso tão lamentável como as outras informações recebidas em Washington sobre as dimensões do comprometimento militar da União Soviética em Angola. A notícia da nova escalada na ajuda militar soviética ao MPLA (Movimento Popular de Libertação) motivou numerosas perguntas dos jornalistas sobre os motivos que levaram Ford a declarar, na segunda-feira, que a situação de Angola era "melhor" do que na véspera.

A resposta do porta-voz, Ron Nessen, foi que Ford dispunha agora de certos dados sobre a situação.

Nessen indicou que os serviços de espionagem dos EUA souberam, há vários dias, dos movimentos de navios soviéticos ao largo das costas da África Ocidental, mas ainda ignoravam o destino exato desses navios.

Para a Casa Branca, disse o porta-voz, a presença desses navios de guerra "constitui uma nova prova do comprometimento progressivo da URSS numa região na qual carece de interesses legítimos".

DENÚNCIA

Em Sacramento, Califórnia, o senador John Tunney denunciou que pilotos norte-americanos estão dirigindo os aviões C-130 que transportam armas, em Angola, para as forças anticomunistas que lutam contra o MPLA, mas essa versão foi desmentida tanto pela Casa Branca como pelo Pentágono. Tunney disse que os pilotos norte-americanos tem suas bases no Zaire.

Porta-voz da Casa Branca qualificou tais informações de "totalmente falsas e irresponsáveis", acrescentando que "atentam contra a política externa dos Estados Unidos". Mas admitiu que alguns "voluntários" norte-americanos podem estar em Angola sem que o governo de Washington tenha conhecimento.

Em Silva Porto, quartel general das forças anticomunistas da Unita-FNLA, fontes militares declaram que necessitam urgentemente de armas norte-americanas, mas não desejam soldados nem mercenários dos Estados Unidos.

Segundo os militares anticomunistas, as tropas da Unita e da FNLA só tem reservas militares para dois meses e precisam "desesperadamente de armas norte-americanas".

O líder da Unita, Jonas Savimbi, disse aos jornalistas em seu QG de Silva Porto que "nada sabia" a respeito do recrutamento de mercenários norte-americanos: "não precisamos de soldados e mercenários norte-americanos. O povo dos Estados Unidos ainda se ressente muito dessa espécie de ajuda, depois dos acontecimentos do Vietnã".

É esperado a qualquer momento um ataque por parte das forças pró-marxistas do MPLA contra Silva Porto, mas os oficiais anticomunistas disseram "estar preparados para enfrentá-los". O MPLA já iniciou sua ofensiva contra as forças pró-ocidentais no sul de Angola.

AÇORES

Em Lisboa, o ministro de Cooperação com as antigas colônias portuguesas, Vítor Crespo, disse que o governo de Portugal não tem conhecimento de que aviões cubanos estejam usando os Açores como base de reabastecimento para o transporte de armas e material militar para Angola.

Crespo disse que existe um acordo de tráfego aéreo entre Cuba e Portugal e que aviões cubanos estão usando os aeroportos dos Açores com base nesse acordo. Mas Crespo afirmou que são aviões comerciais em vôos normais entre Havana e países da África e Europa.

Capital anticomunista é cidade morta

François Campredon, da France-Presse

Huambo, a ex-Nova Lisboa, capital das forças anticomunistas da FNLA—Unita, é uma cidade morta, na qual os homens de Holden Roberto e Jonas Savimbi afirmam estar dispostos a resistir até o fim à colonização soviética. Todos os brancos que viviam na cidade já fugiram dos horrores da guerra. Apenas restam algumas lojas abertas, com pouca coisa para se comprar.

Mas Huambo não teme a fome. Está situada em meio a uma das regiões mais férteis de Angola e não faltam nem carne, nem leite, nem ovos, nem farinha de milho. As casas estão cobertas de faixas glorificando a Unita e seu líder, Jonas Savimbi, demonstrando que aquele movimento fez de Huambo o seu quartel general. Os homens da FNLA de Holden Roberto são minoritários. Nas vésperas de Natal houve sangrentos choques entre a Unita e a FNLA (apesar de aliados), com um saldo de vinte mortos.

As ruas estão cheias de homens armados — às vezes quase crianças — com a insígnia da Unita no braço. Levam metralhadoras, pistolas e fuzis lança-granadas.

Todo o mundo se cumprimenta com o gesto dos homens da Unita: o dedo indicador na altura da cabeça e, segundo a moda, os homens se dão as mãos e depois estreitam o polegar, chamando de **irmãos**. A palavra **camarada** não figura no léxico da Unita.

A guerra está longe, a frente mais próxima está a 200 quilômetros e só se nota a passagem de alguns raros veículos militares. A população negra, alegre e despreocupada, perambula pelas ruas à sombra de árvores cujos troncos foram pintados com as cores da Unita: vermelho, verde, vermelho.

Huambo está cortado do resto do mundo. Não há telefones, nem telex. O único contato com o exterior é assegurado por um transmissor de rádio em Silva Porto, QG da Unita, a 150 quilômetros de Huambo.

Um grupo de três representantes da Cruz Vermelha Britânica se dispõe a dirigir-se aos hospitais de Yuga, a 40 quilômetros de Silva Porto, onde são cuidados os feridos graves.

Silva Porto é o centro logístico onde operam as forças da Unita em luta contra o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), qualificado de **exército comunista**.

A entrevista de três cubanos presos

Três prisioneiros de guerra cubanos capturados quando lutavam ao lado das forças do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), disseram em Silva Porto, QG das tropas anticomunistas, que foram levados a participar da guerra angolana sem que soubessem qual era a situação real da ex-colônia portuguesa.

Os presos, dois brancos e um negro, estão recolhidos a uma pequena prisão, nos arredores de Silva Porto, cidade transformada em quartel general das forças anticomunistas da Unita-FNLA. Outros 16 cubanos estão presos em diversas localidades controladas pelos anticomunistas.

Cuba enviou cerca de 7.500 soldados para combater ao lado das forças do MPLA contra a Unita e seu aliado, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

Ao serem entrevistados, os cubanos falaram livremente, mas com cautela. Pareciam estar em boas condições de saúde e disseram que, agora, eram bem tratados. Mas foram agredidos diversas vezes, especialmente na fase inicial de sua prisão.

Os três presos cubanos são o tenente Celso Caldez, de 22 anos, e os soldados Dusentes Rodriguez García e José Durudi. Os dois primeiros disseram que se ofereceram voluntariamente para combater em Angola. Já Durudi disse que foi enviado para libertar Angola.

Contaram que, durante o período inicial de sua prisão, foram agredidos, torturados, amarrados a árvores e golpeados, mas que agora estão sendo bem tratados.

Nos meios anticomunistas angolanos, atribui-se ao contingente cubano o fato do MPLA ter escapado da derrota na guerra civil. Mas os três prisioneiros negaram-se a falar a respeito, recusando-se, também a dizer o que acham dos africanos como combatentes.

por incrível que pareça, é fácil adquirir um terreno numa praia tão bela e refinada.

Balneário Itapeva. Ao lado de Torres. Junto ao Parque Estadual da Guaritá, projetado por Burle Max.
A tranqüilidade, o conforto e a certeza de um ótimo investimento.
Terrenos amplos, de fácil acesso.
Calçamento, água, luz, praças e jardins.
Interesse-se pelo Balneário Itapeva.

BALNEÁRIO Itapeva TORRES-RS

LANÇAMENTO E VENDAS — Aníbi Vargas — Rua Rambo Barcelos, 2073 — Sobreloja — 3 — fone: 31-3000

TORRES — Raul Porto — Centro Comercial Nara, Loja 9 — fone: 2136

ZH: 12/1/76, página 12.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP / radiofotos UPI

ZERO HORA — Segunda-feira, 12.1.76 — PAGINA 12

GUERRA DE ANGOLA DIVIDE A ÁFRICA

A Organização de Unidade Africana (OUA), reunida ontem, caiu numa divisão muito grave a propósito da guerra de Angola e alguns dirigentes procuram fórmulas que evitem o total rompimento do panafricanismo.

Vinte e três dos 46 países da OUA já reconheceram a República Popular de Angola (RPA) do presidente Agostinho Neto, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Mas a outra metade da Organização mantinha sua posição contrária ao reconhecimento.

Nas fileiras destes últimos se esboçava uma corrente partidária de uma fórmula de compromisso que prevê a criação de uma comissão da OUA destinada a fazer dialogar os três movimentos de libertação de Angola. Esta fórmula será apresentada pelo Senegal aos Estados representados na OUA, e recomenda aos três movimentos angolanos em disputa "terminar as hostilidades e aplicar escrupulosamente um cessar-fogo".

O projeto condena sem equívocos a intervenção em Angola das forças da África do Sul, mas também toda a outra forma de intervenção estrangeira, procedente da União Soviética, Cuba e Estados Unidos.

Entretanto, a metade progressista da OUA se prepara para pedir à Organização que reconheça oficialmente como um novo membro a República Popular de Angola.

O presidente da República da Somália e o chanceler da Guiné, Siad Barre e Lansana Beavogui, respectivamente, defendem ante a Organização a causa da República Popular.

O presidente Somália pediu que a OUA reconheça "sem condições" a República Popular de Angola e recordou que a Organização de Unidade Africana havia pedido várias vezes ajuda aos países socialistas para os movimentos de libertação.

O presidente Siad Barre protestou contra a presença, como observadores em Addis Abeda, dos líderes da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e da Unita, aos quais qualificou de traidores da África.

De seu lado, o chanceler da Guiné sustentou que o problema essencial que se coloca à OUA é um só: "a agressão contra a República Popular de Angola por parte da África do Sul, do imperialismo e de seus cúmplices que querem neocolonizar a África".

Idi Amin preside reunião da Organização da Unidade Africana

Mercenários britânicos estão na luta

O jornal londrino **The Sunday Telegraph** escreveu em sua edição de ontem que "fontes diplomáticas da África do Sul" afirmaram que dezenas de mercenários britânicos estão combatendo em Angola a favor das forças direitistas.

A versão indica que o coronel Michael Hoare, conhecido como **O Louco Mike** e veterano da guerra civil do Congo, é o homem que se encarregou do recrutamento.

— O recrutamento dos mercenários europeus está sendo acelerado para contrabalançar o crescimento das forças apoiadas pela União Soviética, com as quais opera o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) — diz o jornal.

Indica-se também que os agentes da aliança direitista do movimento União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) visitaram Londres, Escócia e centros da França, Bélgica e Suíça, para engajar centenas de homens que teriam atuações importantes na guerra civil angolana.

Os mercenários substituiriam as tropas sul-africanas que, segundo se acredita, serão reduzidas ou retiradas completamente, conforme afirma o jornal.

ITÁLIA: AUMENTAM POSSIBILIDADES DE ELEIÇÕES

Aumentavam na Itália as possibilidades da prematura realização das eleições nacionais, às vésperas do início da formação do trigésimo oitavo gabinete dos últimos 32 anos.

O presidente Giovanni Leone começará hoje as tradicionais consultas para a formação do novo governo, enfrentando as difíceis posições dos líderes partidários que não podem apresentar respostas fáceis para a solução da crise italiana.

Contudo, para governar a Itália até as eleições e manter os recentes projetos de recuperação econômica, não será difícil montar um gabinete **remendado**.

Se não conseguir a formação do novo gabinete, Leone terá que dissolver o Parlamento e marcar as eleições para os próximos meses. Com isso, porém, terá de esperar pelo menos três meses para tomar qualquer medida a fim de combater a inflação que já sobe a 17,7 por cento e para superar a queda em 12 por cento da produção industrial e o aumento de 7 por cento na taxa de desemprego.

O presidente Leone realizará dois dias de consultas com os principais líderes e ex-líderes do governo e dos partidos, enquanto os dirigentes dos maiores sindicatos operários se reunirão hoje para discutir uma política conjunta em relação à crise, e, além disso, a possível decretação de uma futura greve.

ESPANHA: POLÍCIA PRENDE 30 MANIFESTANTES

Diversas pessoas ficaram feridas em Madri quando centenas de manifestantes se precipitaram num mercado para fugir da Polícia. Tratava-se de uma das muitas manifestações e greves que ocorrem ultimamente na capital espanhola, paralisando parte de seus bairros industriais. A Polícia prendeu uns UNS 30 grevistas, segundo se informou.

Embora a greve tivesse a finalidade de exigir melhores salários, seu tom era essencialmente político. Numa das manifestações, realizadas na avenida central de Madri, exigindo liberdade sindical e anistia para os presos políticos, muitos dos manifestantes levantavam o punho na típica saudação comunista.

O jornal **Arriba** disse que o essa marcha foi um espetáculo nunca mais visto na Espanha, desde a Guerra Civil.

A Polícia, depois de meia hora sem intervir, pediu aos manifestantes que se dispersassem e prendeu algumas pessoas.

No bairro industrial de Getafe, onde a maioria das fábricas estão paradas pelas greves, a Polícia dissolveu uma manifestação com gazes lacrimogêneos e cassetetes.

As fábricas fechadas por problemas trabalhistas são a Chrysler, de automóveis, e várias fábricas da companhia ITT — Standard. Em Madri, há mais de 30 mil trabalhadores em greve.

Gente Fina mora na Carlos Gomes.

Em um edifício com jardins e play-ground em 2 planos.
Vidros fumê.
Pisos de mármore e basalto.
Porteiro eletrônico.
1 elevador para cada 8 apartamentos.
Central de gás.
Qualidade, conforto e bom gosto em apartamentos, de 3 quartos / 2 banheiros e 2 quartos / 2 banheiros sociais, sendo um privativo.
Entrada social e de serviço.
Garagem.
Desde: Cr$ 337.500,00 e/entrada de 37.158,00 - financiamento BNH 3.981,00 mensais.

ED. JEQUITIBÁ
Rua Augusto Meyer, 125 (continuação da Carlos Gomes ou da D. Pedro, como você quiser).

Construção e Incorporação:
SIBISA NACIONAL S.A.

PREDILAR
Plantão no local ou Osvaldo Aranha, 1414
Fones: 31-4000/31-4010
CRCI/24.

Newton Carlos

DOCUMENTO ANGOLANO

Quais os verdadeiros interesses em jogo em Angola? Como a União Soviética se beneficiaria, na prática, de vantagens estratégicas no Atlântico Sul? "Os soviéticos sabem que seria considerado um ato de guerra interferir na passagem de petroleiros do Ocidente que se abastecem no Golfo Pérsico e dificilmente se arriscariam a enfrentar as conseqüências de um ato como esse", escreve o **Guardian**, de Londres, tendo em vista a mobilização em várias frentes, inclusive da Organização da Unidade Africana (OUA), com o objetivo de dar uma solução à guerra angolana. Um relatório da ONU, sobre "exploração econômica estrangeira em Angola", mostra simultaneamente a existência de interesses que raramente batem em retirada.

O estudo, que denuncia "exploração acelerada tendo por base o lucro", provocou na última assembléia-geral a aprovação de um texto condenando a "política de potências coloniais e outros Estados", de apoio às suas empresas operando em Angola e outras partes da África. Os alvos prediletos são os recursos não renováveis, o que significa exaurir o país. Um exemplo é a exploração de petróleo em Angola, quase nunca contada em detalhes.

ACELERAÇÃO

A produção de petróleo bruto em Angola aumentou de 537 mil toneladas, em 1967, para seis milhões e meio de toneladas, em 1972. Ao mesmo tempo em que os angolanos lutavam pela sua independência, sondas e bombas da **Gulf** aceleravam a redução do potencial energético do país e atraíam mais empresas interessadas em obter mais lucros fazendo o mesmo. Este é um detalhe pouco conhecido: em 1972 seis empresas norte-americanas, entusiasmadas com os bons negócios da **Gulf** pediram aos portugueses concessões para explorar petróleo em Angola. Com seus enormes recursos e o dom da onipresença, a **Exxon, ex-Standard Oil of New Jersei,** resistiu a todos os tipos de pressão (**American Committee of Africa, Ecumenical Comission of Southern Africa, Council of Christian Social Action, etc.**) e se dispunha a perfurar a plataforma continental angolana com suas sondas quando o salazarismo foi liquidado em Portugal.

Os processos continuaram pendentes, havendo a quase certeza de que os interesses vinculados a eles não bateram em retirada. Quanto ao minério de ferro, cuja produção chegou em 1971 a sete milhões de toneladas, a empresa (Companhia Mineira de Lobito) com o controle de 95 por cento dessa produção transformou-se em parte de um consórcio multinacional com capitais franceses, alemães, sul-africanos e japoneses. Em 1972, já ao apagar das luzes, entrou para o consórcio a **Bethlehém Steel Corporation,** dos Estados Unidos. Os interesses do grupo Rockefeller, hoje com conexão direta com a Casa Branca, se estendem à Companhia de Fosfatos de Angola (Cofan), na qual ele é representado pela **Clark Canadian Exploration Company.** A prospecção de fosfato, iniciada em 1969, revelou a existência de reservas totalizando 100 milhões de toneladas, no mínimo, e uma empresa inglesa, a **Constructors John Brow,** preparava o projeto de mineração, processamento, transporte e venda quando o salazarismo foi liquidado.

Também já quase ao apagar das luzes, empresas estrangeiras descobriram em Angola três depósitos de cobre. Uma delas é a **Great Lakes Carbon Corporation,** de Nova Iorque. Outras duas empresas norte-americanas chegaram ainda mais tarde, no começo de 1973, pouco antes do golpe contra o antigo regime português, que abriu Angola a capitais estrangeiros como um dos meios de conseguir financiamento para suas guerras coloniais. **A Riverwood Corporation of Midland,** do Texas, conseguiu concessão para explorar asfalto. **A United States Steel,** de Nova Iorque, que entrou com seus processo em Lisboa um mês antes da queda do salazarismo, queria o monopólio da exploração de todos os minerais do subsolo angolano, a exceção de diamantes. Não há nenhuma informação de que ela tenha desistido desse propósito, havendo especulações sobre uma possível persistência se projetando na situação atual.

INTERRUPÇÃO

O estudo da ONU mostra que as empresas estrangeiras operando em Angola iniciavam a decolagem quando veio o imprevisto: a liquidação do salazarismo com repercussões inevitáveis na política colonial de Portugal. Com exploração acelerada de recursos não renováveis, essas empresas pareciam contentar-se com alguns anos mais de colonialismo em Angola e afivavam suas engrenagens em função disto, certas de que o salazarismo sobreviveria o tempo suficiente para que elas acumulassem os lucros buscados. Isto não aconteceu, no entanto. É possível que esteja sendo feito agora um esforço por conseguir essa sobrevida por outros meios.

ZH: 25/1/76, página 14.

TIROTEIO EM BEIRUTE: A TRÉGUA FOI ROMPIDA

Sangrentos incidentes entre muçulmanos esquerdistas e falangistas cristãos (direitistas) perturbaram ontem a trégua decretada no Líbano depois de vários meses de guerra civil que elevou o número de mortos a mais de nove mil. A mais grave violação da trégua foi causada ontem nos bairros do Sudeste de Beirute, aparentemente devido a confusões sobre a posição que cada parte deverá ocupar.

Nos choques foram utilizados morteiros e metralhadoras pesadas, principalmente no subúrbio cristão de Aintummaneh e no bairro de Chya, a Sudeste de Beirute, teatro de violentos combates durante a guerra civil. Segundo fontes policiais, os choques de ontem causaram quatro mortes e seis feridos. Durante a confusão, cada parte tratou de acusar seu inimigo de tentar aproveitar a calma da trégua para avançar em suas posições.

No resto de Beirute, prevalecia uma calma sem precedentes nos últimos meses, enquanto tropas do Exército libanês patrulham as ruas, com ordem de atirar contra os que violassem a trégua. Essa ordem parece estar sendo cumprida à risca pelo Exército, pois, nas últimas 24 horas, 10 pessoas morreram e mais de 30 ficaram feridas em choques com as patrulhas. O mais grave incidente com as tropas regulares efetivou-se no início da tarde de ontem quando uma patrulha, encarregada de manter a ordem a Oeste de Beirute, sob o controle islâmico progressista, chocou-se com elementos que circulavam de carro. Esse, no entanto, parece ter sido o último incidente do dia de ontem.

MPLA ESTÁ CADA VEZ MAIS PERTO DA VITÓRIA FINAL

A guerra de Angola será definida na Frente Sul, onde as tropas do MPLA cruzaram a sangue e fogo o Rio Queve, bastião natural na UNITA e das forças sul-africanas, indicaram os especialistas.

A ofensiva lançada nestes dias pelas tropas do Movimento Popular de Libertação de Angola varou, segundo esses técnicos, as linhas sul-africanas e pôs em debandada os soldados da União Nacional pela Independência Total de Angola.

As tropas da República Popular de Angola atravessaram o Rio Queve, 580 quilômetros ao Sul de Luanda, linha natural de defesa que estava em poder há três meses da UNITA e das tropas sul-africanas, e continuou avançando, anunciou fonte oficial.

As tropas sul-africanas retiraram-se para a rodovia que leva à cidade de Lobito, a poucos quilômetros do importante porto de Benguela.

Depois de transquearem essa linha, segundo as fontes, as tropas da MPLA se lançaram pela brecha aberta e provocaram uma verdadeira debandada das forças da UNITA.

Algumas colunas, acrescentaram, avançam em direção à Silva Porto, a Noroeste de Nova Lisboa, base aérea estratégica das tropas sul-africanas.

As tropas sul-africanas tiveram graves perdas durante os combates ao longo do Rio Queve e, em particular, em Santa Comba, precisaram as fontes. Para os observadores só resta saber se a África do Sul retirará suas tropas de Angola. Uma retirada sul-africana, na opinião dos especialistas provocará o total descalabro das forças da UNITA.

Com efeito, a UNITA carece de homens e material para poder enfrentar só uma ofensiva da envergadura da que o MPLA lançou na Frente Sul.

Sobre as informações de que o governo sul-africano estaria disposto a retirar suas tropas de Angola mediante uma "solução de compromisso", as autoridades de Luanda disseram que isto estava fora de cogitação.

A República Popular de Angola não pode negociar sobre a presença de tropas da África do Sul em Angola, e só cabe sua retirada, anunciou-se oficialmente em Luanda. "Os sul-africanos, acrescentou a fonte, vieram para apoiar seus aliados encurralados. Parece pouco provável que os Estados Unidos permitam que os sul-africanos se retirem agora".

No entanto, ontem mesmo, informava-se em Johannesburgo que o ministro da Defesa da África do Sul, Pieter Botha, declarou que seu país não continuará combatendo sozinho na ex-colônia portuguesa, em "benefício do mundo livre". Ao mesmo tempo, várias fontes, como jornais, serviços secretos do Ocidente e observadores diplomáticos em Lusaka, capital de Zâmbia, informaram que os 1.200 soldados brancos que vinham apoiando os movimentos pró-ocidentais, começaram a se retirar, há vários dias, da Frente Sul. Os especialistas militares esperam, portanto, uma rápida vitória do MPLA logo que fora concluída a retirada das forças regulares sul-africanas.

Exército de Agostinho Neto avança para o Sul

Newton Carlos

FREI CONTRA PINOCHET

A ofensiva do ex-presidente Eduardo Frei contra a Junta Militar chilena coincide com pressões norte-americanas em favor de uma liberalização, sobretudo no campo de direitos humanos, que melhore a imagem internacional do Chile. Seriam partes de uma mesma operação? O projeto pós-Allende tornou-se inviável com a "brutalidade institucionalizada" (expressão da revista **Newsweek**) do regime e a substituição de conservadores tradicionais, que esperavam beneficiar-se politicamente do golpe, pelo que Frei não hesita em chamar de "grupos fascistas". Num esforço por corrigir isto, facilmente encontrariam pontos de convergência os interesses de Kissinger e do ex-presidente chileno, que favoreceu a derrubada de Allende, permaneceu dois anos calado e chegou a ser convidado para integrar um Conselho de Estado.

Frei e as pressões norte-americanas procuram mudar situações de isolamento interno e externo, estabelecendo um projeto viável. Para Kissinger, o regime chileno tornou-se carga pesada demais com o seu isolamento externo, corte de créditos e receio de investidores. Sendo aceitável para grupos industriais, financeiros e até universitários dos Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina, Frei poderia intervir como um eficiente instrumento de reabilitação.

CUSTOS

O interesse imediato de Frei é romper um isolamento interno. O amplo segmento de classe média do Chile, que fez o partido de Frei o PDC, o maior do país, favoreceu e até apoiou o golpe convencido de que estava sendo destruído por Allende e iria beneficiar-se com um regime capaz de conter a avalancha operária. Essa perspectiva do golpe explica o comportamento inicial de Frei, coerente com os interesses de seu eleitorado. Mas o Chile foi levado a um tal processo de empobrecimento, com programas de estabilização manejados por economistas conhecidos no país como **Chicago's Boys**, por seguirem as regras rigidamente conservadores de Milton Friedman, da Universidade de Chicago, que nem pequenos proprietários e classe média escaparam da ruína completa. Ou do **custo social** de programas sob a pressão, entre outras coisas, de aumentos de 300 por cento das verbas militares.

Quarenta mil funcionários públicos foram licenciados em 1975 e outros 60 mil ainda vão sê-lo, em nome de uma **austeridade** que não atinge a todos por igual. Já abandonou o Chile um quarto de seus técnicos e cientistas, fato definido como catastrófico pelo diretor do Instituto de Ciências, nomeado pela Junta. No último inverno muitas famílias de Providência, bairro de classe média de Santigago, não tiveram recursos suficientes para cobrir os gastos de calefação. Com o seu eleitorado pagando parcelas altas do custo social, Frei iniciou a ofensiva limitando-se a falar de assuntos econômicos. "A queda real de salário é considerável, a carestia tende a aumentar, faltam casas e há insegurança no emprego e quanto ao futuro", disse ele numa entrevista à revista democrata-cristã **Ercilla**, sua primeira manifestação pública quase dois anos depois do golpe.

A carga política é agora desfechada para romper o isolamento a que foram constrangidos os que favoreceram o golpe jogando com seu prestígio popular, como o próprio Frei. Embora até democrata-cristãos tenham servido a Pinochet, como Andres Zaldivar, ministro da Fazenda de Frei de 1946 a 1970, o conservadorismo e a direita tradicionais, com antecedentes históricos de peso no Chile, não conseguiram impor-se como componentes políticos do regime. Como assessores diretos de Pinochet, com influência decisiva sobre seus atos, figuram alguns jovens teóricos de um fascismo estilo franquista, destacando-se entre eles um advogado de vida ascética, Jaime Guzman, inimigo de morte da **democracia liberal**, preferindo os métodos de inquisição.

PESO

Guzman é uma das cabeças visíveis do "grupos fascistas" de que fala Frei e que tornaram o projeto pós-Allende carga pesada demais para Kissinger, tal o isolamento internacional do Chile. Segundo levantamento feito pela Confederação Internacional dos Sindicados Livres, central operária pró-ocidental com sede em Bruxelas, em 1975 o regime chileno perdeu quase completamente seus créditos na Europa Ocidental. Para compensá-lo, a ajuda dos Estados Unidos ultrapassou um bilhão de dólares. Mesmo assim a crise econômica continuou a se agravar-se, exigindo de Kissinger pensar em soluções políticas.

CHINA REALIZA UM NOVO TESTE NUCLEAR

A China anunciou ontem haver realizado um novo teste nuclear, "inteiramente destinado à defesa".

A agência de notícias **Nova China**, que divulgou a informação, não deu nenhum detalhe.

Este foi o décimo-oitavo teste nuclear realizado pela China desde sua entrada no Clube Nuclear, em outubro de 1964, com sua primeira explosão atômica. Esta foi a primeira vez que um destes testes não foi previamente divulgado por estações controladoras de transmissões radiofônicas em outros países.

O último teste, realizado no dia 27 de outubro último, foi primeiramente divulgado pelo Centro de Pesquisa Atômica Bhabha, da Índia, e foi a segunda explosão subterrânea da China.

O anúncio feito ontem pela agência **Nova China** diz que "A China realizou, com êxito, um novo teste nuclear no dia 23 de janeiro de 1976". E que o teste foi "Uma nova vitória" para todo o país.

— A realização de testes nucleares limitados e necessários pela China é inteiramente destinada à defesa, à quebra do monopólio das superpotências e, basicamente, à eliminação de armas nucleares, disse o anúncio.

Reiterou também uma declaração de Pequim de que a China não seria, "em nenhuma ocasião e em nenhuma circunstância", a primeira a utilizar armas nucleares.

ITÁLIA: PS REJEITA A PROPOSTA DE MORO

Os dirigentes do Partido Socialista Italiano (PSI) rejeitaram ontem, por unanimidade, a proposta do primeiro-ministro Aldo Moro para a formação de uma coligação de governo com os partidos Republicanos e Democrata-Cristão.

Uma nota oficial, distribuída ao fim de uma reunião de três horas, declara que a proposta de Moro "foi considerada inadequada com relação às exigências políticas apresentadas pelo Partido Socialista".

Ao mesmo tempo, o presidente do Partido Social-Democrata (PSD), Giuseppe Saragat, informou que seu partido foi consultado sobre a possibilidade de formar uma coligação com o PDC e o PR. Saragat declarou que o assunto será examinado hoje.

Os socialistas **provocaram**, há 16 dias, a queda do governo anterior de Moro, uma coalizão do PDC com os republicanos, ao retirar seu apoio externo, argumentando que o governo, e, principalmente, os republicanos, não agiram com firmeza suficiente para combater o desemprego, que já afeta quase um milhão e meio de italianos.

Um porta-voz do PS declarou que os membros de seu partido esperavam uma proposta de Moro para que fossem os únicos membros da coalizão e que ficaram decepcionados quando o primeiro-ministro disse, em um discurso de 80 minutos, que os republicanos também seriam incluídos.

O mais importante é que o PDC não está disposto a adotar uma nova maneira de governar, o que já pedimos várias vezes, declarou à imprensa o líder da bancada socialista do Senado, Michele Zuccala.

Quando lhe perguntaram se a sugestão de Moro de se formar um governo socialista era realista, Zuccala respondeu que não. Pelo menos esta é minha opinião. A decisão depende do diretório".

Se Moro ou outro primeiro-ministro designado não conseguir formar um novo governo, o presidente Giovani Leone poderá convocar novas eleições nos próximos meses, um ano antes do programado. Os comunistas que, nas eleições regionais de junho passado conquistaram 2,5 milhões de novos votos, ficando logo atrás do PDC, seriam os mais favorecidos por esta antecipação, segundo os observadores políticos.

ZH: 27/1/76, página 13.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP - radiofotos UPI

ZERO HORA — Terça-feira, 27.1.76 — PÁGINA 13

ANGOLA

MPLA prepara ofensiva que liquidará a guerra

A África do Sul retirou todas as suas tropas da guerra civil de Angola e os movimentos pró-ocidentais estabeleceram uma linha de defesa que "lutara até a morte" para bloquear uma esperada ofensiva terrestre e aérea contra sua capital, Huambo.

Jonas Savimbi, líder da União Nacional para a Libertação Total de Angola (Unita), teria afirmado aos repórteres que retornaram de Angola que cerca de 1.200 soldados sul-africanos haviam concluído, na última sexta-feira, sua retirada deste país — dois dias após terem recebido ordem do governo da África do Sul para que regressassem.

Embora tenham se retirado da frente de combates, os sul-africanos, com sua artilharia e veículos blindados, ainda não saíram completamente de Angola, segundo os repórteres.

Eles não se afastaram da fronteira entre o Sudoeste Africano (Namíbia) e Angola, onde ainda defendem a importante barragem de Cunene, dentro de território angolano.

Em Johannesburgo, o jornal Randy Daily Mail citava um porta-voz da Unita, o qual teria dito que a África do Sul havia exigido seu reconhecimento por 22 nações angolanas, como preço para prosseguir com sua ajuda aos dois movimentos guerrilheiros pró-ocidentais angolanos.

— Este foi um preço muito alto, disse Jorge Sangumba. O povo sul-africano é muito enganador.

Apesar das previsões de que a retirada dos sul-africanos poderia dar lugar a uma rápida vitória do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), apoiado pelos soviéticos, Savimbi disse que suas tropas utilizariam, se necessário, táticas de guerrilha em sua luta.

Jornalistas ocidentais que se encontram junto as forças marxistas disseram que estas tropas, lideradas por soldados cubanos e apoiadas por tanques soviéticos T54, haviam alcançado um ponto situado a apenas 95 quilômetros de Huambo, prontas para o "impulso final da guerra".

O jornalista Raymond Wilkinson que visitou recentemente Huambo, informou que, além de algumas frágeis barricadas armadas com tambores de petróleo e carros incendiados na estrada pavimentada que liga esta cidade a Cela, controlada pelo MPLA, a capital da Unita está praticamente indefesa.

Até poucos dias atrás, afirmou Wilkinson, as tropas da Unita não haviam se preocupado em cavar trincheiras em muitos pontos, para que pudessem se proteger das granadas de foguetes de 122 mm, utilizadas recentemente pelo MPLA, com grande eficácia.

Observadores militares disseram esperar que as tropas do Movimento Popular avancem brevemente pela estrada, com seus tanques e que, após a notícia da retirada dos soldados sul-africanos, eles poderão também se arriscar a usar caça-bombardeiros, pela primeira vez, para abrir caminho para suas unidades blindadas e de infantaria.

O líder do MPLA, Agostinho Neto, anunciou, há alguns dias, a formação de uma Força Aérea do Movimento Popular e os observadores acreditam que ela possa incluir 12 caça-bombardeiros supersônicos MIG 21, os quais teriam sido montados pelos soviéticos em Luanda, capital de Angola.

Retirada da África do Sul precipita a vitória do MPLA

Cuba defende a intervenção de seus soldados na África

Cuba enviou uma mensagem ao secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Wadheim, onde diz que enviou tropas a Angola a pedido do líder deste país africano, Agostinho Neto, presidente do Governo estabelecido pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA).

Em sua mensagem a Waldheim, o embaixador de Cuba nas Nações Unidas, Ricardo Alarcon, critica, em termos violentos, os governos da África do Sul e do Zaire, por apoiarem a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), na guerra civil da ex-colônia portuguesa.

A nota foi uma resposta a uma mensagem enviada pelo Zaire, onde este país afirmava a Waldheim que as forças de Cuba e da União Soviética, que lutam ao lado do MPLA, haviam feito explodir várias pontes e trilhos da ferrovia que liga a cidade fronteiriça de Dilolo a Teixeira de Souza, em Angola.

O Zaire acusou também as forças cubanas e soviéticas de haverem bombardeado Dilolo, obrigando seus habitantes a abandonar a cidade.

Em sua resposta, Alarcon, por sua vez, acusa o Zaire de estar, juntamente com a África do Sul, ajudando "as forças dirigidas pelo conhecido agente da Agência Central de Inteligência (CIA), Holden Roberto", lembrando também que Cuba foi um dos países que ajudou o líder esquerdista Patrice Lumumba, durante a guerra do Congo.

PONTA DE LANÇA

A participação cubana na guerra de Angola afastou qualquer desejo dos Estados Unidos de um entendimento com o governo do primeiro ministro Fidel Castro. Um membro da comitiva de Henry Kissinger, depois da missão de uma semana de duração na Europa, disse que Cuba se transformou "numa ponta de lança de revolucionários" em vários países africanos.

Além de enviar uma força de aproximadamente 11 mil homens a Angola, Cuba também têm enviado assessores para a Argélia e Guiné Bissau e tripulações de tanques à Síria.

Acrescentou que estas ações tem enfraquecido completamente as sugestões de Kissinger para o restabelecimento das relações com Havana esboçado em seu discurso a primeiro de março passado em Houston.

Kissinger retornou depois de três dias de conversações com o líder soviético Leonid Brejnev em Moscou, de 20 a 23 de janeiro, sem haver obtido solução para o confronto soviético — norte-americano em relação a Angola.

A decisão do Senado de suprimir a ajuda da Agência Central de Inteligência-CIA — as facções contrárias ao Movimento Popular para a Libertação de Angola foi "um sinal aberto para Moscou e Havana", acrescentou o informante."

O destino de Melo Antunes

Portugal está discutindo o reconhecimento oficial do MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) e uma ala importante do governo está propensa a considerar o MPLA como o legítimo representante da nação angolana, apesar da oposição do Ocidente.

Fontes políticas disseram que o futuro do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Melo Antunes, poderia depender do resultado das conversações.

Antunes, que se diz marxista, organizou a rápida retirada de Portugal de sua ex-colônia africana e pede o reconhecimento do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA).

O conselho da Revolução iniciou a reunião em meio a notícias segundo as quais o MPLA estaria avançando nas frentes ao Norte e Sul de Luanda, capital de Angola.

Fontes militares disseram que estes avanços, juntamente com a decisão dos Estados Unidos de permanecerem neutros e da África do Sul, de retirar suas tropas das lutas, tornaram a derrota das duas facções pró-ocidentais quase certa.

— Não se pode derrotar tanques com arcos e flexas, disse uma das fontes.

Antunes e seus aliados esquerdistas primeiramente admitiram a intervenção de tanques soviéticos e tropas cubanas e, depois, pressionaram o Conselho Militar para que ele reconhecesse a força dos comunistas naquela ex-colônia.

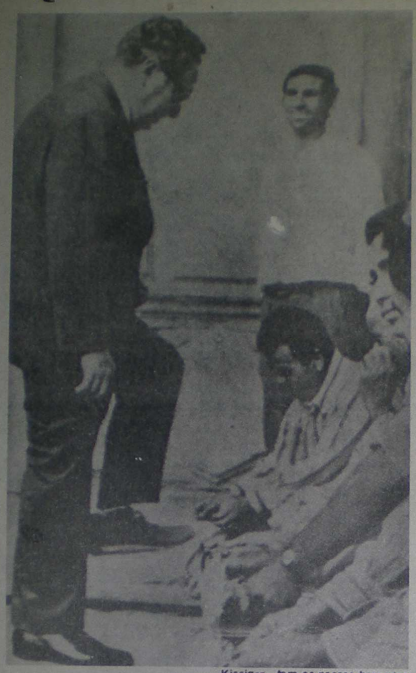
Forças conservadoras e liberais de Portugal se opuseram a isto; Fontes políticas disseram que esta oposição poderia fazer com que Antunes, um dos participantes do golpe que levou os militares ao poder, há 21 meses, fosse afastado.

FAET
FAZ A ALEGRIA DO LAR!
PELO REEMBOLSO POSTAL
FERRO DE PASSAR
FOGAREIRO ELÉTRICO
TORRADEIRA DE PÃO
TORRADEIRA DE PÃO DE LUXO
GRILL WAFFLE
VENTILADOR SUPER
PONTO PROMOÇÕES LTDA.
A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA EM VENDAS PELO REEMBOLSO POSTAL
CAIXA POSTAL 1184
PORTO ALEGRE — RS
Desejo receber pelo reembolso postal os produtos abaixo assinalados
Nome
Endereço
Cidade
Estado
Cep
Assinatura

ZH: 1/2/76, página 13.

QUEM SÃO OS DERROTADOS NA GUERRA DE ANGOLA?

Boni de Torhout, da AFP, especial para ZH



Kissiger tem os passos barrados

Os Estados Unidos estão perdendo a guerra de Angola sem fazê-la, como perderam a guerra do Vietnã por tê-la feito, comentaram os observadores de Paris ao analisar o dilema angolano dos norte-americanos.

A referência ao Vietnã não é fortuita. É precisamente a lembrança da aventura fracassada vietnamita que mantém o Congresso dos Estados Unidos firme em sua determinação de negar ao governo Ford os fundos que eventualmente pedisse para intervir diretamente na ex-colônia portuguesa.

Com as asas financeiras cortadas, o secretário de Estado, Henry Kissinger, só pode manobrar por intermédio do Zaire e da África do Sul.

Mas no local, os dois aliados de fato dos Estados Unidos parecem cada dia mais esmagados pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola, pró-marxista) solidamente apoiado por 10 mil cubanos e armado até os dentes, pela União Soviética.

No plano diplomático, Kissinger obteve em Moscou um **niet** categórico do **número um** soviético, Leonid Brejnev, a suas demandas de moderação em Angola e suas sugestões de solução negociada entre os supergrandes.

Paralisados militarmente, os Estados Unidos não quiseram ou não puderam lançar a questão angolana na balança das relações soviético-norte-americanas.

Diante da negativa de Moscou em discutir o assunto, Kissinger, cujo **reinado** sobre a política exterior norte-americana está suspenso por um fio à espera das próximas eleições presidenciais, não está em condições de jogar a fundo a cartada contra o MPLA que luta pela implantação da República Popular de Angola, com capital em Luanda, e que ainda não ganhou de todo a guerra. Mas está ganhando e, segundo os observadores, parece já a salvo de alguma surpresa militar.

De fato, a resistência do movimento pró-ocidental, UNITA, apresentou-se fraca na semana que passou, no Sul do país, assim como os restos do Exército da FNLA (Frente Nacional de Libertação, de Holden Roberto) no Norte.

Segundo os peritos, qualquer que seja a resistência que estes dois exércitos em retirada possam opor aos batalhões cubano-angolanos das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), a fração pró-soviética ganhou já suficientes batalhas para impor uma vantajosa solução negociada. Isto, se não conseguir a vitória militar total.

Angola é o Vietnã de Ford

Diante dessa situação, a lógica de Washington é prosseguir em seu apoio ao Zaire, que conta com o apoio da metade dos países membros da OUA (Organização da Unidade Africana) e confiar em que a intervenção sul-africana, ao lado da UNITA, impeça a derrota na Frente Sul.

Mas, por outro lado, Pretória está consciente de que não tem força nem vontade de prosseguir numa guerra de desgaste que poderia resultar num Vietnã catastrófico.

Sobre a tentação do isolacionismo e o temor de ver a África cair na órbita soviética, os Estados Unidos parecem vacilar. Kissinger tratará de encontrar, sem dúvida, uma solução honrosa, que, ainda reconhecendo amplamente a representatividade do MPLA, não implique na humilhação de uma derrota total para as forças pró-ocidentais. Mas seus meios de ação são bem mais limitados.

As intervenções mais ou menos clandestinas dos serviços de inteligência estão hoje fora de contexto nos Estados Unidos.

Mas não é menos certo que inúmeros países africanos — Zaire na frente — não parecem dispostos a aceitar uma vitória do MPLA e que, por falta de uma solução negociada, uma ajuda em massa e legítima de Washington a Kinshasa, poderia modificar a situação.

Em definitivo, para os Estados Unidos, são os africanos que têm a palavra, e a eles cabe decidir o futuro desta parte do continente.

Se você tirar o corpo fora, a praia em que você veraneia pode afundar.

Tape os buracos, acenda as luzes, cuide da praia que, todo ano, no verão, o recebe e acalma. Pagando os impostos pontualmente, tudo fica mais fácil, mais bonito. Se você tirar o corpo fora, a sua praia afunda. E o que é muito pior: a sua paz, também.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO - RS - BRASIL

Amaragi, Curumim, Arroio Teixeira, Guarani, Praia do Barco, Capão Novo, Jardim B. Mar, Arco-Íris, Araçá, Araçá-Mirim, Zona Sul-CC, Zona Norte-CC, Capão da Canoa, Atlântida, Xangrilá, Remanso, Maristela, Noiva do Mar, Rainha do Mar, Mariápolis, Cruzeiro do Sul, Ibagé, Miramar.

Vencimentos: 1.ª parcela: até 31 de janeiro — 2.ª parcela: até 31 de março.
Pagamento: em Porto Alegre, Rua dos Andradas, 932, 1.º andar, em Capão da Canoa, Av. Paraguassú, defronte da SACC, por passe bancário, diretamente à Prefeitura de Osório.

ZH: 6/2/76, página 14.

PIORAM RELAÇÕES ENTRE MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

As relações entre Moçambique e Portugal se deterioram ontem, devido às nacionalizações, em grande escala, realizadas pelo governo marxista daquela antiga colônia portuguesa na África Oriental. Um comunicado do governo de Lisboa disse que as nacionalizações estão causando a "maior apreensão ao governo português, que tinha recebido das autoridades da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) garantias formais de salvaguardar, as pessoas e os bens dos portuguesese residentes em Moçambique."

Portugal, entregou, no dia 25 de junho do ano passado, o governo de Moçambique à Frelimo, liderada pelo presidente Samora Machel. Nesta terça-feira, Machel anunciou a total nacionalização de todos os prédios possuídos por particulares, dispondo que os aluguéis pagos anteriormente aos proprietários deverão ser pagos, de agora em diante ao governo.

Pelo menos 15 mil portugueses preferiam ficar em Moçambique, após a independência daquela antiga colônia portuguesa. Antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, cerca de 200 mil cidadãos portugueses viviam em Moçambique. A população total daquele país africano é de sete milhões de habitantes.

Na África do Sul, círculos financeiros de Johannesburgo comentavam ontem que pode ocorrer, a qualquer momento, uma grande fuga de capitais de Moçambique. As principais empresas daquela nova nação africana estariam "confusas", segundo os círculos sul-africanos.

Anteriormente, o governo revolucionário de Moçambique tinha nacionalizado todas as terras do país, que passaram a ser cultivadas por cooperativas comunais. Além disso, Machel anunciou que os trabalhadores de todo o Moçambique deverão contribuir, mensalmente, com cinco dias de salário para um fundo de solidariedade, destinado a ajudar os povos oprimidos.

MPLA PÕE EM FUGA TROPAS ANTICOMUNISTAS EM ANGOLA

As forças marxistas da República Popular de Angola, que através de seu braço armado MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) combatem no Norte do país, desalojaram ontem de suas posições os guerrilheiros inimigos que foram reforçados por mercenários recentemente chegados da Europa, segundo informou a agência soviética Tass.

Segundo o telegrama, unidades apoiadas por uma força de 600 mercenários, "realizaram uma desesperada tentativa de contra-ofensiva perto da localidade de Makela do Zambo", na fronteira de Angola com Zaire. "O ataque foi frustrado pelas forças do Exército da República Popular de Angola, e os mercenários fugiram rumo ao território do Zaire", acrescentou a Tass em despacho procedente de Luanda.

A agência soviética acrescenta que os mercenários foram empregados por outros guerrilheiros anticomunistas nas frentes Leste e Sul, porém não forneceu pormenores sobre o desenvolvimento das hostilidades nas duas regiões. No Sul de Angola, "intervencionistas e rebeldes" destruíram e minaram rodovias e pontes a fim de retardar o avanço das tropas, apoiadas pelos soviéticos, concluiu a informação.

BOMBARDEIOS

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) pretende intensificar a guerra civil com bombardeios aéreos sobre as regiões ocupadas pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), informou ontem em Lusaka (Zâmbia) o porta-voz oficial da UNITA, Jorge Sangumba.

Ontem ele retornou de uma viagem a Europa em busca de ajuda e disse que a UNITA poderá obter bombardeiros a jato dentro de 24 horas para contra-atacar a ofensiva do MPLA na região Sul de Angola.

Sangumba não informou a procedência do novo poder aéreo da UNITA. Até agora somente o MPLA conta com Força Aérea.

Sangumba acrescentou que dentro de poucos dias 3.500 soldados portugueses chegarão a África para reforçar as forças da UNITA e da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), mas desmentiu que esses homens fossem mercenários. "O que precisamos são técnicos, mas eles devem vir com a aprovação de seus governos", disse o porta-voz da UNITA. Enquanto falava, Sagumba fumava um grande charuto Havana que disse ter sido confiscado dos contingentes cubanos que lutam ao lado do MPLA.

COVARDIA

O líder da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Holden Roberto, criticou ontem o Ocidente que, segundo ele, "se acovardou com a intervenção soviética na guerra civil de Angola". Roberto disse numa entrevista publicada ontem pelo jornal Rand Dailyn Mail, de Johannesburgo, que o détente é uma farsa. Em troca do trigo, tecnologia e ajuda econômica dos Estados Unidos, a União Soviética e seus satélites atacam a África impunemente. Enquanto isso, o Ocidente continua acovardado".

Holden Roberto disse também que se o Ocidente entregar à FNLA "a metade, ou mesmo a terça parte do material que Moscou está abastecendo o MPLA, certamente poderíamos esmargar os aliados dos soviéticos". O líder anticomunista acrescentou que "como combatentes, os 10 mil soldados enviados pelo primeiro-ministro cubano Fidel Castro, são de ínfima qualidade". Mas acrescentou que seus soldados não podem enfrentar forças que contam com modernas armas de fabricação soviética.

Mercenários embarcam na Inglaterra para lutar em Angola contra o MPLA

FRANÇA MANTÉM TROPAS EM ALERTA NA SOMÁLIA

Tropas francesas mantiveram-se em estado de alerta bélico, com tanques colocados na fronteira, depois de um choque ocorrido com as forças da Somália e de um ataque realizado quarta-feira pelos soldados da França para libertar 30 crianças presas como reféns por guerrilheiros nacionalistas do território de Afar e Issas.

Os tanques franceses estão colocados em frente aos tanques da Somália T—34, de fabricação soviética, e camuflados ao longo de uma estrada deserta de 12 quilômetros entre Djibuti, Loyala e a aldeia fronteiriça de Casuchas, onde uma menina, seis guerrilheiros e um soldado da Somália foram mortos quando tropas francesas atacaram o ônibus escolar onde os nacionalistas mantinham seus reféns.

A França declarou que tropas de fronteira da Somália que se encontravam a 100 metros do ônibus escolar, atiraram contra o veículo.

Um tenente francês e um membro da Legião Estrangeira ficaram gravemente feridos em conseqüência do ataque, segundo informaram as autoridades francesas.

Por sua vez, as autoridades da Somália disseram que os franceses iniciaram "um ataque em grande escala" contra sua metade da aldeia de fronteira, matando "vários civis e policiais".

A França chamou seu Embaixador em Mogadício, a capital da Somália, "para discutir, com urgência, a crescente tensão" ao longo da fronteira e "a duvidosa atuação" do governo da Somália durante todo o incidente.

O embaixador da Somália na França, Mohamed Said Samantar, declarou que "tropas francesas arrasaram o posto de fronteira de Loyala, matando seis homens pertencentes à unidade policial e prendendo outros três". Ele negou também uma acusação francesa de que uma criança de sete anos, que estava no ônibus escolar seqüestrado encontra-se sob custódia das autoridades da Somália.

Caça-bombardeiros e helicópteros Puma franceses sobrevoaram ontem o deserto, enquanto eram colocados em estado de alerta os cinco mil membros do Exército, Marinha e Força Aérea, assim como a Legião Estrangeira.

Nos arredores, abandonado na estrada e crivado de balas, encontrava-se o ônibus escolar que foi atacado quarta-feira, quando nove atiradores juntaram-se aos legionários na breve batalha que feriu cinco crianças, o motorista do veículo e um assistente social que lhes havia levado cobertores e alimentos.

ITALIANOS SUPERAM CRISE: APOIO SOCIALISTA A MORO

O Partido Socialista Italiano (PSI), concordou ontem em dar seu apoio indireto ao gabinete de minoria unipartidário, integrado pelos democratas cristãos, e chefiado pelo primeiro-ministro designado, Aldo Moro, dando assim esperanças de solução para a crise política iniciada há 30 dias atrás.

O diretório do Partido Socialista resolveu, por unanimidade, dar a Moro o apoio parlamentar indireto, por meio da abstenção, depois de analisar o programa econômico proposto pelo primeiro-ministro. Falta agora a decisão dos líderes dos Partidos Social-Democrata e Republicano para que Moro possa formar seu gabinete unipartidário.

Apesar da prudência dos primeiros comentários, os socialistas se afirmam dispostos a apoiar indiretamente o primeiro-ministro. Os social-democratas e os republicanos já manifestaram uma disposição semelhante.

Os democrata-cristãos têm 264 cadeiras das 630 da Câmara dos Deputados. A abstenção dos 107 representantes socialistas, social-democratas e republicanos poderia garantir-lhes a maioria.

Segundo Enrico Manca, membro do diretório do Partido Socialista, o programa de Moro contém "algumas coisas aceitáveis e necessárias e outras óbvias, como também algumas propostas inadequadas e outras que dependeriam de um governo mais forte".

Francesco de Martino

Segundo fontes políticas, o programa fez diversas concessões aos socialistas, que derrubaram o anterior governo de Moro no dia sete de janeiro, exatamente por desacordo em relação à política econômica e social.

Os pontos mais importantes do programa são:

— 75 por cento de imposto sobre qualquer benefício das grandes companhias que excedam os níveis alcançados em 1974, ou que elevem a mais de 45 por cento o capital da empresa.

— Congelamento dos salários dos setores melhor remunerados, por espaço de um ano. Este ponto será negociado com os sindicatos.

— Penas de prisão a banqueiros e empresários que cooperarem com setores capitalistas para exportar ilegalmente divisas nos bancos estrangeiros.

— Penas de prisão, no caso de sonegação de elevados impostos.

— Uma série de medidas destinadas a financiar o desenvolvimento industrial e promover novas fontes de emprego.

SEQÜESTROS ROMPEM TRÉGUA DE DUAS SEMANAS NO LÍBANO

Uma série de súbitos seqüestros realizados ontem, interrompeu a trégua no setor comercial de Beirute, depois de duas semanas sem qualquer violação por parte das forças adversárias. Apesar disso, em outras regiões da capital libanesa, o cessar-fogo determinado pelas autoridades continuava a ser respeitado.

A Polícia informou que pelo menos sete pessoas foram seqüestradas pelos milicianos, incidentes que provocaram o imediato fechamento das lojas e edifícios comerciais do centro. A comissão de Supervisão da Trégua, formada por uma junta de libaneses, sírios e palestinos, imediatamente começou a tentar a liberação das pessoas seqüestradas.

Registraram-se, também, segundo informações policiais, alguns choques em diversas regiões do país. Tão logo soube dos últimos acontecimentos, o presidente Suleiman Franjieh reuniu-se com seu primeiro-ministro, Rashi Karami, e o ministro do Exterior da Síria, Abdel Hilm Kahaddam, no Palácio Presidencial, "para um exame geral da situação política e da segurança", conforme disse um porta-voz do governo.

No cenário político, o líder socialista Kamal Jumblatt preveniu que a luta poderá ser reiniciada. "Os isolacionistas (cristãos de direita) ainda não perceberam que nós os tratamos com humanidade", afirmou. "Podemos ser forçados a modificar nossos métodos no trato com eles".

O órgão do Partido Falangista (de direita), o jornal Al Amal, admitiu que os falangistas (estão preparando outro assalto, "mas não o que foi imaginado por Jumblatt". Segundo o jornal, novas lutas permitirão "tanto aos cristãos como os muçulmanos vingarem-se contra os que abusaram da aliança nacional e do povo e destruíram o país". Reiterou, entretanto, que os falangistas estão mantendo a trégua "para magoar a Kamal Junblatt".

DECLARAÇÃO

O Posto de arrecadação da Pref. de Osório declara à pessoa que no dia 29 de janeiro findo pagou imposto de 1976 pelo conhecimento nº. 5422, que devolva a 2ª e 3ª vias levadas por engano, junto com a 1ª.

A falta da devolução torna nulo o conhecimento e desobriga o Posto de qualquer responsabilidade, a partir do dia 12 de fevereiro.

Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1976
Bolsa de Imóveis do Atlântico Sul Ltda
Andradas, 932 - 1º - 102
(A firma estava reconhecida na forma da lei.)

ZH: 8/2/76, página 16.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP - radiofotos UPI

ZERO HORA — Domingo, 8.2.76 — PAGINA 16

REPERCUSSÃO DA DERROTA DO OCIDENTE EM ANGOLA

Jean Marie Juge, especial para ZH

Vitória militar garante posição estratégica para os soviéticos.

A vitória cada vez mais próxima do governo da República Popular de Angola e seu braço armado, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) sobre seus adversários anticomunistas da FNLA e da Unita é considerada, pelos analistas europeus, como verdadeira derrota do Ocidente.

De fato, a União Soviética — ao assegurar militarmente a vitória das tropas do MPLA, lideradas pelo presidente Agostinho Neto, com o reforço de milhares de voluntários cubanos — realizou, com êxito, a primeira de suas várias tentativas de penetração na África Ocidental. E, além do mais, numa região de vital importância estratégica e comercial.

Os Estados Unidos resolveram abandonar à sua própria sorte os dois movimentos anticomunistas: a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a Unita (União para a Independência Total de Angola), que também são apoiadas pelo Zaire e pela África do Sul.

O general Motubu Sese Seko, presidente do Zaire, prepara-se para dialogar, nos próximos dias, com o comandante Marien N'Guabi, presidente da República Popular do Congo e ardoroso defensor da jovem República Popular de Angola, proclamada pelo líder do MPLA, o presidente Agostinho Neto, em novembro último, em Luanda, a capital angolana.

ECLIPSE

O eclipse dos Estados Unidos na África e a consequente presença da União Soviética, dizem os analistas, ameaça a rota marítima de petróleo, vital para o Ocidente, bem como a retaguarda das forças norte-americanas no Oceano Atlântico, com o risco de isolar o regime racista branco da África do Sul e de abrir uma rota estratégica aérea, ao longo do círculo equatorial.

O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, recentemente advertiu a União Soviética e Cuba que os Estados Unidos não tolerariam a reedição de uma operação semelhante à de Angola em outro lugar do mundo.

"O governo norte-americano — afirmou Kissinger — tem o dever de informar claramente a estes dois países que Angola não pode constituir um precedente e que o tipo de ação que levaram a cabo nesse país não será tolerado, de agora em diante".

Kissinger prometeu aos países vizinhos de Angola que não serão abandonados à própria sorte, em caso de ataque ou de pressão por parte do que chamou de **nova cabeça da ponte soviético-cubana.**

DERROTA

A referência a esta **cabeça de ponte** apresentada por Kissinger como um fato consumado constitui, para os observadores, a mais clara confissão da derrota dos grupos angolanos pró-ocidentais jamais formulada por um dirigente norte-americano.

O subsecretário da Defesa dos Estados Unidos, por sua vez, expressou o desejo de que, no futuro, o novo governo de Angola permita que aviões norte-americanos sobrevoem o país africano, bem como conceda que aconteçam escalas ocasionais de seus navios de guerra.

Washington, desta forma, quer impedir que a URSS tenha o direito exclusivo de utilizar as instalações portuárias angolanas para fins militares. Embora não deseje enviar tropas norte-americanas a Angola — afirmou o secretário adjunto da Defesa, Robert Ellswhort — os Estados Unidos se interessam pela evolução dos acontecimentos naquela região africana, devido à sua situação estratégica.

Esta atitude norte-americana vai repercutir, logo, no trânsito pelos Estados Unidos dos mercenários que desejam lutar ao lado dos grupos anticomunistas FNLA e Unita.

NEGOCIAÇÃO

Já o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, deseja **africanizar** o conflito angolano e procura reunir todos os chefes de Estado africanos em busca de uma solução negociada para o conflito na jovem nação. Daí a atividade que tem ultimamente a diplomacia do Zaire.

Após entrevistar-se com o marechal Idi Amin Dada, presidente em exercício da OUA (Organização da Unidade Africana), o general Mobutu falou com seus colegas do Burundi e Ruanda, assim como com o presidente da República Centro-Africana, marechal Jean Bedel Bokassa. O embaixador do Zaire na URSS foi chamado a Kinshasa para consultas.

Agora, neste domingo, inicia uma reunião entre os presidentes do Zaire e da República Popular do Congo. Esta mini-cúpula africana poderia ser de muita importância, pois é através do Congo que transitam as armas soviéticas destinadas às forças cubanas que lutam ao lado do MPLA, de tendência marxista.

VATICANO IGNORA SUGESTÃO DE KADAFI

Sabe-se que os muçulmanos veneram Jesus como profeta, e são devotos da Virgem Maria. Isso levou Kadafi a fazer uma proposta-impacto: que também os cristãos reconheçam Maomé. Ele sabia estar fazendo um apelo inútil, tanto que o **Osservatore Romano** não tomou conhecimento da sugestão.

Aproveitando a oportunidade do **Diálogo Cristão-Muçulmano** que se realiza em Tripoli, Kadafi pôs em relevo os vários pontos em comum das duas religiões, ou seja: adoração de um Deus criador e Senhor do Universo; a fraternidade unindo os homens, e impondo caridade. Na reunião houve acordo também quanto ao fato de que religião não é ideologia, ficando numa categoria superior, capaz de inspirar e animar as ideologias positivas e combater as negativas. Os líbios lembraram que o seu regime é fundamentado na lei islâmica. Um fato positivo — mérito de Kadafi - é a grande atenção dedicada pelo congresso ao problema dos jovens pela religião, assunto discutido por Kadafi e pelo cardeal Sérgio Pignedoli em seu encontro de ontem. Kadafi expressou desejo de ir a Roma ver o Papa. "Desejo trabalhar — disse ao cardeal — para que o mundo não perca contato com Deus".

O encontro de Tripoli entre a delegação da Santa Sé e a Islâmica, com a presença de observadores de 33 países, não merece provavelmente a classificação de "histórico", que lhe foi atribuída com certa pressa pelo cardeal Pignedoli, mas é sem dúvida uma manifestação de fraternidade nesses dois primeiros anos de contatos profícuos na história das duas religiões. O encontro veio mostrar, contudo, que o diálogo continua difícil. As conversações prosseguem, no entanto ainda que algumas intervenções mais políticas tenham colocado em situação difícil os delegados cristãos, como o ataque do professor Ismail Al Forugi, da **Temple University** de Filadélfia, que acusou o cristianismo de ser responsável por todas as desordens históricas no Ocidente nos últimos dez séculos e pela decadência da atual sociedade tecnológica.

Aceitando o convite de Kadafi para esse encontro, o cardeal italiano sabia que corria o risco de cair em uma armadilha de propaganda: mas foi um risco calculado. Ele sabia inclusive, que uma vez aberto, o diálogo terá de ser continuado.

Nem sempre os delegados do Vaticano conseguiram manter as conversações no terreno meramente religioso: elementos comuns da fé, justiça social como fruto dessa fé etc. A política já havia batido à porta quando a proposta de uma comissão pró-Jerusalém, composta por palestinos não foi aceita, e quando Ahmed Chukairi denunciou violentamente a judeização dos lugares santos. E chegou mais perto ainda quando o líder palestino Arafat enviou mensagem sobre a tragédia do Líbano. Mesmo as intervenções do "irmão Kadafi", como o chama o cardeal Pignedoli, introduziram algumas vezes a política nas conversações.

"Intervenções simpaticamente estimulantes", diz o **Osservatore**. É preciso contudo reconhecer que Kadafi deu prova de inesperada tolerância quando afirmou que a guerra contra Israel é uma guerra política, não religiosa. Não é uma guerra santa, porque o Corão e o Evangelho não incitam os homens à guerra. Kadafi repetia assim, talvez sem perceber, as palavras do Concílio Vaticano II, quando, pela primeira vez, a Igreja Católica se dirigiu a outras religiões, não-cristãs.

Kadafi: em defesa de Maomé

ZH: 11/2/76, página 12.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP - radiofotos UPI

ZERO HORA — Quarta-feira, 11-2-76 — PÁGINA 12

MPLA TOMA OS PORTOS DE LOBITO E BENGUELA

As forças do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) capturaram ontem os portos de Lobito e Benguela, a quase 500 quilômetros ao Sul de Luanda, dois dos últimos baluartes dos movimentos anticomunistas, rivais ao MPLA. A informação foi prestada por porta-vozes oficiais do Exército de Agostinho Neto, em Luanda, e também pela agência noticiosa iugoslávia **Tanjug**, em despacho procedente da capital angolana.

A agência iugoslava disse que as forças do MPLA entraram nesses dois pontos e na cidade de Katambela sem encontrar resistência, pois as tropas sul-africanas e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) já haviam se retirado. A agência acrescentou, citando fontes oficiais de Luanda, que as cidades de Luso e Silva Porto estão na iminência de serem capturadas.

Informações de Lusaka (capital de Zâmbia) revelam que milhares de soldados cubanos tomaram a capital da UNITA, Huambo, e estavam agora avançando em direção a Silva Porto, base vital de abastecimento, no que poderia ser a ofensiva final da guerra civil de Angola. As forças anticomunistas da UNITA, em vista desse possível ataque, estão concentrando tropas e armamentos em seu Quartel General de Silva Porto, para fazer frente ao avanço do MPLA.

Porta-vozes da UNITA disseram ontem que vários países africanos e europeus prometeram ajuda militar a seu movimento e que forças de seu Exército estão a caminho de Silva Porto, para reforçar sua defesa. Em vista da grande superioridade de armamentos das forças marxistas de Agostinho Neto, a UNITA está preparando seus aliados para uma possível derrota militar, aconselhando as tribos e a população rural em geral a que recorram à guerra de guerrilhas, no caso de suas aldeias serem invadidas pelo MPLA.

Fontes da UNITA, segundo notícias recebidas de Kinshasa, no Zaire, disseram também que São Salvador, último baluarte da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) no Norte do país, caiu em poder do MPLA no último fim-de-semana. São Salvador está situada, a 65 quilômetros da fronteira com o Zaire.

Em Kampala, o governo de Uganda anunciou ontem que, a partir dessa data, reconhece o governo estabelecido pelo Movimento Popular, tendo como presidente Agostinho Neto, líder do MPLA.

Depois de tomar Huambo, a capital da UNITA, as forças do MPLA capturaram dois importantes portos, Lobito e Benguela, dirigindo-se, agora, para Silva Porto. Em Luanda o povo festeja nas ruas, com Agostinho Neto, as últimas vitórias.

Última batalha será contra África do Sul?

Edmond Marco, da France Presse

Grave conflito poderá eclodir nos próximos dias na fronteira de Angola e Namíbia entre forças sul-africanas e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), previam os observadores em Johannesburgo.

A queda das linhas de defesa da União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), cuja retirada de Huambo, capital do governo de coalizão UNITA-FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), foi confirmada segunda-feira, deixa, a partir de agora campo livre ao MPLA no Sul do país.

O MPLA e seus aliados soviéticos e cubanos entrarão nessa região onde o Exército sul-africano ainda continua ocupando posições.

A presença sul-africana em território angolano, que conta com cinco mil homens, numa profundidade de 50 quilômetros, está destinada, segundo Pretoria, a proteger o complexo hidrelétrico de Cunene, cuja represa de Calueque se acha 30 quilômetros ao Norte da Namíbia.

Esse complexo, construído pela África do Sul e a ex-colônia portuguesa, é vital para o abastecimento de água e energia do Norte da Namíbia e, a longo prazo, para a concretização dos planos de Pretoria em relação a certa autonomia do Sudoeste Africano.

A África do Sul manifestou em várias oportunidades sua determinação de defender, custe o que custar, esse complexo, e isso serviu de pretexto para sua intervenção em Angola.

Se não houve um acordo prévio entre Pretoria e Luanda sobre a segurança da represa, um confronto entre os dois Exércitos será inevitável, consideraram os observadores.

Os incidentes aumentaram em Calueque e, segundo informações de Johannesburgo, comandos de guerrilheiros SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) e o MPLA intensificaram suas ações nos últimos dias naquela região.

Quinta-feira última, dois soldados sul-africanos foram vítimas de disparos de foguetes de fabricação soviética na "zona operativa" e Pretoria reforçou seu dispositivo, não só em Namíbia como também no território angolano que ocupa.

Além disso, a presença de dez mil refugiados dos campos sul-africanos em Angola, perto da fronteira, constitui para Pretoria uma ameaça suplementar para a segurança do Sudoeste Africano, cuja administração reivindica.

A África do Sul considerou que toda pressão militar do MPLA em relação ao Sul provocará a penetração em Namíbia dos refugiados e com eles se infiltrarão guerrilheiros SWAPO.

O governo de Pretoria pediu a assistência da Alta Comissão para refugiados das Nações Unidas e, segundo algumas informações, até deseja a presença de Capacetes Azuis na fronteira, mas ainda não recebeu resposta ao pedido. É provável que esta ajuda seja rejeitada pela ONU, que não reconhece à África do Sul o direito de administrar a Namíbia.

A ilegitimidade da presença sul-africana em Namíbia foi novamente proclamada em fins de janeiro último pela ONU, que deu a Pretoria um prazo até agosto próximo para retirar sua administração e suas tropas do território.

Newton Carlos

MERCENÁRIOS E IRLANDA

A presença entre mercenários contratados para lutar em Angola de ex-combatentes na Irlanda, bem como o destaque alcançado pelos centros de recrutamento abertos na Inglaterra, são interpretados em parte como conseqüências de transformações de contra-insurgência. Embora os ingleses tenham enfrentado guerras não convencionais na Malásia, no Quênia e em Chipre, dando a muitos de seus oficiais a oportunidade de se tornarem especialistas no assunto, como é o caso do autor de um livro **Low Intensity Operation** que resultou em controvérsias políticas, general Frank Kitson, essas ações se diluíram em seu caráter colonial e na distância da metrópole. Mas a Irlanda é parte do Reino Unido, em cujo coração, Londres, explodem bombas terroristas.

Os ingleses enfrentam, portanto, uma guerra não convencional em seu próprio país, sendo obrigados a lidar diretamente com as conseqüências políticas inevitáveis em fenômenos do gênero. "Meu filho mudou completamente depois de ter servido na Irlanda", declara a mãe de um dos mercenários contratados para Angola. "A guerra na Irlanda foi a referência que mais atraiu os encarregados do recrutamento" escreveu um jornalista inglês.

Isto é apenas detalhe, dramatizado pelo próprio drama de Angola. Tem o mérito, no entanto, de chamar a atenção para um fenômeno com profundas repercussões na civilização contemporânea. Num documento da **Amnesty International** o Exército inglês em operações na Irlanda, codificadas como de contra-insurgência, é acusado de torturar presos sistematicamente". A mobilização de defensores dos direitos civis resultou num debate na televisão durante o qual uma alta autoridade policial sustentou, falando inclusive de um "terrorismo atômico potencial", que a sociedade teria de recorrer "gradativamente a métodos não convencionais (entenda-se ilegais) para "defender-se". Dito na Inglaterra, em meio "às mais sólidas tradições de respeito às leis e à pessoa humana, isto soa como um cataclisma.

Envolvidos em operações especiais na Irlanda, território do Reino Unido, soldados ingleses provocaram mais controvérsias políticas agindo com roupas civis e matando silenciosamente com uma arma criada pelos norte-americanos para suas "operações encobertas", "sujas", as "ingram M-10", de nove milímetros. Mas a melhor referência das transformações provocadas pela guerra irlandesa é o papel político assumido pelo Exército inglês em território do Reino Unido. É a primeira vez que isto acontece na Inglaterra, o que levou o **Observer**, de Londres, a advertir que "os interesses a curto prazo do Exército não são necessariamente compatíveis com uma política a longo prazo de solução do problema".

O que começou, em agosto de 1969, a com a intervenção de uma companhia do Regimento de Gales, é hoje uma guerra civil não declarada com o Exército inglês já tendo subvertido a sua missão inicial de **força de paz** encarregada de manter católicos e protestantes separados. Hoje o objetivo é liquidar o IRA. Oficiais e soldados que há seis anos não tinham a menor idéia do que enfrentavam, formam agora uma tropa diferente. O Exército inglês montou uma seção de relações públicas, que funciona na localidade de Lisburn, e cada unidade tem o seu **press officer**, o que já é reflexo de um comportamento político. Com base nas experiências da Irlanda, ou de operações de contra-insurgência não em colônias, mas no próprio Reino Unido, foi criada a Escola de Guerrilhas de Hythe e em todos os quartéis há treinamento de guerrilha urbana. Os soldados são preparados para serviços de espionagem de rotina e para observar atentamente e procurar conhecer cada pessoa das zonas onde serve.

É um comportamento que vai penetrando, embora lentamente, na sociedade inglesa. "Este livro foi escrito para ajudar o soldado de hoje a preparar as operações de amanhã", escreveu quando era chefe do estado-maior do Exército inglês o general **sir Michael** Carver, tratando das teses de contra-insurgência do general Frank Kitson. Nelas está um papel político a desempenhar, previsão inimaginável num oficial inglês uma década atrás. Com a guerra irlandesa as teorias começaram a passar à prática.

DINHEIRO
Até Cr$ 10.650,00
Para comprar o que quiser onde quiser
FICRISA AXELRUD
FINANCIA
PARA AS VIAGENS DE FÉRIAS
PORTO ALEGRE: Av. Otávio Rocha, 134 — 1º andar — Fone: 25-2355
CAXIAS DO SUL: Av. Júlio de Castilhos, 1998 — Galeria J. C. Loja 9 Fone: 21-3032
PELOTAS: Zilmar Castro, Rua 15 de Novembro, 631/A — Fone: 2-4569
CURITIBA: Rua Mal. Deodoro, 31 — Galeria Ritz — 4.º andar — Conjunto 407 A

ZH: 13/2/76, página 13.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP - radiofotos UPI

ZERO HORA — Sexta-feira, 13.2.76 — PAGINA 13

Em debandada, soldados da UNITA prometem voltar como guerrilheiros

DERROTA DOS PRÓ-OCIDENTAIS

Jonas Savimbi, líder da UNITA

As forças socialistas de Angola derrotaram ontem as últimas defesas dos movimentos pró-ocidentais do país, fazendo com que estes se retirassem para a clandestinidade, onde prometeram se reagrupar e iniciar uma guerra de guerrilhas.

Jorge Sangumba, porta-voz da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), disse que o movimento tinha armas para "uma campanha guerrilheira de 10 anos, mas não podemos lutar contra tanques soviéticos."

Ele afirmou também que a UNITA havia perdido contato, há dois dias, com sua base militar na cidade de Silva Porto, a qual, segundo a rádio Luanda, controlada pelos marxistas, foi tomada na quarta-feira.

Analistas militares informaram que a resistência dos movimentos pró-ocidentais havia sido completamente dizimada em Angola, e que a guerra civil convencional que estava sendo travada no país estava praticamente terminada.

O vitorioso Exército do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), apoiado pelos soviéticos, que lhe forneceu armamentos sofisticados, e integrado por soldados cubanos, avançou ainda mais para o sul, capturando a cidade agrícola de Sá de Bandeira.

Estes avanços colocaram o MPLA e, conseqüentemente, os soldados cubanos, perigosamente próximos de uma confrontação com as tropas sul-africanas estacionadas no sudoeste africano (Namíbia), situado na fronteira, a 200 quilômetros de distância.

Em um ataque em várias frentes realizado nos últimos cinco dias, as tropas do Movimento popular capturaram a cidade de Huambo, capital das forças pró-ocidentais, e os importantes portos de Lobito, Benguela e Moçamedes, na Costa do Atlântico, encontrando pouca resistência por parte de seus defensores.

Um grande número de refugiados dirigia-se para o sul, a procura de asilo no sudoeste africano, mas fontes em Pretoria afirmaram que as tropas sul-africanas impediriam sua entrada neste território.

O ministro da Defesa da África do Sul, Pieter Botha, disse que as forças de defesa do regime branco estavam preparadas para enfrentar as tropas lideradas por cubanos, se eles avançassem "mais para o sul, ameaçando nossos interesses".

Os jornais de Johannesburgo previram uma confrontação iminente na fronteira.

Botha afirmou que a África do Sul "não estará dormindo... nós sabemos nos defender".

O primeiro-ministro John Vorster, em uma entrevista concedida ontem à noite, declarou que "o mundo livre não cumpriu com seu dever", não fornecendo armas para as forças anticomunistas por causa da "atitude do Congresso norte-americano... nenhum estado africano poderá se sentir seguro".

As vitórias militares comunistas foram seguidas por sucessos diplomáticos, que culminaram com o reconhecimento oficial, pela Organização da Unidade Africana (OUA), do governo do Movimento popular de Agostinho Neto.

Um crescente número de países comunistas africanos e não alinhados já reconheceu o governo formado pelo MPLA em Luanda, porém, até o momento, apenas duas nações ocidentais tomaram esta medida, o Brasil e a Guiana.

Em Fairfax (EUA), treinamento de mercenários para Angola

ARGÉLIA VÊ RISCO DE GUERRA COM MARROCOS

A Argélia previu ontem novamente graves riscos de guerra contra Marrocos, cujas forças prosseguiam em seu avanço, ocupando a localidade de Guelta Jemmur, até agora ocupada pela Frente Polisário, no sul do Saara.

A queda de Mahbes, anunciada ontem à tarde pelos marroquinos, agravou consideravelmente a situação. Depois da notícia oficial do fracasso dos esforços de mediação entre Argel e Radat, que tinham sido empreendidos por países árabes e africanos.

O Conselho da Revolução da Argélia, ao tomar conhecimento da queda de Guelta Jemmur, declarou que a situação "é cada dia mais explosiva nessa região, em que os riscos de confronto geral estão longe de acabar".

As autoridades argelinas acrescentaram que os esforços de mediação "fracassaram", em "consequência da política marroquina". Argel acentuou que não foi possível "nenhum acordo na base dos direitos imprescritíveis do povo do Saara".

Depois de denunciar a ocupação militar do Saara pelas tropas marroquino-mauritanas, a Argélia declarou-se disposta a voltar todas as possibilidades para uma solução justa e duradoura no Saara Ocidental.

Guelta Jemmur era uma das últimas zonas da Frente Polisário, 200 quilômetros ao sul de Angola.

Segundo fontes não oficiais, havia uma guarnição argelina junto aos guerrilheiros polisários.

A queda de Mahbes, a 50 quilômetros da fronteira da Argélia, agravou enormemente a situação. Mahbes era o último reduto e o mais importante da Polisário no Saara. Segundo informações dignas de crédito, importantes contingentes argelinos apoiavam essa base dos saarianos.

AGRADECIMENTO E CONVITE PARA MISSA DE 7º DIA

Ramiro Machado Figueiró, Jurci Figueiró, Rui Figueiró e esposa, Volmes Freitas e esposa, Rubens Figueiró e família, pais, irmãos, cunhados e sobrinha do inesquecível

RUDI DA SILVA FIGUEIRÓ

extremamente consternados com o trágico falecimento deste ente querido, agradecem a todos os parentes, amigos e vizinhos que de qualquer forma expressaram seu pesar e acompanharam as cerimônias de sepultamento.
Convidam para a missa de 7º dia a realizar-se na Capela São João Batista, hoje, às 19:30 horas. Parada 45 — Viamão.

Antecipam agradecimentos

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 1976.

VIVA O RIO GRANDE DO SUL NESTE VERÃO.

AMANHÃ
6 DA TARDE
CAMPING DE SÃO LOURENÇO DO SUL:
CORAL EBERLE DE CAXIAS DO SUL.
CAMPING DO PARQUE CARACOL:
CONJUNTO VOCAL MAESTRO GIL.
CAMPING GENERAL OSORIO:
CORAL GUARANI DE CAXIAS DO SUL.
9 DA NOITE
CIDREIRA:
REEDIÇÃO DO FESTIVAL DA CANÇÃO ESTUDANTIL DE TRES DE MAIO.
SOC. AMIGOS DA PRAIA DE TORRES:
ABERTURA DO FESTIVAL.
PRAIANO DE GASTRONOMIA
DOMINGO - DIA 15
10 DA MANHÃ
PLATAFORMA MARITIMA DE ATLANTIDA:
CONCURSO DE PANDORGAS
5h30 DA TARDE
CAMPING ATLANTIDA:
CORAL DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
6 DA TARDE
CAMPING SÃO FRANCISCO DE PAULA:
CONJUNTO VOCAL MAESTRO GIL.
CAMPING BARRA DO RIBEIRO:
CORAL EBERLE DE CAXIAS DO SUL.
VIVA O RIO GRANDE DO SUL NESTE VERÃO
promoção:
SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO
GAÚCHA ZERO HORA

Um boi morreu envenenado.

ZH: 15/2/76, página 16.

MUNDO

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP - radiofotos UPI

ZERO HORA — Domingo, 15-2-76 — PÁGINA 16

ANGOLA, DEPOIS DA GUERRA

A guerra civil angolana praticamente terminou. Os derrotados — que são não apenas a UNITA e a FNLA, mas também o Ocidente, a China, África do Sul, Zâmbia e Zaire — esperam que os vitoriosos lancem uma ofensiva diplomática para consolidar o triunfo. Um dos principais campos da nova etapa da luta é a África do Sul. Paul Jean Francheschini, do Le Monde **analisa aqui o futuro de Angola e da África.**

Toda a nação esteve mobilizada na fase final da guerra

A vitória praticamente total das forças socialistas do MPLA em Angola, com a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) debandando em desordem em direção ao Zaire e com os remanescentes da UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) lançando-se à clandestinidade, levanta intensamente a questão de saber qual o futuro imediato da República Popular de Angola. O presidente Agostinho Neto recusou os insistentes apelos da UNITA para uma solução negociada do conflito e Jonas Savimbi, o líder dessa organização, não excluiu a solução "do desespero": a volta à guerrilha.

O regime de Luanda, que se recusou a negociar nas horas difíceis em que a capital estava ameaçada no momento, parece disposto, no máximo, a um acordo muito limitado com alguns dos assessores de Savimbi. Essa solução — que admite um modesto papel aos vencidos no novo Estado — em nada reduziria a magnitude do triunfo que Agostinho Neto, graças às armas russas e aos soldados cubanos, conseguiu no campo de batalha.

As conseqüências desse êxito já são consideráveis. Na África, é Pretória evidentemente que será mais prejudicada. Por ter intervindo com meios demasiados fracos em relação às suas ambições e ao objetivo que visava, Vorster (o primeiro-ministro sul-africano) foi obrigado a uma marcha-a-ré. Os "soldados brancos com sotaque sul-africano" que todos os enviados especiais viram em ação, só terão conseguido isolar diplomaticamente e desconsiderar seus amigos aos olhos da África. A manobra de Vorster, provavelmente realizada com a caução americana, traduziu-se afinal de contas no maior fracasso até agora sofrido por Pretória.

Até o Equador

As explicações embaraçosas que os deputados da Cidade do Cabo ouviram — O direito reivindicado e conseguido de engajar-se "até o Equador" para defender a pátria e a manutenção de uma "zona de operações" na fronteira angolana — não chegam para disfarçar o desastre. A África do Sul só conseguiu torpedear sua política de "diálogo" com a África negra, espavorindo aqueles que concordavam em comprometer-se com ela e lançando para o campo de Luanda (agora majoritário na OUA) um Estado tão importante e tão pouco tentado pelo marxismo como a Nigéria.

Se o MPLA, acentuando sua pressão, se instalar solidamente na fronteira do Sudoeste Africano, Pretória não poderá manter suas pretensões ao "direito de seqüência" e mesmo à proteção das instalações hidrelétricas do rio Cunene (motivo confessado de sua intervenção) senão ao preço de um choque

Jonas Savimbi: rumo à guerrilha.

seu pesadelo de "estrangulamento" direto com angolanos e cubanos que não lhe foi possível conter no Norte.

Os sul-africanos deverão violar ainda mais imprudentemente (se isso é possível) suas obrigações de potência mandatária no Sudoeste Africano (que em princípio eles deveriam manter desmilitarizado), se quiserem evitar que seja diretamente ameaçado o território nacional. O passo em falso de Vorster vai colocar o poder branco na Rodésia numa posição cada vez mais insustentável, encorajar a guerrilha negra na Namíbia e talvez até incendiar a fronteira com Moçambique socialista, onde Samora Machel encontra cada vez mais dificuldades em prosseguir sua política de acomodação tática, que por razões econômicas, ele tentava manter em relação a Pretória.

A próxima batalha

Deve-se concluir, com o **Economist** que a "próxima batalha se dará no solo sul-africano"? O fato é que começa a soprar um vento de tempestade ao sul do continente. Tanto mais que os futuros senhores de Angola não carecem de meios de pressão sobre seus vizinhos. A Zâmbia, que a queda das contações do cobre coloca numa situação econômica catastrófica, logo estaria de joelhos se uma Angola hostil mantivesse a interrupção da estrada de ferro de Benguela, vital para suas exportações. O Zaire, em má posição pelas mesmas razões, começa a compor com Neto.

Gizenga, antigo primeiro-ministro de Lumumba, chama às armas seus partidários contra o general Mobutu. O cantor da "autenticidade" anticomunista vê por Estados marxistas tomar forma e terá novos aborrecimentos se os quatro mil antigos "policiais katangueses" que atualmente combatem ao lado do MPLA, forem, depois da vitória, tomar contas do responsável por seu exílio.

Duas grandes sociedades americanas apressaram-se a renunciar a seus projetos de investimento em Kinshasa; ora, o frágil consenso que o general Mobutu impôs com mão de ferro a um povo-conglomerado, arrisca-se a decompor-se a qualquer momento. Ali também a "desestabilidazação angolana" já está operando.

Radicalizado por seu combate, comprometido por suas alianças, o MPLA deve, afinal de contas, felicitar-se pela intervenção sul-africana. O aprendiz de feiticeiro de Pretória, ingnorando o mundo exterior, e como todo regime isolado, fechando no simplismo de suas análises e na obsessão de seus fantasmas, lançou-se na aventura sem dispor dos três trunfos indispensáveis ao sucesso: apoio da opinião interna que três dezenas de mortos bastaram para desencorajar; engajamento de meios militares importantes e apoio patente e eficaz dos Estados Unidos.

Pela primeira vez, Moscou garantiu o apoio logístico de combatentes que não podia fornecer diretamente, mas encontrava, solidamente motivados e dispostos a agir, na única democracia popular tropical: Cuba. Essa combinação demonstrou sua eficácia num conflito periférico. Certamente o "complexo de Saigon" atava as mãos dos americanos, mas os povos do Terceiro Mundo esquecerão o lamentável recuo da crise dos foguetes em 1962 para reter o sucesso magistral de Luanda em 1976.

O fracasso da China

O caso constitui também um fracasso severo para a China que, pela primeira vez, denunciou a ação de "mercenários" (alusão evidente aos cubanos) a serviço dos revisionistas. Pequim, já agora, parece restringir seu apoio ao Zaire e não consegue fazer admitir sua posição de princípio conservando a balança igual (pelo menos em teoria) entre os três movimentos de libertação angolanos.

A Coréia do Norte, que retirou seus instrutores do Exército do general Mobutu, e o Vietnã reconheceram o regime de Luanda. Mesmo que os cooperantes chineses — autores da obra-prima que é a estrada de ferro de Tanzânia — sejam apreciados em toda a África por seu desinteresse e sua eficácia, seu país terá a maior dificuldade em fazer esquecer que, para pegar uma peça à URSS, afinal de contas ele se colocou no campo dos "colonialistas" e, pior ainda, dos perdedores.

Quando, depois de ter causado mais de 100 mil mortes, as armas afinal se calaram em Angola, será necessário reconstruir um país devastado. E nesse encontro que Washington espera o novo regime. Desde já, Luanda tem sido objeto de discretos oferecimentos, combinados com ameaças de bloqueio econômico.

O MPLA, que sempre fez distinção entre suas simpatias e seus interesses, proclamou sua opção de "não alinhamento" e recusou o destino de "satélite", visivelmente não pretende isolar-se do Ocidente. Instruídos pelo precedente cubano, os soviéticos, satisfeitos com sua brilhante demonstração de assistência militar, não têm nenhuma vontade de carregar nos braços uma economia em dificuldade.

Os elementos de um regateio planetário estão reunidos. Nenhuma grande potência, entretanto, está em condições de interromper o processo de "desestabilização" inicial ao sul do Saara. Atormentado por Angola, o Continente sairá profundamente abalado dessa crise sangrenta e exemplar.

ZH: 29/2/76, página 14.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP - radiofotos UPI

ZERO HORA — Domingo, 29.2.76 — PÁGINA 14

ANGOLA E SUL-AFRICANOS ESTÃO FALANDO DE GUERRA

O governo pró-marxista da República Popular de Angola está prevendo **violentos choques** com as tropas brancas da África do Sul e descreveu o regime racista minoritário, instalado em Pretória, como "o principal inimigo do povo africano".

A Rádio de Luanda, captada ontem à noite na cidade sul-africana de Johannesburgo, advertiu: "teremos violentos choques, no sul de Angola, para expulsar — de uma vez para sempre — as tropas sul-africanas que continuam ocupando certas posições dentro de nosso País".

As tropas da África do Sul estão concentradas em Calueque, a vinte e quatro quilômetros dentro do território angolano. Em Calueque estão localizadas as empresas que servem amplas áreas da África do Sul. Com a retirada de Portugal de Angola, no ano passado, os sul-africanos invadiram o território angolano, e então dominado pelo grupo anticomunista Unita, para proteger seus interesses.

Quando o braço armado da República Popular de Angola, o MPLA (Movimento Popular de Libertação), liquidou, em poucas semanas, com os grupos anticomunistas rivais, a África do Sul instalou, dentro do território angolano um grande número de soldados, tanques, armamento pesado, já na expectativa dos próximos choques com os soldados do MPLA, que tem armamento moderno da União Soviética e o apoio militar de pelo menos 10 mil soldados de Cuba.

África do Sul pronta para lutar contra Angola.

NIXON COMOVIDO: *HSIEH, HSIEH*

O ex-presidente Richard Nixon recebeu, ontem à noite, a maior homenagem prestada pelo povo chinês a um líder dos Estados Unidos, em Pequim.

Dezenas de milhares de estudantes e operários alinharam-se ao longo da estrada que liga o **Aeroporto da Nuvem Branca** à Casa dos Hóspedes Oficiais, no centro da capital chinesa.

Nixon parecia bem disposto, depois de mostrar sinais evidentes de cansaço, na sexta-feira, após um longo passeio de barco. Além do mais, Nixon mancava visivelmente.

Cantão, principal cidade do Sul da República Popular da China, 150 quilômetros a noroeste da colônia inglesa de Hong Kong, é a última escala de Nixon pelo território chinês.

Agentes de segurança chinesa e norte-americanos fizeram que afastar, com delicadeza, as pessoas que cercaram Nixon e sua mulher Pat, para cumprimentá-lo.

O assédio popular era tão grande que Nixon, várias vezes, quase caiu. Satisfeito, Nixon perguntou a um de seus intérpretes como se dizia "muito obrigado", em chinês. Então, fez com os dedos o tradicional sinal do Vê da Vitória. E começou a gritar, em chinês: **Hsieh, hsieh.**

A multidão delirou e gritou mais alto, e foi com muita relutância que Nixon entrou em seu carro blindado para deixar o local.

O ex-presidente Richard Nixon recebeu uma aula sobre as "vantagens" do socialismo chinês, ao visitar a Comuna Popular de Jenho, em sua última noite na China. Parecendo deslocado, mas nunca aborrecido, Nixon visitou o local onde são incubados os ovos, uma fábrica comunal, a enfermaria, uma barragem, um campo para a produção de sementes de trigo, bem como a casa de um camponês chinês.

Resumo

Na Espanha, oito jovens, acusados de pertencerem ao movimento clandestino FRAP (Frente Revolucionária Antifascista e Patriótica), estão ameaçados de serem condenados a **quatrocentos e sessenta e cinco anos** de prisão. A revista **Mundo**, de tendência liberal, disse que um dos causados, preso em agosto passado, foi acusado de "propaganda ilegal" e "associação ilícita". Só ele pode pegar 110 anos de prisão, se for condenado conforme quer o promotor militar.

Marcianos

Os marcianos vão desembarcar nos Estados Unidos, antes do mês de julho, "para salvar a Terra" — revelou à imprensa, em Washington, a **vidente extralucida**, Irmgard Lincoln. Ela afirmou que uma "frota" de discos voadores, os conhecidos **objetos aéreos não identificados** (UFOS) vai aterissar, proximamente, nos Estados Unidos. Uma vez mais, segundo a vidente, os EUA seriam "o país eleito pelos marcianos, para dominar e "salvar" o mundo".

Esterelizados

Cento e trinta e um presos de Oregon e de Washington foram submetidos, nas prisões dos Estados Unidos, a um tratamento de raios nos testículos, para serem esterilizados. As "experiências" se realizaram em 1960 e todos os presos declararam-se "voluntários".

Aborto

Na atual campanha presidencial dos Estados Unidos, o tema do aborto — de sua legalização ou de sua proibição total — começa a aparecer, empenhando em seu debate tanto a política como a religião. Há uma **candidata a candidata**, que deseja ser presidente dos Estados Unidos, pelo Partido Democrata, que condena o aborto. Este é seu principal ponto de base, em sua campanha eleitoral para o próximo pleito de novembro. Ela se chama Ellen McCormack e é mãe de família do bairro de Long Island, Nova Iorque.

Não a Cuba

O presidente do Uruguai já decidiu: não vai mais à reunião dos presidentes da América Latina, que terá lugar no Panamá, devido à presença, no conclave, da ilha de Cuba. Seguidamente, o Uruguai denunciou "intervenções cubanas" em seus assuntos internos. O Congresso dos Presidentes da América Latina foi convocado para celebrar o sesquicentenário do Congresso do Panamá. Tudo isto não quer dizer que o Uruguai vá romper com o Panamá: informantes, em Montevidéu, disseram que o Uruguai "apoia e apoiará (o Panamá) em suas "legítimas aspirações sobre a Zona do Canal".

Newton Carlos

QUEM PAGA NA ARGENTINA?

Há informações de que muitas Embaixadas em Buenos Aires já se preparam para receber uma avalancha de exilados políticos, esperando um golpe como favas contadas. Numa delas um repórter teria visto salões transformados em alojamentos, enquanto os principais jornais argentinos mantêm plantões permanentes à espera da saída das tropas dos quartéis. Golpe é assunto de todas as conversas. Uns dizem que o general Jorge Videla, comandante do Exército, está num intenso trabalho de doutrinação, procurando convencer a todos os seus de que uma intervenção militar, desde que ela se produza, deve ter um caráter **popular** e não ir para os lados de um **pinochetazo**. Outros comentam um memorando apócrifo, no qual o golpe surge fechando tudo e reprimindo o necessário para calar qualquer reação.

Com a recusa, pelo Congresso, de abrir uma **saída institucional** à crise, votando o **impeachment** de Maria Estela, os boatos parecem chegar ao seu último ponto de aceleração. Embora o pedido de afastamento tenha sido apresentado por um partido de direita politicamente inexpressivo, a Força Popular, chefiada por um golpista histórico, o ex-oficial de Marinha e ex-ministro Francisco Henrique, ele teve alguns fatores de forte impacto. A carga de acusações à Maria Estela limitou-se a repetir, impiedosamente, o que quase todo o mundo fala na Argentina, inclusive peronistas. Apoiou-a o maior partido de oposição, a União Cívica Radical, cujos contactos com militares são cada vez mais frequentes.

O quadro impõe algumas perguntas cruciais. Os últimos dados computados, como uma inflação de 19,2 por cento em janeiro, mostram a crise argentina se agravando continuamente. De janeiro de 1975 a janeiro de 1976 a inflação foi de 402,9 por cento. No último trimestre do ano passado a produção industrial caiu de nove por cento. Seriamente afetado, o PNB não chegou a subir um por cento, significando que terminou todo comido por um crescimento superior da população. O déficit orçamentário ultrapassou em 800 por cento o previsto, estabelecendo os gastos sem cobertura do governo como uma das principais determinantes da crise. Há, portanto, uma situação de quase caos exigindo medidas de reparação ou, segundo um jalzão mais pamposo, tão ao gosto argentino, de **reconstrução nacional**. Exigindo, em última análise, sacrifícios.

Sobre que ombros eles irão recair? Este é o problema central, envolvendo a natureza de um possível golpe. Boa parte do saldo inflacionário de janeiro partiu do aumento de 23 por cento dos produtos agropecuários, mostrando que o campo argentino, reduto de uma oligarquia poderosa, não está disposto a suportar qualquer espécie de ônus. Recursos maciços continuam sendo transferidos para o campo, como manda a tradição. Quanto ao empresariado urbano, acusa o governo de **demagogia salarial**, rebela-se contra o que chama de **poder sindical**, faz locaute e ameaça suspender o pagamento de impostos, à exceção dos referentes à saúde e educação. Como **motivo conjuntural** da crise de produção cita " a desordem e a insegurança em que se desenvolvem as atividades industriais".

Tudo isto implica na reivindicação de uma política repressiva e de contenção salarial.

Nem a **oligarquia ganadera** e nem o empresariado urbano admitem, portanto, sacrificar-se em nome da salvação da Argentina. Era previsto. Só uma profunda transformação política social e econômica, completamente fora de pauta, reverteria isto. Daí, uma outra pergunta logo se impõe: os assalariados argentinos, que dispõem dos sindicatos mais bem organizados e mais poderosos da América Latina, aceitarão carregar quase sozinhos o peso da reconstrução? A inflação de janeiro engoliu inteirinho o aumento de emergência de 18 por cento dado pelo governo no começo do ano. Significa que o salário real na Argentina caiu de 11 por cento em relação a outubro de 1975, índice de avultamento que em abril estará 35 por cento, caso continue a tendência inflacionária do momento. A rigor, os assalariados já estão pagando o preço maior pela crise, mas esperando com graves e protestos que dificilmente se diluirão numa política de repressão, por mais dura que venha a ser.

Pelo contrário, a reação operária só tende a crescer na Argentina, inclusive com a multiplicação de **greves selvagens** fora do controle da burocracia sindical da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Só tendem a crescer igualmente, as pressões da **oligarquia ganadera** e do empresariado. Como sair disto? E problema tanto de Maria Estela como de quem aceitar as incertezas de um golpe.

imcosul
informa:
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DURANTE O CARNAVAL
SEGUNDA FEIRA 1º de março das 8 as 20 horas
TERÇA FEIRA GORDA 2 de março sem expediente
QUARTA FEIRA DE CINZAS 3 de março das 8 as 20 horas
ESTE HORÁRIO É VÁLIDO PARA TODAS AS 28 LOJAS IMCOSUL NO ESTADO
imcosul
O PREÇO É A PROVA

ZH: 14/9/76, página 14.

PAÍSES RICOS FAZEM PRIMEIRA CONCESSÃO NA REUNIÃO DE PARIS

A decisão dos países industrializados participantes do diálogo Norte-Sul de aceitar o estudo da indexação do poder aquisitivo do petróleo e de outras matérias primas, permitirá desbloquear os trabalhos dessa conferência.

Outro passo para este objetivo foi determinado pela aceitação dos países industrializados de estudar "a dívida dos países em desenvolvimento e todas as implicações financeiras que resultam para os países seriamente afetados e outros países com necessidades", acrescentaram.

Estes dois compromissos revelam a vontade política dos oito países industrializados, membros da Conferência, de que esta seja útil, afirmou o secretário executivo do Diálogo, Bernard Guitton.

A palavra indexação não figura no programa de trabalho da Comissão para a Energia da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional (Diálogo Norte-Sul) que começará hoje sua sexta sessão de trabalho em Paris.

Mas a introdução desse temário afasta as dúvidas sobre a aceitação dos países industrializados de estudar este problema que anteriormente recusavam.

A comissão estudará "a proteção do poder aquisitivo dos ingressos pela exportação de energia (...) especialmente frente à inflação reinante nos países industrializados, as modificações dos preços de bens e serviços importados e outros fatores essenciais para o progresso econômico dos países em desenvolvimento".

Embora os países ricos recusem que a palavra "aliviar" figure no temário da Conferência quanto à dívida dos países pobres, os países industrializados aceitaram também estudar a questão, dando outro passo positivo para o reinício do diálogo.

ALTERNATIVA

Enquanto na capital francesa reinicia o Diálogo Norte-Sul entre países pobres e potências ricas, as nações do Terceiro Mundo tentam coordenar no México ação comuns para pressionar no plano econômico internacional.

A simultaneidade de ambas as conferências cuja duração será de dez dias cada uma, demonstra na opinião dos observadores, a palavra de ordem do Terceiro Mundo nas negociações que se realizam há mais de um ano para a obtenção de uma nova ordem econômica internacional: negociar é bom, mas ajustar posições de força é muito melhor.

A reunião na capital mexicana não tem o objetivo de pressionar a Conferência de Paris, consideram os observadores, mas pretende apresentar uma alternativa à Conferência Norte-Sul. No caso da Conferência de Paris terminar em fracasso — parecem insinuar os dirigentes do Terceiro Mundo — "Estamos dispostos a conquistar sozinhos nossa independência econômica, sem vocês e eventualmente contra vocês, países ricos que se negam a ajudar-nos".

JIMMY CARTER DÁ UM TOM CONSERVADOR À CAMPANHA

O candidato democrata Jimmy Carter deu ontem um tom nitidamente conservador a sua campanha em Birmingham, Alabama, quando acusou o governo republicano de esquecer do pequeno comerciante e homens de negócio.

Ao lado de Carter estavam duas personalidades, o governador de Alabama, George Wallace, e o senador do Estado, John Sparkman, presidente da Comissão de Assuntos Exteriores do Senado.

Carter, que acabava de receber o apoio oficial do Partido Liberal de Nova Iorque, tenta evidentemente no Sul um bom avanço em relação ao presidente Ford.

Segundo as últimas sondagens, Ford tem 22 por cento dos votos, mas sofreu uma baixa.

Nesta viagem de quatro dias através de dez Estados e Washington, Carter obriga-se a apoiar as candidaturas para as eleições legislativas de dois de seus ex-rivais liberais para o investimento do Partido Democrata.

Trata-se de Morais Udall, representante de Arizona, e Birch Bay, senador por Indiana.

PEACE CORPS

Carter propõe-se dar nova vida ao Corpo de Paz (Peace Corps) jovens voluntários para ajudar aos países em vias de desenvolvimento, declarou seu companheiro de chapa Walter Mondale.

O candidato à vice-presidência afirmou que o governo de Richard Nixon aniquilou a vida que o Peace Corps tinha atingido durante os anos 60, "em parte porque encarnavam um caráter idealista que desagradava a esse governo".

Mondale afirmou que Carter deseja reanimar o Corpo de Paz, porque simboliza a necessidade de uma "atitude mais aberta por parte dos dirigentes".

Durante a década dos 60, o Corpo contava com uns 15.000 voluntários distribuídos em 48 países, com um orçamento que alcançava os 114 milhões de dólares (Cr$ 1,2 bilhão).

Atualmente, o Corpo de Paz tem em suas filas 6.690 jovens e seu orçamento caiu para 67 milhões de dólares para o ano fiscal de 1977, com tendência a recrutar exclusivamente técnicos.

Ford repete a estratégia de Nixon

Filha de Ford, Susan, faz campanha na Califórnia

O presidente Gerald Ford dirigiu-se ontem a um auditório jovem da Universidade de Michigan, em Ann Harbor, onde realizou estudos e foi astro da equipe de futebol americano, seguindo com sua campanha eleitoral.

Embora a imprensa fale de um começo demorado de sua campanha, a equipe eleitoral de Ford destacou que esta se iniciou depois de Convenção de Kansas City e que a viagem a Michigan é outra de suas etapa.

Para conter seu adversário democrata Jimmy Carter, Ford preferiu utilizar a Casa Branca onde a televisão está sempre presente e é grátis. Fator importante já que a campanha foi limitada pela lei.

Toda ocasião será aproveitada por Ford, como sucedeu ao receber os bispos católicos e uma delegação de excombatentes e ao pronunciar um discurso ante uma organização judia num hotel próximo à casa do governo.

Esta tática confunde um pouco os observadores políticos e é semelhante à utilizada, com êxito, por Richard Nixon em 1972 embora este contasse então com uma forte popularidade e o senador George McGovern não era um adversário temível.

Ao contrário, Ford agora é o perdedor, segundo as sondagens que lhe dão ao menos 15 pontos de desvantagem sobre seu adversário.

Newton Carlos

LIÇÕES AFRICANAS

Falando das **lições de Angola**, num trabalho acadêmico sobre as manobras de Kissinger no sul da África, publicado na **Foreign Affairs**, o professor John A. Marcum inclui entre os "vários erros" a não compreensão dos sentimentos dos negros norte-americanos em relação a africanos oprimidos por minorias brancas. "A reação diante da crise angolana, de ansiedade e angústia sem precedentes, mostrou o potencial de reações futuras diante de problemas como os da Namíbia, Rodésia e África do Sul," escreve Marcum, da Universidade da Califórnia. Agora Kissinger se manda para o sul da África, procurando cativar um eleitorado negro que se volta quase todo para Jimmy Carter, candidato democrata, a quem pode dar votos decisivos segundo inquéritos de opinião pública.

Mas a situação é bem diferente da prevista por ele em 1969, quando um memorando secreto do Conselho de Segurança Nacional, dos Estados Unidos, confiava num tranquilo predomínio branco, por muitos e muitos anos, na Rodésia, África do Sul e ex-colônias portuguesas. Nessa época e por algum tempo mais, um assistente de Kissinger no Conselho , Roger Morris, conversava sistematicamente com representantes" não oficiais" da Rodésia em Washington, informando-os de que o governo norte-americano não faria nenhuma pressão "real" sobre o regime racista rodesiano. Acabar com esse regime é hoje o primeiro objetivo de Kissinger, que manobra para aliviar as pressões em cima da África do Sul.

INFLUÊNCIA

O trabalho do professor Marcum deixa claro que a África do Sul é a chave de tudo. "É crucial para os Estados Unidos dissociarem-se dos regimes de minorias racistas," "o coração desse problema complexo é a África do Sul rica em minerais e industrializada," onde os norte-americanos tem cerca de dois bilhões de dólares de investimentos, e "quanto maior for a cooperação entre os Estados Unidos e os brancos sul-africanos, em nome da necessidade de conter a penetração soviética na África, mais fácil será essa penetração," são afirmações aparecidas com destaque na **Foreign Affairs**, a mais influente publicação do **establishment** diplomático norte-americano. Angola, no entanto, segundo o professor Marcum, e está é uma das lições destacadas por ele, deixou claro para os africanos que os Estados Unidos e a África do Sul atuavam a base de uma aliança de fato construída a partir de uma perspectiva comum e global a respeito da África.

Num artigo publicado na **New Republic**, o ex-assistente de Kissinger que manteve contactos com os regimes racistas, Roger Morris, revelou que as decisões norte-americanas na crise angolana resultaram das "íntimas relações" entre a CIA e os serviços de informações sul-africanos, que procuravam ampliar o mais possível a intervenção dos Estados Unidos. Já o professor Marcum cita " altas autoridades sul-africanas" em apoio à informação de que as tropas da África do Sul entraram em Angola, "onde perderam em parte a sua aura regional de invencibilidade," tendo como incentivo a suposição, estabelecida por meio de "conversas com funcionários norte-americanos," de que os Estados Unidos se encarregariam de armar os suficiente as facções angolanas em luta contra MPLA e cubanos. Ainda por influência sul-africana, em janeiro de 1975, logo depois dos acordos de Alvor, criando em Angola um **governo provisório de unidade**, Kissinger e o Comitê 40, do Conselho de Segurança Nacional, decidiram jogar numa tomada do poder pela FLNA, de Jolden Roberto, dando a ela mais armas e mais dólares.

INCAPACIDADE

Segundo Marcum, que insiste em que "os interesses norte-americanos impõem clara dissociação do regime racista sul-africano," tendo em vista não dividendos imediatos" mas a longo prazo, a hora era de comprometer-se com uma política de unidade, sustentada pela Organização da Unidade Africana (OUA) e que seria fatalmente a melhor barreira à penetração soviética. Mas mesmo agora Kissinger parece longe de aceitar essa dissociação, preferindo sacrificar a Rodésia e conseguir uma solução para a Namíbia, negociando com os sul-africanos em nome da necessidade de fazer concessões periféricas que aliviem as pressões sobre a África do Sul. Salvar os brancos sul-africanos, eis ainda o objetivo de Kissinger. Algum dia a **Foreign Affairs** falará das **lições da África do Sul.?** Uma dessas lições, como mostrou a crise angolana, sairia da incapacidade dos Estados Unidos em compreenderem a "importância negativa" da África do Sul em política africana.

ZH: 22/11/76, página 16.

MUNDO Serviço das agências UPI e AFP radiotelefotos UPI

ZERO HORA — Segunda-feira, 22.11.76 — PÁGINA 16

ANGOLA

Uma guerrilha contra os antigos guerrilheiros

A República Popular de Angola está completando um ano de independência e de exercício do poder pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujo presidente, Agostinho Neto, é também chefe do Estado e do governo.

Há um ano, no momento em que Agostinho Neto proclamava em Luanda a independência do país, o movimento por ele liderado se batia com a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola).

O MPLA, apoiado por um corpo de expedicionários cubanos e armado pela União Soviética, acabou por derrotar os oponentes, que contavam com o apoio da África do Sul, Zaire, e dos Estados Unidos.

Porém, essa vitória militar, ainda que garantindo para o MPLA o controle das maiores cidades e estacionamentos viários do país, não é total, subsistindo no país focos de guerrilha. Recentemente, a 12 de outubro, aproximadamente 300 pessoas foram massacradas em uma cidade a Oeste do país. O massacre foi atribuído à Unita, que ainda tem sua base na região central do país.

A GUERRILHA

Os dois movimentos hostis ao MPLA - FNLA e Unita — cujas tropas foram dissolvidas no começo deste ano, recomeçaram, de alguns meses para cá, ações de certa importância nas regiões Norte, Centro, Sul e Leste do país. O presidente da FNLA, Holden Roberto declarou recentemente em Bruxelas que seus guerrilheiros, que ele avalia em 17 mil, controlam em Angola "uma região maior do que a França", e que suas operações, dirigidas fundamentalmente contra as tropas cubanas, conseguiram impedir a colheita de café.

Como resultado dessas ofensivas, a maior parte das cidades do Norte de Angola está isolada, só podendo ser atingida pelas autoridades de Luanda por via aérea, segundo o líder da FNLA.

A insegurança que reina na rica região do Norte vem obrigando as tropas cubanas a operações de contraguerrilha, que implicam em sensíveis perdas devido às emboscadas e terrenos minados. A FNLA pretende chegar até à zona costeira, possibilitando o recebimento de reforços por mar, especialmente em matéria de armas pesadas e remédios e alimentos, para melhor enfrentar as forças cubanas, equipadas com blindados, helicópteros, e aviões de combate.

Holden Roberto, disse ainda, em entrevista coletiva concedida em Bruxelas, que seu movimento não tem mais ligação alguma com Kinshasa. O reconhecimento pelo presidente Mobutu, do governo de Luanda, obrigou a FNLA a se retirar de suas bases no Zaire, permanecendo apenas em Angola.

Quanto à UNITA, liderada por Jonas Savimbi, afirma ter repelido, desde maio, quatro ataques de tropas cubanas e do MPLA nas regiões Leste, Centro e Sul do país. Os guerrilheiros da Unita, além dos ataques às cidades, se esforçam ainda para destruir a via férrea de Benguela.

Segundo a própria Unita, que afirma controlar a região, a sabotagem sistemática da estrada de ferro "continua e continuará durante toda a estação das chuvas", que está por começar, permitindo uma intensificação das operações em toda Angola.

A rádio sul-africana, transmitindo depoimentos de refugiados angolanos na Namíbia, anuncia violentos combates ao Sul do país, falando mesmo em "banhos de sangue". Esses combates teriam assumido as características de operação militar de grande envergadura, com a participação de tanques, artilharia e aviões de apoio ao combate no chão. O objetivo das autoridades de Luanda seria tentar "lechar" a fronteira entre Angola e a Namíbia.

O objetivo declarado da FNLA e da UNITA é "desembaraçar Angola dos ocupantes cubanos e soviéticos" e conseguir a realização de "eleições verdadeiramente livres" que permitam ao povo angolano opinar quanto a seu futuro. Impedindo através da manutenção do estado de insegurança e retomada das atividades econômicas, os dois movimentos esperam levar o governo de Agostinho Neto à falência, obrigando-o a reconsiderar as alianças que fizeram de Angola uma colônia soviética".

Agostinho Neto, preocupações de Estado

Holden Roberto, volta à guerrilha

DESMENTIDO

O reinício das operações de guerrilha foi até agora desmentido por Luanda, que, embora admitindo a existência de grupos "de bandidos" em certas regiões consideradas tradicionalmente como posse desses dois movimentos, classificava sua ação de "muito limitada", preferindo, nesse primeiro aniversário de independência, dar mais importância à batalha econômica, "ainda por ser vencida".

Apesar de enfrentar as ações guerrilheiras da UNITA e da FNLA, o movimento liderado por Agostinho Neto não parece estar ameaçado, tendo sido recentemente aprovado plenamente na reunião da Comissão Central durante o qual a opção marxista-leninista da República Popular de Angola foi claramente reafirmada. Para os responsáveis do MPLA, só "o socialismo científico de Marx, Engels e Lenin permitirá a liquidação do sistema de exploração do homem pelo homem, e a instauração da democracia popular".

Essa opção ideológica tão definida não tem reflexos na reorganização econômica do país. As estruturas econômicas e sociais de Angola foram desmanteladas pela guerra civil que varreu o país durante quase um ano, e pela partida maciça de 700 mil portugueses logo depois da independência. Os problemas de maior urgência são alimentação, saúde, e, evidentemente, o reequilíbrio do processo produtivo, reduzido a um nível calculado entre 20 e 30 por cento de sua capacidade, nas empresas em sua maior parte nacionalizadas.

POLITICA EXTERIOR

Em matéria de política externa, a República Popular de Angola, após ter estabelecido relações com a maioria dos países socialistas no dia seguinte ao de sua independência, abriu as portas, alguns meses depois, para os países da Europa Ocidental, reatando laços com a Itália, a Bélgica, a Suíça e a Dinamarca. Também as relações com sua ex-potência colonizadora foram estabelecidas, além da assinatura de acordos de cooperação com o Brasil.

Em relação ao Brasil, observa-se ainda uma certa reticência, por parte do governo angolano, que parece não querer comprometer-se muito com um governo por ele considerado reacionário.

Os Estados Unidos continuam a se opor à entrada de Angola nas Nações Unidas, a pretexto da presença cubana no país. A República Popular de Angola também não faz parte de organizações especializadas, como a UNESCO, a Organização Mundial de Saúde.

Assim, um ano após a independência, o Movimento Popular de Libertação de Angola parece ter restabelecido sua autoridade sobre grande parte do país, embora continue sendo contestado por movimentos de exilados no exterior ou através de ações da guerrilha.

ZH: 12/9/79, página 17.

ZERO HORA — Quarta-feira, 12.9.79 — PÁGINA 17

MUNDO Serviço das agências U.P.I., A.P. e A.F.P. radiotelex U.P.I.

URSS E CUBA PERDEM SEU GRANDE ALIADO NA ÁFRICA

Câncer mata Agostinho Neto em Moscou

Líder angolano morre aos 57

O presidente de Angola, Agostinho Neto, que venceu uma guerra civil do país com a ajuda de soldados soviéticos e cubanos, morreu segunda-feira à noite na União Soviética, com 56 anos de idade, segundo informaram oficiais africanos.

Neto chegou em Moscou no dia 6 de setembro para uma "visita extra-oficial". Foi operado de câncer, entrou em coma e morreu 48 horas depois. O Brasil declara luto oficial por três dias.

Antiimperialista, anticolonialista e anti-racista por definição, o presidente angolano Agostinho Neto era naturalmente grande amigo dos principais líderes socialistas contemporâneos e, principalmente, do cubano Fidel Castro.

Sua enfermidade, mais ou menos ocultada há um ano, impediu-o de assistir à recente "cúpula" dos não alinhados de Havana e certamente apoiar, ao término da conferência, o documento que denunciou "o neocolonialismo e racismo, inclusive o sionismo" e ressaltou seu apoio "aos movimentos de libertação nacional".

Convidado oficialmente pelo presidente Castro para participar da cúpula de Havana, Agostinho Neto teve que viajar porém para a URSS, "em visita privada e de amizade", poucos dias depois da visita que acabava de realizar pelo interior de seu país, às províncias de Huíge e Malanje.

Visivelmente cansado, porém sem que nada deixasse transparecer a gravidade de seu estado, esse grande orador popular que seus compatriotas chamavam afetuosamente de "Neutino" deixou de fazer uso da palavra ante milhares de angolanos e simplesmente desculpou-se por sua voz "artificial".

Sua viagem à capital soviética, há cinco dias, em pleno diatribe norte-americana sobre a existência em Cuba de um efetivo de três mil militares soviéticos, passou praticamente despercebida e somente chegou-se a falar do "estado preocupante" de chefe de estado angolano.

Em Moscou, o comitê central do Partido Comunista soviético, o presidium do Soviet supremo e o conselho de ministros da União Soviética, anunciaram ontem "com profunda dor" o falecimento do presidente de Angola, sem indicar que ocorreu na URSS.

O anúncio das mais altas instâncias soviéticas, citado pela agência Tass, salientou que Agostinho Neto morreu "depois de uma grave enfermidade, aos 57 anos de idade".

Agostinho Neto foi qualificado como "um dos eminentes dirigentes do movimento revolucionário mundial, homem de estado e político excepcional da África, grande amigo da União Soviética".

Nos meios europeus a notícia da morte do "Senhor português", como era chamado, em virtude de seus poemas nacionalistas, provocou uma série de especulações sobre o desaparecimento do principal aliado da União Soviética na África.

Não se diminuiu a importância de suas relações econômicas com os países ocidentais nem tampouco a melhora de seu tratamento com o Zaire, depois da segunda guerra de Shaba, porém a sólida implantação cubana em Angola e a indiscutível influência soviética continuam sendo motivos de preocupação para os meios oficiais.

Do extinto "pai" da nação angolana nascido em 17 de setembro de 1922 - talvez seja interessante ressaltar, muito mais do que as suas primeiras lutas e prisões em Portugal, Cabo Verde ou Cabinda, seus denodados esforços para obter a vitória e a independência de Angola, quando, em virtude da intervenção do exército sul-africano, em reforço dos outros movimentos guerrilheiros angolanos, tudo parecia perdido.

Cercado por países hostis, não restava ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto, outra saída que a de procurar ajuda estrangeira, e foi Cuba que, no dia 5 de novembro de 1974, fazia a balança pender para o lado de Agostinho Neto.

A partir daí e sobretudo depois do primeiro congresso do MPLA, em Luanda, dezembro de 1977, tudo pareceu contribuir para a vitória do veterano líder.

Inclusive, naturalmente, a última remodelação de seu gabinete, em dezembro de 1978, quando destituiu sete ministros e assumiu diretamente a chefia do governo.

Desaparecido Agostinho Neto, resta o problema do sul de Angola, limítrofe com a Namíbia, e os problemas conseqüentes com a África do Sul.

Meios diplomáticos sul-africanos consideraram ontem que o falecimento do presidente angolano pode ser prejudicial para as negociações em curso sobre o futuro da Namíbia, em Londres.

Sucessor só surgirá em algumas semanas

A morte do presidente angolano Agostinho Neto, em Moscou, deixou um vazio difícil de se preencher, tanto em Angola como em toda África Central, e as perspectivas do país que perdeu a única figura que simbolizava a unidade nacional depois de mais de 15 anos de guerra, eram, ainda ontem, incertas.

A primeira guerra de libertação contra Portugal durou 14 anos, de 1961 até 1975, data da Independência, mas o nascimento da República Popular de Angola não resolveu, nesse momento, todos os problemas por que passava o país.

O Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA), dirigido por Neto, teve que enfrentar imediatamente dois rivais, a Unita (União Nacional Para a Independência Total), de Jonas Savimbi, muito ativa no sul do país e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), de Robert Holden. A segunda "guerra de libertação" terminou com a vitória do MPLA, que durante vários anos apareceu como representante único do estado angolano.

Reconhecida por quase todos os estados, Angola soube estreitar relações com os países africanos e a maioria dos países americanos, europeus e asiáticos, apesar da maior parte de assistência econômica e técnica procederem da União Soviética e seus aliados.

Seguindo uma linha marxista-leninista, Angola se abriu ao mundo e afirmou sua posição internacionalmente.

Mas as divergências sobre a linha a seguir não estiveram ausentes no interior do comitê central do MPLA. Uma grave crise explodiu durante uma reunião do núcleo dirigente e foram excluídos por "fraccionismo" vários de seus membros, entre eles o ministro do Interior Nito Alves.

No dia 27 de maio de 1977, um tentativa de golpe de estado, inspirado pelos setores "fraccionistas", foi derrotada pelas autoridades. Esta tendência, ao que parece, não desapareceu depois do fracasso do golpe. Os órgãos de imprensa denunciaram tal tendência em várias oportunidades, depois do início do ano. E o presidente Neto, em recente discurso que pronunciou em Benguela, anunciou mudanças profundas em seu governo.

Neto denunciou a "pequena burguesia", a qual acusou de "provocar o fraccionismo".

No dia 6 de agosto passado, uma comissão de controle do partido único, reuniu-se pela primeira vez para "criticar o comitê político, o comitê central ou seu secretariado, se por casualidade constatasse um erro".

O presidente Neto não se excluiu pessoalmente das críticas, e perguntou publicamente: "As medidas que eu tomo, são ou não justas?".

Antes de partir para Moscou, onde morreu, Neto realizou uma viagem pelas regiões de Huíge e Malanje, onde recebeu uma acolhida delirante da multidão que o admirava e queria. Nunca o partido apareceu tão unido e tão forte atrás de seu líder como nessa oportunidade.

O MPLA não escondeu as dificuldades econômicas, apesar de seus esforços para conseguir investimentos nos setores petrolíferos, da construção e das obras públicas. Visivelmente, os investidores estrangeiros tiveram confiança na estabilidade do regime de Neto.

Enquanto isso, em Angola, o FNLA perdia a base política depois da reconciliação de Neto com o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko. E em 1978, a Unita, apoiada pelo exército sul-africano, efetuou invasões e atentados. Mas as forças cubanas, que chegaram a Angola durante a segunda guerra de libertação, garantiram certa estabilidade militar do regime. Estimava-se, ontem, que continuarão apoiando o sucessor de Neto, como o sustentaram.

As estruturas do partido deverão permitir uma sucessão sem atritos, inclusive se, com o grande líder desaparecido, as ambições de poder se revelarem.

Agostinho Neto não designou seu sucessor e serão necessárias várias semanas para se saber quem, entre seus colaboradores mais próximos, se imporá como um novo mandatário. Antes de partir para Moscou, há cinco dias, Neto designou Lúcio Lara, membro do comitê central do MPLA/Partido Trabalhista e um de seus colaboradores mais próximos, para substituí-lo na condução política durante sua ausência — informou-se ontem em Luanda.

O ministro do Planejamento, José Eduardo dos Santos, garantirá, ao mesmo tempo, a direção do governo.

O presidente Neto acumulava as funções de Presidente da República Popular de Angola e de presidente do partido único.

No dia 6 de dezembro passado, o comitê central do MPLA decidiu a supressão do cargo de primeiro-ministro, que foi também assumido por Neto. Foi durante esta mesma reunião que se decidiu que Lúcio Lara assumiria interinamente o cargo de presidente, durante suas ausências.

ATAQUE DO *IRA* A TRENS PARALISA DUAS IRLANDA

Homens armados, supostamente pertencentes ao Exército Republicano Irlandês (IRA), assaltaram, ontem pela manhã, um trem de carga próximo à fronteira e o soltaram desgovernado ao longo da ferrovia, provocando um descarrilhamento que paralisou a principal via de ligação entre as duas Irlandas.

O maquinista e um guarda, as únicas pessoas que se encontravam a bordo do trem. Foram libertados ilesos e receberam ordens para voltar a pé à República da Irlanda seguindo os trilhos.

O comboio de 16 vagões, puxado por duas locomotivas diesel, bloqueou a principal ferrovia que liga Belfast a Dublin.

Segundo a polícia, o trem tinha acabado de cruzar a fronteira procedente de Dundalk na República da Irlanda, dirigindo-se para Newry, quando homens armados com submetralhadoras obrigaram-no a parar sobre a ponte de Cloughogue, onde todos os trens que cruzam a fronteira diminuem a marcha pela possibilidade de encontrar minas nos trilhos.

Os pistoleiros libertaram o maquinista e o guarda, acionaram o motor e saltaram quando o trem ganhou velocidade, segundo informou a polícia.

O trem descarrilhou num ponto da fronteira localizada a cinco quilômetros adiante do local do assalto. A polícia está certa de que o assalto foi realizado pelo proscrito Exército Republicano Irlandês (IRA), que já assaltou e destruiu diversos trens anteriormente.

Segundo fontes de segurança, o assalto pode ter sido realizado pelos mesmos membros do IRA que emboscaram 18 soldados britânicos no final do mês passado a 16 quilômetros de Warrenpoint, visto que apenas um grupo do IRA opera normalmente numa região.

A polícia e o exército isolaram a área em volta do trem enquanto especialistas em explosivos vasculhavam o local à procura de possíveis bombas-relógio.

O exército bloqueou todas as principais rodovias com carros blindados para se protegerem contra emboscadas e um helicóptero e um avião de observação sobrevoam as colinas situadas nas redondezas.

As forças de segurança deverão inspecionar o local e poderão levar um dia ou mais antes que os trabalhadores sejam autorizados a limpar o local do descarrilhamento.

ESPANHA PRENDE 13 POR LIGAÇÃO COM GUERRILHA

A polícia espanhola prendeu 13 dirigentes suspeitos de pertencerem a um grupo guerrilheiro urbano de orientação esquerdista, desferindo assim "o mais poderoso golpe" contra o movimento nos últimos dois anos.

Os seis homens e sete mulheres, que se incluem entre os mais procurados guerrilheiros da Espanha, eram os "mais importantes" membros dos Grupos de Resistência Anti-Fascista Primeiro de Outubro (GRAPO) e de seu braço político, o Partido Comunista Reconstruído, segundo informou ontem o Ministério do Interior.

A ofensiva de segunda-feira foi a maior desde a ação policial de outubro de 1977, que resultou na detenção de 16 possíveis membros do GRAPO, incluindo seu provável Comandante.

Sem fornecer pormenores sobre as prisões, ocorridas em Saragoça e Barcelona, o Ministério limitou-se a informar que elas eram o resultado de "exaustivas investigações e perseguições secretas dos suspeitos".

O GRAPO assumiu a responsabilidade por 28 dos 105 assassinatos políticos ocorridos na Espanha este ano, incluindo a morte de um juiz da Suprema Corte, um general, 16 policiais e guardas civis.

Segundo o Ministério, as prisões incluíram a metade do comitê político, a alta liderança do Partido Comunista Reconstruído, e sete dos 12 membros de seu Comitê Central. O grupo não tem ligações com o Partido Comunista Espanhol, que atua na legalidade.

O GRAPO é uma organização secreta semelhante às Brigadas Vermelhas e, a exemplo do grupo italiano, é tido às vezes como um instrumento da extrema direita. Ele se manifestou em 2 de agosto de 1975, com o assassinato de um policial em Madri.

Ainda segundo o Ministério, os investigadores também localizaram 10 esconderijos em Barcelona, Saragoça e Madri, além da escola de treinamento e centro de propaganda dos guerrilheiros.

Eles apreenderam documentos, mais de 96 mil dólares em dinheiro, e jóias avaliadas em 66 mil dólares, roubadas em fevereiro de 1978 na cidade de Vigo, a noroeste do país.

DIVERGÊNCIAS NO ENCONTRO EM LONDRES

Divergências entre Robert Mugabe e Joshua Nkomo, líderes da Frente Patriótica de Zimbabwe, motivaram ontem a anulação de uma sessão da conferência de Londres, sobre a Rodésia, segundo considerações de analistas políticos.

Os observadores londrinos, depois de formular esse comentário, recordaram que aquela sessão, que deveria ser iniciada às 9h em Lancaster House, foi anulada a pedido dos dois dirigentes da Frente Patriótica e que os trabalhos somente foram reiniciados à tarde.

Por sua vez, um porta-voz britânico disse que Knomo e Mugabe pediram um prazo para poder estudar o texto da alocução pronunciada na segunda-feira pelo presidente da conferência e chefe da diplomacia britânica, Lord Carrington.

Os dois líderes da Frente Patriótica de Zimbabwe também destacaram que requereriam um certo tempo, a fim de preparar uma "declaração definitiva" que exponha seus pontos de vista.

Acrescentaram que suas delegações também se opunham a negociar antes uma nova Constituição de independência para o Zimbabwe-Rodésia.

RAMALHO EANES DISSOLVE O PARLAMENTO PORTUGUÊS

O presidente português, general Antonio Ramalho Eanes, assinou o decreto de Dissolução do Parlamento, segundo anúncio oficial feito em Lisboa.

Antes de assinar o decreto, Ramalho Eanes recebeu no Palácio de Belém a primeira-ministro Maria de Lurdes Pintassilgo, e o presidente do parlamento, o socialista Teófilo Carvalho dos Santos. Hoje, o presidente português falará a nação.

As eleições legislativas serão realizadas no dia dois de dezembro, (domingo) afirma um comunicado oficial. Há 3 meses, o general Eanes havia anunciado seu propósito de dissolver a Assembléia, após aceitar a renúncia do governo de Carlos Alberto Mota Pinto.

Normalmente, as eleições legislativas seriam realizadas na próxima primavera, segundo a constituição portuguesa. Também em dezembro próximo, provavelmente no dia 16, serão realizadas eleições municipais.

CONVITE PARA ENTERRO

Esposa, filhos e netos do sempre lembrado

SEBASTIÃO BOLSONI MACHADO
(jornalista)

Ontem falecido, convidam as pessoas de suas relações e amizades para assistirem aos atos de encomendação e sepultamento daquele ente querido.

O féretro sairá hoje às 10 horas da manhã da capela 7 do Cemitério João XXIII para o mesmo.

Antecipam agradecimentos.

Porto Alegre, 12 de setembro de 1979.

2ª FESTA ESTADUAL DO LEITE FEIRA-EXPOSIÇÃO DE GADO LEITEIRO

4ª EXPOSIÇÃO AGRO-INDUSTRIAL

CARLOS BARBOSA 19 a 21 de OUTUBRO de 1979

METALÚRGICA CARLOS BARBOSA LTDA.

CP: 13/7/76, página 3

ma o jornal norte-americano.

"O terrorismo é parte da vida diária da Argentina. Os grupos de direita e esquerda se assassinam mutuamente em números crescentes. As Forças Armadas derrubaram a presidente Isabel Perón, sem disparar um tiro, mas os balaços aparecem agora. Foram encontrados os corpos de umas 500 vítimas, desde o golpe, de 24 de março, porem uma fonte autorizada diz que por cada um destes mortos desapareceram outras sete pessoas. Isto significa uns quatro mil mortos, que se acrescentam às centenas de pessoas que morreram durante os anos do peronismo".

O semanário acrescenta ainda: "O fim dessa situação não está à vista. Os grupos de ambos os extremos estão fortemente armados, bem treinados, com dinheiro e, o que é mais importante, fanaticamente dedicados às suas causas. Os peritos antecipam um derramamento de sangue muito maior antes que esse país possa voltar a uma situação de normalidade".

VIAGEM

Enquanto isto, o presidente Jorge Rafael Videla começou hoje um giro de quatro dias por cidades do sul do país, dando início à sua política de aproximação com as populações do interior para melhor resolver os problemas regionais.

Videla, acompanhado de sua esposa e de uma reduzida comitiva, chegou à cidade de Trelew, na província sulista de Chubut, na sua primeira viagem oficial como presidente. Deverá cobrir 7.200 quilômetros durante esses quatro dias, visitando Comodoro Rivadávia, Rio Gallegos e Ushuaia. Nesta última, percorrerá as vitais jazidas petrolíferas.

O presidente, segundo seus assessores, pretende manter um contato direto com o povo e empresários para saber, diretamente deles, quais são os problemas que mais afligem a região. Em Trelew, Videla usou um caderninho para anotar as reivindicações e prometeu medidas urgentes.

O ministro da Fazenda argentino, José Martinez de Hoz entrevistou-se esta manhã, em Paris, com seu colega francês Pierre Fourcade, e com o ministro do Comércio Exterior da França, Raymond Barre, os quais "expressaram sua satisfação pelo programa econo-

sejo do governo francês de apoiar o programa de recuperação econômica do país".

Martinez de Hoz conferenciou em separado com os dois ministros, aos quais explicou detalhadamente seu plano para tirar a Argentina da difícil situação econômica em que se encontra.

Savimbi pede ajuda a Portugal

Marvine Howe

LISBOA — As forças guerrilheiras que se opõem ao governo de Luanda, antes concentradas no Sudoeste de Angola, espalharam-se, formando um largo cinturão na área central do país, segundo um relatório militar elaborado pelo movimento rebelde pró-Ocidente, conhecido como União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). O relatório, que chegou a esta capital no sábado, veio acompanhado de uma carta endereçada aos "democratas portugueses", pedindo ajuda, assinada pelo presidente da UNITA, Jonas Savimbi.

Segundo consta, a carta e o relatório foram enviados pelo quartel-general da UNITA, situado na região de Cangumbe, cerca de 88 km a oeste de Luso, na Angola Central, perto da estrada de ferro Benguela.

O portador dos documentos declarou que o relatório e a carta foram levados para fora de Angola por um mensageiro, que levou três dias para sair do país. O conteúdo do relatório parece ser autêntico e moderado, segundo fontes que estiveram na sede do Movimento, na Angola Central, em maio.

CONFIRMAÇÃO

Essa é a primeira confirmação de notícias segundo as quais Savimbi está em território angolano, liderando seu movimento guerrilheiro, que foi derrotado em fevereiro deste ano pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, que assumiu o governo, e seus aliados cubanos.

O relatório militar é datado de junho de 1976 e relaciona sete emboscadas, três ataques contra cidades, dois descarrilamentos de trens, e um número não revelado de ataques mediante emprego de minas terrestres — que teriam ocorrido em maio.

Durante esses ataques, as forças do MPLA sofreram pelo menos 37 baixas conhecidas, além de um número ignorado de baixas em quatro emboscadas, segundo informa o relatório. Informações anteriores indicavam que o movimento guerrilheiro permanecia essencialmente na defensiva, limitando-se a efetuar ataques de fixação no matagal do Sudeste de Angola.

De acordo com esse relatório mais recente, as forças moveram-se nas direções oeste e norte, e tomaram a ofensiva. São mencionados cerca de 106 km ao sudoeste do porto marítimo de Benguela, e Mussende, 112 km ao sul de Malange.

FOME E INDISCIPLINA

O relatório informa que, na sua maioria, os ataques foram desfechados ao longo da ferrovia Benguela — informação que foi confirmada por fontes do Movimento Popular, em Luanda.

Ainda segundo as informações, os guerrilheiros continuma a desenvolver atividades do sul, tendo preparado armadilhas em Serpa Pinto, Longa e Cuito Cuanavale, a 257 km do norte da África do Sudoeste.

O documento faz referência a "casos de indisciplina" em meio às forças do MPLA, ressaltando que, até o fim de maio, 150 soldados do MPLA desertaram de suas posições em Gabela, a leste do Porto Amboim, devido à falta de alimentos na região.

Segundo o relatório, a escassez de víveres quase chegou a causar um motim dos soldados do MPLA. O mesmo documento informa que na região de Pereira d'Eça, no sul de Angola, há pessoas morrendo de inanição.

"Não há comida — exceto açúcar e sal, que estão racionados — bem como cerveja ou cigarros" — diz o relatório. "Os cubanos estão matando o gado dos criadores da região e roubando sua produção".

As organizações de auxílio católicas e protestantes, que trabalham em Luanda, também informaram que há escassez de alimentos em diversas partes de Angola, particularmente em Saurimo e Carmona.

APELO DE SAVIMBI

Finalmente, o relatório da UNITA fala nos maus tratos infligidos pelas forças do MPLA. Segundo informa, um oficial do Movimento Popular, identificado simplesmente por Kadumbuela, executou 15 prisioneiros de guerra em Luso.

Em Quibaxe, as forças do MPLA prenderam 14 moradores da localidade, matando 12. Conforme consta do relatório, os dois restantes conseguiram fugir, divulgando a notícia a esse respeito.

Fazendo um apelo a "todos os nossos amigos, simpatizantes e compatriotas de Portugal", Savimbi pede ajuda à sua armada contra o "social-imperialismo russo" — termo emprestado, ao que parece, do vocabulário usado pelos chineses com referência à União Soviética. (The New York Times).

Israel prende 50 árabes suspeitos de terrorismo

TEL AVIV, 12 (UPI) — O Comando Militar Israelense informou hoje que as forças de segurança que se encontram na margem ocidental do rio Jordão desbarataram duas células da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) e prenderam mais de 50 suspeitos. A informação foi divulgada um dia depois de que, em fontes militares israelenses, se disse que o assalto e desvio de um avião da Air France para Uganda, no dia 27 de junho passado, era obra de um grupo dessa organização liderada por George Habash.

As autoridades afirmaram que a negativa de toda responsabilidade no caso, formulada por Habash, era "extremamente ridícula". Muitos dos suspeitos detidos hoje já estão sob a suspeita da prática de terrorismo, segundo um porta-voz militar, o qual acrescentou que, nas células desbaratadas, foi encontrada uma grande quantidade de armas e munições.

EX-REFÉNS

Um grupo de ex-reféns do aeroporto de Entebbe, no total 12 pessoas, partiu hoje novamente de Israel, reiniciando a viagem interrompida com o seqüestro do avião da Air France no dia 27 do mês passado, segundo informações divulgadas por uma fonte do aeroporto

Pat Nixon já se recupera

LONG BEACH, Califórnia, 2 (UPI) — Ultrapassada a fase crítica da luta para se recuperar dos efeitos de um paralisante derrame cerebral, a sra. Pat Nixon está em melhores condições, segundo seus médicos, mas deve enfrentar de três a quatro meses de tratamento". Ela deverá ter alta do hospital dentro de uma semana a 10 dias.

O médico da família, dr. John Lungren, informou hoje que "não obstante o estado da sra. Nixon continuar sendo sério, parece estar se estabilizando satisfatoriamente. Mas, ainda sofre de alguma debilidade mecânica no braço esquerdo, perna esquerda e no lado esquerdo do rosto. Todavia, há melhora em sua capacidade de conversar e sua elevada tensão arterial ficou sob controle".

n profusão para stãos libaneses

passado para evitar uma derrota dos cristãos em mãos dos esquerdistas.

Os cristãos compram armas habitualmente de traficantes particulares estrangeiros, sejam de fabricação oriental ou ocidental. Dizem que os libaneses cristãos ricos, que vivem no exterior, pagam as despesas com essas compras, mas os muçulmanos afirmam, por sua vez, que o dinheiro vem dos governos dos Estados Unidos, Israel, França e Arábia, todos temerosos de um triunfo esquerdista no Líbano.

Religiosos bolivianos pedem abertura política e sindical

CP: 18/7/76, página 3.

...em jurada... os 16 ministe... Francisco ...os quais ...pendiado Ministé... mentação, ...lo Gover... a afirmén... a maioria ...iva crise ...da por ...esde que ...a em a... da de... Armadas, ...co Alva... ...iciado a ... outubro

...dia, cha... ...o de que ...do gabi... a. Luís ...u cargo, ...xteriores, ...a Puen... ...ituiu no ...da La ...mais a... ...a uma

...egas Ar... ...em estra... ...uma pre... ...le imen... ...adas do ...em que ...ros.

...compos... ...m mais ...a ter si... Ministé... ...tério Es... Integra... ...liado ao ...Dubois, ...escritó... ...de Du... ...mbólico ...a Mari... ...o minis...

...tão no ...nte Jor... ...na pasta ...alimenta... ...u, tam... ...inistério ...almiran... ...a, que ...lmirante

da Habitação.

CRISE

A crise ministerial começou ontem e terminou à noite, quando foi anunciado o novo gabinete. O fato mais destacado da crise foi a renúncia do general Jorge Fernandez Maldonado, que pedira passagem para a reserva do Exército e que ocupava os cargos de primeiro-ministro, ministro da Guerra e comandante — chefe do Exército.

Fernandez Maldonado foi seguido em sua renúncia pelos ministros da Agricultura, general Ernesto Gallegos; pelo chanceler Miguel Angel de La Flor Valle e ainda pelo ministro da Habitação. Gallegos foi substituído na pasta da Agricultura pelo general Luis Arbulo. Segundo alguns observadores, a renúncia de Fernandez Maldonado e a remoção de outros ministros têm relação com a recente "atitude de rebeldia" do general Carlos Bobbio Centurion, comandante do Centro de Instrução Militar do Peru (CIMP), o qual passou para a reserva no sábado passado.

Bobbio, depois de expôr determinadas sugestões sobre política econômica, recebeu um convite do então comandante do Exército, general Fernandez Maldonado, para que passasse para a reserva. Em vez de atender à ordem, Bobbio foi para o seu quartel e assumiu, com sua oficialidade, uma atitude de desafio. O CIMP foi então cercado por tropas e houve trocas de tiros, mas, superficialmente não houve baixas graves. Bobbio mudou de atitude e passou para a reserva.

MUDANÇA

A renúncia de Fernandez Maldonado, considerado de esquerda, abriu a possibilidade para a composição de um gabinete moderado. Durante a gestão de Fernandez Maldonado como ministro de Minas e Energia, foram nacionalizadas ...ração norte-americanas, como a "Corporacion Cerro de Pasco" e a "Companhia Marcona Mining".

O general Fernandez Maldonado, junto com os generais Gallegos Rafael Hoyos e com o agora também reformado ge... ...guerra, formaram o grupo de coronéis que teve destacada participação no golpe de Estado desfechado em outubro de 1968 pelo general Juan Velasco Alvarado e que derrubou o presidente Fernando Belaunde Terry.

...O governo não revelou as causas da reforma de Fernandes Maldonado, tendo dito apenas que foi a pedido próprio, da mesma forma que as substituições de outros quatro ministros, mas algumas versões se referiram a certa pressão das Forças Armadas.

Problemas econômicos de Angola

June Goodwin

LUANDA — O povo de Angola ainda está falando das marteladas.

"As marteladas começaram e ficaram quase insuportáveis", disse um mulher portuguesa. "Todos estavam pregando as embalagens, e elas ficavam cada dia maiores".

Ela falava de seus conterrâneos que fugiram de Angola antes da independência, em novembro último, e da guerra civil que trouxe cerca de 12 mil soldados cubanos para o país.

Quando os portugueses fugiram, levaram consigo milhares de automóveis, quase toda a mercadoria que existia nas lojas, e, o mais importante, toda a técnica especializada.

Esta cidade com seus edifícios de telhas de cerâmica é, atualmente, muito sóbria, e parece entalada a meio caminho entre o capitalismo e o comunismo. Cartazes com slogans políticos que cobriam todas as paredes estão sendo lentamente arrancados e jogados fora. Mas ainda se misturam com os anúncios da Coca Cola, Mitsubishi e outros indicadores da velha ordem.

A maior necessidade atual de Angola é colocar novamente suas empresas em funcionamento. E o governo do Movimento Popular de Libertação (MPLA) parece saber muito bem disto.

Os quatro principais hotéis da cidade abrigam atualmente empresários da Hália, Estados Unidos e de uma companhia japonesa interessada no cobre do país. E somente há poucos dias chegou uma grande delegação de alemães orientais, para a qual o governo montou uma recepção no aeroporto.

Um empresário ocidental que ainda permanece em Luanda afirma que só dentro de dois meses saberá se sua firma ficará ou não no país. "Existem europeus orientais em todos os ministérios, como assessores do governo", disse ele.

Além disso, as empresas que ainda funcionam em Angola tiveram que permitir que seus funcionários elegessem "comissões de trabalhadores", ligadas à central sindical nacional, a UNTA, que segue a ideologia do MPLA.

Há informações fidedignas de que Angola está procurando abrir em Roma um centro que serviria para canalizar, sob controle do governo, todas as importações do país. Alguns produtos ocidentais já foram importados diretamente pelo governo.

Um dos maiores problemas do país é o transporte.

Centenas de automóveis, ônibus e caminhões atravancam as ruas e estradas ao redor de Luanda, a maioria deles abandonados devido à inexistência de peças de reposição. Isto significa que os alimentos, abundantes no interior do país, estão escasseando na capital.

Muitos angolanos estão pagando para que outros fiquem toda a noite nas filas existentes para a compra de pão, laranjas, batatas e bananas, pela manhã. A pouca carne existente vai toda para os hotéis.

Não existem ovos, mas peixe congelado procedente de Lobito, no sul de Luanda, pode ser encontrado nos mercados da cidade, da mesma forma que nos "museques", ou favelas que cercam a capital. Enormes porcos e algumas galinhas passeiam em meio à pesada poeira e montes de lixo dos museques.

Os ocupantes ilegais de residências na "Cidade do Asfalto", como Luanda é chamada pelos angolanos, penduram suas roupas lavadas nas janelas de modernos edifícios de apartamentos. Num grande edifício novo, perto do Trópico Hotel, esses ocupantes fazem fogo todas as noites, porque ainda não foi instalada eletricidade, e jogam seu lixo pelas janelas sobre o teto de um edifício vizinho, mais baixo.

Ciente dos enormes problemas econômicos a enfrentar, o governo está lançando apelos, nos jornais, para que os trabalhadores se dirijam aos campos e ajudem na colheita do café, que era anteriormente a principal fonte de divisas estrangeiras — que iam todas para Portugal.

Na verdade, a necessidade de braços para a colheita é tão grande que muitas empresas de Luanda tiveram que fornecer aos seus empregados documentos autenticados, para provar que estão trabalhando e impedir que sejam levados à força para os campos a fim de ajudar na colheita, que era tradicionalmente feita pelos angolanos do sul. Calcula-se que a colheita deste ano dará um rendimento de apenas 30 por cento, em virtude da impossibilidade de processar o restante em tempo.

De que maneira, e com que rapidez, poderá o MPLA resolver os problemas econômicos, poderá até ser o fator decisivo para o futuro do país a longo prazo. Agora, é difícil dizer até que ponto o MPLA pretende se lançar.

O estado de Luanda se parece muito com o "novo aperto de mão angolano". O cumprimento com o punho fechado e erguido pretende ser marxista, ou pelo menos revolucionário. Mas, na verdade, veio do cumprimento "soul" dos negros dos "imperialistas" Estados Unidos.

Outro exemplo da atual ambivalência é dado por um membro do comitê de trabalhadores da Gulf em Cabinda, que gosta de se proclamar um militante revolucionário do MPLA, mas afirma, ao mesmo tempo: "Mas é claro que eu gostaria, depois que meu filho nascer, de batizá-lo na igreja". (Copyright 1976 The Christian Science Monitor News Service).

...oblemas aguardam ... de Mário Soares

...D — ...le Por... ...e seu ...marram ...gover... ...frentar ...econó... ...traba...

...da re... ...já em... ...infla... ...15 por ... Soares

...Carter ...alquer ...militar ...ua re...

...e o partido informaram aos portugueses que a vida será dura nos próximos meses, mas que o futuro trará maior liberdade política e melhores condições de vida.

O presidente António Ramalho Eanes nomeou ontem Soares como primeiro-ministro, após uma reunião com os líderes dos quatro partidos representados na Assembléia Legislativa.

Este ato, realizado dois dias depois de sua própria posse, pôs fim a dois anos de governos dominados pelo Exército, após a derrubada da ditadura direitista em abril de 1974. Durante este período, a nação teve seis governos provisórios, numerosas crises políticas e várias tentativas de golpes de Estado, esquerdistas e direitistas.

Ramalho Eanes, que, em sua campanha, havia prometido dar a Soares o posto de primeiro-ministro, usou sua cerimônia de posse para en...

Colômbia quer mulheres no Exército

BOGOTÁ, 17 (UPI) — O Ministério da Defesa colombiano iniciará, segunda-feira, uma campanha publicitária, que visa a incentivar a entrada de mulheres nas fileiras do Exército. O objetivo, segundo o titular da pasta, general Abraham Varon Valencia, é "informar a mulher colombiana sobre os problemas e a atividade do exército, até o momento ignorados por elas".

Por enquanto, somente serão engajadas as mulheres que estejam aguardando ou já possuam diploma de Odontologia, Medicina, Direito ou Engenharia. As primeiras receberão a patente de subtenente, enquanto as outras já começarão como tenentes, podendo chegar até a generais.

As mulheres-soldados vestirão farda, se submeterão à disciplina dos quartéis e farão continência dentro e fora dos quartéis.

CP: 30/9/76, capa.

O POVO

CALDAS JUNIOR

F. A. CALDAS

TA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 1976 — NÚMERO AVULSO: DIAS ÚTEIS CR$ 3,00 DOMINGOS CR$ 4,00

ro mortos no choque mais violento olícia Argentina com terroristas

29 (AP- de três cedo esquer- seguran- regis- em seis ubversi- orte de e feri- oliciais, as au- , regis- trado no populoso bairro de Floresta, na zona oeste da capital, ocorreu 24 horas depois que outros cinco guerrilheiros tinham sido mortos em choques com forças da segurança em diversos locais da Grande Buenos Aires.

No mesmo instante, o presidente Jorge Rafael Videla recebia representantes de 10 comunidades religiosas da Argentina, as quais, segundo se informou, foram apresentar ao chefe do governo sua preocupação pelo auge do terrorismo.

O combate começou às 7h30min, quando um contingente do Exército tentou invadir uma casa ocupada por terroristas, a poucos metros da Avenida Rivadavia, a principal via metropolitana. Pedestres que foram surpreendidos pelo fogo cruzado procuraram refúgio desordenadamente. Um trem repleto de passageiros recebeu diversos impactos de balas, mas não houve vítimas entre os seus ocupantes. Um galpão de uma empresa comercial pegou fogo com a explosão das granadas atiradas pelos policiais, mas a pronta intervenção dos bombeiros impediu que fosse destruído. Às 9h, as ambulâncias começaram a transportar os feridos de ambos os lados.

PREOCUPAÇÃO

O governo argentino disse hoje que compartilhava a preocupação da Santa Sé pela violência que impera no país e garantiu que todos os atos violentos serão rigorosamente investigados. Enquanto isso, se aguardava a saída do país da jovem norte-americana Patrícia Erb, de 19 anos, que tinha sido seqüestrada no dia 13 passado por desconhecidos armados.

A jovem foi encontrada sã e salva, segundo disseram seus familiares, mas não acrescentaram detalhes. Acentuaram que sua saída do país será logo, que não conhecem seus seqüestradores e também o governo não fez comentários. Outra norte-americana, Gwenda Mae Koken Lopez, de 24 anos, detida desde o dia 30 de abril passado em Rosário, também poderá sair do país. Ela foi presa, segundo se informou, quando distribuía propaganda subversiva. Ao que se supõe, o governo norte-americano pressionou as autoridades argentinas pelo desaparecimento da jovem Erb, filha de um pastor menonita que trabalha na Argentina há 25 anos.

da Justiça diz ova CLT depende ade da paz social

CP) — ção das i depen- da paz ndo dis- a Justi- , ao re- om seu Arnaldo iteproje- agora a a e, em m tem- Trabalho ra a di- T. mas anta um ante no ramento alho no cumento oi feita Traba- nd, pre- Intermi- a de a- e traba- ois anos alcão, a demons- lução de modernii- ificação, ando há seguida, ie 1943, rante o rgas, a lo prati- odifica- ica tam- alho que Trabalho ro a om- as" para ate Gei- "a atualização sistemática da legislação trabalhista não poderia corresponder à simples junção das leis esparsas em vigor, num engenho de mera arquitetura legislativa".

"Por isso — disse ele — desenvolvemos um trabalho procurando ordenar, num texto único, de forma sistematizada, todas as leis e diversos decretos normativos referentes às matérias que devem compor a nova CLT".

Além disso, Sussekind declarou que o novo texto tem a preocupação de "clarificar normas e solucionar dúvidas surgidas na aplicação das disposições legais vigentes", sem, contudo, citar exemplos práticos de como esses objetivos foram concretizados.

Segundo ele, a comissão também procurou introduzir disposições inseridas em convenções internacionais, ratificadas pelo Brasil, além de aperfeiçoar regimes e instituições jurídico-trabalhistas, alterando, para esse fim, disposições legais em vigor.

O anteprojeto da nova CLT se compõe de 12 títulos, divididos em capítulos, e de 22 anexos, estes referentes às condições especiais de trabalho em razão da atividade profissional. Por outro lado, o corpo da CLT possui 921 artigos e os anexos somam 361, totalizando 1.282 artigos. Os anexos compreendem as condições especiais de trabalho de algumas categorias, como aeroviários, armazenadores do comércio, armazenadores, atletas profissionais do futebol e outras, num total aproximado de

Cubanos são acusados de chefiar chacina em Angola

WINDHOEK, África do Sudoeste, 29 (UPI) — Forças do governo angolano, comandadas por oficiais cubanos, mataram mais de 500 refugiados no sul do país, numa chacina que teve início no último fim-de-semana, segundo informações aqui recebidas.

O pastor Kornelius Ndjoba, ministro-chefe do território tribal dos Owambo, situado na fronteira com Angola, declarou que refugiados chegados do Sul de Angola lhe informaram que reina um caos completo na região. Ndjoba acrescentou que cerca de mil pessoas entraram no território Owambo nos últimos dias, para escapar ao que chamou de "uma aparente ação militar contra civis", e que mais alguns milhares são esperados para os próximos dias.

Um subchefe tribal angolano, Gabriel Matoewi, declarou, por sua vez, às autoridades sul-africanas, que os soldados do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e cubanos começaram a pilhar as aldeias. Matoewi revelou que as forças governamentais não recebem o pagamento de seu soldo ou provisões há três meses e começaram a invadir as aldeias em busca de comida, confiscando cabeças de gado e matando os animais que não podem carregar.

Outros refugiados disseram às autoridades sul-africanas que há falta de alimentos e água potável por toda a região e que aldeias inteiras foram destruídas pelos soldados governistas na pilhagem.

Outro refugiado, Paulo Haihambo, declarou que guerrilheiros da Organização dos Povos da África do Sudoeste (SWAPO), aquartelados no sul de Angola, chacinaram 120 membros da tribo Uukwanyama. Segundo Haihambo, os Uukwanyama foram seqüestrados pelas forças da SWAPO e levados para a base da organização em Esiitu, 40 quilômetros ao norte da fronteira. De lá, foram obrigados a acompanhar os guerrilheiros em operações de pilhagem em aldeias próximas. Como resistissem às ordens dos guerrilheiros, acabaram por ser mortos.

As autoridades sul-africanas informaram que 400 refugiados entraram ontem no país, procedentes do sul de Angola. Entre eles estão 113 mulheres e 262 crianças.

Os refugiados afirmam que a situação no sul de Angola se complica ainda mais com a ação dos guerrilheiros da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), contrária ao regime de Luanda. Os refugiados contaram que forças da UNITA atacaram recentemente uma grande unidade de soldados do MPLA perto de Oshikango, na fronteira com o sudoeste africanos, fazendo muitos mortos entre os soldados governistas.

Geisel ouve ministros para definir obras prioritárias

BRASÍLIA, 29 (CP) — O presidente Ernesto Geisel só se definirá sobre os setores to gerador de recursos para a execução dos planos setoriais. Há indícios de resistên-

NOTA DISTRIBUÍDA

É o seguinte o texto da nota distribuída hoje pelo Minis-

CP: 10/11/76, página 3.

) — O
oviético
donado
de se-
u pilo-
brevе-
a Sibé-
lo seus
r técni-
e-ameri-
e Rela-
ção dis-
um a-
ada so-
permi-
ho.

izido na
b forte
de Hya-
diações
o de Hi-
lamente
rês ho-
e técni-
mprova-
um dos
epois, o
) a bor-
tico pa-
orto de
oridades
2.500
igem de
itachi, a
ião con-
de ata-
reitistas

a conhe-
que po-
dade de
or hora,
rto civil
lômetros
pilotado
Belenko,
nos Es-
erno so-
tradição
tou vio-
s autori-
rte-ame-
ue o pi-
Estados

Japão ir-
oviéticos,
ão fosse
próprios
cialistas
ntes do
es Exte-
o atrito
ódio do
nais ten-
Tóquio e
m longe
agravar
conduzi-
Takodate
num na-

vio de transporte fornecido pelos Estados Unidos.

) vice-diretor da Agência de Defesa do Japão, Iko Maruyama, elogiou o avião soviético num discurso pronunciado em Tóquio, dizendo que o Mig-25 tinha sido basicamente desenhado para enfrentar os bombardeiros norte-americanos e o avião de reconhecimento SR-71. Maruyama disse também que o aspecto grosseiro do avião em nada prejudicava sua excelente atuação no vôo e ataque. "No Ocidente, os aviões militares são também um produto comercial. Devem ser atraentes para a vista, com uma aparência externa refinada e todo o tipo de atrativos. Mas este não é o caso da União Soviética, onde uma arma é uma arma, sem precisar de embelezamento", disse o técnico japonês.

ANIVERSÁRIO

O governo japonês comemorará amanhã o 50.o aniversário da ascensão do imperador Hiroito ao trono, com 16 mil policiais mobilizados em Tóquio para custodiar a cerimônia e fazer frente a possíveis manifestações hostis de grupos da esquerda. Hiroito, que tem atualmente 75 anos de idade e, segundo a tradição, é descendente direto da deusa japonesa do Sol, assistirá às comemorações que terão lugar no auditório de Budokan, em frente ao seu palácio imperial, para ouvir os discursos de felicitações que serão pronunciados pelo primeiro-ministro Takeo Miki e pelo presidente do Parlamento.

O controvertido acontecimento será boicotado pelos dois principais partidos da oposição, o Socialista e o Comunista, que receberam 35 por cento dos votos populares nas últimas eleições gerais, realizadas no dia 19 de fevereiro de 1972. O prefeito de Tóquio, Ryokichi Minobe, que está no cargo desde fevereiro com o apoio dos socialistas e dos comunistas, não participará dos festejos, bem como a maioria dos prefeitos das principais cidades japonesas.

Minobe, que esteve preso durante a Segunda Guerra Mundial por ser contra o conflito, manifestou não ter objeções à continuação do reinado depois da guerra, mas declarou que, uma vez o reinado de Hiroito incluí o período antes da guerra, não acredita que deva ser comemorada a data em que o imperador completa 50 anos no trono.

Na realidade, o reinado de Hiroito começou com a morte do seu pai no Natal de 1922, mas a comemoração é sempre adiantada para o dia 10 de novembro, para não coincidir com os feriados do fim de ano e mantê-la afastada da campanha para as eleições gerais, que começa na mesma ocasião.

A cerimônia incluirá um discurso do embaixador da Costa do Marfim, decano do corpo diplomático acreditado em Tóquio, e se espera que o imperador pronuncie algumas palavras de agradecimento. Cerca de nove mil convidados participarão dos atos oficiais, que, segundo os seus organizadores, serão simples e solenes, constando apenas dos discursos e de um recital de cânticos por um coro estudantil.

As autoridades disseram que estão prontas para controlar uma manifestação contrária aos festejos que terá lugar no Parque Meiai, a cinco quilômetros do auditório Budokan e que será promovida por estudantes universitários. No total, se calcula que umas cinco mil pessoas participarão das manifestações, em diferentes pontos de Tóquio. Foram destacados outros 14 mil policiais para guarnecer os arredores da capital, principalmente a região de Osaka-Kobe, a fim de evitar choques entre esquerdistas e direitistas partidários do trono.

Tropas angolanas em campanha para vencer guerrilha da UNITA

OSHAKATI, Namíbia, 9 (AP-UPI) — Refugiados do Sul de Angola afirmam que tropas angolanas e cubanas, apoiadas por guerrilheiros da Namíbia, estão empenhados numa grande ofensiva contra remanescentes do grupo guerrilheiro angolano pro-ocidental União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Segundo os informantes, os combatentes de ambos os lados estão usando de todos os recursos no ataque e defesa dos seus baluartes, incendiando aldeias, destruindo pontes, estradas e colheitas, ao mesmo tempo em que matam os nativos das tribos rivais.

As chamas das aldeias angolanas incendiadas podiam ser vistas desde esse povoado da África do Sudoeste (Namíbia), que fica próximo à fronteira entre os dois Estados. Calcula-se que oito mil refugiados chegaram às reservas tribais fronteiriças dos Ovambo e Kavambo nos últimos 10 dias, segundo informou a comissária geral da África do Sul para a Namíbia, Jannie de Weet.

Forças do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), que ganharam a guerra civil em novembro do ano passado, e tropas cubanas, tentam eliminar o que resta dos efetivos da UNITA, que, segundo se diz, conta com apoio tribal na área. Informou-se também que as tropas combinadas de Cuba e do MPLA são apoiadas por guerrilheiros da Organização Popular da África do Sudoeste (SWAPO), a qual, por sua vez, luta para terminar com o controle do seu território pela África do Sul.

A África do Sudoeste, ou Namíbia, é uma ex-colônia alemã que foi entregue à África do Sul depois da Primeira Guerra Mundial, pela antiga Liga das Nações. Mas, as Nações Unidas já anularam esse mandato. Quanto à SWAPO, esta tem suas bases no sul de Angola e suas forças também têm sido apoiadas por Cuba. Segundo uma transmissão de Luanda, o MPLA também concordou em ajudar os nacionalistas negros da Namíbia a libertarem o país, assim que estiver terminada a luta em Angola.

A transmissão acrescenta que o governo angolano pretende liquidar com a resistência da UNITA antes do próximo dia 20, data marcada para as primeiras comemorações importantes desde que terminou a guerra civil, há um ano. Em Johannesburgo, a Corporação de Rádio do governo da África do Sul anunciou que seus observadores em Oshakati informaram que o MPLA estava tentando impedir que saíssem de Angola as notícias sobre os refugiados e supostas matanças que estariam sendo feitas pelas tropas governistas.

Os refugiados chegados à Namíbia disseram que centenas de civis negros morreram em meio aos violentos combates que estão sendo travados entre as forças de Luanda e os guerrilheiros da UNITA, segundo afirmou a rádio de Johannesburgo. As fontes declararam que, de alguns pontos de observação, podiam se ver os restos das choupanas tribais incendiadas em Angola, e os soldados cubanos em seus uniformes lançando granadas contra as moradias e destruindo-as.

Depois da sua derrota na guerra civil, as tropas da UNITA, comandadas por Jonas Savimbi, se refugiaram para a selva a fim de continuar com sua guerra de guerrilhas contra o regime marxista instalado em Luanda. Num comunicado de guerra enviado clandestinamente do sul de Angola na semana passada, Savimbi afirmou: "A resistência da UNITA continuará até que o último soldado cubano saia de Angola". Acrescentou que suas forças mataram mais de mil soldados angolanos e cubanos entre junho e setembro deste ano.

De acordo com o comunicado, a maior batalha ocorreu em julho passado, quando seis mil cubanos e quatro mil soldados do MPLA, apoiados por tanques, veículos blindados e aviões de combate Mig-21 tentaram limpar uma área de guerrilheiros no sul de Angola, local onde a UNITA tem tradicionalmente uma grande influência.

Bispos americanos debatem divórcio e novo casamento

WASHINGTON, 9 (UPI) — Os bispos católicos dos Estados Unidos realizaram hoje uma reunião a portas fechadas, para discutir um dos problemas mais delicados entre os católicos norte-americanos: que atitude tomar ante o divórcio e o casamento em segundas núpcias.

Acredita-se que uma das razões pelas quais a reunião se realizou a portas fechadas é por que os bispos não querem que se saiba o quão profundamente divididos estão a respeito do problema, e desejavam poder falar franca e abertamente entre si.

Por outro lado, tampouco se espera que do encontro resultem medidas específicas sobre o problema, que se tornou grave nos últimos cinco anos, com a formação de organizações de católicos divorciados, com sua legião de simpatizantes, que tentam introduzir modificações na forma de tratar os católicos divorciados e os que voltaram religiosos e leigos aprovou uma resolução pedindo aos bispos que eliminassem a pena de excomunhão automática para os católicos divorciados e casados em segundas núpcias.

Por outro lado, o arcebispo Jean Jadot, delegado apostólico ante a Igreja Católica dos Estados Unidos, comunicou aos bispos que "teremos que enfrentar logo, no máximo dentro de 10 anos, uma escassez de sacerdotes". "Preocupa-me que tantos de nós, no setor leigo do Clero e entre os bispos, não parecamos estar preocupados com o fato de que, se não hoje ao menos dentro de muito poucos anos, não teremos gente para nossas paróquias e instituições, como tínhamos no passado", sublinhou Jadot.

ento da Justiça revela inquérito de mercenários

(AP). — Justiça do, em essoas e s de re- norte-a- em cin- istro da Keutch.

tados Unidos e outra que impede que alguém possa agir como agente de um governo estrangeiro sem inscrever-se para tanto no Departamento da Justiça.

Em outra carta, o Departamento de Estado disse haver comunicado a todo o mundo

Neonazistas reaparecem na

CP: 24/11/76, página 3.

Angola enfrenta seus problemas um ano depois da independência

LUANDA, 23 (UPI) — Um ano depois de assumir o poder e o desafio de uma economia destroçada, o governo do "Movimento Popular para a Libertação de Angola..... (MPLA) continua a enfrentar a guerra de guerrilhas. Freqüentemente, ocorrem batalhas ao longo da fronteira sul, com a Namíbia, e, às vezes, outras são registradas no norte e no enclave costeiro de Cabinda, província rica em petróleo.

O abastecimento de alimentos é desesperadamente baixo em muitas partes do país e as fábricas funcionam abaixo de sua capacidade. Os sistemas de transporte quase deixaram de operar em conseqüência do êxodo de mais de 200 mil técnicos portugueses.

"Temos muitos, muitos problemas", disse hoje um ministro governamental. "Mas a situação não é completamente desesperadora".

O governo do presidente Agostinho Neto já mantém o controle seguro da maior parte do país, segundo a opinião de diplomatas estrangeiros e outros observadores, mesmo quando a maior parte desta segurança é proporcionada pelas tropas cubanas estacionadas no país, calculadas entre 14 e 18 mil homens. As atividades já se reiniciaram nos poços da empresa norte-americana "Gulf Oil Co". em Cabinda e, com a reconstrução econômica já iniciada, o governo está abrindo cautelosamente as portas do país ao Ocidente.

Já se permitiu a entrada de jornalistas ocidentais e firmas comerciais do Ocidente começaram a chegar a Luanda, atraídas por perspectivas de negócios nesteú país, que poderia converter-se em um dos mais ricos da África. O governo parece estar especialmente interessado em estabelecer laços com os Estados Unidos.

"Isto não representa problemas para nós", disse o ministro da Informação, João Felipe Martins, em uma entrevista, "pois os problemas foram criados pelos Estados Unidos. Nós esperamos que o presidente James Earl Carter abra as portas às relações entre nossas duas nações".

Angola já estabeleceu laços com países escandinavos e com a Holanda, Bélgica e Itália. Mas a França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos mantêm-se à distância.

O problema relativo às relações entre Angola e Estados Unidos foi primordialmente criado devido à presença das tropas cubanas. Estas ajudaram o Movimento Popular para a Libertação de Angola em sua luta pelo controle da ex-colônia portuguesa, contra dois movimentos adversários, a Frente Nacional para a Libertação de Angola, que, por sua vez, tinha o apoio de tropas sul-africanas e recebia armas e dinheiro do Ocidente.

"As tropas cubanas estão aqui a convite nosso. Se os sul-africanos não nos tivessem invadido, não haveria necessidade da vinda dos cubanos. Mas nós necessitávamos de ajuda, viesse de quem viesse", explicou Martins.

ANGOLA NA ONU

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou ontem, por 13 votos a 0, o ingresso de Angola na ONU. Agora, a Assembléia Geral já pode votar e aceitar Angola como o 146.º membro da organização.

A aprovação da entrada de Angola na ONU foi possível graças à mudança de atitude dos Estados Unidos, que não utilizaram seu poder de veto, como fizeram com o Vietnã. Mesmo assim, o representante norte-americano expressou suas dúvidas sobre a independência de Angola, por causa das tropas cubanas acantonadas no país.

Os delegados da Assembléia Geral estão esperando a chegada do ministro de Relações Exteriores de Angola a Nova York para colocar em votação o ingresso do País na ONU. O ministro está em Genebra, onde participa das conversações sobre o futuro da Rodésia.

A China recusou-se a tomar parte na votação que permitiu o ingresso de Angola na ONU, dizendo que nada tem mudado na situação do país há alguns meses. Os chineses tentaram durante algum tempo sobrepor-se à influência da União Soviética em Angola, que interveio militarmente no país por meio das forças cubanas, mas fracassaram.

O embaixador dos Estados Unidos, William Scranton, declarou ao Conselho de Segurança que os Estados Unidos se absteriam de votar — em vez de vetar novamente a entrada de Angola na ONU, como fizeram no dia 23 de junho — "por respeito aos países africanos".

"É difícil conciliar a presença de um contingente maciço de tropas cubanas com uma verdadeira independência", disse Scranton. Para o embaixador americano na ONU, o governo angolano exerce apenas um "tênue controle" sobre a maior parte de Angola, que "ainda resiste à dominação do regime de Luanda". "É evidente que o Exército cubano, uma força estrangeira, não africana, está em uma sanguinária e difícil guerra de guerrilhas em três diferentes regiões de Angola. Escutamos relatórios perturbadores de que estas forças de ocupação estão assaltando aldeias e cidades indefesas do país", assegurou o embaixador norte-americano. Esses relatos procedem da África do Sul.

Segundo Scranton, os ataques cubanos incluem a execução de homens e jovens, o incêndio de aldeias e a matança do principal meio de alimentação e de vida do povo, que é o gado. Para ele, milhares de angolanos fugiram cruzando a fronteira com a Namíbia (África do Sudoeste).

O embaixador de Cuba na ONU, Ricardo Alarcon de Quesada, disse que Scranton parecia estar falando dos métodos e ações norte-americanos utilizados no Vietname, cujo pedido de ingresso na organização foi vetado por Washington na semana passada.

Encontro cordial na Casa Branca

Hendrick Smith

WASHINGTON — Depois dos angustiantes traumas da guerra do Vietname e de Watergate, a recepção calma e cordial do presidente Ford — a Jimmy Carter, na Casa Branca, foi quase anticlimática, um símbolo da volta da política norte-americana ao normal.

Há apenas 13 anos, na segunda-feira, a nação sofreu sua mais assombrosa transição presidencial — o assassinato de John F. Kennedy, em Dallas, e a brusca subida ao poder do vice-presidente Lyndon B. Johnson.

E, em outro 22 de novembro — em 1932 — Franklin Delano Roosevelt foi ver o presidente Hoover, no início de um dos mais rancorosos e difíceis interregnos presidenciais na história norte-americana. Até segunda-feira, essa foi a última vez em que um presidente eleito democrata politicamente vitorioso se encontrou na Casa Branca com um titular republicano que derrotara na candidatura ao cargo.

Segunda-feira, era fácil dizer quem fora o vencedor. Enquanto os dois homens se encontraram sob um dossel branco, no pórtico sul da Casa Branca, e voltaram-se para posar para os fotógrafos, Carter ostentava um amplo sorriso, enquanto Ford, sobriamente entre os lábios, como se isso aliviasse sua tensão pessoal, tinha rimônia do encontro entre Roosevelt e Hoover ou da necessidade de Johnson, há oito anos, em seu encontro com Richard Nixon, de suprimir a inimizade que sentia por Nixon nas últimas semanas da campanha de 1968.

Entretanto, embora o ritual político exija promessas de colaboração pelo bem da nação e da presidência, parecia haver mais do que uma retórica ritualista no compromisso de Ford de "cooperar cem por cento" para tornar suave a transição, e na resposta de Carter de que "não poderia ter havido uma demonstração melhor de unidade, amizade e boa vontade do que me foi dispensada" pelo presidente Ford.

Enquanto apertavam as mãos, ao despedir-se sob as árvores desoladas e despidas de folhas à beira do Jardim das Rosas, que Jimmy Carter, como candidato, acusava Gerald Ford de usar como um esconderijo durante a campanha, Carter disse baixinho, em um aparte, "Deus o abençoe, senhor".

PROVEITO POLÍTICO

Sob a cordialidade pessoal e a óbvia decisão dos dois líderes de oferecer à nação uma demonstração de unidade e uma época de recuperação, havia a determinação de Carter de usar o período políticas. Depois de chamar o secretário de Estado Henry A. Kissinger de "Caçador solitário" na política exterior durante sua campanha, agora elogiou o secretário como "um bom amigo", que pode ajudá-lo na transição.

Depois de insinuar que gostaria de reprimir o presidente da Junta de Reserva Federal, Arthur F. Burns, agora expressou sua esperança de que possam trabalhar juntos para lidar com a enfraquecida economia norte-americana. Agradou líderes democratas no Congresso com consultas e promessas de enfoques gradativos a reformas. Enviou sinais tranqüilizadores à comunidade comercial, mandando seus assessores dizer que suas principais nomeações financeiras se enquadrarão bem no mundo empresarial.

Apesar de Carter ter levado o processo mais adiante do que alguns de seus predecessores, essas conciliações são tradicionais para os vencedores políticos. Mas alguns membros do campo de Carter insinuam, em particular, que, em última análise, talvez esteja envolvido algo mais do que tradição.

Argumentam que, se a economia não for renovada e se os preços do petróleo aumentarem este inverno, Carter poderá ter de iniciar seu mandato com apelos para

CP: 11/3/77, página 3.

avançados de ar-
s países latino-
se tivéssemos ce-
tação israelense,
rariado uma po-
há muitos a-
o passado, Israel
nduras, em segre-

ao informe do Centro Geológico dos Estados Unidos, segundo o qual "a crônica dos terremotos profundos como o ocorridos na Romênia indica que pode ocorrer outro da mesma força num prazo de

nião sobre o apoio do presidente norte-americano Jimmy Carter aos dissidentes do bloco soviético, respondeu: "Convocamos essa entrevista com a imprensa para falar sobre o terremoto. Aproveito -porém a oportunidade para agradecer a Carter o seu telegrama de condolências pelo terremoto".

O estado de emergência continuará vigorando em Bucareste talvez até a próxima segunda-feira, revelou o presidente, para dar tempo a que sejam concluídos os trabalhos de limpeza da cidade. A emergência foi levantada ontem para o resto do país.

Quanto à possibilidade de um novo e forte terremoto na região ,as agências romena e búlgara já tinham rejeitado ontem os prognósticos dos cientistas norte-americanos depois que o embaixador dos Estados Unidos, Harry G. Barnes, entregou às autoridades locais o estudo feito pelos especialistas do Centro Geológico Norte-americano. O informe indica que uma análise dos sismos na Romênia comprova a probabilidade de que eles se produzam de dois em dois.

Mas a agência noticiosa romena rebateu a hipótese dizendo que "um cuidadoso e específico estudo dos dados objetivos e da história de cer-

ntamente intranquilos, que começaram a pular e correr de um lado para outro, procurando saír para o ar livre antes do terremoto.

polo aos guerrilheiros que estão em greve d nas prisões israelense ve entra hoje em seu segundo fontes árabes.

za extrema ainda atinge ilhões na América Latina

NGOS, 10 (UPI) os enormes re- ais do Continen- da população la- na, estimada em de 300 milhões s, vive em con- trema pobreza, informe das Na- apresentado nes-

ão, acrescenta, ngulo mais dra- uadro de injusti- e ainda persiste Latina, não obs- nde movimento dutoras que tem em alguns ca- nósticos mais o-

apresentado pe- lo-executivo da onômica Para a tina (CEPAL), sias, na terceira especialistas go- de alto nível, oje em São Do- ressa:

sível, por certo, s edê por satis- que vem ocorren- onceme à distri- enda, o emprego desenvolvimen-

rtante ainda — — é que uma re- anha generosi- ursos naturais e o pode evitar o ainda existam ovo, pouco mais hões de pessoas, milhões que vi- lições de pobreza almente inaceitá-

advertiu que um s imperativos" do lo futuro do He- encontrar a for- iliar as conquis- imento econômi- o com uma me- ição dos frutos".

ário da CEPAL álise da situação los países do Con- ara destacar que há alguns anos, dos preços das mas fez acredi- havia terminado s grandes proble- so desenvolvimen- erabilidade exter-

mpo bastou para usão se dissipas- glesias ao plená- nião que trata a

pesquisa de fórmulas para enfrentar os problemas de ordem econômica e financeiro que atingem o desenvolvimento regional". Acrescentou que alguns produtos e matérias-primas têm se mantido em condições favoráveis, mas persistem as situações que preocupam profundamente a região.

"A brusca queda dos ingressos da exportação — acentuou — rebaixou as taxas de crescimento interno e criou sérios obstáculos aos programas de desenvolvimento nacionais. Esse fato tem conspirado contra o esforço interno e criado sérias preocupações a muitos governos que vêem com ansiedade crescente a persistência de uma situação que se torna mais e mais irreprimível".

Embaixador etíope no Eg pede asilo aos americano

LOS ANGELES, 10 (UPI) — Depois de fazer acusações graves ao governo de seu país, o embaixador da Etiópia no Egito, Getachew Mekasha, procurou asilo político nos Estados Unidos.

"Agora, a Etiópia é uma prisioneira do "medo", declarou o diplomata em entrevista publicada pelo jornal "Los Angeles Times". "O povo teme o Dergue (Conselho Revolucionário da Etiópia) e os membros do Dergue temem-se reciprocamente", contou o embaixador Getachew Mekasha.

Segundo diz, sob o menor pretexto, os soldados prendem qualquer pessoa considerada da oposição. "Aqueles que apoiaram a revolução militar agora estão embaraçados".

O embaixador ap sua própria versão d do poder pelo coronel tu Haile Mariam e guidores. "O que r aconteceu é que Me os outros prenderam deiro Tefferi Benti antigos membros d lho de Estado e os m

Mengistu sucedeu como presidente do de Estado. "O tiro foi divulgado com ta tência foi uma em Não houve nenhuma tiros. Mengistu mon armadilha".

Segundo o dipomat Tefferi e os outros ao Palácio do Gove foram detidos e mo a um. "Mengistu a que seu poder esta ameaçado e então ab rivais".

O Conselho de E sumiu o poder em c cia do golpe militar bro de 1974, que de imperador Haile Se

Para Mekasha, o o governo de mais sa e mais repressivo d Africa.

O diplomata, form Universidade de Bom Índia, começou sua pública em 1957. E durante o governo sié como embaixador nia de 1964 a 196 data até 1971, foi mi Informação. Depois, baixador na Índia, 1974, quando foi ch volta à Etiópia, de golpe. Ele ficou em durante seis meses foi designado embai Egito, onde permane semana passada.

Mekasha declarou nal "Los Angeles Ti tender viver no sul fórnia e terminar um bre a Etiópia. Ele s final desta semana visita de duas sema shington, onde espe lar funcionários d norte-americano a a Etiópia a respeita tos humanos.

NA GRÉCIA

Em Atenas, o Min Relações Exteriores confirmou que o e etíope, Kebede Gab recebeu asilo políti

Wolde, 45 anos, va o cargo desde de 1975, pediu asilo sua oposição ao reg ronel Marian.

Angolanos invadem sul do Zaire e ocupam centros de mineração

WASHINGTON, 10 (AP-UPI) — Uma força armada procedente de Angola invadiu o sul do Zaire e ocupou três importantes centros mineiros da região, colocando em um deles — Kapanga — sete missionários metodistas norte-americanos sob prisão domiciliar, segundo informou esta noite o Departamento de Estado. Frederick Brown, porta-voz do Departamento, disse que desconhecia se a região de Angola de onde partiu a força invasora está sob o controle do governo de Luanda presidido por Agostinho Neto.

Antes da informação do Departamento de Estado, a missão do Zaire nas Nações Unidas já havia denunciado a invasão de três importantes aldeias do sul do país — Dilolo, Kapanga e Kisenge, situadas a uns 80 quilômetros da fronteira com Angola.

Um porta-voz da missão disse que o governo de seu país havia apresentado uma queixa ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, e ao embaixador norte-americano no organismo mundial, Andrew Young, que, este mês, é presidente do Conselho de Segurança.

A Embaixada norte-americana em Kinshasa está em contato com a sede dos missionários metodistas na parte leste do Zaire. Um porta-voz informou que cerca de 20 missionários e dois voluntários do Corpo de Paz vivem naquela região e que "sete deles foram colocados pelos invasores sob prisão domiciliar em Kapanga".

MERCENÁRIOS

Notas distribuídas pelo governo de Kinshasa falam que "mercenários de Angola" invadiram o sul do país. E o embaixador do Zaire nas Nações Unidas disse que os mercenários eram apoiados e equipados pelas tropas angolanas.

Segundo a Rádio do Zaire — antigo Congo Belga — as cidades de Dilolo, Kisenge e Kapanga, na província de Shaba — antiga Katanga — foram "bombardeadas". Não se sabe ainda se se tratou de bombardeios aéreos ou de disparos de artilharia.

A emissora afirmou que "os soldados estrangeiros capturaram as três cidades há três dias", enquanto que um informe das Nações Unidas revelou que a invasão ocorreu há dois dias.

Dilolo, às margens da linha férrea que leva ao Atlântico, é de vital importância para a economia do país; Kisenge é um centro de mineração de cobre, da mesma forma que Kapanga.

O presidente Mobutu Sese Seko, que recebia o político democrata-cristão alemão Franz Josef Strauss em sua cidade natal de Gbadolite, regressou rapidamente hoje a Kinshasa e convocou uma reunião do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, onde foram decididas medidas "importantes" não especificadas.

Ainda que os informes oficiais o desmintam, continua-se afirmando que o Zaire prossegue armando e adestrando soldados exilados da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), estabelecidos na cidade de Kinkuzu desde que o Movimento Popular para a Libertação de Angola assumiu o poder.

As forças invasoras de Angola poderiam ser as antigas tropas de Katanga do falecido primeiro-ministro Moises Tshombe, que fugiu para Angola depois de ser derrubado do poder em 1965. Seguidamente o Zaire acusa Angola de fornecer armas e adestrar essas forças.

Durante a guerra civil angolana, o Zaire apoiou a FNLA, um dos dois movimentos nacionalistas sustentados pelo Ocidente.

CP: 13/3/77, página 2.

ilão que

...vereadores "seguros" nos conselhos municipais das cidades onde ocupam o poder, como Lille e Grenoble. E os comunistas, que dominavam a cidade de Le Havre e muitos municípios próximos a Paris, entregarão aos socialistas somente 78 cadeiras de suas praças fortes.

As eleições municipais não costumam servir de base para cálculos sobre as eleições nacionais, mas desta vez elas são encaradas como fator de peso na formação de opiniões e de táticas para as eleições parlamentares do próximo ano, que, segundo pesquisas recentes, poderão se constituir em outro triunfo para a coalizão esquerdista.

Há 33 milhões de eleitores inscritos para as eleições municipais, as primeiras em sua categoria em seis anos. Os eleitores escolherão cerca de 475 mil conselheiros em 36.575 municípios. A votação será encerrada às 14h na França Continental e se espera que os computadores da cadeia nacional de televisão dêem os resultados pouco depois.

Entre as grandes cidades que poderão passar às mãos da esquerda estão Toulose, Rennes, Montpelier, Le Mans, Toulon, Brest, Nantes e Nancy. A esquerda domina atualmente 15 das 221 cidades com população superior a 30 mil habitantes.

Angola desmente envolvimento em choques militares no Zaire

LISBOA, 12 (AP-UPI) — O governo de Angola desmentiu hoje qualquer participação sua, ou de suas Forças Armadas, nos choques armados que estão ocorrendo no sul do Zaire. "A República Popular de Angola não tem responsabilidade alguma no que está se passando no território do Zaire e espera que a situação se normalize em breve, de acordo com as justas aspirações da classe trabalhadora do Zaire", diz um comunicado assinado pelo Comando das Forças Armadas Angolanas transmitido pela Agência Nacional de Notícias Angolana (ANINA).

O Zaire denunciou esta semana que mercenários armados, procedentes de Angola, invadiram a província sulista de Shaba — ex-Katanga — ocupando três cidades. O Departamento de Estado norte-americano confirmou a ocupação das cidades por forças armadas — sem identificá-las — informando que oito cidadãos norte-americanos, missionários metodistas, haviam sido feitos prisioneiros pelos invasores.

São inúmeras as versões a respeito do que está ocorrendo no Zaire, mas até agora nenhum deles especificou os invasores mercenários como parte das Forças Armadas de Angola, embora o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, tenha acusado ontem o presidente Agostinho Neto de ser um títere nas mãos de superpotências. E tenha dito que, por essa razão, não apresentaria qualquer protesto oficial ante a Organização das Nações Unidas.

EXEMPLO

A ANINA condenou a denúncia do Zaire de que Angola estaja na luta, qualificando-a de "um exemplo da atitude vil e obstinada de um regime corrupto que trata de deter a marcha da revolução em nosso continente".

A declaração expressa que as tropas angolanas, estacionadas ao longo da fronteira, detectaram conflitos armados "entre cidadãos do Zaire" e garantiram que nenhuma luta ocorreu em solo angolano. "A situação permanece calma em nossa fronteira oriental e não há movimentos dentro ou fora de Angola".

Há menos de duas semanas, a Rádio de Luanda informou que guerrilheiros angolanos da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), cujo quartel-general está no Zaire, com o apoio de mercenários do Zaire e europeus, atacaram a aldeia de Pangala na fronteira oriental. As forças invasoras mataram 43 pessoas e feriram outras 25 antes de voltarem a cruzar a fronteira.

MEDIAÇÃO

O presidente da República Popular do Congo, Marien Ngouabi, ofereceu-se para mediar o conflito entre o Zaire e Angola, segundo se informou hoje em Kinshasa. A situação militar na província de Shaba continua sendo extremamente confusa, uma vez que a única fonte informativa é o Exército e este continua em silêncio.

Um funcionário da Embaixada norte-americana disse hoje que os meios de comunicação, controlada pelo governo, informaram a respeito de lutas sem maiores detalhes. Até agora não foram distribuídos boletins a respeito de baixas e a rádio "Voz do Zaire" só indicou que os reforços enviados à região estavam derrotando a força invasora".

Fontes do governo de Kinshasa afirmam, extra-oficialmente, que as tropas invasoras estão formadas por milhares de homens, provavelmente ex-soldados do Exército rebelde de Katanga. Este contingente apoiou os esforços do falecido Moishe Tshombe para separar a província da então República Democrática do Congo (hoje Zaire).

Ontem, em um comunicado entregue em Paris, uma denominada "Frente Nacional para a Libertação do Congo" se responsabilizou pela intervenção em Shaba. Imediatamente o governo de Kinshasa reagiu dizendo que a França estava dando asilo aos líderes da FNLC.

CONFUSÃO

Em meio à avalanche de boatos e versões que tomam conta dos meios diplomáticos de Kinshasa, por falta de informações precisas a respeito do que está acontecendo no Sul do país, o jornal Elimam, porta-voz do governo, circulou hoje com um editorial que, antes de elucidar os fatos, veio torná-los ainda mais confusos.

O vespertino limitou-se a despejar uma torrente de acusações sobre o governo de Angola, declarando que seus líderes permitiram que o país se transformasse "em base de agressão contra o Zaire".

"Um plano de agressão foi conscientemente preparado contra nosso país. Mas, nosso país não hesitará, se necessário, a usar medidas extremas para garantir a segurança de suas fronteiras", diz o jornal sem, em nenhum momento, identificar claramente os agressores. As acusações deixam em aberto a possibilidade de que esses agressores possam, mesmo, viver no próprio Zaire.

A situação tornou-se mais confusa, ainda, quando a ZAP, agência noticiosa do Zaire, disse que o governo de Kinshasa prefere uma solução negociada para a crise.

Betty Ford na televisão

WASHINGTON, 12 (AP) — A colunista Rona Barrett informou hoje que a sra. Betty Ford, esposa do ex-presidente Gerald Ford, assinou um contrato no valor de um milhão de dólares com a rede de televisão NBC, principalmente para fazer programas diários especiais.

A NBC não fez comentários a respeitos, mas a colunista disse que o acordo será oficialmente anunciado segunda-feira.

Por outro lado, a "Great American Insurance Company" avisou ao ex-presidente Richard Nixon que a sua apólice de seguros não cobre eventuais prejuízos das ações judiciais que enfrenta. Três pessoas estão requerendo indenização de Nixon pelos prejuízos decorrentes da violação de sua privacidade, enquanto o colunista Jack Anderson o processa alegando prejuízos causados por uma campanha de calúnias e vigilância ilegal.

1.° DE MAIO EM PEQUIN

15 dias na China

Inclui visitas às cidades de: Shangai, Pequin, Nanquin, Changsha, Shaoshin, Cantão, com refeições hotéis e transportes aéreo-rodoviário interno. Preço por pessoa — US$ 850,00. Informações com Maria Cecília fone: 24-4520/25-1686.

PRODETUR TURISMO

CLÍNICA DE OLHOS
DR. SIMÃO BRUNSTEIN
CPF 000359980
CONSULTÓRIO: Andradas, 1781 - Sala 1505
FONE: 24-0364
Resid.: Jacinto Gomes, 279 — Fone 23-6573

CLÍNICA DE CRIANÇAS "DR. BERLIM"
MOLÉSTIAS DO LACTENTE, SEGUNDA INFÂNCIA e IDADE ESCOLAR
DR. FLÁVIO JOSÉ BERLIM
Consultório: Rua Vig. José Inácio nº 368
10º andar — Conj. 1003 — Fone 24.15.75
C.P.F. 113.161.790
Consultas das 14h30min às 18h

CP: 17/5/77, página 2.

tes".

Ao sublinhar o caso de Buenos Aires, "Carta de Vision" expressa que a capital argentina cresceu na década de 1960 a um ritmo de 2,4 por cento ao ano, enquanto o número de automóveis o fez a uma taxa de 12,1 por cento. Quanto a Caracas, a capital venezuelana duplica sua população, porém triplica o número de registros de carros. Segundo o Banco Mundial, citado pela publicação, a situação em Caracas é de uma "congestão crônica".

Porém, "Carta de Vision" sustenta que São Paulo, a maior cidade do Brasil, é "o protótipo da cidade automobilística latino-americana, a cidade tem 25 por cento de todos os automóveis que rodam no Brasil, embora nela só vivam 6,1 por cento da população total". E prossegue: "Para citar outro exemplo, Bogotá tem 35 por cento de todos os automóveis colombianos, embora só 12 por cento da população".

O artigo disse que o consumo de gasolina para automóvel na América Latina signi-

le de natalidade visando a limitar as famílias a dois filhos apenas.

nistro do Interior da Espanha, Rodolfo Martin Villa.

EXTERIOR:
Anual ..... Cr$ 1.800,00

Cubanos dirigem empresas e os angolanos sofrem racionamento

BELGRADO, 16 (AP) — Os cubanos assumiram em Angola responsabilidades também em repartições do governo e empresas comerciais, diz hoje o jornal "Politika" em um despacho de seu correspondente em Luanda. Ao mesmo tempo, traça um sombrio panorama das condições de vida na capital angolana. Diz que as filas nas ruas são muito grandes e que o abastecimento de alimentos e outros bens está escasso.

"Atualmente, vêem-se cubanos por toda parte trabalhando como assessores ou especialistas", diz "Politika". "Há cerca de 200 médicos e conselheiros cubanos em quase todos os Ministérios, e até atuam como representantes comerciais de Angola em negociações com firmas estrangeiras", acrescenta.

"Além dos 10.000 a 15.000 soldados, oficiais e instrutores, agora podem ser vistos especialistas e assessores cubanos em todos os níveis do aparelho governamental e na economia. Fazem-se presentes em toda parte e se mostram muito ativos", diz o jornal.

"Também há especialistas de outros países socialistas em quase todos os campos. Principalmente geólogos e assessores militares, especialistas em pesca e segurança de países soviéticos, especialistas agrícolas búlgaros, instrutores alemães orientais, que estão nos ministérios, institutos e agências econômicas".

"Esses especialistas cubanos e soviéticos trazem sua experiência e também seu modo de agir, seu critério e suas idéias, seus métodos de organização e influem sobre os que os cercam".

"Os angolanos sabem disso, mas acreditam que atualmente não pode ser de outra maneira. Os dirigentes angolanos destacam constantemente que tomarão seu próprio rumo. Que aceitam a assistência com gratidão mas que não a consideram uma dívida com obrigações políticas".

FILAS

Sobre as ruas cheias de filas, diz: "Há filas, pacientes e silenciosas, em todas as esquinas. Frente às paradas de ônibus até que chegue um dos 200 veículos novos importados da Iugoslávia, com os quais é realizado todo o transporte público de Luanda. Não há táxis porque os portugueses os levaram porque eram seus, e tampouco há motoristas profissionais".

Filas diante das padarias todas as manhãs e todas as tardes. Filas diante das lojas em que ocasionalmente é vendido peixe congelado porque não se pode conseguir carne. Filas diante de qualquer loja que tenha algo para vender, artigos têxteis ou bolsas de plástico, camisetas de homens ou blusas de mulheres.

"Filas, filas a cada passo, de modo que já se converteram em parte do panorama de Luanda nos dias de hoje", diz o correspondente. Acrescenta que não há protestos pelas filas porque a maioria considera que as dificuldades são temporárias e conseqüência das mudanças.

Também diz que Angola decidiu importar alimentos e que pode pagá-los porque possui moeda forte em face das exportações de café e petróleo. "Politika" diz que as dificuldades se devem à partida dos técnicos portugueses e dos trabalhadores especializados e que Angola, que uma vez chegou à auto-suficiência alimentar, agora precisa importar 90% do que consome.

"A desorganização da produção agrícola e os problemas de transporte causados pela destruição de muitas pontes e o fato de que outras estão em caminhos repletos de emboscadas de comandos infiltrados, criaram uma verdadeira crise que não poderá ser facilmente superada", diz o jornal iugoslavo.

acesso geral nais moderna

permitir uma intervenção injustificada na soberania dos Estados, nem ameaçar o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico de propósitos essencialmente pacíficos.

Na sessão de hoje da comissão, o Brasil apresentou um programa de dez pontos relacionado com o desarmamento, segundo o qual a comunidade internacional deveria dar sua maior atenção ao desarmamento nuclear.

"Já que a responsabilidade primordial, quanto ao desenvolvimento, produção e armazenamento de armas nucleares, é das potências nucleares, é uma obrigação concomitante das mesmas proporcionar o alcance de soluções adequadas ao problema do desarmamento, pois a ausência de passos positivos nesse sentido impedirá qualquer progresso significativo nas negociações multilaterais sobre o desarmamento". frisou ainda o embaixador Corrêa da Costa.

RANGA
) — FOLHA DA TARDE
A DA MANHÃ
URAS — VENDA AVULSA
DADE FLORES
Setembro, 54-A

Palestino considera plano de Carter simples manobra

GENEBRA, 16 (AP) — O encarregado de assuntos exteriores da Organização de Libertação da Palestina (OLP) comentou as recentes iniciativas do presidente norte-americano Jimmy Carter para o Oriente Médio e as qualificou como uma manobra" que não servirá para "enganar" os palestinos.

Farouk al Khaddoumi, chefe do Departamento de Política Exterior da OLP, rejeitou a recente referência de Carter a um "solo pátrio" para os palestinos e disse que era um "passo atrás" nos esforços para se chegar a um acordo.

Numa entrevista para a televisão suíça, o assessor de Yasser Arafat disse que não pensa que a nova administraçao norte-americana tenha adotado uma posição mais proxima da idéia da organização. "Só estão manipulando palavras, isso é tudo", declarou Khaddoumi, para acrescentar: "Por que não se refere o senhor Carter aos direitos humanos de nosso povo nos territórios ocupados, em lugar de falar em direitos humanos nos países socialistas? Desejo que os norte-americanos pelo menos uma vez sejam eqüânimes com os palestinos. E todavia falam de paz. E uma manobra".

Khaddoumi qualificou as declarações de Carter de "palavras, palavras, palavras", para dizer que "queremos algo concreto entre as mãos. Não nos vamos deixar enganar".

A entrevista com o subchefe da OLP foi feita na sexta-feira, véspera da reunião no Parlamento da Organização, em Damasco, porém só foi transmitida hoje pela televisão da Suiça. Nela Khaddoumi disse também que o comentário do presidente Carter sobre um "solo pátrio" foi um passo atrás porque apresenta o problema dos palestinos como uma questão de refugiados, no lugar de reconhecer o direito do povo palestino a seu "próprio território".

SEM PROGRESSOS

Acrescentou que não compartilha com os prognósticos otimistas sobre progressos, este ano, para um acordo de paz. Enfatizou que o OLP "não está disposta a assistir à Conferência de Genebra só como testemunha de um acordo político entre os Estados Unidos e Israel". Disse que sua organização insistirá num convite separado para a conferência, "firmado pelos dois co-presidentes" — a União Soviética e os Estados Unidos. Até agora, Washington se negou a estabelecer contatos com a OLP até que esta reconheça o direito à existência de Israel.

Khaddoumi disse que era "injusto pedir aos palestinos que reconheçam Israel" porque isso representaria "o reconhecimento de todas as realidades que acompanham a criação desse Estado expansionista".

Esse reconhecimento é uma questão que se deve deixar para um futuro Estado palestino soberano "a estabelecer-se numa parte de nosso território, como primeiro passo para a paz" disse o subchefe da OLP, para acrescentar que a "paz permanente" no Oriente Médio só pode ser conseguida através de um "Estado Democrático da Palestina".

Afirmou que "se os israelenses desejam uma paz temporária, que se retirem dos territórios ocupados em 1967".

CP: 28/5/77, capa.

)RREIO DO POVO

DIRETOR: BRENO CALDAS
GERENTE: F. A. CALDAS

FUNDADOR: CALDAS JÚNIOR

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 28 DE MAIO DE 1977

NÚMERO AVULSO: DIAS ÚTEIS CR$ 2,00 DOMINGOS CR$ 4,00

formula Previdência Social

BRASÍLIA, 27 (CP) — O projeto de lei que reorganiza as entidades previdenciárias federais, instituindo o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, foi enviado hoje ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. Prevendo a extinção do IPASE e do FUNRURAL, o documento dispõe sobre a criação de duas novas entidades — uma para unificar os serviços de assistência médica — INAMPS — e outra para centralizar a gestão administrativa, financeira e patrimonial dos bens e recursos do setor — IAPAS — e ainda a reestruturação do atual INPS, que passará a cuidar apenas das pensões, benefícios e outras prestações em dinheiro, inclusive as atualmente sob a responsabilidade do IPASE e FUNRURAL.

Ao dispor sobre a prestação de serviços médicos da previdência, o projeto da lei destaca que essa "assistência será prestada a cada categoria de beneficiários com a amplitude que as condições locais e os recursos próprios permitirem". Ressalva que "O Poder Executivo poderá instituir um esquema de participação direta dos beneficiários, em função do seu nível de renda, no custeio dos serviços médicos de que se utilizarem e dos medicamentos que lhes forem fornecidos em ambulatórios". O ministro Nascimento e Silva negou que esse dispositivo venha a restringir ao momento o direito à assistência médica gratuita dos segurados, esclarecendo entretanto que "há preocupação com a expansão desses serviços, que podem vir a exigir, no futuro, a criação de uma nova fonte de custeio para sua prestação".

Explicou o ministro que o projeto de lei está pronto desde dezembro e, desse então, as autoridades o vêm examinando, a fim de evitar que implicasse na diminuição dos serviços e diretos dos segurados. Informou que, apesar da unificação dos serviços de assistência médica do INPS, FUNRURAL, LBA e IPASE no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS, não haverá alteração no sistema de credenciamento dos hospitais ou de pagamento pelos serviços prestados, mantendo distintos os programas dos trabalhadores urbanos, rurais e dos funcionários civis.

Nascimento e Silva disse que a criação do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS, encarregado de controlar a arrecadação financeira, dotações orçamentárias, aplicações monetárias e zelar pela conservação, alienação ou arrendamento de bens imóveis do sistema, garantirá mais lógico ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo em vista a variedade de bens e o valor do patrimônio, cuja gerência centralizada no Departamento de Patrimônio do INPS, não poderia ser satisfatória.

Essa reorganização, reconheceu o ministro, centralizou no Ministério da Previdência o controle das atividades dos órgãos do setor, até então dispersas. "É natural que se busque redistribuir as atribuições e o ministro, como responsável final pela gestão, deve assumir maior participação no processo. Criticou-se o gigantismo do INPS, contra a limitada estrutura do ministério. Agora equilibramos as atribuições e as atividades".

A fusão dos órgãos previdenciários estará concluída em julho do próximo ano, prazo considerado longo pelo ministro, que enfatizou serem extensas as medidas regulamentares a serem baixadas. Nascimento e Silva disse que estão sendo criadas várias comissões para processar as medidas, elaborar os atos necessários e decidir pela melhor forma de concretizar a transformação.

Destacando que o projeto de lei é apenas o "início" e que a mudança será feita na regulamentação, que é atribuição do Poder Executivo, o ministro manifestou confiança de que não haja problemas em sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Assegurou Nascimento e Silva que a reorganização será feita sem interrupção na concessão de benefícios e na prestação de serviços", acentuando que ela não afetará os direitos, a forma de custeio, os benefícios e prestações previdenciárias. E, referindo-se à possibilidade de a previdência social vir a cobrar pelos serviços médicos, conforme prevê o projeto, esclareceu que "o dispositivo permite, mas não há estudos nesse sentido até o momento".

O Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social — SINPAS —, pelo projeto, fica constituído sob a supervisão e subordinação ao Ministro da Previdência Social e é integrado pelo INAMPS, IAPAS, INPS, Fundação Legião Brasileira de Assistência, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social. (Integra do projeto e da exposição de motivos na página 8).

das rodovias
Chefe do Go-
igualmente a
ia. (Telefoto

ıça do
ɔtismo

ambá, passei por Foz
i e, em Cascavel, pu-
gurar duas rodovias
Cascavel a Campo
e a Toledo. Novas es-
se vão servir, como as
para canalizar e dre-
nossos portos a pro-
o povo laborioso do
Depois vim inaugu-
va refinaria do Para-
finaria Getúlio Var-
de porte, de extraor-
significação, não só
aucária, e também
para o Paraná, mas
o o Brasil, pois ela
mará, com seu tra-
refinação, inegável
de divisas, mas
ais do que isso, ela
rá, como já vem
ndo, um pólo de de-
nento desta área.
desenvolvimento não
mico, mas também
ico, de formação de
bra, de criação de
e de um extraordi-
ito multiplicador.
ho agora, numa visi-
a, como o primeiro
e da República a pi-
as terras, as ruas,
lade de Araucária. E
om duplo objetivo,
i dupla razão: de um
mo bom brasileiro,
prezo de ser, prestar
homenagem aos ex-
ntes que daqui parti-
oretudo aqueles que
partiram, sobretudo
que morreram em de-
nossos ideais, em ho-
aos quais foi erigi-
monumento. Mas ve-
nbém, em homena-
ste povo que aqui vi-
trabalha, que aqui
e com seu progresso
a a construir o Brasil
bã. Muitos dos que

Cubanos ajudam Agostinho Neto a vencer uma revolta em Luanda

LISBOA, 27 (AP-UPI) — Forças do governo, com apoio de tropas cubanas, proclamaram hoje ter derrotado uma rebelião militar no seio do Movimento Popular para a Libertação de Angola..... (MPLA) contra o regime marxista neste país africano, depois de renhidos combates nas ruas de Luanda e em torno ao Palácio do Governo. "A situação está sob controle", informou a rádio de Luanda.

A emissora fez o anúncio depois que as tropas legalistas ocuparam novamente sua estação transmissora durante a tarde, tomando-a dos rebeldes que a tinham ocupado durante o começo do frustrado levante.

A rádio, outra vez em poder do governo, proclamou que o MPLA e as Forças Armadas apóiam completamente o presidente Agostinho Neto. "Pedimos aos soldados que regressem aos seus quartéis e aos militantes do MPLA que permaneçam vigilantes para fechar o caminho a todos os agitadores", acrescentou a transmissão.

A rebelião começou durante a noite, quando grupos de soldados exigiram a libertação de dois líderes da Ala Nacionalista Negra do MPLA. Ambos foram afastados do Comitê Central do MPLA e presos na semana passada, por terem criticado publicamente a crescente influência cubana e soviética em todos os níveis do governo angolano. Moradores de Luanda disseram que ouviram um intenso tiroteio perto do Palácio do Governo e no Comando Geral do Exército durante a noite, e que ao romper do dia a luta tinha se estendido a outras áreas.

Acrescentaram que as tropas cubanas, com veículos blindados, reprimiram os rebeldes e tomaram o controle do centro da cidade, levantando barricadas e revistando os poucos civis que se aventuraram a sair de casa. Os rebeldes se apoderaram inicialmente da estação da Rádio Nacional e começaram a transmitir apelos para uma manifestação de massa em apoio "ao poder do povo". Em Angola, essa frase é associada aos extremistas negros que se opõem à ala pró-soviética do MPLA, cuja liderança é exercida por mulatos.

O mais famoso líder guerrilheiro do MPLA e ex-ministro do Interior, Nito Alves, e o comissário político do Exército, José Van Dunen, foram identificados há muito tempo como chefes dessa alegada rebelde. Ambos foram expurgados do Comitê Central do MPLA e presos na semana passada, depois de serem acusados de desenvolver "manobras divisionistas e racistas".

TENSÃO

A tensão do MPLA cresceu recentemente, justamente no momento em que aumentam as campanhas dos três grupos guerrilheiros pró-ocidentais para derrotar o governo marxista e expulsar do país os milhares de soldados cubanos que o protegem. A rebelião da madrugada de hoje foi o primeiro sinal visível de que as divergências entre os setores rivais do MPLA chegaram a um nível explosivo, ainda que alguns indícios da difícil situação tenham sido percebidos em recentes pronunciamentos do presidente Agostinho Neto.

O MPLA assumiu o controle de Angola durante a guerra civil entre os três movimentos de libertação rivais deflagrada depois que Portugal concedeu a Independência à sua antiga e rica colônia da costa ocidental da África, em 1975. A guerra permitiu ao MPLA se estabelecer nas principais cidades, mas, apesar das suas numerosas campanhas e da ajuda das tropas cubanas, nunca pôde liquidar completamente com os opositores nas regiões selvagens do interior do país.

A insegurança no interior impediu que o governo conseguisse as estradas destruídas durante a guerra e isso provocou uma grave escassez de alimentos na capital. A situação piorou dramaticamente depois que três grupos guerrilheiros anti-marxistas iniciaram importantes campanhas militares contra o regime, lançando-se a uma ofensiva geral após a invasão do sul do Zaire pelos katanguenses residentes em Angola.

ESPECULAÇÕES

Fontes ocidentais consultadas hoje em Johannesburgo, na África do Sul, disseram que a rebelião em Angola pode ter sido insuflada por setores que não concordam com a política de Agostinho Neto de reaproximação com o Ocidente. Outras fontes, do governo sul-africano, levantaram porém a possibilidade de que o conflito tenha raízes raciais, uma vez que Agostinho Neto é mulato e estaria enfrentando forte oposição por parte da população negra. Apesar das declarações oficiais conhecidas até agora, ainda está difícil tirar conclusões ideológicas mais objetivas sobre a principal motivação do levante armado.

Trudeau anuncia fim do casamento com Margaret

OTTAWA, 27 (UPI) — O primeiro-ministro Pierre Trudeau e sua esposa Margaret decidiram separar-se, segundo informou hoje o Gabinete do primeiro-ministro. Segundo a declaração, a separação foi oficializada a pedido de Margaret.

"Margaret renuncia a todos os privilégios como esposa do primeiro-ministro e deseja deixar o casamento e realizar uma carreira independente", afirma a declaração. Pierra manterá a custódia de seus três filhos, concedendo a Margaret generoso acesso a eles. Pierre aceita a decisão de Margaret com pesar e ambos rogam a Deus que sua separação conduza a um melhor relacionamento entre eles", acrescenta.

Rumores de uma separação circularam desde março passado, quando a senhora Trudeau foi sozinha a Toronto, no dia do sexto aniversário de seu casamento, para assistir a um concerto dos Rolling Stones. A primeira-dama do Canadá hopedou-se no mesmo hotel em que ficou o conjunto inglês, tendo se dirigido para o local do concerto na companhia dos membros do conjunto.

Poucos dias depois, a senhora Trudeau chegou inesperadamente a Nova York, poucas horas após Mick Jagger e outros membros do conjunto terem desembarcado na cidade. Numa entrevista concedida a jornalistas norte-americanos, a senhora Trudeau afirmou que estava em Nova York para assistir a uma conferência sobre fotografia.

O primeiro-ministro, por seu lado, afirmou que não faria nada para impedir que sua mulher continuasse a sair com os Rolling Stones ou a assistir a concertos de "Rock", mesmo que, com seu comportamento, lhe atraísse milhares de votos.

Logo após voltar de Nova York, a senhora Trudeau revelou que se tornaria uma fotógrafa profissional e que viajaria para todo o mundo.

Trudeau e Margaret, filha de um industrial de Vancouver, o ex-ministro federal James Sinclair, encontraram-se pela primeira vez há dez anos no "Club Mediterranée", no Taiti. Três anos depois, encontraram-se outra vez em Ottawa. Eles se casaram em 1971.

Simonsen assegura que a carne também não aumenta

BRASÍLIA, 27 (CP) — O ministro da Fazenda, sr. Mário Henrique Simonsen, anunciou, hoje, que mais um produto deverá murter seu preço estável ao longo do ano, sem outros "reajustes significativos" a partir de agora: a carne, fundamentalmente por causa do controle indireto dos estoques reguladores.

tas no mercado. Mas é certo que nos próximos seis meses o preço da carne não sofrerá aumento específico", afirmou o ministro da Fazenda, ao repetir, hoje à tarde, seu firme objetivo de conter a elevação dos preços considerados críticos. A gasolina, por enquanto, não pode ser classificada de preço crítico, porque o sr. Mário Henrique Simonsen, ao chegar ao Ministério da Fazenda, "porque o que eu estou querendo é uma redução na taxa de inflação, e não inflação negativa".

Holanda volta atenções para os reféns do trem

CP: 17/2/78, capa.

Ocidente planeja ação da ONU na Etiópia e Angola

LONDRES, 16 (AP) — A Grã-Bretanha, os Estados Unidos e outros aliados ocidentais estão considerando a possibilidade de convocar o Conselho de Segurança das Nações Unidas para ordenar a saída das tropas comunistas da Angola e da Etiópia, disse um porta-voz do governo.

No entanto, lorde Goronwy-Roberts, ministro de Estado, destacou que as potências ocidentais aguardam primeiro o resultado da iniciativa de paz lançada pela Organização de Unidade Africana. Os aliados apóiam essa iniciativa, ressaltou.

Na Câmara dos Lordes, Goronwy-Roberts indicou que a Grã-Bretanha está seriamente preocupada pela "evidência de uma intervenção militar soviética e do apoio soviético em grande escala" em Angola e no chamado "Chifre da África", onde a Etiópia e a Somália travam uma guerra não-declarada.

Então, lorde Home, que, como sir Alec Douglas-Home, foi primeiro-ministro britânico no período 1963-64, perguntou por que o governo não pedia ao Conselho de Segurança da ONU que ordenasse a saída das tropas comunistas.

Goronwy-Roberts respondeu que a primeira prioridade dos aliados deveria ser apoiar a iniciativa de paz da OUA porque os Estados africanos têm "um enfoque muito forte e muito firme" e deveriam tomar a iniciativa. Porém esclareceu que "pode chegar o momento em que o apelo ao Conselho de Segurança se imponha à iniciativa africana", se esta fracassar.

MOSCOU ACUSA

O primeiro-ministro soviético, Alexei Kosigyn, acusou os "círculos imperialistas ocidentais" de estar fingindo de serem partidários da paz no "Chifre da África", ao mesmo tempo em que apóiam a invasão somali do território etíope da Ogaden.

Kosigyn disse que o Ocidente passou a fazer "abertas ameaças" contra a Etiópia assim que os exércitos do governo de Adis Abeba lançaram um contra-ofensiva para recuperar o território perdido nessa região desértica.

O primeiro-ministro acrescentou que as referidas ameaças haviam sido feitas embora a Etiópia "tenha declarado claramente que tem como único propósito libertar seu território e que não tem intenção de levar a guerra além de suas fronteiras."

EFETIVOS CUBANOS

O ex-secretário de Estado Henry Kissinger declarou que existem entre cinco mil e dez mil soldados cubanos em unidades de combate na Etiópia. Kissinger não divulgou a fonte de sua informação, divulgada em entrevista para o programa de televisão "Today", da NBC. Os números dados por Kissinger divergem das estimativas do Departamento de Estado que calculam em três mil o número de soldados cubanos em território etíope.

Kissinger afirmou que a União Soviética forneceu um bilhão de dólares em ajuda à Etiópia, mais que os Estados Unidos deram a este país em trinta anos. "Esta é a segunda vez em três anos que a União Soviética coloca perto de um bilhão de dólares em ajuda a um país", afirmou, referindo-se a Angola.

NEGATIVA

Um alto funcionário militar soviético desmentiu informações de que pilotos soviéticos estariam realizando missões de patrulha para a defesa aérea em Cuba, a fim de que o governo de Havana possa enviar seus pilotos para ajudar a Etiópia na guerra do Ogaden.

"Isto é uma invenção", afirmou o vice-ministro da Defesa Kiril Moskalenko num encontro com a imprensa. Porém, depois de rejeitar totalmente o relatório norte-americano a respeito, Moskalenko disse que simplesmente "não há dados" sobre pilotos soviéticos ou cubanos participando na guerra de Ogaden, o que parece colocar no condicional sua negativa anterior.

O marechal de 75 anos fez estas declarações durante uma comemoração do sexagésimo aniversário da fundação das Forças Armadas soviéticas.

Em princípios desta semana, o "New York Times" atribuiu a fontes de inteligência norte-americana a revelação de que unidades da Força Aérea soviética realizavam missões de patrulha para Cuba e poderiam estar se encaminhando para assumir a defesa total da ilha.

...olina será ...semestre

Ao apresentar os novos preços, com os respectivos percentuais sobre os atuais, o ministro exibiu o mesmo percentual de reajuste concedido no primeiro trimestre de 1977. Esses números confirmam que o aumento no semestre desse ano será significativamente menor, e que está de acordo com a política da desaceleração gradual da inflação", frisou.

	Unid.	N. preço	%	% 1.o Set 77
.	Litro	Cr$ 7,30	15,87	25,00
..	Litro	" 8,90	17,11	21,01
..	Quilo	" 6,30	14,56	30,00
.	Quilo	" 0,93	14,81	25,01
..	Litro	" 4,00	17,29	39,24
..	Litro	" 4,10	17,14	36,93

o óleo diesel foi elevado em 10,3 por cento.

No dia 1.o de abril, os

as autoridades não poderão exceder certos limites na compatibilização dos interesses do mercado, tais como o retorno da correção plena, idêntica aos índices da inflação.

"Problemas de recursos todos têm", disse também o ministro, mesmo assim admitindo como viável a tese do empresariado de poupança e empréstimos, criar uma fórmula para captar os recursos disponíveis no "curtíssimo prazo do trimestre das cadernetas".

Bombas contra americanos em Porto Rico

SAN JUAN, 16 (UPI) — Cinco bombas explodiram, na madrugada de hoje, no período de uma hora e meia, causando danos a três agências bancárias e a duas lojas, todas de propriedade norte-americana.

A Polícia declarou que as bombas foram colocadas em frente a duas agências do Chase Manhattan Bank, nos bairros de Santurce e Rio Piedras, uma na agência do Citibank, localizada em frente à do Chase Manhattan Bank do bairro de Rio Piedras, e dentro das lojas Woolworths e Bakers, situadas em centros comerciais dos subúrbios de San Juan.

Não houve feridos, pois as explosões ocorreram entre a 01h00 e 02h30min.

Governador baiano diz que Figueiredo é a favor da revisão das punições

BRASÍLIA, 16 (CP) — Após um encontro de meia hora com o ministro-chefe do SNI e candidato à Presidência da República, o governador Roberto Santos, da Bahia, informou aos jornalistas que o general Figueiredo é favorável a uma revisão dos processos de pessoas atingidos por atos revolucionários, e não propriamente a uma anistia. O governador manifestou-se otimista quanto à perspectiva de reformulações políticas a médio prazo, porque e esta altura da evolução social e econômica do País e no contexto internacional estamos hoje em condições de realizar modificações substanciais. "O processo revolucionário — disse ele — continua em marcha, mas devem surgir motivações novas e outras que se acrescentem e que tenham um vigor maior para as gerações que estão chegando".

BARRETO

Por sua vez, o sr. Humberto Barreto, em declarações prestadas hoje depois de passar a presidência da Caixa Econômica Federal ao sr. A-

CONVITE PARA ENTERRO

A direção e funcionários da MADEL MALCON S.A., cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de seu amigo e colaborador

Paulo Ribeiro

CP: 16/12/78, página 3

Angola espera mais cubanos para substituir técnicos portugueses

LUANDA, 15 (AP) — Nos próximos meses deverão chegar a Angola milhares de cubanos, que virão juntar-se aos cerca de 25 mil que já se encontram nesta nação africana, para impulsionar a economia do governo marxista do presidente Agostinho Neto, segundo indicaram fontes diplomáticas da capital angolana.

Atualmente, segundo essas fontes, há 19 mil homens do Exército cubano em Angola. Eles chegaram em 1976 para apoiar os guerrilheiros de Agostinho Neto em luta contra duas outras facções guerrilheiras rivais, que tinham o apoio de potências ocidentais, da África do Sul e do Zaire. Cerca de 6.500 cubanos são civis, utilizados pelo governo em funções técnicas.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o grupo guerrilheiro de Neto que atualmente sustenta o governo, ainda é combatido em algumas partes do país, mas é reconhecido pelos países do bloco comunista e também pela maioria das nações do Ocidente como autoridade legítima da nação que se tornou independente de Portugal em 1975.

Os Estados Unidos recusaram-se a reconhecer o governo de Agostinho Neto devido à presença continuada das tropas cubanas, que Angola alega serem necessárias para protegê-la de um possível ataque das tropas sul-africanas postadas na Namíbia.

Fontes diplomáticas, que pediram para não ser identificadas, disseram que para fins de janeiro se espera a chegada de mais 6.500 cubanos. Admite-se que o número de soldados cubanos em Angola permanecerá inalterado em futuro previsível. Quarta-feira, o presidente Neto disse a jornalistas norte-americanos que seu governo "está preparando e deseja" relações diplomáticas normais com os Estados Unidos. Antes dessa declaração, Neto havia mantido uma entrevista reservada de uma hora com o senador norte-americano George McGovern, ex-candidato à presidência dos Estados Unidos.

O senador, que poderá vir a ser, em futuro próximo, o presidente da subcomissão senatorial para Assuntos Africanos, disse aos jornalistas que o acompanharam na visita à África que Neto lhe havia comunicado que os cubanos abandonarão o país quando estiver convencido de que Angola não será atacada pela África do Sul.

McGovern acrescentou ter conversado em particular com diplomatas cubanos em Luanda e que estes lhe disseram que estavam preparados para evacuar suas tropas quando a segurança de Angola estiver garantida de todo o risco.

PROJETOS

A presença de civis cubanos, ao que parece, não representa um problema diplomático para o governo dos Estados Unidos, uma vez que se dedicam a projetos de desenvolvimento.

Por exemplo, 3.500 deles estão levantando casas pré-fabricadas que substituirão cerca da metade das choças existentes num dos bairros de Luanda. Os cubanos também são médicos e enfermeiros em zonas rurais e urbanas e contribuem para o funcionamento da indústria açucareira do país.

Os cubanos parecem se dar bem com os angolanos, porque, segundo um estrangeiro que se encontra aqui, "saem a trabalhar juntamente com o povo, ao contrário dos russos e dos europeus orientais, que se mantêm distantes. Os cubanos também são pouco exigentes: consideram-se asessores e não patrões, coisa que as vezes lhes prejudica. Até alguns funcionários do governo angolano chegaram a considerá-los demasiado tranqüilos".

Angola tem desesperada necessidade dos conhecimentos que os técnicos cubanos podem fornecer. Isto porque uns .... 300.000 residentes portugueses deixaram o país quando este se tornou independente. Ficaram em Angola uns 35 mil portugueses.

Sob o governo colonial português, eram poucos os angolanos que se destacavam no setor da educação primária, que, além disso, era muito precária.

A presença de um número elevado de militares cubanos, desarmados, é muito comum e dá a Luanda o aspecto de uma cidade militar de fronteira. Pode-se vê-los jogando beisebol nos parques da cidade e nos hotéis e outros edifícios em que se hospedam. Comenta-se jocosamente que para diferenciar um soldado angolano de um cubano basta verificar qual é deles que carrega uma luva de beisebol.

Uma coisa é certa e bastante comentada: a influência cubana vai continuar na presença do beisebol, que mostra a tendência para tornar-se, dentro de poucos anos, o esporte nacional de Angola.

Santiago atribui a Buenos Aires toda responsabilidade pela crise

SANTIAGO, 15 (UPI) — Apesar da maciça Cordilheira dos Andes que os separam, o Chile e a Argentina parecem caminhar, pouco a pouco, para a guerra, e os chilenos sustentam que os argentinos são os responsáveis pela tensão que vem aumentando desde maio de 1977, quando a arbitragem da Coroa Britânica concedeu a Santiago três pequenas ilhas do Canal de Beagle.

As ilhas estão sob o domínio chileno desde 1881, e desde então a Argentina as reclama como suas. Para resolver o conflito de uma vez por todas, os dois países pediram, há sete anos, à Coroa Britânica, para servir de árbitro do litígio. Nessa ocasião, os dois comprometeram sua honra nacional quanto a que, favorável ou desfavorável, a decisão seria respeitada.

A Argentina perdeu o caso perante a comissão de cinco destacados especialistas internacionais, nomeados pela Coroa Britânica para resolver a questão.

O Chile aceitou a decisão imediatamente. Nove meses 1978, a Argentina rejeitou o mais tarde, em janeiro de laudo arbitral, declarando-o "incuravelmente nulo".

Para os observadores chilenos que acompanharam o processo de perto, a anulação unilateral da Argentina constitui: um insulto à rainha Elizabeth e à Coroa Britânica; grosseira violação de uma arbitragem internacional obrigatória; violação da honra nacional Argentina, comprometida com o respeito da decisão; violação do Tratado de 1881, que declara que "todas as ilhas ao sul do Canal de Beagle pertencem ao Chile", e

lecessem por meio de ameaças e preparativos bélicos, realizando operações de blecaute em várias cidades, inclusive Buenos Aires. Houve mobilização de unidades do Exército argentino e a convocação de milhares de reservistas.

Centenas de cidadãos chilenos que viviam e trabalhavam há anos na Patagônia, foram expulsos de volta a seu país.

Foi decretado o embargo de "produtos estratégicos" argentinos, destinados ao Chile, e foi suspenso, na fronteira argentino-brasileira, o trânsito de caminhões fabricados no Brasil e enviados ao Chile. As duas nações acusaram-se mutuamente de violações fronteiriças.

A resposta chilena tem sido o firme apego aos tratados e à jurisprudência internacional. O Chile aceitou negociar bilateralmente, depois do problema com o laudo arbitral britânico, mas 19 meses de de conversações não produziram resultados.

O Chile propôs, então, que o

te pela televisão. Explicando o regresso antecipado do secretário de Estado Cyrus Vance a Washington, um dos motivos levantados por Carter foi: "Temos problemas entre a Argentina e o Chile, com relação a territórios bem ao sul, que podem levar a um conflito".

Informações de Buenos Aires que chegam aqui dizem que os elementos de linha dura do regime militar argentino estão pressionando o presidente Jorge Videla a não ceder um centímetro na disputa com o Chile e acrescentam que Videla poderá, inclusive, ser deposto e substituído por um elemento mais identificado com esse grupo se insistir em manter novas negociações com o Chile.

Um elemento do governo norte-americano admitiu que a situação é muito mais séria do que em ocasiões anteriores, em que os dois países também trocaram ameaças e palavras duras. As fontes disseram também que a iniciativa deve partir da Argentina, pois consideram muito improvável que o Chile ataque em primeiro lugar.

Um informante declarou que as Forças Armadas dos dois países se encontram em posição de combate. "Militarmente, estão prontos", afirmou. O informante, porém, não quis dar sua opinião sobre como decorrerá o conflito, caso este venha a ocorrer.

POSIÇÃO DA ARGENTINA

Mas, se a guerra começar mesmo, nos lagos da Patagônia e ao longo da Cordilheira

Senado aprova anistia a exilados na Nicarágua

MANAGUA, 15 (AP) — O Senado aprovou hoje por unanimidade um projeto de lei de anistia para prisioneiros e exilados políticos nicaragüenses. O

te momento para sua possível derrogação ou revisão.

Uma fonte do governo disse que Somoza anunciaria hoje, através de uma cadeia de rádio

CC

WASH
O govern
my Ca
num "ga
impedir
no-argen
possa lev
mado.

O port
to do Ex
esquivou-
menores
za da in
tar send
discreção
diversos

As dec
visaram
rada ma
pação d
mandatá
ta-feira,
vista paz
era anali
riente M

A ent
quais era
invocadas
rio de E
encerrass
riente M

Carter
uma séri
xigem e
ma entr
tina, rel
territoria
a um c
tando de
ção da q
e creio q
cisões sol
mas est
preciso d

O port
que Van
de perto
austral d
no, mas
Unidos n
verifique
hostilidad
ses.

Em ár
viços de
mericano
noite da
via infor
gentina t
de ocupa
go.

Os mo
ram em
feira sua
embaixad
na OEA
que fosse
tas para
e a Arg
para os
zação.

A jorn
nión", q
tervenção
que a ún
estar cer
tina não

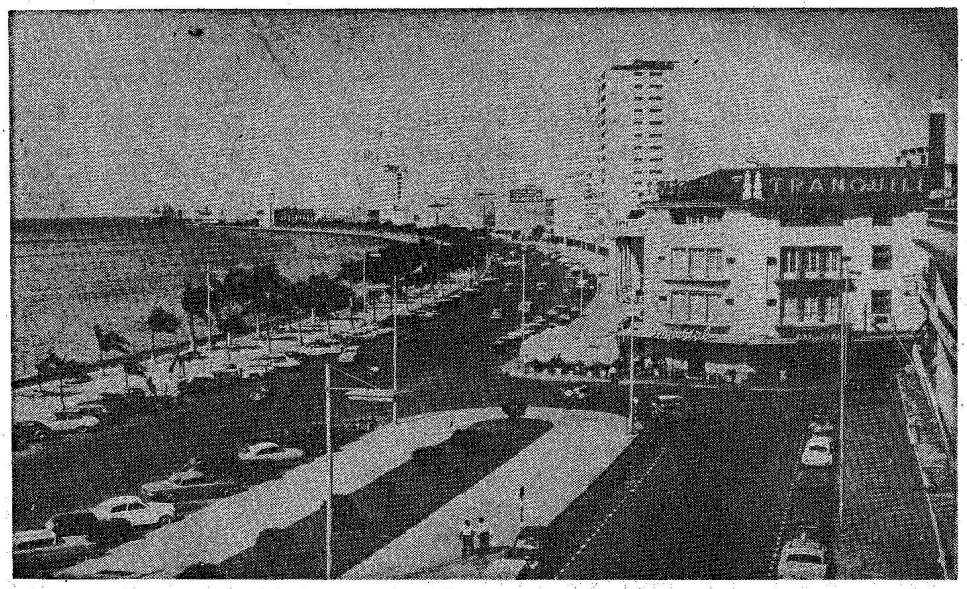
A rápi
fletir o
influente
instrume
Unidos i
por sua
tina.

O jorn
nifestou
bre a aç
lado da

DIFIC

CP: 18/3/79, página 16 (a)

ANGOLA



Luanda, ao tempo em que Angola ainda era colônia portuguesa

A mudança de estratégia

ERIK VAN ESS

O governo angolano está reexaminando, cautelosamente, suas políticas básicas com relação ao desenvolvimento do país. O objetivo é aproveitar melhor as riquezas representadas pelo amplo potencial de produção dos minérios da nação e superar os principais obstáculos ao bem-estar do país — a falta de eficiência administrativa, a ausência de elementos capacitados, e a escassez de gêneros alimentícios e bens de consumo em geral.

Como parte desse processo, o Presidente Agostinho Neto anunciou, recentemente, uma reforma na estrutura do governo, a fim de permitir um melhor acesso das autoridades aos problemas da população. Além disso, tomou medidas para encorajar o aparecimento de pequenas empresas particulares, com o objetivo de reduzir a falta de alimentos e bens de tá pronto a estabelecer relações com os Estados Unidos e afirmou textualmente que gostaria de ver mais empresas norte-americanas operando em Angola.

OBSTÁCULOS

O país foi muito prejudicado pela guerra civil que se seguiu à concessão da independência por Portugal, em 1975. O Movimento Popular de libertação de Angola (MPLA), de Neto, ajudado por soldados cubanos e grande quantidade de material militar fornecido pela União Soviética, assumiu o controle de Luanda e acabou por ser reconhecido, pelo resto do mundo, como o governo de Angola, apesar da manutenção da resistência no interior.

A independência, a guerra civil e a vitória do MPLA levaram 600 mil habitantes de origem portuguesa a deixarem o país. Estes moradores deixaram suas fábricas, lojas e fazendas privando a

O governo de Neto continua a travar uma guerra muito desgastante contra a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), uma organização com base em grupos étnicos do sul, a parte mais fértil e produtiva do país. Antes da independência, o sul fornecia 85 por cento dos alimentos consumidos em Angola. Apesar das grandes importações de alimentos, as filas são comuns em praticamente todas as lojas de Luanda e de outras cidades.

RENDA

Não existem estatísticas oficiais e os funcionários públicos e diplomatas consultados não souberam dar dados exatos, mas é de conhecimento geral que o país se sustenta devido aos "royalties" pagos pelas companhias norte-americanas que exploram o petróleo do enclave de Cabinda, um território ao norte, separado pelo Zaire do

vestimentos em Angola como de alto risco. O economista informou que nas fábricas que visitou não havia nenhuma operando a mais de 50 por cento da capacidade, devido a falta de técnicos e de peças para manter a maquinaria em funcionamento.

Informações do sul dizem que há bastante alimentos nas áreas de Huambo (a antiga Nova Lisboa), Lobito e Benguela. Mas as estradas são ruins e perigosas e não há meios de transporte eficientes para que estes alimentos cheguem a Luanda.

Os observadores acharam que as últimas medidas do presidente — a demissão do Primeiro-Ministro Lopo do Nascimento e outros membros do gabinete — foram positivas do ponto de vista da eficiência administrativa.

A maioria dos observadores têm palavras de elogio para Neto, a quem qualificaram de uma pessoa pragmática e totalmente desinteressada do ponto de vista pes-

CP: 18/3/79, página 16 (b)

O difícil dia a dia

Uma camionete verde, transportando sacos de batatas, entrou no pátio do mercado central de Luanda. Centenas de mulheres e crianças, nas janelas do edifício, gritaram e bateram palmas. Naquela manhã, além das batatas, só chegaram ao mercado um carregamento de repolhos já podres, algumas cestas de sardinhas, um pouco de peixe salgado e umas sacas de sal grosso.

A comida ocupa o dia e o pensamento dos moradores de Luanda. Diplomatas revelam que passam pelo menos 65 por cento do dia de trabalho procurando o que comer, eles e para os funcionários das embaixadas, e a comunidade diplomática tem um sistema próprio de comunicação pelo qual rapidamente se informam uns aos outros, pelo telefone, quando chega um carregamento de carne, ovos ou manteiga.

AVISO

As filas para comprar alimentos são uma visão comum nas ruas sujas de Luanda. Cada novo carregamento de alimentos ou bens de consumo provoca um ajuntamento de pessoas nervosas. O luxuoso e moderno hotel Panorama põe avisos discretos nas portas dos apartamentos.

"Devido a nossas dificuldades, pedimos aos nossos hóspedes que evitem fazer convites para o nosso restaurante", dizem os avisos. "Caso se trate de um acontecimento especial, ou de uma comemoração, faça o favor de consultar a gerência".

Consultamos. Não existe comida suficiente para atender visitas além dos hóspedes.

Nem todos os aposentos têm lâmpadas elétricas, o ar condicionado funciona esporadicamente, e a pressão da água nas torneiras vai e vem. Mas o hotel Panorama é um palácio comparado com o resto da cidade, onde dezenas de famílias ocuparam os edifícios de escritórios, os prédios residenciais e os palacetes à beira-mar deixados vazios com a partida dos portugueses. O lixo é simplesmente atirados nas calçadas.

Soldados cubanos em uniforme verde-oliva manchados de suor, alguns com armas a tiracolo, sempre em grupo de dois ou três, passam pelas ruas, procurando diversões que não existem. Está em vigor o toque de recolher, de meia-noite às cinco da manhã e já no meio da noite as ruas estão vazias, a não ser por grupos de pessoas que conversam, sentadas na calçada.

A cerveja é muito rara e só é vendida em alguns restaurantes a pessoas que encomendam uma refeição completa. O uísque importado também é difícil, mas existe um uísque fabricado em Angola, chamado "Bell", que custa por volta de 500 cruzeiros a garrafa. Uma garrafa de aguardente custa 300 cruzeiros nas lojas, quando existe, mas é vendida a até 1.200 cruzeiros nas favelas da periferia. Até mesmo o bar do aeroporto só tem refrigerantes.

MERCADO NEGRO

Moradores da cidade contam que a situação criou um florescente mercado negro no qual é possível comprar de tudo, até mesmo diamantes. Os lojistas, por sua vez, têm amigos e fregueses certos que, em troca de um propina, são avisados e vão comprar os produtos antes da abertura das portas ao público em geral. A situação levou o governo, inclusive, a afastar-se do socialismo dogmático e a começar a incentivar a criação de pequenas empresas, como sapatarias e carpintarias.

As vendedoras do mercado de Luanda entraram recentemente em greve, argumentando que, se vendessem peixe e verduras pelos preços fixados pelo governo teriam prejuízo. Muitas delas deixaram de trabalhar nos mercados do governo e estão montando bancas nas margens das estradas próximas à cidade. Lá, o peixe é vendido pelo dobro do preço oficial. Um quilo de batatas, comprado no atacado por 46 cruzeiros, é dividido em montes de cinco batatas, que custam 32 cruzeiros cada.

A cidade mostra sinais claros de falta de cuidado e manutenção. As ruas estão cheias de buracos e a longa avenida ladeada de palmeiras que dá a Luanda o apelido de "Jóia de Angola", teve o pavimento arrancado em várias partes. Restos de automóveis, tiradas todas as peças aproveitáveis, estão abandonados nas ruas, com sinais de estarem nessa situação há alguns anos.

RESIDÊNCIA OFICIAL

O centro da cidade está transformado numa verdadeira favela, mas alguns bairros residenciais continuam a ter boa aparência. O presidente Agostinho Neto e a maioria dos membros importantes do governo vivem num bairro especial. Futumbo, situado a 10 quilômetros de Luanda. O bairro é cercado por uma cerca de arame farpado e dois tanques — abrigados em buracos abertos nas encostas dos morros — que montam guarda permanentemente.

Normalmente, há uma grande concentração de soldados cubanos no cemitério. Na falta de que fazer, vão visitar os túmulos dos companheiros mortos na guerra. Alguns moradores se recusaram a falar, com medo da polícia secreta, até mesmo no interior de suas casas. Um morador, porém, afirmou "provavelmente, a polícia secreta é tão ineficiente como o resto".

Agostinho Neto

CP: 12/9/79, capa.

lançando assim mais lenha à fogueira das especulações, segundo as quais ele desafiará Jimmy Carter em 1980.

Kennedy, democrata de Massachusetts, declarou que sua decisão, à qual ainda falta uma linha mestra, se baseará na habilidade do presidente Carter de "lidar com a economia durante os próximos meses "e do fato de os americanos imaginarem que "as coisas estão melhorando".

"Neste momento, minha posição é a de que não eliminei a possibilidade da candidatura", declarou Kennedy numa entrevista exclusiva concedida ao jornal "Boston Globe". Ele assinalou, porém, serem "erradas" as informações de que teria pedido a Carter, durante o último fim-de-semana, na Casa Branca, para não se candidatar à reeleição.

"Ele negou e eu neguei tais informações. Elas nunca ocorreram", disse o senador. Mas a revelação de Kennedy, de que sua família já não se opõe à sua tentativa de chegar à presidência, continuou a estimular os que o apóiam e a atrair os políticos e dedependente do "Globe", Kennedy declarou ao jornal que sua decisão de entrar na corrida se baseará na habilidade de Carter de "lidar com a economia durante os próximos meses".

Um grande fator de sua decisão não se baseará apenas na "própria decisão de Carter, de tratar a economia, mas na percepção do povo americano sobre como as coisas andam e se eles caminham para melhor", afirmou Kennedy.

OPINIÕES

O secretário do Tesouro, Lane Kirkland, declarou ontem, em Los Angeles, esperar que Kennedy tente a presidência, dizendo acreditar em trabalho organizado, apesar de algumas promessas preliminares de apoio a Carter, que partiram de líderes sindicais independentes, no sentido de apoiar o senador de Massachusetts.

O senador democrata por Michigan Donald Riegle, que visitou seu Estado natal, negou-se a fazer declarações favoráveis a Kennedy, mas qualificou como "digno de piedaJá o senador Henry Jackson, democrata de Washington, declarou hoje, depois de um encontro na Casa Branca com Carter, que sua maior preocupação é uma guerra civil dentro do partido. Mas, respondendo a uma pergunta, disse que a debilidade política de Carte — evidenciada nas prévias eleitorais — fere o partido mais do que qualquer desafio potencial de Kennedy.

Oftem, o presidente do Partido Democrata, John White, afirmou que um choque entre Kennedy e Carter provavelmente tornaria inútil a indicação, entretanto na prática a Casa Branca aos republicanos.

No Estado do Maine, Lilian Carter, mãe do presidente, declarou achar-se "terrivelmente entristecida" por haver dito que "confiava nos céus para que nada acontecesse a ele (Kennedy)", caso concorra contra o seu filho. "Não tenho sequer idéia de haver feito tal afirmação. Eu amo os Kennedy. Trabalhei com empenho para John e Bob, e só tenho em mente a saúde de Ted", declarou.

de produção de combustíveis de álcool depois da crise energética de 1973, a fim de reduzir a dependência brasileira do petróleo e do carvão importado e também para reduzir o déficit na balança de pagamentos.

"O problema brasileiro não é essencialmente diferente do problema norte-americano", disse Lampreia. "a não ser em termos de produção. Acho que os Estados Unidos têm um potencial fantástico para a produção de gasolina misturada ao álcool", disse ele.

Ao contrário dos Estados Unidos, onde o Departamento da Agricultura não aceitou a idéia de orientar a produção agrícola para a produção de combustíveis, o Brasil promove a produção de combustíveis de álcool, ex-

Primeiro presidente de Angola morreu em Moscou

MOSCOU, 11 (AP-UPI) — O presidente de Angola, Agostinho Neto, o médico e poeta que conquistou a independência para seu país e venceu uma guerra civil contra facções pró-ocidentais angolanas, morreu ontem nesta capital, após ter sido operado do do fígado e dos rins, informaram hoje as autoridades soviéticas. A agência Tass disse que Neto sofria de hepatite e cirrose crônicas ao chegar a Moscou no dia 6 deste mês e morreu ontem, uma semana antes de completar 57 anos.

"O presidente foi operado sábado passado, mas os distúrbios das funções renais e hepáticas causaram uma intoxicação crescente que deu origens a alterações no sistema nervoso central, no coração e nos vasos sangüíneos", segundo a Tass.

A rádio Luanda, de Angola, disse que Neto morreu na tarde de ontem e o partido do governo decretou um período de 45 dias de luto oficial pelo primeiro presidente do país, depois da independência de Portugal. O escritório político do MPLA (Movimento para Libertação de Angola), partido de orientação marxista fundado e dirigido por Neto, confirmou sua morte algumas horas depois que começaram a circular em Luanda rumores de que o líder político tinha morrido em Moscou.

ANTECEDENTES

Segundo algumas fontes, Neto estava mal de saúde há vários anos e estaria sofrendo de leucemia ou de deficiência cardíaca, tendo sido internado várias vezes em hospitais soviéticos. Em 1978, o presidente angolano desapareceu no cenário público durante várias semanas.

Nessa ocasião, a televisão soviética apresentou um filme onde Neto aparecia visitando um acampamento de pioneiros, mas muitos observadores afirmaram que o filme tinha sido feito vários anos antes.

Neto era muito bem relacionado com a União Soviética, de quem recebeu substancial ajuda durante a guerra de independência de Angola. Fontes dos serviços secretos do Ocidente calcularam em 300 milhões de dólares a ajuda soviética ao MPLA, permitindo que essa organização chegasse ao poder, apesar da oposição de vários grupos rivais apoiados por potências ocidentais.

Alguns observadores se arriscaram a dizer que o MPLA só venceu a guerra civil contra seus rivais devido à grande ajuda soviética e a remessa, por via aérea, de milhares de soldados e assessores militares cubanos. As fontes ocidentais afirmam que ainda há 19 mil soldados e seis mil técnicos cubanos em Angola.

A presença cubana em Angola, e depois em outros países africanos, se tornou num dos maiores obstáculos para a normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba e a maior barreira para o estabelecimento de laços diplomáticos entre os dois países.

Essa questão provocou também alguns atritos nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, tendo vários senadores norte-americanos declarado que o Kremlin enviou uma brigada de três mil homens a Cuba para substituir as tropas cubanas enviadas a Angola.

Internamente, Neto estava lutando contra uma economia cada vez mais decadente e contra três obstinados movimentos rebeldes, que no ano passado se reuniram em Lisboa para discutir a formação de uma frente comum para derrubar o governo do MPLA.

CNE prevê fab 250 mil carro durante o pr

BRASÍLIA, 11 (CP) — O presidente da Comissão Nacional de Energia, Aureliano Chaves, constituiu hoje grupos setoriais para apresentarem, num prazo de 60 dias, subsídios para a formulação da política energética nacional, a ser submetida ao presidente João Figueiredo. Em uma reunião que durou quatro horas, hoje, a CNE aprovou o programa de substituição do óleo combustível por carvão mineral nacional nas indústrias de cimento e o cronograma para a produção e comercialização de veículos a álcool no país de 1980 a 82, e que prevê, para o primeiro ano, a fabricação de 250 mil unidades. Essas duas medidas serão formalizadas por protocolo a ser firmado entre o governo e a iniciativa privada no próximo dia 19.

Para a obtenção de subsídios para a formulação da política energética nacional, os grupos setoriais poderão contar com a colaboração de especialistas da administração pública e privada e os estudos serão orientados pelo Ministro das Minas e Energia, e assistidos por técnicos que o Vice-presidente da República julgar convenientes.

Aureliano Chaves determinou que o planejamento setorial deverá levar em consideração o problema do balanço de pagamentos e as soluções propostas devem prever a máxima utilização de equipamentos e materiais fabricados no país, e consultoria e mão-de-obra nacional, com vistas à maior economia possível de divisas.